





GRI
4.8

MISSÃO, VISÃO e VALORES

Missão

A Coelce existe para fornecer serviços de qualidade, satisfazendo aos clientes, propiciando retorno adequado aos acionistas, contribuindo para o desenvolvimento do Ceará, com colaboradores e parceiros qualificados e comprometidos.

Os esforços de todos os colaboradores e empresas parceiras foram fundamentais para colocar em prática a visão da Coelce de “Ser a empresa de serviços de referência no Brasil e no Grupo Endesa, na América Latina, até 2007”, citada nos últimos relatórios de sustentabilidade. Com o final desse ciclo, muitos processos foram aprimorados, garantindo mais qualidade aos serviços de distribuição de energia elétrica e soluções, além de agregar mais satisfação aos clientes, colaboradores, parceiros e acionistas.

Acreditando no seu potencial de crescer de forma contínua, a Coelce apresenta a sua nova Visão, que irá inspirar os próximos passos sustentáveis da companhia:

Visão

A Coelce quer ser até 2011:

Gente: A melhor empresa para se trabalhar no Nordeste

+

Cliente: A número 1, no Ceará, em atendimento e proximidade com clientes

+

Resultado: Uma das três melhores empresas de distribuição de energia elétrica do Brasil

Valores

Nós somos:

Transparentes – Construímos relações éticas e transparentes com todas as partes que interagimos, tanto internamente quanto fora da empresa.

Confiáveis – Acreditamos que a confiança é a base de nosso relacionamento com parceiros, colaboradores, clientes e comunidade.

Simples – Somos uma empresa simples e direta.

Integrados – Valorizamos a cooperação e a integração, o pensar e trabalhar juntos. Entendemos que a Coelce é uma só empresa.

Parceiros – Valorizamos nossos parceiros. São aliados que trabalham junto conosco no atendimento aos nossos clientes.

Comprometidos – Somos uma empresa com responsabilidade social, comprometida com a sustentabilidade.

Gente que trabalha com segurança – Acreditamos que o respeito à vida é um valor inestimável.

Gente que cria valor – Acreditamos que é essencial para o nosso negócio remunerar adequadamente o acionista, ouvir e entender o cliente.



ÍNDICE

Perfil para crescer	02
Conduta: governança corporativa	14
Acionistas: criação de valor	32
Clientes: compromisso com a satisfação	52
Colaboradores: desenvolvimento profissional e pessoal	70
Meio ambiente: preservação e consumo consciente	90
Eficácia: crescimento com inovação e criatividade	106
Sociedade: mais educação e igualdade social	114
Premiações e reconhecimentos	126
Balanço Social Anual (Ibase)	128
Índice de conteúdo GRI e correlação com o Pacto Global	130
Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas	135
Informações corporativas	173

Perfil para crescer



GRI 2.1
2.2
2.5
2.7

A Companhia Energética do Ceará (Coelce) distribui energia a todos os 184 municípios do Estado do Ceará, na Região Nordeste do Brasil, atendendo uma população de mais de 8 milhões de habitantes, em um território de 149 mil quilômetros quadrados. A concessão para distribuição de energia elétrica no estado foi obtida pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1998, ano em que a empresa foi privatizada.

GRI 2.3
2.4

Com sede na capital Fortaleza e 200 lojas de atendimento distribuídas pelo estado, a Coelce é a terceira maior distribuidora do Nordeste em volume comercializado de energia, com fornecimento para aproximadamente 2,7 milhões de clientes, dos quais 2,04 milhões são clientes residenciais. Para prestar um atendimento de qualidade, a companhia emprega mais de 8 mil pessoas, sendo 1.297 empregados próprios, 6.837 de empresas parceiras, 176 estagiários e 21 menores-aprendizes.

GRI 2.8

Operando mais de 106 mil quilômetros de linhas de distribuição e transmissão de energia, a Coelce encerrou 2007 com um fornecimento faturado de energia de 7,3 mil GWh, volume 6,5% superior ao registrado em 2006. Com patrimônio líquido de R\$ 850 milhões, a companhia obteve crescimento de 9,6% no seu valor de mercado, na comparação com 2006, alcançando capitalização de R\$ 2,16 bilhões.

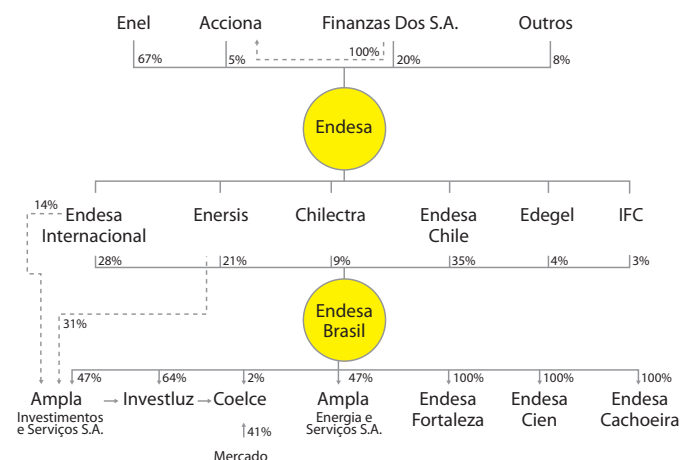
A Coelce trabalha para ser mais do que uma distribuidora de energia, oferecendo aos seus clientes variadas soluções e serviços, como consertos de instalações elétricas, oferta de seguros, venda de equipamentos e kits de energia, montagem e manutenção de subestações, entre outros.

GRI 2.6

Sociedade anônima de capital aberto desde 1995, é controlada pela Endesa, por meio da Holding Investluz S.A., que detém 56,6% do capital total e 91,66% do capital votante da Coelce. O restante do capital pertence a pessoas físicas, investidores institucionais nacionais e estrangeiros, tais

como fundos de pensão, clubes e fundos de investimentos e outras pessoas jurídicas.

ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA



Em outubro de 2007, ocorreu uma reorganização societária da controladora Endesa S.A., sediada na Espanha, e controladora indireta da Coelce. Os acionistas Enel S.P.A. (Enel) e Acciona S.A. (Acciona), então proprietários direta e/ou indiretamente de 24,97% e 21,04% do capital social total e votante da Endesa, respectivamente, realizaram uma Oferta Pública de Aquisição (OPA), visando à compra de 100% das ações de emissão da Endesa, que se encontravam pulverizadas em diversos mercados. No final do processo, Enel e Acciona assumiram o controle acionário da Endesa, tornando-se proprietários de, respectivamente, 67,05% e 25,01% do capital social total e votante. Para a Coelce, a mudança do controle acionário é vista com otimismo. Apesar de a definição estratégica ainda estar sendo discutida pelos novos controladores, há sinais positivos de continuidade de investimentos significativos no Brasil.

GRI
2.9

Marcos históricos

A trajetória da Coelce está intrinsecamente ligada à ampliação do fornecimento de energia elétrica e o conseqüente desenvolvimento do Ceará. Crescendo com o estado, a companhia manteve investimento contínuo na preservação e recuperação do meio ambiente e em mais qualidade de vida para todos os cearenses.

1960>>	• Criação da Companhia de Eletricidade do Cariri (Celca) e da Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (Cenort).
1962>>	• Surgem a Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza (Conefor) e a Companhia de Eletrificação do Nordeste (Cerne).
1971>>	• É criada a Coelce por meio da Lei Estadual nº. 9.477, de 05/07/1971, com a unificação das quatro empresas distribuidoras de energia elétrica então existentes no Ceará.
1995>>	• A Coelce torna-se uma empresa de capital aberto, passando a negociar suas ações nas principais bolsas de valores brasileiras.
1998>>	• Em leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), a companhia é privatizada. O Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A., formado por Endesa España S.A., Enersis S.A., Chilectra S.A. e Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro – CERJ, atualmente Ampla, converte-se no novo operador da distribuidora. • Distriluz Energia Elétrica S.A., Coelce, Aneel e governo do Estado do Ceará assinam o Contrato de Concessão, que outorga à Coelce 30 anos de direitos exclusivos sobre a distribuição de energia elétrica no Estado do Ceará.
1999>>	• A companhia conclui o processo de reestruturação societária, pelo qual incorpora sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., passando, então, a ser controlada pela Investluz S.A., que detém 91,66% do capital votante e 56,59% do capital total da empresa. A Investluz S.A. é controlada pela Endesa Brasil, com participação direta em 63,57% de seu capital total.
2000 a 2006>>	• Período de investimento significativo no reposicionamento de imagem e planejamento estratégico, visando à contínua expansão e melhoria dos serviços, com foco no relacionamento com o cliente e no lançamento de novos produtos e serviços, em resposta ao crescimento do mercado e suas necessidades. • Participação das ações preferenciais classe A no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (2006).

- 2007>>
- Encerramento do plano intitulado Escalada Coelce (2004-2007), com 101% de avanço nas metas propostas em busca da aproximação com os clientes e desenvolvimento profissional do público interno e de empresas parceiras.
 - Lançamento da nova plataforma de imagem “A nossa idéia é conhecer você”.
 - Enel e Acciona assumem o controle acionário da Endesa S.A., controladora da Coelce.

Apresentação do relatório

Pelo quinto ano consecutivo, a Coelce publica seu Relatório de Sustentabilidade, procurando aperfeiçoar cada vez mais o relato de suas ações e de seus resultados econômicos, sociais e ambientais. Trata-se de um compromisso fundamental de excelência no desempenho econômico e operacional alinhado ao desenvolvimento sustentável dos negócios. Por esse motivo, elabora, pela primeira vez, uma publicação única contendo as informações econômico-financeiras, antes detalhadas em seu Relatório Anual, juntamente com as de âmbito social e ambiental.

GRI
3.11

De periodicidade anual, desde 2005 este relatório segue as diretrizes propostas pela *Global Reporting Initiative* (GRI), organização criada em 1997 como uma iniciativa conjunta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da organização não-governamental Ceres (sigla em inglês para Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis). O objetivo da GRI é aprimorar o relato das práticas de relatórios de sustentabilidade a um nível de qualidade e transparência equivalente ao dos relatórios financeiros. Em 2007, a Coelce adotou a versão G3 dos indicadores GRI, lançada em outubro de 2006.

GRI
3.3

O relatório também apresenta as iniciativas alinhadas aos princípios do Pacto Global e o balanço proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises

Sociais e Econômicas (Ibase). Está estruturado com base nos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, assumidos pela Coelce em 2005, conforme decisão estratégica de toda a Endesa. Segue, ainda, recomendações de conteúdo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

GRI 3.10 3.13 As demonstrações financeiras e o Balanço Social – IBASE foram auditados pela AGN Canarim Auditores Associados, enquanto os demais indicadores são passíveis de auditorias internas periódicas, por intermédio do Sistema de Auditoria Corporativa (SAC). Devido à melhoria contínua na apuração dos indicadores, alguns dos dados apresentados no relatório anterior sofreram alterações, que serão identificadas e explicadas ao longo desta publicação.

GRI 3.1 3.2 3.6 3.7 3.8 O presente Relatório Anual de Sustentabilidade, publicado em maio de 2008, reúne os dados de todas as áreas de atuação, distribuídas pelos 184 municípios do Ceará, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2007. O documento anterior havia sido publicado em maio de 2006.

GRI 3.9 A Coelce procura apresentar os seus números seguidos de uma base histórica de anos anteriores, permitindo a visualização da evolução de indicadores considerados relevantes para a tomada de decisão dos seus públicos estratégicos, além de apresentar, quando disponível, as metas estabelecidas para 2008, reforçando seu compromisso de ser uma empresa transparente.

Materialidade

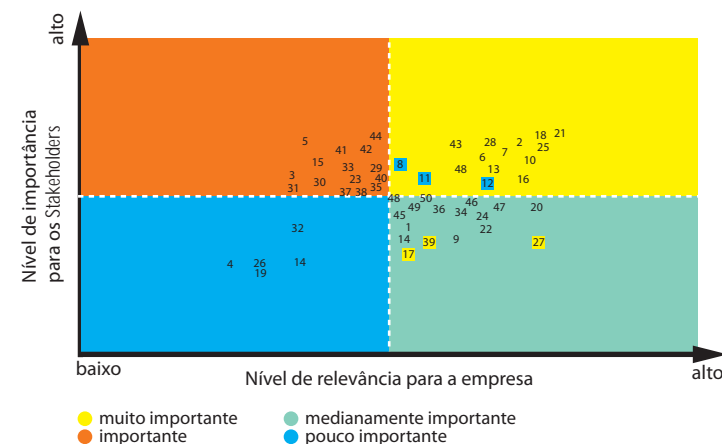
GRI 3.5 Na elaboração deste relatório, a Coelce seguiu as orientações da GRI e realizou a aplicação do teste de materialidade, com a orientação de consultoria externa. O processo de avaliação da relevância dos temas para a inclusão no documento teve a participação de 30 pessoas, sendo cinco

representantes do público interno e 25 do público externo.

Os questionários com 50 temas foram respondidos internamente por quatro colaboradores de nível técnico e operacional, sendo três próprios e um parceiro, e um representante da alta direção. A avaliação pelos públicos externos foi obtida por meio da participação de representantes dos seguintes *stakeholders*: acionistas, fornecedores, clientes, analistas de mercado financeiro, universidades e ONGs.

Após a consolidação dos resultados dos públicos externos e internos, a Coelce submeteu os temas à avaliação de representantes da diretoria da empresa. Com base no direcionamento estratégico de comunicação e planejamento da Coelce e dos princípios do Pacto Global, foi realizada a avaliação final da relevância desses temas e a consolidação da matriz de materialidade, com o seguinte posicionamento dos temas:

Matriz de materialidade



Classificação dos temas nos quadrantes

TEMAS	INDICADOR GRI
Muito importante	
2. Investimentos sociais (programas)	EC8, SO1
6. Tarifa social	EC4, EC8
7. Segurança do consumidor	PR1
10. Consumo consciente	EN6
13. Relacionamento com os clientes	4.14 a 4.17
16. Qualidade de vida dos colaboradores	LA8
18. Saúde e segurança dos colaboradores	LA6, LA7, LA8
21. Transparência e ampla divulgação de informações	2.8, 4.4, 4.6
25. Cumprimento legal (ambiental)	EN28
28. Ecoeficiência	EN1 a EN10, EN16 a EN20
43. Gestão ambiental	EN26, EN30
48. Treinamento e desenvolvimento	LA10, LA11
Importante	
3. Investimentos culturais	EC8
5. Regularização das ligações clandestinas	SO2
8. Segurança da rede pública	PR1, PR3
11. Eficiência na transmissão	EN6, EN7
12. Eficiência na distribuição	EN6, EN7
15. Remuneração e benefícios	LA3, EC5
23. Código de ética	4.8
29. Biodiversidade	EN11 a EN15
30. Trabalho infantil	HR6
31. Trabalho escravo	HR7
35. Impostos	EC1
37. Planejamento estratégico	1.2
38. Investimentos em infra-estrutura	EC8
40. Investimentos em capital humano	LA10, LA11, LA12
41. Gestão de riscos	1.2, 4.11
42. Gestão de suprimentos	HR2, EC6
44. Cumprimento legal (produtos e serviços)	PR2, PR4, PR7, PR9
Medianamente importante	
1. Programas de universalização	EC4, EC8
9. Fontes alternativas de energia	1.2, EC2, EN6
14. Colaboradores terceirizados	EC7, LA1, LA14, HR4
17. Diversidade	LA13, LA14
20. Suborno e corrupção	SO2, SO3, SO4
22. Cumprimento legal (leis e regulamentos)	SO7, SO8

24. Adesão a pactos e princípios	4.12
27. Emissões atmosféricas	EN16 a EN20
34. Desenvolvimento de fornecedores locais	EC6, HR2
36. Apoio a políticas públicas	EC8, SO5
39. Investimento em P&D	EC2, EC4, EN30
45. Certificações	Gestão
46. Relação com os investidores	4.16 a 4.17
47. Previdência	EC3
49. Eficiência energética	EC8, EN6
50. Indicadores de qualidade	PR5
Pouco importante	
4. Voluntariado	EC8, SO1
11. Eficiência na transmissão	EN6, EN7
12. Eficiência na distribuição	EN6, EN7
17. Diversidade	LA13, LA14
19. Relação com os sindicatos	LA4, LA6, LA9
26. Impactos das redes de transmissão em áreas florestais	EN26
32. Direitos indígenas	HR9

Após a avaliação final e de acordo com os resultados da materialidade, a Coelce definiu quais temas seriam considerados na redação e consolidação deste documento. Todos os indicadores essenciais foram respondidos, sendo atendidos alguns indicadores adicionais relativos aos temas enquadrados como pouco importantes.

Dessa maneira, a Coelce reforça o seu compromisso com a transparência e respeito no diálogo estabelecido com todos os seus públicos estratégicos, apresentando os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades de acordo com a importância desses temas para a empresa e para todos aqueles que fazem parte de seu negócio.

Comentários ou eventuais esclarecimentos sobre este relatório podem ser encaminhados para o Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Coelce, pelo E-mail: drpinho@endesabr.com.br – fone: 55 85 3216 1322

GRI

3.4

GRI

2.8

Principais indicadores

Mercado	2003	2004	2005	2006	2007
Energia faturada (GWh)	5.985	6.260	6.713	6.877	7.327
Nº de consumidores ativos (milhares)	2.255	2.334	2.438	2.543	2.689
Consumo residencial médio (KWh/ano)	1.114	1.079	1.120	1.116	1.184
Tarifas médias de fornecimento ⁽¹⁾ (R\$/MWh)					
Residencial ⁽²⁾	271,00	305,75	482,89	554,10	503,00
Residencial baixa renda	-	-	178,07	212,54	203,50
Comercial	304,47	364,01	408,96	462,32	422,92
Industrial	183,82	217,72	261,63	332,75	303,84
Rural	151,34	173,44	191,31	207,00	186,55

(1) Inclui ICMS

(2) Até 2004, contempla clientes residenciais normais e baixa renda

Econômico-Financeiros	2003	2004	2005	2006	2007
Resultados (R\$ mil)					
Receita Operacional Bruta	1.433.166	1.849.892	2.224.753	2.336.960	2.431.347
Receita Operacional Líquida	1.029.656	1.334.283	1.487.312	1.567.575	1.702.377
EBITDA ⁽³⁾ (R\$ mil)	284.286	223.458	359.859	532.623	462.991
Resultado do Serviço - EBIT ⁽⁴⁾	161.243	94.595	255.314	423.061	351.911
Resultado Financeiro	(45.354)	(33.436)	(5.666)	(10.748)	(7.836)
Lucro Líquido	91.440	36.529	189.124	298.258	244.751
Lucro Líquido por ação ⁽⁵⁾	1,17	0,47	2,43	3,83	3,14

(3) EBITDA reflete o lucro bruto antes das receitas e despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e da Contribuição Social, das depreciações e amortizações. O EBITDA é utilizado como medida de desempenho pela administração da Coelce e não é uma medida adotada pelas práticas contábeis brasileiras ou americanas.

(4) EBIT reflete o lucro bruto antes das receitas e despesas financeiras líquidas, do Imposto de Renda e da Contribuição Social. O EBIT é utilizado como medida de desempenho pela administração da Coelce e não é uma medida adotada pelas práticas contábeis brasileiras ou americanas.

(5) Os anos de 2003 a 2006 foram ajustados para fins de comparação, devido grupamento de ações ocorrido em 2007 na proporção de 2.000 para uma ação.

Margens (%)	2003	2004	2005	2006	2007
Margem EBITDA	27,6%	16,7%	24,2%	34,0%	27,2%
Margem EBIT	15,7%	7,1%	17,2%	27,0%	20,7%
Margem líquida	8,9%	2,7%	12,7%	19,0%	14,4%

Financeiro	2003	2004	2005	2006	2007
Ativo total (R\$ mil)	2.488.007	2.386.481	2.400.409	2.510.593	2.577.911
Patrimônio líquido (R\$ Mil) ⁽⁶⁾	1.137.425	1.146.326	733.919	780.464	850.449
Investimentos (R\$ Mil)	147.815	172.605	251.139	343.098	396.908
Liquidez (Ativo circulante/ Passivo circulante)	1,09	1,21	0,99	0,75	0,73
Retorno sobre Patrimônio líquido (%)	7,90%	3,20%	20,10%	39,40%	30,0%
Dívida financeira bruta (R\$ mil)	689.095	641.572	622.813	489.001	565.370
Dívida financeira líquida (R\$ mil)	558.646	555.155	470.180	424.349	553.006
Dívida financeira líquida/Patrimônio líquido	49,1%	48,4%	64,1%	54,4%	65,0%

(6) Em cumprimento às recomendações da Aneel, em 2005, foi registrada a alteração no processo de contabilização do ágio oriundo da incorporação da controladora.

Ações ⁽⁷⁾	2003	2004	2005	2006	2007
Valor de mercado das ações PNA (R\$/ação) ⁽⁷⁾	8,48	8,24	14,20	22,90	21,50
Valor de mercado das ações PNB (R\$/ação) ⁽⁷⁾	5,04	15,00	12,00	20,46	21,70
Valor de mercado das ações ON (R\$/ação) ⁽⁷⁾	7,60	7,00	14,00	26,80	31,65
Distribuição de resultados (R\$ mil)	86.868	34.702	227.768	283.345	244.751
Valor de mercado da companhia (R\$ mil)	612.171	593.204	1.092.260	1.966.290	2.162.111
Nº de ações PNA (mil) ⁽⁸⁾	56.236.537	56.237.203	56.237.203	56.245.389	28.123.352
Nº de ações PNB (mil) ⁽⁸⁾	3.338.188	3.337.522	3.337.522	3.329.337	1.664.010
Nº de ações ON (mil) ⁽⁸⁾	96.135.875	96.135.875	96.135.875	96.135.875	48.067.937
Nº total de ações (mil) ⁽⁸⁾	155.710.600	155.710.600	155.710.600	155.710.600	77.855.299

(7) Valores referentes à última cotação do exercício.

(8) No período de 2003 a 2006 o número de ações está representado em milhares. A partir de 2007, com o agrupamento de ações na proporção de 2.000 ações para uma ação, o número está representado em unidades.

Corpo funcional	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de colaboradores próprios	1.375	1.337	1.319	1.313	1.297
Nº de colaboradores terceirizados	4.246	5.826	5.853	6.376	6.837
Nº de estagiários	87	123	184	193	176
Nº de menores-aprendizes	2	3	12	8	21
Nº total de colaboradores	5.708	7.286	7.356	7.882	8.310

Produtividade	2003	2004	2005	2006	2007
Consumidores por empregado	1.640	1.745	1.848	1.937	2.073
Energia vendida por empregado (MWh)	4.353	4.682	5.089	5.238	5.649
Custos por cliente (R\$) ⁽⁹⁾	94,73	88,97	103,81	103,6	116,17
Perdas de energia (%)	13,50	13,90	14,00	13,00	12,35
DEC (horas) ⁽¹⁰⁾	16,36	14,6	12,45	11,42	9,40
FEC (quantidade) ⁽¹¹⁾	15,53	11,95	10,44	9,11	7,87

(9) Pessoal + material + serviços de terceiros + programa de eficiência energética + outras despesas operacionais.

(10) Duração equivalente da interrupção por cliente.

(11) Frequência equivalente da interrupção por cliente.

Indicadores ambientais (R\$ mil)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimentos em meio ambiente ⁽¹²⁾	5.306	4.688	7.954	17.029	21.022

(12) Foram incluídos novos indicadores no Balanço Social de 2007 com reflexos na demonstração de 2006, no valor total dos investimentos em meio ambiente.

Indicadores sociais (R\$ mil)	2003	2004	2005	2006	2007
Investimentos sociais internos	47.413	46.746	52.139	54.945	55.928
Total de contribuições para a sociedade	37.489	62.032	79.781	154.546	153.314

Distribuição do Valor Adicionado (R\$ mil)	2003	2004	2005	2006	2007
Pessoal e encargos	73.718	70.477	78.359	75.582	81.162
Impostos, taxas e contribuições	484.141	613.735	777.786	858.930	779.155
Juros e aluguéis	162.208	130.291	120.436	112.505	108.761
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	88.868	34.702	179.668	283.345	244.751
Retenções na companhia (R\$ Mil)					
(Incentivos fiscais e Reserva de lucros)	4.572	8.901	16.958	46.545	69.985

Número de consumidores ativos (milhares)

07	2.689
06	2.543
05	2.438
04	2.334
03	2.255

Energia faturada (GWh)

07	7.327
06	6.877
05	6.713
04	6.260
03	5.985

Receita operacional bruta (R\$ milhões)

07	2.431
06	2.337
05	2.225
04	1.850
03	1.433

Investimentos (R\$ milhões)

07	397
06	343
05	251
04	173
03	148

Dívida Financeira Líquida (R\$ milhões)

07	553
06	424
05	470
04	555
03	559

EBITDA (R\$ milhões)

07	463
06	533
05	360
04	223
03	284

Energia vendida por empregado (MWh)

07	5.649
06	5.238
05	5.089
04	4.682
03	4.353

Valor de mercado da companhia (R\$ milhões)

07	2.162
06	1.966
05	1.092
04	593
03	612

Lucro Líquido (R\$milhões)

07	245
06	298
05	189
04	37
03	91

Custo por cliente (R\$)

07	116,17
06	103,6
05	103,81
04	88,97
03	94,73

Total de contribuições para a sociedade (R\$ milhões)

07	153
06	155
05	80
04	62
03	37

Distribuição de resultados (R\$ milhões)

07	245
06	283
05	228
04	35
03	87

GRI

1.1

Mensagem da Administração

A economia brasileira encerrou 2007 com saldo positivo em seus principais indicadores: crescimento do emprego e da renda, inflação controlada, juros menores, superávit na balança comercial, balanço de pagamentos equilibrado, reservas internacionais recordes e risco-país estável. Com essas condições de estabilidade, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 5,4%, no melhor desempenho dos últimos três anos, e o País passou ao largo da instabilidade dos mercados financeiros mundiais, que sofreram o impacto da crise no setor imobiliário dos Estados Unidos.

A Coelce manteve-se bem-posicionada para atuar nesse cenário, seguindo a estratégia de aprimorar sua operação para a melhoria contínua da qualidade dos serviços, mantendo boa eficiência operacional com custos baixos, controle disciplinado da inadimplência e redução de perdas de energia. No ano, o volume de energia que fornecemos cresceu 6,5%, acima dos 4,7% de evolução no consumo registrados no País pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Somado à oferta de novos produtos e serviços, esse desempenho impulsionou em 8,6% nossa receita líquida, que totalizou R\$ 1,7 bilhão.

Investimos R\$ 397 milhões em obras de expansão, reformas e manutenção do sistema, a fim de garantir a eficiência da rede, a ampliação da capacidade de atendimento e, principalmente, a universalização do serviço.

Isso se traduziu em melhorias nos principais indicadores de qualidade, levando a duração da interrupção por cliente (DEC) a recuar de 11,42 horas para 9,40 horas, e a frequência de interrupção para 7,87 vezes, em comparação a 9,11 vezes no ano anterior.

A estratégia de negócios da companhia pressupõe um relacionamento de maior proximidade com os clientes e com a comunidade. Ampliamos a oferta de novos produtos e serviços. Além de aprimorarmos o atendimento, por meio de treinamento dos colaboradores e empresas parceiras, lançamos campanhas para reforçar, entre os consumidores, a imagem da Coelce como uma empresa comprometida com a qualidade e a sustentabilidade dos negócios.

Como resultado de nossos esforços, fomos reconhecidos pela Abradee, pela segunda vez consecutiva, como a melhor distribuidora de energia elétrica do Nordeste. Com projetos inovadores, como a Escola Coelce Caminhos Eficientes e o Ecoelce, foi reforçada a atuação da companhia direcionada para a responsabilidade social e ambiental, destacada pela Abradee com a terceira colocação nesse aspecto, em nível nacional. Como consequência, as ações PNA da Coelce mantiveram em 2007 sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, que compreende ações de empresas com reconhecido compromisso com a responsabilidade social e ambiental.

Em 2007, encerramos com sucesso o Plano Escalada Coelce 2004-2007 e iniciamos em 2008 um novo plano estratégico para os próximos quatro anos, o "Ser Coelce – Gente no Caminho Certo", com foco nos colaboradores internos e externos (parceiros), clientes e resultados.

Para 2008, nosso desafio é estreitar ainda mais o relacionamento com os nossos clientes e continuar aprimorando nossos indicadores técnico-operacionais, mantendo uma situação econômico-financeira equilibrada. Seguiremos investindo em tecnologia e inovação, em novos produtos e serviços, em qualidade operacional e de atendimento, e em ações socioambientais sustentáveis. Apesar da instabilidade no ambiente internacional, as perspectivas da economia brasileira permitem traçar um cenário de otimismo para 2008, com expectativas de expansão de 5% do PIB, de consumo crescente na população de baixa renda e de bom ritmo de investimentos produtivos.

Gostaríamos de agradecer o empenho de todas as pessoas que, diariamente, colocam em prática a missão da companhia de fornecer serviços de qualidade, satisfazendo aos clientes, propiciando retorno adequado aos acionistas, contribuindo para o desenvolvimento do Ceará, com colaboradores e parceiros qualificados e comprometidos. A todos, e àqueles que nos apóiam para cumprirmos esta missão, nosso muito obrigado.

Mario Fernando de Melo Santos
Presidente do Conselho de
Administração



Mensagem do Presidente

A conquista do Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Nordeste, pela segunda vez consecutiva, foi uma marca para a Coelce em 2007. Compartilhamos essa alegria com nossos colaboradores e clientes, cujo reconhecimento realimentou a firme decisão de estarmos cada vez mais próximos, reforçando esse relacionamento com maior confiança, transparência e, principalmente, simplicidade.

A satisfação dos nossos clientes continuou sendo a nossa prioridade em 2007. Para melhorar a qualidade da prestação de nossos serviços, investimos em tecnologia e em treinamento de nossos colaboradores, sempre ressaltando a importância de saber ouvir atentamente e atender às expectativas dos clientes. Conseguimos manter um excelente desempenho nos indicadores de qualidade. Comemoramos a queda de 18% no índice de duração das interrupções do fornecimento (DEC), que ficou em 9,4 horas, nos destacando como a empresa com o melhor do Nordeste. O índice de frequência (FEC) também foi excepcional: apenas 7,87 (14% abaixo do FEC de 2006).

Investimos R\$ 397 milhões no ano, com destaque para os R\$ 149 milhões aplicados no Programa Luz para Todos, para a universalização da energia elétrica na zona rural, principalmente em comunidades carentes. Levar energia elétrica aos cantos mais isolados do Ceará, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico dessas regiões é fundamental para o crescimento da Coelce, que está intrinsecamente ligado à melhoria da qualidade de vida dos cearenses.

Destinamos recursos para ampliar nossos serviços e obter melhorias operacionais e de atendimento aos clientes. Chegamos à marca de 2,7 milhões de unidades consumidoras, incorporando quase 150 mil novos clientes em 2007, e superamos os 100 mil quilômetros de linhas de

GRI

1.1

distribuição. Reduzimos as perdas para 12,35%, e mantivemos um índice de arrecadação de 100%, com elevação de 6,5% na energia faturada. Oferecemos novos produtos e serviços, ampliando a percepção dos clientes sobre benefícios que a Coelce pode proporcionar. Expandimos os processos certificados com padrão ISO 9000 e sustentamos boa qualidade de atendimento, situando-nos como a segunda melhor distribuidora do Nordeste em satisfação dos clientes, segundo a Abradee.

O excelente desempenho operacional foi alcançado dando sempre prioridade à segurança de todos os colaboradores. Em 2007, obtivemos a menor taxa de gravidade de acidentes da Endesa em toda a América Latina. As ações de integração e valorização de nosso pessoal permitiram obtermos um índice de satisfação dos colaboradores superior a 90%, permanecendo entre as 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, na prestigiada pesquisa realizada pelo Guia Exame-Você S/A.

A responsabilidade social corporativa e a preocupação ambiental continuaram fundamentais para nossa estratégia de negócios. Mantivemos e ampliamos a certificação ISO 14001, e conquistamos o terceiro lugar no Prêmio Abradee de Responsabilidade Social. Entre inúmeras iniciativas, destacamos o sucesso do Ecoelce, um programa inovador que incentiva a coleta seletiva ao oferecer bônus na conta de energia em troca dos resíduos recicláveis, que conta com a participação de quase 20 mil clientes, e que tende a crescer muito em 2008.

Alcançamos também relevantes resultados financeiros, mesmo diante da revisão tarifária de abril de 2007 que reduziu, ainda provisoriamente, nossas tarifas em média 6,35%. Apesar desse fato, obtivemos R\$ 463 milhões de EBITDA e lucro líquido de R\$ 245 milhões, com 30% de retorno sobre o Patrimônio Líquido. A dívida financeira líquida representou 65% do

Patrimônio Líquido em dezembro de 2007, indicador que continua bem abaixo da média do setor, mantendo os reduzidos custos financeiros dos anos recentes. Aos nossos acionistas, distribuimos R\$ 283,3 milhões em dividendos, valor 24% superior ao montante pago em 2006.

Após o sucesso do Plano Escalada Coelce (2004-2007), iniciamos em 2008 um novo plano estratégico para os próximos quatro anos, o “Ser Coelce”, com foco no desenvolvimento de nosso público interno e dos colaboradores parceiros. Para 2011, estabelecemos metas ousadas para atingir os seguintes objetivos: queremos ser reconhecidos como a melhor empresa do Ceará em atendimento e proximidade com o cliente, o melhor lugar para se trabalhar no Nordeste e estar entre as melhores companhias de distribuição de energia elétrica do Brasil.

Sabemos que para atingirmos esses objetivos, somente pessoas motivadas conseguirão atender bem os clientes e contribuir para o desenvolvimento do Ceará, obtendo como consequência resultados sustentáveis para os negócios. Esse é o caminho certo que queremos percorrer. Pelo apoio em 2007, agradecemos a colaboradores, clientes, empresas parceiras e fornecedores, comunidades e órgãos públicos, instituições financeiras, conselheiros e acionistas. Estamos certos de que todos contribuíram para o sucesso da Coelce em 2007 e continuarão a fazer a diferença em 2008.

Abel Alves Rochinha
Diretor-presidente



Compromisso com a sustentabilidade

Toda a gestão de negócios da Coelce vem sendo impactada positivamente desde a incorporação de um conjunto de diretrizes visando à sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental. A adoção dos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, disseminados pela Endesa, aconteceu oficialmente em 2005, e passou a influenciar diretamente nos planos estratégicos da companhia e na Visão, Missão e Valores corporativos.



Esses princípios orientam todas as ações da empresa, que são realizadas de modo a criar um estilo simples e confiável de gestão, a integrar processos, a conhecer e estar mais próxima do cliente e a integrar os parceiros.

Conduta: Governança corporativa



Da esquerda para a direita:

José Távora Batista- Diretor vice-presidente Técnico

José Renato Ferreira Barreto- Diretor vice-presidente de Organização e Recursos Humanos

José Nunes de Almeida Neto- Diretor vice-presidente Institucional e de Comunicação

Abel Alves Rochinha- Diretor-presidente

Abel Perez- Diretor vice-presidente de Planejamento e Controle de Gestão

Olga Jovanna Carranza Salazar- Diretora vice-presidente Comercial

Teobaldo José Cavalcante Leal- Diretor vice-presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Órgãos de apoio à governança

A disseminação do Código de Ética, o tratamento igualitário a todos os acionistas e as adequações dos processos internos para atender as exigências da lei norte-americana Sarbanes-Oxley – que busca coibir fraudes e corrupção nos relatos financeiros – são exemplos das práticas de governança corporativa adotadas pela Coelce.

Ao procurar vivenciar no cotidiano o primeiro item de sua lista de Valores – ser Transparente –, a companhia ressalta a importância do comportamento ético em todas as etapas da distribuição de energia elétrica, aprimorando o relato de seus processos internos e o cumprimento de rigorosas normas de controle. Como resultado, orgulha-se de participar, pelo segundo ano consecutivo, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

GRI
4.9

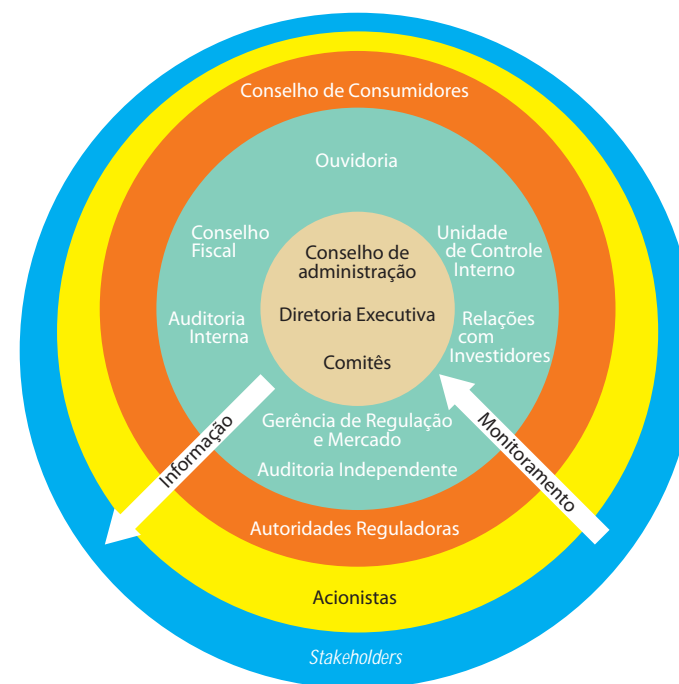
O Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva estimulam a adoção de diretrizes e indicadores que promovam os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável da Endesa, como os da Global Reporting Initiative (GRI), o questionário do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o balanço social do Ibase. Dessa forma, permite acompanhar a evolução do desempenho da empresa nos aspectos econômico, social e ambiental. Todas as áreas da estrutura organizacional são responsáveis por transformar os conceitos em ações integradas às suas atividades.

GRI
4.1
4.3

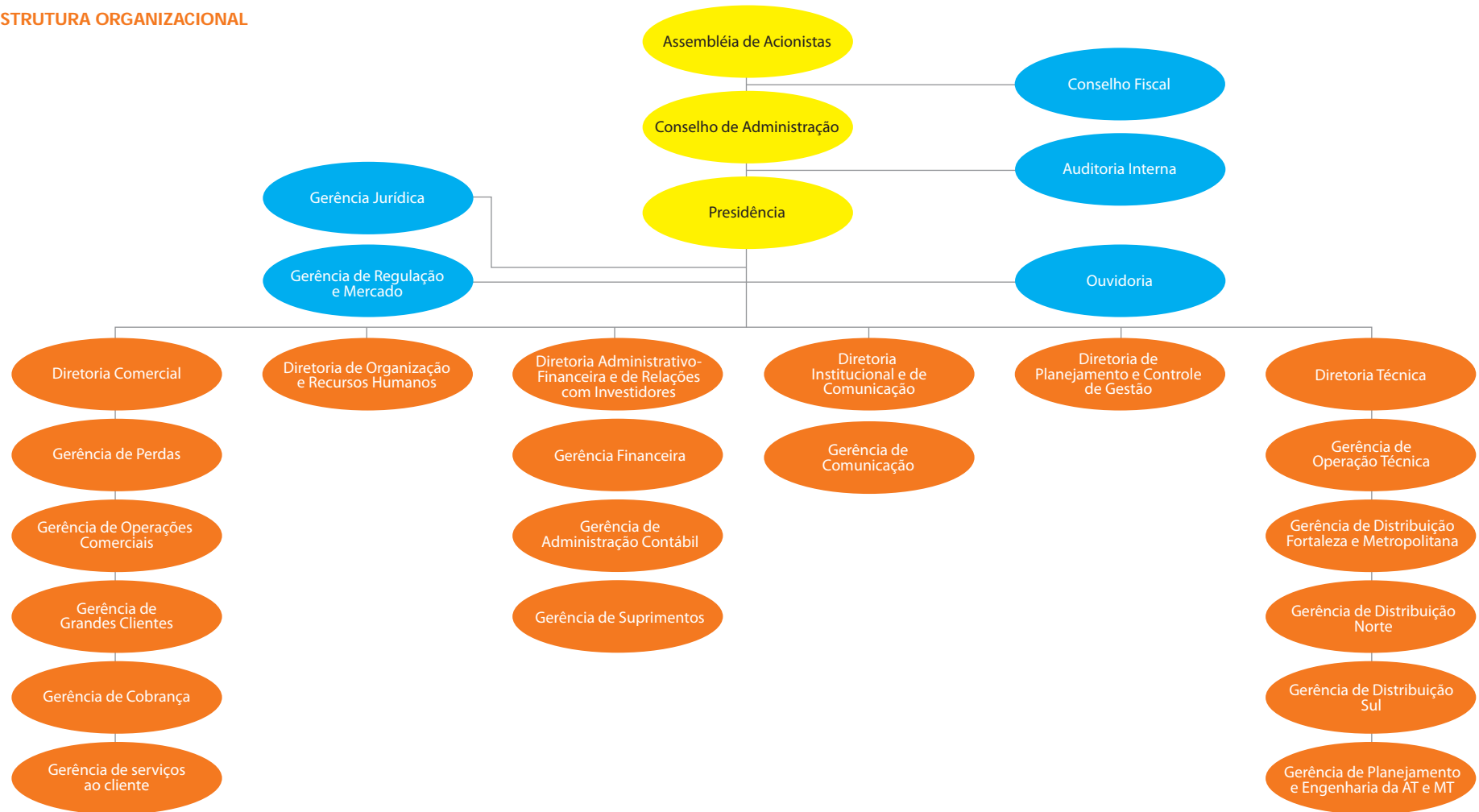
Nessa estrutura organizacional, órgãos de apoio à governança estimulam a comunicação transparente entre as várias áreas e níveis hierárquicos, tais como canais de comunicação para receber denúncias de irregularidades, e a participação expressiva de conselheiros independentes (36% dos membros), sem vínculo com o acionista controlador.

Para evitar conflitos de interesses entre os acionistas, o Conselho de Administração é responsável por assegurar que normas legais, regulamentos e disposições contratuais sejam rigorosamente observados, norteando-se também pelos valores de transparência e confiança assumidos pela companhia.

GRI
4.6



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Assembleia de Acionistas

Constituída segundo a Lei 6.404/76, tem a missão de deliberar e verificar a legitimidade e legalidade das ações realizadas pelos demais órgãos da Administração. Responsável por eleger os Conselhos de Administração e Fiscal, a Assembleia de Acionistas reuniu-se três vezes em 2007, sendo uma em sessão ordinária e duas em assembleias extraordinárias.

Conselho de Administração

GRI
4.5
4.10 Define a orientação geral dos negócios, além de fiscalizar a observância das diretrizes fixadas e acompanhar a execução dos programas estabelecidos, verificando os resultados alcançados. O Conselho de Administração é constituído por 11 membros titulares e igual número de suplentes, sendo um presidente e um vice-presidente, eleitos em Assembleia Geral Ordinária. O atual grupo foi escolhido em abril de 2007 para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Um dos integrantes foi indicado pelos acionistas empregados e outro pelos acionistas preferenciais. Ao todo são quatro conselheiros independentes, representantes de públicos interessados da Coelce, tais como consumidores, empregados e acionistas minoritários. Os membros do Conselho de Administração não têm participação nos lucros ou remuneração vinculada ao desempenho dos negócios. Já o cumprimento de metas relacionadas aos objetivos estratégicos da companhia prevê remuneração extra para todos os empregados da Coelce, variando apenas a parcela destinada aos diferentes níveis hierárquicos. Até o final de 2007, não era realizado nenhum processo de avaliação de desempenho do Conselho.

Integrantes do Conselho de Administração

Mário Fernando de Melo Santos – Presidente
Marcelo Andrés Llavenes Rebolledo – Vice-presidente
Cristóbal Sanchez Romero – Conselheiro

Cristián Eduardo Fierro Montes – Conselheiro
Gonzalo Manuel Vial Vial – Conselheiro
José Alves de Mello Franco – Conselheiro
Luiz Carlos Laurens Ortis Bettencourt – Conselheiro
Jorge Parente Frota Júnior – Conselheiro independente
Aguinaldo Nogueira Lima – Conselheiro independente, eleito pelos acionistas minoritários
Luiz Gastão Bittencourt da Silva – Conselheiro independente
Fernando Antônio de Moura Avelino – Conselheiro independente, eleito pelos empregados acionistas

Nenhum dos conselheiros titulares, incluindo o presidente e o vice-presidente, é executivo da Coelce, porém alguns são da Endesa. Dentre os membros suplentes, são executivos da Coelce: José Távora Batista (Diretor vice-presidente Técnico); Teobaldo José Cavalcante Leal (Diretor vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores); José Renato Ferreira Barreto (Diretor vice-presidente de Organização e Recursos Humanos); José Nunes de Almeida Neto (Diretor vice-presidente Institucional e de Comunicação); e José Caminha Araripe (Gerente de Regulação e Mercado).

Os acionistas e colaboradores podem se comunicar com o Conselho de Administração por meio de correspondências enviadas para a sede da Coelce, em Fortaleza. Os temas são posteriormente discutidos nas reuniões do Conselho e na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente até o final de abril.

Conselho Fiscal

Sua principal responsabilidade é fiscalizar os atos dos administradores, inclusive as demonstrações financeiras, dando parecer aos acionistas.

GRI

4.2

4.3

GRI

4.4

GRI 4.5 Órgão independente da administração e da auditoria externa da companhia é formado por três membros, com igual número de suplentes, sendo um representante de acionistas preferenciais que não pertence ao grupo de controle. O mandato do Conselho Fiscal é de um ano, com possibilidade de reeleição pela Assembléia Geral. Em 2007, aconteceram quatro reuniões. Todos os integrantes do Conselho Fiscal recebem uma remuneração mensal, que não está vinculada ao desempenho da companhia.

Integrantes do Conselho Fiscal

Antônio Osvaldo Alves Teixeira

Antônio Cleber Uchoa Cunha

Sérgio Queiroz Lyra (eleito pelos acionistas preferenciais, Eletrobrás e Petros)

Diretoria Executiva

Responsável pela administração das operações, segundo as diretrizes apontadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é formada pelo presidente e seis vice-presidentes, com mandato de três anos e reeleição permitida.

Integrantes da Diretoria Executiva

Abel Alves Rochinha – Diretor-presidente

Abel Pérez – Diretor vice-presidente de Planejamento e Controle de Gestão

José Nunes de Almeida Neto – Diretor vice-presidente Institucional e de Comunicação

José Renato Ferreira Barreto – Diretor vice-presidente de Organização e Recursos Humanos

José Távora Batista – Diretor vice-presidente Técnico

Olga Jovanna Carranza Salazar – Diretora vice-presidente Comercial

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor vice-presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores.

Composição dos órgãos de governança – Gênero – 2007

	FEM	MASC
Conselho de Administração	0	11
Conselho Fiscal	0	3
Diretores	1	6
Gerentes	3	12
Total	4	32

GRI

LA13

Composição dos órgãos de governança – Faixa etária – 2007

	18-35 ANOS	36-45 ANOS	ACIMA DE 45 ANOS
Conselho de Administração	0	3	8
Conselho Fiscal	0	0	3
Diretores	1	2	4
Gerentes	0	5	10
Total	1	10	25

Composição dos órgãos de governança – Cor – 2007

	AMARELA	BRANCA	NEGRA	INDÍGENA
Conselho de Administração	0	11	0	0
Conselho Fiscal	0	3	0	0
Diretores	0	6	1	0
Gerentes	0	11	4	0
Total	0	31	5	0

Comitês de apoio à administração

Após a definição das diretrizes pelo Conselho de Administração, a Coelce conta com o apoio de doze comitês para auxiliar a execução e monitoramento do plano estratégico:

- Comitê de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- Comitê Técnico de Sustentabilidade
- Comitê Técnico Ambiental
- Comitê Econômico
- Comitê de Investimentos
- Comitê de Gestão da Marca
- Comitê de Gestão dos Riscos Financeiros
- Comitê Central de Segurança
- Comitê de Segurança da Informação
- Comitê de Gestão de Crises
- Comitê de Novos Negócios
- Comitê de Inovação

De todos os comitês participam integrantes da alta administração e/ou especialistas técnicos. Dessa forma, a Coelce procurar garantir a tomada de decisões estratégicas a partir de critérios técnicos e multidisciplinares.

GRI Instrumentos e órgãos de apoio ao comportamento ético

4.8

Código de Ética

O documento, disponível na Intranet e no *website* da Coelce, reúne as principais políticas a serem adotadas por todos os colaboradores nas atividades da companhia e no relacionamento com as partes interessadas – acionistas, empresas parceiras, clientes, governo e sociedade. Na relação com autoridades do governo, o código determina a postura de não-favorecimento direto ou indireto a agentes do governo público e não apóia ou financia candidaturas ou partidos políticos.

GRI Alinhados ao Código de Ética Empresarial, os contratos com fornecedores
HR1 incluem critérios de Responsabilidade Corporativa, como proibição do

trabalho infantil ou escravo e adoção de padrões ambientais que superam os previstos pela legislação. Em 2007, dos 272 contratos ativos com as empresas parceiras, 61% deles (166) registravam cláusulas de proibição de trabalho forçado e uso de mão-de-obra infantil. Esses critérios passaram a ser inseridos pela Coelce a partir de 2005, por isso estão ausentes nos contratos antigos ainda em vigor, mas que receberão o conteúdo na próxima renovação.

GRI
HR6
HR7

A Coelce realizou vistoria em 54 empresas fornecedoras de serviço em 2007, escolhidas de forma aleatória dentre as que já tinham as cláusulas especificadas em contrato, não registrando nenhuma ocorrência de trabalho forçado ou infantil.

GRI
HR2

As empresas contratadas para a vigilância das sedes devem cumprir a determinação da Polícia Federal de oferecer curso de Direitos Humanos aos seguranças, com objetivo de conscientizá-los sobre o respeito aos direitos humanos, o atendimento adequado e prioritário para as pessoas com deficiência e a importância de desenvolver hábitos de sociabilidade que permitam um bom relacionamento no trabalho e em outras esferas do convívio social. Em 2007, receberam treinamento 40 colaboradores parceiros da empresa Ceará Segurança, num total de 720 horas-homem treinadas.

GRI
HR8

Para os funcionários e colaboradores parceiros, a Coelce dissemina de forma constante seus Valores corporativos e os conceitos de responsabilidade social, mas ainda não contabiliza o total de horas em treinamento específico em aspectos de direitos humanos.

GRI
HR3

Código de Conduta dos Empregados

O documento, que reúne as diretrizes de boa conduta profissional, é

entregue a todos os novos profissionais que ingressam na Coelce, além de estar divulgada na Intranet. Um dos itens ressaltados refere-se ao uso de divulgação de informação privilegiada, que não deve ser utilizada em benefício próprio ou de terceiros. Agir com respeito e ética e vivenciar os Valores da companhia também constam nas normas.

Código de Postura dos Administradores

Aplica-se a todos os diretores da Coelce, norteados as ações comportamentais dos executivos em nome da ética e do profissionalismo.

Canal Ético

GRI
HR4

Garantindo completa confidencialidade, o Canal Ético recebe denúncias sobre más práticas corporativas referentes a conduta, contabilidade, controle e auditoria interna. Por meio do *site* da Coelce, o interessado pode realizar sua manifestação ou denúncia, que será encaminhada para uma empresa independente, que analisará a questão e acionará os órgãos competentes para resolver a questão. O Canal Ético, que atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, é mantido pela Endesa na Espanha e não recebeu nenhuma denúncia de má conduta, casos de discriminação ou de corrupção envolvendo empregados da Coelce, em 2007.

Comissão de Ética

GRI
SO4

Busca zelar pelo respeito ao Código de Conduta dos Empregados e ao Código de Ética Empresarial. A comissão, composta pelo diretor-presidente, diretores vice-presidentes, Gerência Jurídica e pelo Departamento de Remuneração e Relações Trabalhistas, é responsável por analisar os casos de irregularidades e decidir quais medidas adotar. Em 2007, não foi registrada nenhuma denúncia de violação dos códigos.

Auditoria Interna

Procura garantir o cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos pela companhia e audita os sistemas de controle interno, a fim de combater erros e fraudes. O programa de auditoria interna é coordenado em nível corporativo, reforçando sua atuação com autonomia em relação à Diretoria de cada companhia da Endesa.

Auditoria Independente

As demonstrações econômico-financeiras são auditadas pela AGN Canarim Auditores Associados, contratada pela Coelce até 2009. Além da auditoria externa, a AGN não realiza nenhum outro serviço para a Coelce, mantendo o princípio da independência.

Unidade de Controle Interno

Como parte da Endesa, que possui títulos negociados na Bolsa de Valores de Nova York, a Coelce se adequou aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, criando uma área de Controle Interno, que tem a função principal de monitorar e garantir a eficácia dos planos de ação para gerenciar os riscos relacionados à atividade.

Ouvidoria

Os consumidores contam com canais de comunicação com a Coelce, como a central telefônica gratuita (0800), e-mails e correspondências. Essas áreas atuam de forma imparcial, mediando conflitos, reclamações e denúncias. Os detalhes serão citados no capítulo Clientes (página 52).

Conselho de Consumidores

Seu caráter consultivo volta-se para a orientação, análise e avaliação das questões ligadas às tarifas e ao fornecimento e aperfeiçoamento dos serviços prestados ao consumidor da Coelce. O Conselho dos

Consumidores (Conerge) tem um representante titular e outro suplente das classes residencial, rural, comercial, industrial e poder público, além da participação do órgão de defesa dos consumidores estadual. Em 2007, foram realizadas dez reuniões em Fortaleza e uma no interior, em Baturité.

Relações com Investidores

Esta área cuida da comunicação com o mercado de capitais e acionistas, divulgando informações precisas da Coelce, acompanhadas de análises dos indicadores econômico-financeiros e operacionais. Em 2007, a equipe realizou dois encontros com analistas e investidores na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), em Fortaleza e São Paulo, além da participação do Painel Setorial de Energia Elétrica, organizado pela Abradee, com o apoio da Apimec.

Gerência Jurídica

Especialistas com conhecimentos técnico-jurídicos representam a Coelce perante as esferas do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo.

Gerência de Regulação e Mercado

Acompanha a regulamentação do Setor Elétrico Brasileiro e as medidas necessárias para a Coelce atender com qualidade ao mercado projetado, minimizando os riscos e aproveitando ao máximo as oportunidades do mercado.

GRI

4.12

Apoio ao Pacto Global

A Coelce tornou-se signatária do Pacto Global em março de 2005. A iniciativa das Nações Unidas busca incentivar o setor empresarial a adotar práticas de responsabilidade corporativa, a fim de promover uma economia global mais

sustentável e inclusiva. Para fazer a sua parte, a Coelce desenvolve suas atividades tendo como base dez princípios nas áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e anticorrupção.

Os 10 princípios do Pacto Global

Direitos Humanos

1. Respeitar e proteger os direitos humanos
2. Impedir violações de direitos humanos

Direitos do Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho
4. Abolir o trabalho forçado
5. Abolir o trabalho infantil
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho

Proteção Ambiental

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
8. Promover a responsabilidade ambiental
9. Desenvolver tecnologias que não agredem o meio ambiente

Contra a Corrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

Ao final de 2007, a Endesa realizou pesquisa para diagnosticar, nos países em que atua e nas empresas que a integram, os principais aspectos de risco-país (pontuados como baixo, moderado, médio-alto e alto) e o nível de cumprimento dos princípios adotados pelas suas empresas, respectivamente.

De acordo com a pesquisa, o Brasil apresenta risco moderado para os princípios de Direitos Humanos, Direitos do Trabalho e Proteção Ambiental. Para a Luta Contra a Corrupção identificou-se risco médio-alto. A partir dessa pesquisa, a Coelce irá potencializar as ações que tratem desses temas, principalmente no que se refere à disseminação e discussão entre seus colaboradores.

Todas as ações realizadas em 2007 para promover o Pacto Global estão listadas no sumário do Anexo 2, na página 130.

Ações contra a corrupção

Alinhada ao décimo princípio do Pacto Global, em abril de 2007 a Coelce aderiu oficialmente ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção. Essa é uma iniciativa do Instituto Ethos, juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e o Comitê Brasileiro do Pacto Global, entre outras entidades. O pacto reúne um conjunto de procedimentos a serem adotados pelas empresas no seu relacionamento com o poder público, tratando de temas como sonegação fiscal, corrupção de agentes públicos, crime organizado e lavagem de dinheiro.

GRI
SO2
SO3
SO6

Conforme consta em seu Código de Ética Empresarial, a Coelce não financia partidos políticos nem participa de *lobbies* a favor do poder público. Apesar de não ter realizado nenhum treinamento específico sobre o tema corrupção para os seus colaboradores próprios e de empresas parceiras em 2007, busca disseminar de forma permanente seus Valores e seus códigos de conduta. Uma vez que parte dos seus clientes são órgãos públicos, como prefeituras e governo estadual, exige de seus empregados uma relação profissional transparente, evitando, principalmente, qualquer risco que possa denegrir a imagem da companhia.

No planejamento de políticas públicas, a Coelce participa muitas vezes da discussão e elaboração de propostas, especialmente para a execução do Programa Luz para Todos. Em 2007, a companhia compareceu a encontros e seminários para a discussão de temas de infra-estrutura para o Estado do Ceará e em reuniões mensais com a Ouvidoria da Agência Reguladora.

GRI
SO5

Relacionamento com as partes interessadas

Para a Coelce, uma comunicação transparente e eficaz é fundamental para melhorar o relacionamento com todas as suas partes interessadas. Para o público interno, busca sempre uma forma de comunicação clara e objetiva, incentivando os colaboradores e parceiros na conquista das metas corporativas. Também procura estreitar as relações com a comunidade por meio do repasse permanente de informações sobre os produtos e serviços, com enfoque permanente no uso racional e seguro da energia elétrica. Busca ainda respeitar os direitos humanos, sendo contrária ao uso ou divulgação de imagens que coloquem pessoas em situação constrangedora, preconceituosa, desrespeitosa ou de risco, ou ainda que possam promover a exploração sexual, incitar a violência ou estar vinculadas a qualquer atividade ilícita.

Com o objetivo de melhorar o engajamento dos públicos estratégicos, a fim de entender as principais preocupações e receber críticas e sugestões, a Coelce disponibiliza canais de comunicação internos e externos e outros meios de participação, conforme descritos na sequência:

GRI

RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS

4.14 4.15 4.16	PARTE INTERESSADA	DESCRIÇÃO	CANAIS DE COMUNICAÇÃO	CANAIS DE PARTICIPAÇÃO
	Clientes	<ul style="list-style-type: none"> Os 2,7 milhões de clientes, divididos em oito classes de consumo: residencial, comercial, industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e revenda. 	<ul style="list-style-type: none"> Website; Código de Ética Empresarial; Conta de energia; Campanhas na mídia; Fôlderes explicativos; e Revista <i>Cliente Coelce Plus</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Conselho de Consumidores da Coelce (Conerge); Canal Ético; Ouvidoria; Ouvidoria na Comunidade; Coelce nos Bairros; Agência Interativa Coelce; 200 Lojas de Atendimento; Escreva para o Presidente; Central de Relacionamento; Pesquisas de satisfação realizadas pela companhia; Pesquisa Abradee de Satisfação do Cliente Residencial; e Pesquisa Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc).
	Acionistas e Investidores	<ul style="list-style-type: none"> Acionistas preferenciais e ordinários; e Potenciais investidores e analistas de mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> Website; Código de Ética Empresarial; Portal de Relacionamento com Investidores; Informações Financeiras Trimestrais; Relatório Anual e de Sustentabilidade; e Revista Endesa América. 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) Externo; Canal Ético; Reuniões do Conselho de Administração; Assembleia de Acionistas; Conselho Fiscal; E-mail: investor@coelce.com.br; e Departamento de Relações com Investidores.
	Governo	<ul style="list-style-type: none"> Órgãos da administração direta e indireta nos âmbitos federal, estadual e municipal. 	<ul style="list-style-type: none"> Website; Código de Ética Empresarial; Relatório Anual e de Sustentabilidade; e Informações Financeiras Trimestrais. 	<ul style="list-style-type: none"> Gerência de Regulação e Mercado; Canal Ético; Departamento de Clientes Institucionais; Departamento de Coordenação e Acompanhamento Regulamentar; Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) Externo; e Reuniões de gestores da companhia com representantes governamentais.

	PARTE INTERESSADA	DESCRIÇÃO	CANAIS DE COMUNICAÇÃO	CANAIS DE PARTICIPAÇÃO
	Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • 1.297 empregados; • 6.837 parceiros; • 176 estagiários; e • 21 menores-aprendizes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Intranet; • Código de Ética Empresarial; • Informativo <i>Linha Direta</i>; • Informativo <i>Dica Cultural</i>; • Informativo <i>Dica Ambiental</i>; • Fotorreportagens; • <i>Clipping</i> de notícias; • Contracheque; • Informativo <i>Ação Coelce</i>; • Revista <i>Família Coelce</i>; e • Campanhas internas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de Clima Laboral; • Canal Ético; • Pesquisa de Comunicação Interna; • Reuniões com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; • RH e Você; • Café-da-manhã com o Presidente; e • Times de Trabalho para Objetivos Estratégicos.
	Comunidade/ Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas residentes na área de concessão da companhia. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Website</i>; • Código de Ética Empresarial; • Campanhas nos veículos de comunicação; e • Relatório Anual e de Sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coelce nos Bairros; • Canal Ético; • Ouvidoria na Comunidade; e • Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente.
GRI EC6	Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Supridores de energia; • Fornecedores de materiais; e • Empresas parceiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Website</i>; • Código de Ética Empresarial; • Portal de Relacionamento com Fornecedores; • Relatório Anual e de Sustentabilidade; e • Informativo <i>Ação Coelce</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encontro anual para planejamento estratégico; • Canal Ético; • Departamento de Gestão do Relacionamento para a Qualidade dos Serviços Prestados; • Encontros com empresas parceiras; • Gerência de Suprimentos; e • Time de Trabalho para o objetivo estratégico "Integrar os Parceiros como Aliados".
	Entidades sem fins lucrativos e organizações socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades parceiras em projetos sociais e de pesquisa e desenvolvimento; • Universidades; • Entidades de classe; e • Institutos e fundações relacionados à área socioambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Website</i>; • Código de Ética Empresarial; e • Relatório Anual e de Sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente; • Canal Ético; • Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) Externo; e • Reuniões em órgãos ligados ao Meio Ambiente: Ibama, Semace, etc.

	PARTE INTERESSADA	DESCRIÇÃO	CANAIS DE COMUNICAÇÃO	CANAIS DE PARTICIPAÇÃO
	Concorrentes	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas nacionais de distribuição de energia elétrica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Website; • Código de Ética Empresarial; • Relatório Anual e de Sustentabilidade; e • Publicações da Abradee. 	<ul style="list-style-type: none"> • Canal Ético; • Seminário Abradee de Melhores Práticas; e • Eventos, visitas e reuniões com gestores de empresas do segmento de distribuição de energia.
GRI 4.13	Associações empresariais e organizações nacionais e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Organização das Nações Unidas (ONU); • Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee; • Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (Abrasca); • Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa); • Associação Brasileira de Contadores de Empresas Elétricas (Abraconee); • Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec); • Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri); • Instituto Brasileiro dos Executivos em Finanças (Ibef); • Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec); • Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e • Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase). 	<ul style="list-style-type: none"> • Website; • Código de Ética Empresarial; e • Relatório Anual e de Sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Canal Ético; • Reuniões com representações de associações empresariais e participação em eventos.
	Imprensa	<ul style="list-style-type: none"> • Rádios; • Jornais; • Revistas; • Televisão; e • Canais de notícias na Internet. 	<ul style="list-style-type: none"> • Website; • Código de Ética Empresarial; • Coletivas de Imprensa; • Releases; e • Relatório Anual e de Sustentabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião (ILO) Externo; • Canal Ético; • Gerência de Comunicação; e • Encontro de Comunicadores.

GRI 4.17 Por meio dos canais de comunicação e participação, a companhia conseguiu identificar as principais preocupações ou temas relacionados a cada público estratégico, assim como medidas a serem adotadas para estreitar o relacionamento e melhorar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

PRINCIPAIS TEMAS E PREOCUPAÇÕES

PARTE INTERESSADA	TEMA/PREOCUPAÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do atendimento; • Qualidade da prestação de serviços; • Segurança com o uso da energia elétrica; • Suspensão do fornecimento de energia por falta de pagamento; e • Consumo eficiente de energia. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nova plataforma de relacionamento com o objetivo de ficar mais próximo do cliente; • ISO 9001 em diversos processos operacionais; • Busca pela melhoria contínua dos indicadores de qualidade técnica do serviço; • Estabelecimento de moderno processo de atendimento emergencial; • Melhorias de processos relativos à cobrança, a fim de evitar a suspensão do fornecimento energia elétrica; e • Campanhas de comunicação relativas a: direitos e deveres do cliente, uso eficiente da energia, riscos e perigos da energia e aviso antecipado do desligamento programado da energia.
Acionistas e Investidores	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho econômico-financeiro; e • Acesso aos relatórios financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de portal de Relações com Investidores; e • Publicação trimestral de demonstrações financeiras.
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> • Empregabilidade e profissionalização; • Qualidade de vida; • Segurança do trabalho; • Gestão participativa; • Benefícios; e • Relacionamento com colaboradores de empresas parceiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de plano de cargos e carreiras; • Realização de campanhas de saúde e voltadas para a qualidade de vida de colaboradores; • OHSAS 18.001; • Investimentos em capacitação e desenvolvimento; • Plano de benefícios negociado com sindicato; e • Instituição do Departamento de Relacionamento com Empresas Parceiras, sob coordenação da Diretoria de Organização e Recursos Humanos.

	PARTE INTERESSADA	TEMA/PREOCUPAÇÃO	MEDIDAS ADOTADAS
GRI EC6	Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Falta de infra-estrutura socioeconômica em muitas comunidades atendidas. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio e/ou realização de projetos sociais, ambientais e de geração de renda, com destaque para o Ecoelce, Escola Coelce Caminhos Eficientes, Baú de Leitura, Energia Social, entre outros.
	Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> Integração com fornecedores; e Qualidade da gestão de empresas fornecedoras de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Realização de seminários técnicos para maior conhecimento sobre materiais elétricos; Estabelecimento do Índice Global de Avaliação de Empresas Parceiras (IGA); e Criação do Departamento de Relacionamento com Empresas Parceiras.
	Entidades sem fins lucrativos e organizações socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de projetos que visam ao empreendedorismo e evitam dependência da companhia; Dificuldade de captação de recursos para implementação de projetos; e Contribuir para a sustentabilidade do planeta. 	<ul style="list-style-type: none"> Incentivo ao desenvolvimento de projetos auto-sustentáveis; Financiamento de projetos sociais, ambientais e culturais desenvolvidos por ONGs, por meio de recursos próprios e de incentivos fiscais; e Compartilhamento de valores praticados por organizações socioambientais.
	Associações empresariais e organizações nacionais e internacionais	<ul style="list-style-type: none"> Discussão de temas de interesse relacionados à área ou públicos atendidos por cada associação/organização. 	<ul style="list-style-type: none"> Compartilhamento de práticas e valores adotados.
	Meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Dúvidas e denúncias de consumidores por meio de matérias veiculadas em jornais, emissoras de rádio e televisão. 	<ul style="list-style-type: none"> Campanhas publicitárias nos diversos veículos de comunicação e interação com a mídia por meio de entrevistas e envio de <i>releases</i> com matérias de interesse da comunidade.
	Governo	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento sustentável do Ceará; e Reclamações em órgãos de defesa do consumidor, Judiciário e agência reguladora. 	<ul style="list-style-type: none"> Encontros com representantes governamentais para a discussão de políticas públicas; Realização de parcerias para a universalização do acesso à energia; e Cumprimento de legislação e acordos realizados com órgãos das diferentes esferas governamentais.

GRI

Planejamento estratégico: Ser Coelce

1.2

O ano de 2007 foi um momento de comemorar as metas alcançadas no encerramento do Projeto Escalada: Coelce Rumo ao Topo, que no início de seu planejamento estratégico, em 2004, soavam como desafiadoras e quase impossíveis de serem atingidas. Entre os principais resultados, houve melhoria significativa dos indicadores de qualidade de serviço no intervalo de quatro anos. A duração das interrupções do fornecimento de energia elétrica (DEC) passou de 14,6 horas para 9,4 horas, inclusive superando a meta de 10,54 que fora estabelecida para o ano. A frequência das interrupções de fornecimento de energia elétrica (FEC) foi reduzida de 11,96 para 7,87 vezes, também um desempenho melhor que a meta de 8,67.

O índice de satisfação da pesquisa de Clima Laboral também avançou (de 75% para 91%) entre 2004 e 2007, e o lucro líquido da companhia aumentou 562%, passando de R\$ 34 milhões para R\$ 245 milhões

Com o encerramento dessa trajetória considerada de sucesso, a Coelce inicia, em 2008, uma nova etapa de quatro anos de crescimento sustentável, com o planejamento estratégico intitulado “Ser Coelce: gente no caminho certo”. As ações são ainda mais focadas na aproximação do relacionamento com o cliente, no desenvolvimento de competências dos colaboradores e no fortalecimento das parcerias com as empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de materiais.

PRINCIPAIS DESAFIOS DO SER COELCE	2007	META 2008	META 2011- FINAL DO “SER COELCE”
GENTE			
Taxa de frequência de acidentes de trabalho	3,4	3,3	2,7
Taxa de gravidade de acidentes de trabalho	41	190	71
Índice Global de Avaliação de Empresas Parceiras	82%	85%	90%
Clima Laboral	Inclusão no <i>ranking</i> das 150 melhores empresas para se trabalhar, publicado pela revista Exame	Continuar entre as 150 melhores empresas para se trabalhar (<i>Exame</i>)	A melhor empresa para se trabalhar no Nordeste
CLIENTE			
DEC	9,4	8,8	7,5
FEC	7,9	7,5	6,4
Tempo Médio de Atendimento inferior a 120 minutos	75%	78%	90%
% solução já no Primeiro Contato do cliente	N/D	60%	90%
Perdas	12,3%	12,3%	11,9%
Índice de arrecadação	100,3%	99,7%	99,5%

Para o seu planejamento, a Coelce utiliza a ferramenta de gestão *Balanced Scorecard*, cujos objetivos estratégicos são pautados em três linhas de ação: gente, cliente e resultado. A estratégia também atende aos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável adotado por todas as empresas da Endesa.

Gestão de ativos intangíveis

Para a Coelce, os ativos intangíveis são fundamentais para a criação de valor e do diferencial competitivo nas empresas que buscam a sustentabilidade

de seus negócios. A identificação desses ativos é feita com base na avaliação das competências e vantagens competitivas da companhia, alinhada às metas de seu plano estratégico “Ser Coelce”.

ATIVO INTANGÍVEL	DEFINIÇÃO	GESTÃO PARA DESENVOLVER E MANTER O ATIVO
Imagem/ Marca	<ul style="list-style-type: none"> • Tradição da marca e da reputação da Coelce em sua área de concessão; • Portfólio de produtos e serviços; e • Qualidade do serviço e do atendimento aos clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de necessidades e expectativas de clientes por meio de pesquisas; • Estudos de impacto da marca Coelce; • Investimentos para a melhoria da qualidade do serviço; • Aperfeiçoamento de processos de atendimento; e • Desenvolvimento de projetos socioambientais alinhados às necessidades do público da área de concessão.
Processos	<ul style="list-style-type: none"> • Processos principais e de apoio; e • Sistemas de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de processos; • Certificações de normas internacionais (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001); e • Realização de auditorias internas e controles internos em conformidade com a lei Sarbanes-Oxley.
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de inovação em processos e produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Inova Coelce, como meio de estimular e realizar a gestão de idéias inovadoras para a companhia.
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos e habilidades de colaboradores, que possuem elevados índices de satisfação e de produtividade; e • Cultura organizacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos em treinamento e desenvolvimento pessoal e profissional, com oferta de bolsas de estudo e plano de benefícios. Investimento em saúde e segurança e em formas de avaliar e medir as competências e nível de satisfação, tais como Avaliação 360º e pesquisas de clima laboral, respectivamente.
Infra-estrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias desenvolvidas para uso específico da Coelce; • Sistemas de informação customizados; e • Banco de dados e toda infra-estrutura de distribuição de energia elétrica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento para manter sua infra-estrutura eficiente e ambientalmente correta; e • Investimentos em tecnologia para informatizar e agilizar cada vez mais os processos, como o uso de palmtops para corte e religação, por exemplo.
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Base composta por clientes distribuídos nos 184 municípios do Ceará, sua área de concessão, cujo PIB é o terceiro maior da Região Nordeste. 	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma estratégica “Ser Coelce: gente no caminho certo”, com o objetivo de aproximar de forma significativa o relacionamento com os clientes. Investimento na melhoria da qualidade dos serviços prestados.



Evento de lançamento 'Ser Coelce'

GRI

1.2

Gestão de riscos

GRI

4.11

A gestão dos negócios da Coelce está fundamentada no Princípio da Precaução, que prioriza a prevenção nas áreas de saúde e segurança dos empregados e colaboradores parceiros, das comunidades na qual está inserida e do meio ambiente. A companhia adota procedimentos e normas para evitar qualquer impacto negativo decorrente da distribuição de energia elétrica, que serão detalhados ao longo dos capítulos pertinentes.

A Coelce administra os riscos inerentes à atividade, por meio do monitoramento constante e eficiente de variáveis oriundas de setores operacionais, financeiros, jurídico, de mercado, entre outros.

Energético

A Coelce possui uma equipe especializada para avaliar, em longo prazo, o cenário de oferta e demanda de energia para o Ceará. São aplicados modelos econométricos para definir a quantidade ótima de contratação, a partir de diversas estimativas de demanda, incorporando variáveis macroeconômicas e setoriais que afetam a evolução do consumo. O objetivo é antecipar potenciais impactos sobre a área de distribuição, de forma a assegurar o abastecimento, ampliar a receita e minimizar eventuais prejuízos.

Mercado

A evolução do consumo de energia depende, dentre outros fatores, do comportamento da economia e da renda do consumidor. Por isso, a Coelce desenvolve programas, em parceria com o governo do Estado do Ceará, a fim de promover o desenvolvimento sustentável da região. O marco regulatório do setor energético também dispõe de mecanismos compensatórios, que preservam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Regulação

Na atividade de distribuição de energia estão previstos cumprimentos legais especificados nos contratos de concessão e na estrutura regulatória do setor energético brasileiro. A Aneel é responsável por regular e fiscalizar a geração e distribuição de energia no País. A Coelce mantém a área de Gerência de Regulação e Mercado justamente para estreitar esse relacionamento com o Órgão Regulador, acompanhando de forma permanente os aspectos que podem interferir na continuidade do negócio e cumprindo com rigor as exigências estabelecidas no contrato de concessão.

Meio ambiente

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Coelce promove o controle e o monitoramento das atividades, orientando a execução dos processos operacionais com base nos requisitos exigidos pela certificação ambiental ISO 14001:2004 e normas técnicas ambientais em vigor.

Financeiros

São considerados como riscos financeiros, os riscos operacionais que promovem perdas financeiras, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado (inflacionário, de taxa de juros e de câmbio). Para trabalhar os riscos associados à gestão financeira, a Coelce conta com a atuação do Comitê de

Gestão de Riscos Financeiros, que avalia periodicamente os níveis de exposição da companhia, recomendando operações financeiras e ações corretivas para o cumprimento da Norma de Riscos Financeiros e Patrimoniais, Política, Controle e Gestão.

Para evitar o risco das flutuações de câmbio, a empresa contratou instrumentos de proteção, como operações *hedge/swap*, encerrando 2007 com apenas 1,94% da dívida em moeda estrangeira – a política de risco estabelece o limite máximo de 20% da dívida exposta à variação cambial.

Operacionais

O Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional da Coelce está certificado pela norma OHSAS 18001 e atua na mitigação de riscos de acidentes e doenças ocupacionais.

Os riscos operacionais decorrentes de erros ou fraudes nos processos de trabalho são controlados por meio da certificação e monitoramento de processos de trabalho considerados críticos, de acordo com os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley, sob a supervisão da Unidade de Controle Interno (UCI). Adicionalmente, os controles dos processos financeiros relevantes são monitorados e certificados de acordo com as determinações do Projeto *Normas y Procedimientos* (NyP). O risco de interrupção de fornecimento em razão da perda de equipamentos está gerido de forma adequada pela Diretoria Técnica da Coelce, que possui equipes especializadas para manutenção preventiva da rede (lavagem de isoladores, termoleitura de transformadores, etc.), controle de estoques dos equipamentos essenciais, investimento significativo na modernização e automação do sistema, dentre outros.

Patrimoniais

A Coelce segue políticas corporativas da Endesa para a proteção securitária de seus ativos, além de assumir responsabilidade contra riscos de perdas acidentais que possam comprometer sua rentabilidade, além de provisionar contingências relacionadas à responsabilidade civil por acidentes e danos a terceiros. Todos esses riscos são cobertos por apólices de seguradoras de primeira linha, em escala global e no mercado nacional.

Sociais

Os principais impactos sociais negativos passíveis de ocorrer nas atividades da Coelce estão relacionados à interrupção de fornecimento de energia elétrica, que pode trazer prejuízos diversos para a companhia, tais como perda de produtividade da classe industrial, queima de aparelhos eletroeletrônicos e falta de segurança com a interrupção da iluminação pública, dentre outros. Além de realizar investimentos crescentes em melhorias na sua operação, coordenados pelas áreas de Gestão da Qualidade, a Coelce possui um Plano de Contingência em casos de ocorrências de alto impacto, nos quais um grande número de clientes é atingido pela suspensão do fornecimento. Visando ao bem-estar dos moradores da área atingida, intensifica a comunicação externa, prestando informações de modo transparente e preciso sobre a natureza do problema, além de convocar especialistas das áreas técnicas e o Comitê de Gestão de Crises para decidir e gerenciar os procedimentos a serem tomados. A companhia realiza o devido ressarcimento dos danos por ocorrências elétricas decorrentes de oscilações no sistema de energia (mais informações em Conformidade, na página 67). Na fase de construção das linhas de transmissão, também são cumpridos rigorosamente todos os requisitos legais de indenização dos proprietários de terras que foram afetados pelo direito de passagem da rede elétrica.

Acionistas: Criação de valor

coelce

Cenário macroeconômico

A evolução positiva dos indicadores do mercado financeiro doméstico em 2007 foi favorecida pela contínua melhoria dos fundamentos macroeconômicos, em que se alinham austeridade na política fiscal, desempenho robusto do setor externo e aumento no fluxo de capitais estrangeiros, oriundos do volume de exportações e de investimentos. Nesse cenário, o Brasil encerrou o ano com balança comercial superavitária, balanço de pagamentos equilibrado, reservas internacionais recordes e risco-país em tendência de queda.

Com crescimento de 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB), correspondente ao valor de R\$ 2,6 trilhões, a economia brasileira foi impulsionada pelo aumento nos índices de emprego, pela ampliação da renda dos trabalhadores e expansão do crédito. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o consumo das famílias teve alta de 6,5%, em 2007, consequência do aumento da massa salarial, de 3,6%. O dinamismo do consumo foi beneficiado por taxas de juros reduzidas, estabilidade de preços e prazos dilatados para pagamentos, o que estimula compras de produtos de maior valor e aumenta tanto a produção interna quanto as importações.

A resistência da economia nacional à volatilidade dos mercados internacionais, demonstrada após as ameaças da crise de hipotecas nos Estados Unidos, reforça a expectativa de que 2008 será um ano de maior aceleração da atividade econômica.

Ambiente regulatório

O ano de 2007 foi marcado pelo início do segundo ciclo de revisão tarifária das distribuidoras definida por meio da Resolução Aneel nº 234/06.

A revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos, tem a finalidade de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor ganhos de produtividade das concessionárias. A Aneel, por meio da Audiência Pública nº 052/07, está reavaliando a metodologia da revisão tarifária, principalmente no que diz respeito à Empresa de Referência. Dessa forma, os índices de reposicionamento tarifário divulgados até o momento são provisórios para todas as distribuidoras. A primeira revisão tarifária da Coelce ocorreu em 22 de abril de 2003, e a segunda, em 22 de abril de 2007.

A Resolução Homologatória nº 457, de 18/04/2007, estabeleceu para a Coelce um reposicionamento tarifário médio negativo de 6,35%. Em 22/04/2008 ocorreu o reajuste tarifário da companhia, realizado anualmente, com o objetivo de propiciar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A medida busca garantir que a empresa não sofra perdas pela exposição ao processo inflacionário e à variação de custos não-gerenciáveis e, adicionalmente, permitir ao consumidor a apropriação de parte dos ganhos de eficiência econômica que a concessionária tenha alcançado no período.

Investimentos

Em 2007, foram investidos R\$ 396,9 milhões em obras de expansão, reformas e manutenção de seu sistema, controle de perdas, sistemas de informação e atendimento ao cliente, garantindo a eficiência da rede, elevação dos níveis de confiabilidade e ampliação da capacidade de atendimento. Esse montante significou aumento de 16% em relação aos R\$ 343,1 milhões aplicados em 2006.

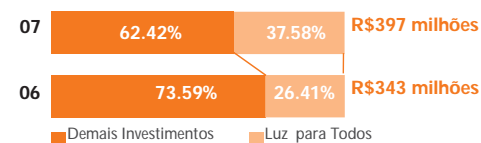
GRI

1.2

Estava programada para 2007 a destinação de R\$ 434 milhões em investimentos, valor que contemplava a parceria com os governos estadual e federal para o Programa Luz para Todos. Entre o total estimado e o montante realizado, houve queda de 8,5%, devido, justamente, à redução da quantidade de obras patrocinadas pelo governo do Ceará no programa de eletrificação rural, equivalentes a R\$ 48 milhões. Em contrapartida, a Coelce investiu a mais R\$ 22 milhões em conexão de novos clientes.

Os investimentos líquidos – excluindo subvenções e participações de terceiros – totalizaram R\$ 274 milhões, em 2007, 5% além dos R\$ 260 milhões projetados para o ano.

Investimentos Luz para Todos 06/07

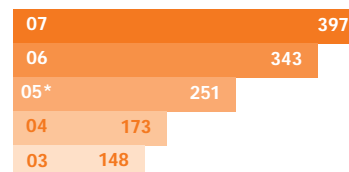


Segmentação dos investimentos (R\$ mil)

CATEGORIA DE INVESTIMENTO	2005	2006	2007
Clientes (ligação)	25.652	32.346	38.805
Universalização	16.662	53.201	38.938
Luz para Todos*	64.536	90.582	149.149
Reforma em redes	9.499	9.521	10.875
Construção de SE e LT	11.698	16.544	16.062
Projetos de Perdas	44.936	49.386	56.280
Sistemas de Informação	1.839	4.038	4.070
P&D	2.553	2.265	1.620
Requisitos Legais	16.264	17.784	2.475
Outros	57.499	67.456	78.635
Total	251.139	343.122	396.908

* Reclassificação dos custos indiretos, em 2006, no valor de R\$ 235 mil, da linha de Luz para Todos.

Evolução dos Investimentos (R\$ milhões)



*Passou a contemplar a variação de estoques e provisões para investimentos.

Perspectivas para 2008

A expansão da rede de distribuição e a melhoria da prestação de serviços continuarão sendo prioridades dentre os investimentos da Coelce em 2008. Está orçada a aplicação de aproximadamente R\$ 240 milhões apenas em obras do Programa Luz para Todos, 61% acima do montante aplicado em 2007. Outros recursos serão investidos em distintos empreendimentos, como controle de perdas, melhoria da eficiência da rede, pesquisa e desenvolvimento e qualidade do serviço. O nível de investimento em 2008 deverá permanecer na ordem dos R\$ 400 milhões.

Análise dos resultados operacionais

A Coelce alcançou, em 2007, a marca de 2,7 milhões de clientes, crescimento de 5,7% em relação ao ano anterior, resultante de muitas ações para elevar o seu nível operacional e melhorar a sua infra-estrutura, conforme detalhado a seguir.

Infra-estrutura

Em dezembro de 2007, o sistema elétrico da Coelce era composto por 102.161 quilômetros de rede de distribuição, 3.979 quilômetros de linhas de transmissão e 94 subestações. A capacidade instalada das subestações

totalizou 2.101 MVA. Com os programas de Universalização do Acesso e Luz para Todos, a área de operação vem sendo ampliada de forma significativa desde 2003, determinando o reforço em investimentos para garantir qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

INFRA-ESTRUTURA		2003	2004	2005	2006	2007	VAR.(%) 06/07	META 2008
Subestações	Unid	88	88	90	93	94	1,1%	95
Capacidade instalada	MVA	1.886	1.942	1.987	2.066	2.101	1,7%	2.177
Linhas de transmissão	Km	3.653	3.787	3.823	3.852	3.979	3,3%	4.101
Rede de distribuição	Km	79.067	80.259	90.587	92.141	102.161	10,9%	111.501
Transfor. de distrib.	Unid	75.414	76.604	85.048	90.631	98.738	8,9%	106.913

Contratos de suprimento

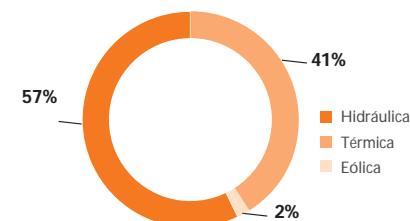
A Coelce contratou 7,5 mil GWh de energia elétrica para atender à demanda necessária de seu mercado em 2007. Foi distribuída energia oriunda de fontes hidráulica, térmica e eólica, sendo a maioria proveniente de hidrelétricas, que representa 57% do total.

Os contratos de 2007 foram firmados com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Central Geradora Termelétrica Fortaleza (CGTF), a Energyworks, a Wobben Windpower e, com base nos contratos de compra e venda constituídos por meio de leilões públicos de energia elétrica ocorridos em 2002, 2004, 2005 e 2006, com geradoras do sistema elétrico brasileiro, conforme os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR). A partir de 2008, o suprimento da Coelce também será realizado com base em contratos de compra de energia de empreendimentos novos.

A energia de fonte térmica correspondeu a 41,3% da energia contratada pela Coelce, sendo que desse montante 86,5% são fornecidos pela CGTF, que utiliza ciclos combinados de gás natural e vapor para aumentar a eficiência e reduzir o impacto ambiental.

Para que as contratações no ambiente regulado reflitam as reais necessidades de suprimento, evitando os riscos de falta de equilíbrio entre a demanda e a oferta, a Coelce utiliza sistemas informatizados específicos para calcular a previsão de crescimento econômico, populacional e as variedades climáticas em cada período do ano.

Fontes de energia



Mercado de energia elétrica

A energia elétrica distribuída (mercado cativo e livre) na área de concessão da Coelce atingiu a marca de 7,2 mil GWh, volume 6,8% superior aos 6,8 mil GWh do ano anterior. Esse crescimento foi superior aos 6,2% verificado no requisito de energia, o que representa uma redução das perdas de energia no Estado, que passou de 13%, em 2006, para 12,35%, em 2007.

BALANÇO DE ENERGIA	2003	2004	2005	2006	2007	VAR. (%) 07/06
Demanda de Energia MW	1.087	1.144	1.172	1.202	1.294	7,7%
Energia Requerida GWh	6.825	7.133	7.653	7.778	8.258	6,2%
Energia Distribuída GWh*	5.905	6.141	6.580	6.769	7.227	6,8%
Residencial	1.803	1.916	2.074	2.167	2.322	7,2%
Industrial	1.697	1.774	1.533	1.166	1.167	0,0%
Consumidores Livres	-	-	316	681	784	15,2%
Comercial	1.076	1.110	1.191	1.251	1.329	6,3%
Rural	497	477	554	576	654	13,5%
Poderes Públicos	280	294	330	350	368	4,9%
Iluminação Pública	326	335	335	329	348	5,9%
Serviços Públicos	209	213	232	237	245	3,2%
Revenda	9	4	4	2	-	-100%
Consumo Próprio	8	18	11	10	11	5,1%

* Quantidade de energia efetivamente medida no período.

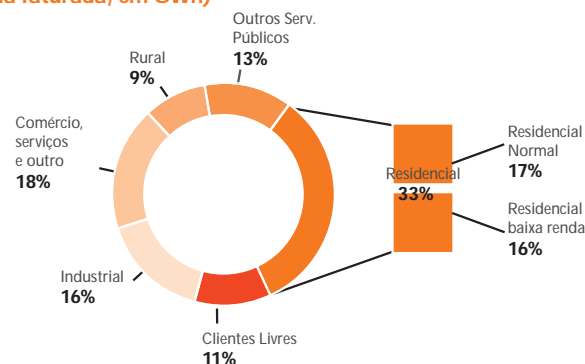
Energia faturada

A Coelce faturou, em 2007, um total de 6,5 mil GWh, volume 5,6% superior ao registrado em 2006. Esse resultado deve-se principalmente ao aumento de consumo residencial em 7% e ao aquecimento da atividade econômica demonstrado nas classes comercial e rural, que apresentaram crescimento de 6,2% e 11,6%, respectivamente. O aumento da renda, do emprego e as condições favoráveis de crédito, que possibilitam a aquisição de maior quantidade de eletroeletrônicos, são os principais fatores de estímulo ao consumo de energia elétrica da classe residencial.

EVOLUÇÃO DA ENERGIA FATURADA (GWH)	2003	2004	2005	2006	2007	VAR. (%) 07/06
Residencial	1.879	2.020	2.178	2.255	2.412	7,0%
Normal			1.176	1.149	1.253	9,1%
Baixa Renda			1.002	1.106	1.159	4,8%
Industrial	1.674	1.776	1.540	1.166	1.168	0,2%
Comércio, Serviços e outros	1.088	1.125	1.206	1.261	1.339	6,2%
Rural	536	498	579	592	661	11,6%
Poder Público	282	298	332	355	372	4,7%
Iluminação Pública	320	330	330	329	346	5,0%
Serviços Públicos	206	213	232	238	245	3,0%
Subtotal Faturado	5.985	6.260	6.397	6.196	6.542	5,6%
Clientes Livres (TUSD)			316	681	784	15,2%
Total Faturado			6.713	6.877	7.327	6,5%

Por categoria, o segmento residencial consumiu 2,4 mil GWh, em 2007, representando 33% do total, sendo que 1,2 mil GWh foram consumidos por clientes de baixa renda. Os setores industrial e comercial tiveram participações respectivas de 16% (1,2 mil GWh) e 18% (1,3 mil GWh). Os clientes rurais corresponderam a 9% do total de energia comercializada.

Participação por classe de consumidores - 31/12/2007 (Energia faturada, em GWh)



Transporte de energia

Ao migrarem para o mercado livre, os clientes devem pagar às distribuidoras uma Tarifa pelo Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Em 2007, o transporte de energia para atendimento aos consumidores livres cresceu 15,2%, passando de 681 GWh, em 2006, para 784 GWh. No ano, a receita auferida com a TUSD foi de R\$ 45,7 milhões, menor que os R\$ 46,1 milhões registrados em 2006, devido ao reajuste tarifário negativo de 6,35%.

A Coelce encerrou 2007 com 19 clientes livres, dos quais sete eram apenas parcialmente livres, representando um consumo equivalente a 11% do mercado da companhia. Em relação aos consumidores potencialmente livres, apenas dez encontravam-se nessa condição em 31 de dezembro de 2007, com consumo em torno de 6% do volume de energia vendida no ano.

Para a Coelce, a migração de clientes para o mercado livre não causa impacto relevante ao seu faturamento, devido à receita proveniente no transporte de energia em uma eventual saída desses clientes para o mercado livre e à baixa margem mantida para essa classe e ao reduzido número de consumidores potencialmente livres. Aliado a isso, a Coelce adota uma política ativa de fidelização de clientes, com contratos de médio e longo prazos. Em janeiro de 2008, três clientes que estavam na condição de livres retornaram ao mercado cativo. Eles representavam 8% da demanda de carga total dos consumidores livres.

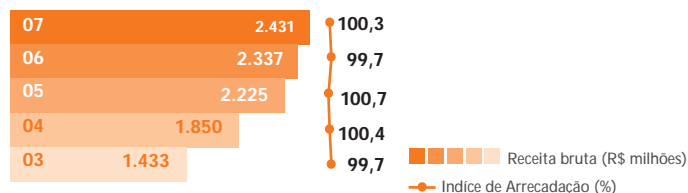
Controle de inadimplência

A companhia desenvolve ações permanentes para aperfeiçoar as ferramentas de gestão mercadológica para controle da inadimplência. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Utilização da tecnologia de corte remoto, por meio de *palmtops*, para os clientes ligados em rede DAT, possibilitando maior agilidade e eficiência na suspensão e na religação do fornecimento de energia dos clientes inadimplentes;
- Intensificação dos acionamentos de telecobrança aos clientes inadimplentes como forma de reduzir a quantidade de suspensões do fornecimento de energia;
- Ativação do projeto de aviso antecipado de corte, que consiste na visita aos clientes inadimplentes cuja comunicação do acionamento por telefone não foi possível;
- Centralização da geração de cortes massivos em Fortaleza, possibilitando uma ação mais rápida e efetiva de corte para os clientes inadimplentes cujas dívidas são mais representativas;
- Intensificação do envio de clientes devedores aos órgãos de proteção ao crédito, viabilizando maior número de negociação das causas pelo SPC/Serasa;
- Monitoramento dos clientes auto-religados, permitindo a recuperação de dívidas por intermédio do recorte daqueles clientes que se auto-religaram sem o pagamento do débito; e
- Recuperação de aproximadamente R\$ 4 milhões por meio de ações de cobrança judicial e extrajudicial com clientes industriais, rurais e hospitais/casas de saúde.

Essas iniciativas propiciaram queda de 5,1% no valor da dívida vencida entre 2006 (R\$ 204.404 mil) e 2007 (R\$ 193.977 mil), permitindo manter um elevado índice de arrecadação, que encerrou 2007 em 100,3% do total faturado no ano.

Receita bruta X Arrecadação



Combate às perdas de energia

A Coelce mantém um trabalho contínuo no combate às perdas de energia vinculadas ao sistema elétrico (técnicas) e ao consumo irregular (perdas comerciais), cuja redução exige menor volume de investimentos. Em 2007, as perdas técnicas representaram aproximadamente 10,81% do total da energia comprada, percentual superior ao registrado em 2006 (10,74%), enquanto as perdas comerciais acumularam 1,54%, abaixo dos 2,23% do ano anterior.

O índice de perdas combinado, de 12,35%, reduziu-se 0,65 ponto percentual em relação a 2006, quando atingiu 13%. Essa diminuição foi resultado de várias ações que a companhia vem desenvolvendo para combate e redução das perdas, com destaque para:

- Implantação, em comunidades carentes, de projeto de geração de renda como forma alternativa de combate ao furto de energia. A Coelce também oferece aos clientes de baixa renda condições especiais e diferenciadas de parcelamento de débitos anteriores, sem a cobrança de juros e multas, e em parcelas que podem ser assumidas pelo consumidor;
- Utilização de novas tecnologias para a melhoria do processo de inspeção de unidades consumidoras;
- Telemedição em mais de 4.600 clientes ligados às redes de média e alta-tensão; e

- Investimentos de aproximadamente R\$ 9,5 milhões em projetos de redes antifurto (rede DAT), na qual se encontram conectados mais de 28 mil clientes.

Também foi adquirido o programa Pertec (Perdas Técnicas), que possibilita a identificação mais detalhada dos segmentos do sistema de distribuição responsáveis pelas maiores parcelas das perdas técnicas, permitindo o desenvolvimento de ações mais específicas. Para 2008, a Coelce espera manter seu índice de perdas em 12,35%.

Perdas de energia (%)

07	12,35
06	13,00
05	14,00
04	13,90
03	13,50

Campanhas e outras ações de combate às perdas

A Coelce lançou, em 2007, a campanha "Sou do Time que Ganha. Todos Contra o Furto de Energia", com enfoque na disseminação de uma cultura sobre a disciplina de mercado, oferecendo energia de qualidade e, principalmente, segurança para os clientes e empregados que atuam diretamente com a rede elétrica.

O público-alvo da iniciativa são os colaboradores e parceiros da Coelce, que podem fazer as denúncias utilizando os coletores de leitura e a Intranet, concorrendo a prêmios de participação. Após o lançamento da campanha, ocorrido na capital entre 30 de agosto e 15 de setembro, houve o aumento das denúncias efetivas (comprovadas) de furto de energia. A média mensal, que era de 150, passou para 2.900 denúncias efetivas nos três meses seguintes. As premiações abrangem duas categorias: colaboradores que mais denunciaram e maiores Termos de Ocorrência, além de um sorteio entre as denúncias efetivas.

Em outra iniciativa, a Coelce foi anfitriã do primeiro Encontro Norte/Nordeste de Combate às Perdas, ocorrido nos dias 8 e 9 de fevereiro de 2007, em Fortaleza, o qual reuniu representantes das distribuidoras de energia elétrica para discutir o tema e apresentar novas práticas de gestão para combater o problema. Além dos painéis expositivos, o evento promoveu a realização de visitas técnicas em três empresas parceiras da Coelce, para o compartilhamento de processos e sistema de gestão. Participaram do encontro 61 pessoas, sendo 28 da Coelce, 9 de empresas parceiras e 24 de outras distribuidoras.

Desempenho econômico-financeiro

Os comentários sobre o desempenho econômico-financeiro da Coelce devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras auditadas e respectivas notas explicativas, apresentadas ao final deste relatório.

Análise do resultado

A Coelce alcançou relevantes resultados financeiros em 2007, apesar da revisão tarifária contratual, que reduziu as tarifas em média 6,35%, e da influência de itens de despesas extraordinários. A companhia obteve em 2007 lucro líquido de R\$ 244,8 milhões, com uma margem líquida de 14% e retorno sobre o Patrimônio Líquido de 30%.

A receita operacional líquida alcançou R\$ 1,70 bilhão (9% superior ao verificado em 2006) e os custos operacionais aumentaram 18%, atingindo uma margem operacional de 21%, seis pontos percentuais abaixo dos 27% registrados no ano anterior.

PRINCIPAIS CONTAS DO RESULTADO (R\$ MIL)	2007	2006*	VAR. %
Receita Operacional Bruta	2.431.347	2.336.960	4%
Deduções à Receita Operacional	(728.970)	(769.385)	-5%
Receita Operacional Líquida	1.702.377	1.567.575	9%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(1.350.466)	(1.144.514)	18%
Custos com Energia Elétrica	(871.159)	(783.719)	11%
Custos de Operação e Serviços Prestados	(311.962)	(275.890)	13%
Despesas Operacionais	(167.345)	(84.905)	97%
Resultado do Serviço	351.911	423.061	-17%
Margem Operacional	21%	27%	
Resultado financeiro, sem efeito do JSCP	(7.836)	(10.748)	-27%
Resultado Operacional (após Resul. Financeiro)	344.075	412.314	-17%
Resultado Não-Operacional, Part. e Impostos	(99.324)	(114.056)	-13%
Lucro Líquido	244.751	298.258	-18%
EBITDA**	462.991	532.624	-13%
Margem EBITDA	27%	34%	

(*) Contas reclassificadas conforme instrução da Aneel.

(**) EBITDA: Lucro antes das receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social, depreciações e amortizações.

Receita operacional bruta

A receita bruta em 2007 atingiu R\$ 2.431 milhões, representando um crescimento de 4% (R\$ 2.337) em relação a 2006. Esse acréscimo reflete a variação dos seguintes itens:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)	2007	2006	VAR. %
Consumo de energia	2.216.455	2.290.599	-3%
Baixa Renda	173.359	99.675	74%
Reposicionamento revisão tarifária	(22.464)	(35.749)	-37%
Saldo a cobrar reajuste de 2005	-	(35.692)	NA
Valores a devolver reajuste tarifário – transmissoras	(1.867)	-	NA
Recuperação perda de receita racionamento	(55.685)	(57.677)	-3%
Recuperação energia livre – geradoras	(19.492)	(25.090)	-22%
Suprimento de energia	11.749	12.731	-8%
Receito de uso da rede elétrica – clientes livres	45.695	46.081	-1%
Outras receitas	83.597	42.082	99%
Total	2.431.347	2.336.960	4%

- Consumo de energia: a receita com consumo reduziu 3%, apesar do crescimento de mercado (energia faturada) em 7%, em razão dos seguintes fatores: (1) reajuste tarifário negativo médio de 6,4% aplicado a partir de 22 de abril de 2007 e (2) receita extraordinária em 2006 na ordem de R\$ 57,7 milhões decorrente do saldo a cobrar do reajuste de 2005, faturado do consumidor ao longo de 2006.
- Baixa Renda: a variação dessa receita deve-se principalmente à provisão de R\$ 60 milhões registrada em 2006 para prováveis devoluções em decorrência de reclassificação dos consumidores beneficiados com esse subsídio, de acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador para enquadramento na subclasse residencial baixa renda. Em 2007 foram revertidos um total de R\$ 18 milhões dessa provisão (Nota explicativa 7).
- Reposicionamento revisão tarifária: refere-se a estorno de receita apropriada no exercício de 2005 pela adição no índice de reajuste

dos valores decorrentes de ajustes da base de remuneração da revisão tarifária de abril de 2003. Essa receita foi faturada contra os consumidores no período de abril/2005 a abril/2007.

- Valores a devolver reajuste tarifário – transmissoras: refere-se a valores que foram repassados para as transmissoras de energia elétrica, verificados após seu processo de reajuste tarifário. Esses valores serão compensados nos próximos repasses às transmissoras efetuados pela companhia e posteriormente devolvidos ao consumidor final por meio do reajuste tarifário da Coelce de abril/08. Este registro contábil não possui efeito no resultado, pois os lançamentos efetuados reduzem a receita bruta e os custos com compra de energia para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão.
- Recuperação Perdas de Receita Racionamento / Energia Livre: refere-se ao estorno de receitas que foram apropriadas em outros exercícios para recuperação de perdas oriundas do racionamento de energia.
- Suprimento: receita referente às vendas das sobras de energia contratada, realizadas pela Coelce por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A redução na receita deve-se à diminuição no volume de energia vendido no período através da CCEE.
- Receita de uso da rede elétrica – clientes livres: receita oriunda da energia transmitida por meio da rede da Coelce aos consumidores livres. A quantidade de energia transportada em 2007 foi de 784 GWh, 15% acima da quantidade transportada em 2006 (681 GWh), crescimento que compensou, parcialmente, a redução na tarifa e a perda de faturamento pela saída desses clientes do mercado cativo.
- Outras receitas: crescimento de 99% em relação ao ano anterior reflete o aumento das vendas de novos produtos e serviços oferecidos pela companhia aos clientes. Os principais serviços oferecidos são: serviços de arrecadação para terceiros e prestação de serviços associados à distribuição de energia elétrica para clientes institucionais, industriais,

comerciais e residenciais (eficientização energética, projeto e construção de redes particulares, aluguel de infra-estrutura, entre outros).

Deduções da receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)	2007	2006	VAR. %
ICMS	(501.577)	(514.217)	-2%
Cofins	(96.012)	(90.818)	6%
PIS	(21.421)	(21.291)	1%
ISS	(1.331)	(839)	59%
Quota Reserva Global de Reversão (RGR)	(23.156)	(17.982)	29%
Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)	(58.160)	(93.272)	- 38%
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	(13.254)	(12.505)	6%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(14.055)	(17.976)	- 22%
Encargo de capacidade / aquisição emergencial	(4)	(485)	- 99%
Total	(728.970)	(769.385)	- 5%

As deduções da receita tiveram uma redução de 5% em relação a 2006, principalmente pelos seguintes fatores:

- Redução do montante de ICMS em 2% comparado ao ano anterior devido principalmente à redução verificada na receita de venda de energia;
- Variações nas contas de encargos setoriais:
 - Reserva Global de Reversão – RGR: quota anual, prevista na legislação, destinada à União Federal, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica. Os valores a serem pagos pelas distribuidoras são definidos pela Aneel.
 - Conta Consumo Combustível – CCC: refere-se aos custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte. Esses custos são rateados entre as distribuidoras, conforme valores divulgados pela Aneel. Esse rateio foi reduzido pelo governo na última revisão tarifária.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE: esta conta é utilizada pelo governo para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País por meio do Programa de Universalização. Os valores a serem pagos são também definidos pela Aneel.

Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento – PEE e P&D: conforme disposições legais, as distribuidoras estão obrigadas a destinar 1% da sua receita operacional líquida para esses programas. O montante de R\$ 14 milhões refere-se aos programas relacionados às receitas do ano de 2007 que ainda não foram concluídos. Por determinação da Aneel, os gastos a serem realizados e para os quais a companhia já recebeu a tarifa correspondente, devem ser provisionados.

Encargos de capacidade/aquisição emergencial: esses encargos vigoravam desde março de 2002 e tiveram sua cobrança suspensa pelo governo em dezembro de 2005. O saldo de 2007 refere-se às faturas que estavam em atraso referentes às receitas de 2005 e que foram pagas no ano.

Os valores desses encargos setoriais registrados no resultado referem-se aos valores que foram efetivamente utilizados na composição da tarifa a ser aplicada pela Coelce.

Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos dos serviços e despesas operacionais atingiram R\$ 1,3 bilhão, registrando um acréscimo de 18% em comparação a 2006.

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)	2007	2006	VAR. %
CUSTOS E DESPESAS NÃO-GERENCIÁVEIS			
Conta de Consumo de Combustível (CCC) – CVA ativa e passiva	(820.996)	(714.966)	15%
Encargos de uso do sistema de transmissão	(50.163)	(68.753)	- 27%
Taxa de fiscalização da Aneel	(4.407)	(3.667)	20%
	(875.566)	(787.386)	11%
CUSTOS E DESPESAS GERENCIÁVEIS			
Pessoal	(93.176)	(87.841)	6%
Encargos de uso da rede básica de transmissão – CVA ativa e passiva	(27.814)	(10.475)	166%
Serviços de terceiros	(164.100)	(133.324)	23%
Depreciação e amortização	(95.860)	(94.530)	1%
Amortização/ reversão de provisão sobre ágio	(15.220)	(15.033)	1%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(59.378)	(20.209)	194%
Provisões para créditos a cobrar do reajuste 2005	-	13.029	NA
Provisões para contingências	(6.136)	5.113	- 220%
Outras despesas operacionais	(13.216)	(13.858)	- 5%
	(474.900)	(357.128)	33%
Total	(1.350.466)	(1.144.514)	18%

Custos e despesas não-gerenciáveis

Energia elétrica comprada para revenda: refere-se aos custos de aquisição de energia para atender o mercado da companhia. O aumento de 15% desses custos em relação a 2006 deve-se aos seguintes fatores: aumento da quantidade de energia comprada, reajuste tarifário dos geradores e ao efeito da constituição de CVA de compra de energia relativo aos custos não refletidos na tarifa e que passaram a compor a tarifa a partir de 22 de abril de 2007. Em 2007, a CVA de compra de energia foi menor em R\$ 74,7 milhões comparado a 2006. (Nota explicativa 29).

Encargos de uso da rede de transmissão: refere-se a encargos devidos pelos agentes de distribuição de energia elétrica pela utilização das instalações e componentes da rede básica. A redução de 27% em relação ao ano anterior deve-se ao reajuste tarifário das transmissoras. (Nota explicativa nº 6a 3).

Custos e despesas gerenciáveis

Os custos gerenciáveis aumentaram em relação a 2006 devido basicamente ao crescimento dos custos de pessoal, material e serviços de terceiros.

O aumento desses itens deve-se aos seguintes fatores:

Pessoal: O aumento de 6% em relação a 2006 é decorrente da despesa para pagamento de abono salarial conforme determinado no acordo coletivo vigente e do crescimento dos investimentos realizados em capacitação para os colaboradores.

Materiais: Aumento decorrente do crescimento da venda de novos produtos ligados à distribuição de energia, oferecidos pela companhia.

Serviços de terceiros: Aumento em relação ao ano anterior decorre dos custos relacionados a operação e manutenção que sofreram reajustes contratuais e, principalmente, devido à contratação de serviços relacionados à venda de novos produtos.

Depreciação/Amortização: Redução registrada no período deve-se ao início do estorno da depreciação dos ativos relacionados às obrigações especiais conforme determinação da Aneel. (Nota explicativa nº 13).

Em 2007 foi registrada provisão para possíveis perdas nos créditos a receber oriundo do racionamento de energia (RTE) no montante R\$ 41,1 milhões, devido à proximidade do prazo final estabelecido para a recuperação desses créditos.

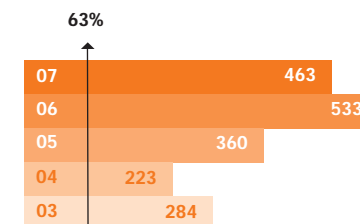
O aumento da Provisão para Contingências em relação a 2006 deve-se à reversão de provisão de aproximadamente R\$ 9,5 milhões registrada no ano anterior e às causas cíveis e trabalhistas contingenciadas em 2007.

Em outras despesas operacionais encontram-se registradas as despesas com alugueis, seguros, contribuições às entidades institucionais e outros tributos.

EBITDA

No ano, o EBITDA totalizou R\$ 462,9 milhões, valor 13% inferior a 2006, quando totalizou R\$ 532,6 milhões. Essa redução deve-se além do efeito negativo do reajuste tarifário, principalmente, à constituição de provisão para prováveis perdas com créditos regulatórios, no valor de R\$ 41,1 milhões, realizada em 2007. A margem EBITDA em 2007 foi de 27%, menor em sete pontos percentuais quando comparada à margem verificada em 2006.

EBITDA (milhões)



Resultado Financeiro

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS (R\$ MIL)	2007	2006	VAR. (%) 07/06
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de aplicações financeiras	10.759	12.563	- 14%
Acréscimo moratório sobre conta de energia	35.104	37.542	- 6%
Atualização perda de receita – racionamento	18.403	34.141	- 46%
Atualização de CVA de compra de energia	203	1.770	- 89%
Correção Parcela A	4.579	5.052	- 9%
Outras	27.079	5.373	404%
	96.127	96.411	0%
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargo de dívidas	(44.859)	(77.021)	- 42%
Variações monetárias	(16.377)	(4.944)	231%
CPMF	(10.862)	(7.909)	37%
Parcelamento de tributos	(4.844)	(3.970)	22%
Correção Programa de Eficiência Energética	(1.866)	(3.325)	- 44%
Outras	(25.154)	(10.019)	151%
	(103.962)	(107.188)	-3%
Resultado financeiro	(7.385)	(10.747)	-27%

O resultado financeiro líquido ficou negativo em R\$ 7,8 milhões, menor do que os R\$ 10,7 milhões negativos apresentados no ano anterior. As receitas financeiras mantiveram-se estáveis em relação a 2006, devido ao equilíbrio entre o decréscimo na atualização monetária do ativo regulatório no valor de R\$ 15,7 milhões, pela redução do saldo a receber desse ativo, alinhado à queda da taxa básica de juros (Selic) no período; ao acréscimo de variações monetárias positivas de dívida com fornecedores de energia indexada ao dólar, no montante de R\$ 14,3 milhões; além da atualização monetária de depósitos judiciais, no valor de R\$ 2,9 milhões. A variação cambial oriunda da compra de energia gera a constituição de CVA, a ser compensada no próximo reajuste tarifário, eliminando o efeito no resultado financeiro.

As despesas financeiras reduziram 3%, com destaque para a queda de 25% nos encargos de dívidas mais variações monetárias, resultante do menor custo de dívida e redução da taxa Selic.

Resultado não-operacional

RESULTADO NÃO-OPERACIONAL (R\$ MIL)	2007	2006	VAR. (%) 07/06
RECEITAS			
Ganho na alienação de bens	60	571	- 89%
Sobra no inventário de estoques	141	136	4%
Reversão déficit atuarial	16.289	-	NA
Outras	12	138	- 91%
	16.502	845	NA
DESPESAS			
Prejuízo na desativação de bens	(1.311)	(3.872)	- 66%
Reversão provisão do bônus racionamento	-	3.323	NA
Outras	(2.136)	(6)	NA
	(555)	(3.477)	NA
Resultado não-operacional	13.055	290	NA

A reversão do déficit atuarial de R\$ 16,3 milhões registrada em 2007 foi o principal fator responsável pela variação verificada em relação ao ano anterior. Este registro foi justificado pela alteração de modalidade do plano previdenciário de benefício definido para contribuição definida.

Incentivos fiscais e subvenções

A Coelce obteve incentivos de redução do Imposto de Renda por estar situada na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela agência, em agosto de 2007, conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007.

O incentivo consiste na redução do Imposto de Renda devido em 75% do tributo apurado a partir da receita líquida.

A companhia obteve também a utilização do benefício do reinvestimento relativo a 2006, conforme Parecer Interno nº. 0135/2007. Com esse benefício, reduziu o Imposto de Renda de 2006 no valor de R\$ 9.889 mil.

O valor do Imposto de Renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foram contabilizados em conta de Reserva de Capital, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída aos sócios. Em virtude disso, a companhia deixou de recolher, no ano de 2007, o montante de R\$ 60,1 milhões, valor 90% superior ao apresentado em 2006 (R\$ 31,6 milhões).

Em 2007 a Coelce também recebeu subvenções de R\$ 38,6 milhões, repassadas pela Eletrobrás para cobertura financeira do Programa Luz para Todos.

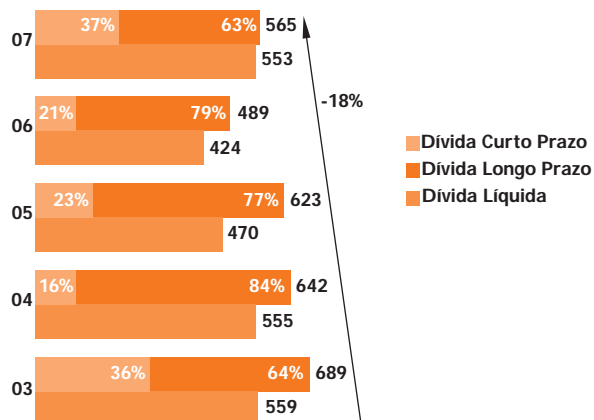
GRI
EC4

Endividamento

O endividamento da Coelce, em 2007, totalizou R\$ 565,4 milhões, com aumento de 16% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. Em termos líquidos de caixa, a dívida somou R\$ 553 milhões. O perfil da dívida financeira da Coelce mantém 63% dos compromissos no longo prazo. O aumento da dívida deve-se, principalmente, à utilização de linhas de crédito no valor de R\$ 116 milhões para capital de giro, principalmente para cobrir atrasos no recebimento dos valores das subvenções do segmento Baixa Renda e do Programa Luz para Todos.

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO	2003	2004	2005	2006	2007
Dívida bruta (R\$ mil)	689.095	641.572	622.813	489.001	565.370
Dívida líquida (R\$ mil)	558.646	555.155	470.180	424.349	553.006
Dívida bruta/EBITDA	2,4	2,9	1,7	0,9	1,2
EBITDA/Encargos de dívidas	2,6	2,2	3,8	6,9	10,3
Dívida bruta/(Dívida bruta + PL)	0,38	0,36	0,46	0,39	0,40
Dívida líquida/(Dívida líquida + PL)	0,33	0,33	0,39	0,35	0,39

Dívida Financeira - R\$ milhões



A relação dívida bruta/EBITDA subiu para 1,2 em 2007, ante 0,9 em 2006. A cobertura de juros, medida pela relação EBITDA/encargos de dívidas, melhorou de 6,9, em 2006, para 10,3, em 2007. O índice de alavancagem encerrou o ano em torno de 40%, abaixo da média verificada no setor (56%, segundo pesquisa da Abradee).

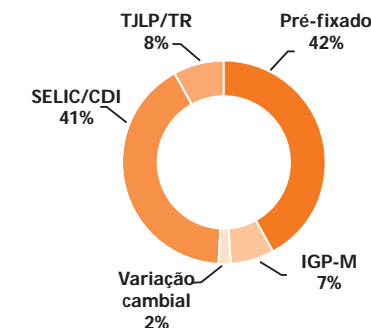
Com o objetivo de evitar exposição às oscilações cambiais, a companhia mantém uma política ativa de *hedge* (proteção), possuindo apenas 2% de sua dívida exposta à variação da taxa de câmbio. Parte das operações submetidas à variação cambial é proveniente do financiamento BNDES em cesta de moedas e o restante decorre de dívida com a União Federal (Dívida Mobiliária de Médio e Longo Prazo – DMLP), com vencimento até 2024.

Mercado de capitais

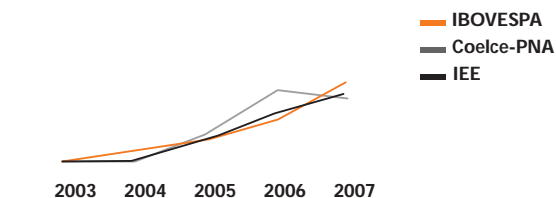
Em 31 de dezembro de 2007, a Coelce alcançou capitalização de mercado de R\$ 2,16 bilhões, representando um crescimento de 9,6% em relação ao total de 2006 (R\$ 1,97 bilhão). As ações ordinárias e preferenciais classes A e B da Coelce, negociadas na Bovespa, variaram em 2007 18,1%, -6,1% e 6,1%, respectivamente.

O final de 2007 foi marcado pela forte volatilidade dos mercados em decorrência da crise do mercado imobiliário americano. Apesar do desempenho anual negativo da ação mais negociada (PNA), a liquidez desse papel se expandiu. O volume médio diário negociado desses títulos foi de 78.845, 56,3% superior ao de 2006 (50.460 ações). O valor médio diário negociado em 2007 das ações PNA foi de R\$ 1.957 mil, 89,6% maior do que em 2006 (R\$ 1.032 mil).

Indexadores da dívida em 31/12/2007

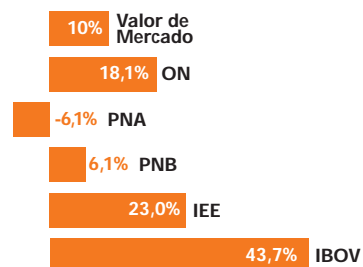


Valorização das ações PNA

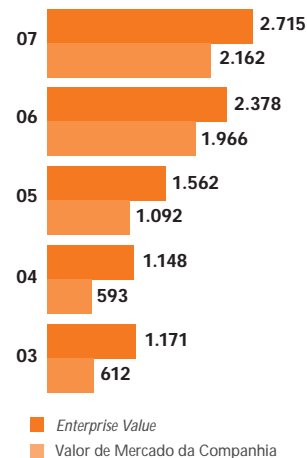


	2003	2004	2005	2006	2007	VAR % 03/07
Coelce - PNA	8,48	8,24	14,20	22,90	21,50	254%
IEE	6.579	6.950	9.930	13.985	17.205	262%
IBOVESPA	22.236	26.196	33.455	44.473	63.886	287%

Desempenho das ações da Coelce X Desempenhos IBOVESPA e IEE em 2007



Evolução do Valor de Mercado X Enterprise Value (R\$ Milhões)



MÚLTIPLOS DE MERCADO	2003	2004	2005	2006	2007
Valor de Mercado (R\$ milhões)	612	593	1.092	1.966	2.162
Enterprise Value (EV) (R\$ milhões)	1.171	1.148	1.562	2.378	2.715
EV/EBITDA*	4,12	5,14	4,34	4,46	5,86
Preço da ação PNA/Lucro por Ação* (P/L)	7,22	17,56	5,85	5,98	6,84
Dividend Yield da ação PNA**	0,13	0,05	0,21	0,16	0,15
Valor de mercado/Patrimônio Líquido	0,54	0,52	1,49	2,52	2,54

* EBITDA e Lucro por ação do ano

** Proventos apurados no exercício/cotação de fechamento do respectivo ano

Grupamento de ações

O capital social da Coelce é composto por 48,1 milhões de ações Ordinárias (61,8% do capital total), 28,1 milhões de ações preferenciais classe "A" – PNA (36,1%) e de 1,7 milhões de ações preferenciais classe "B" – PNB (2,1%). Dessas, a que apresentou maior liquidez em 2007 foi a PNA, cujo símbolo na Bovespa é COCE5.

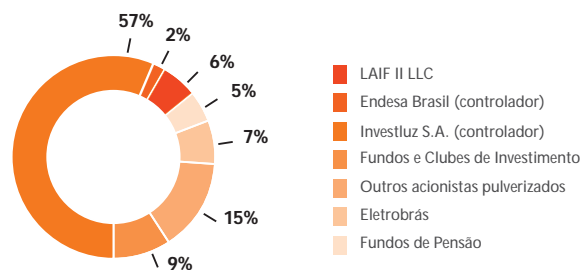
Em 2007, foi realizado o grupamento da totalidade das ações representativas do capital social da companhia, na proporção de 2 mil ações para uma ação da mesma espécie e classe. O grupamento, recomendado pela Bovespa, teve a finalidade de:

- Ajustar o valor unitário de cotação das ações a um patamar mais adequado do ponto de vista mercadológico, uma vez que a cotação em reais por unidade de ação confere maior visibilidade em relação à cotação por lote de mil ações;
- Reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência do sistema de registro de informações aos acionistas; e
- Diminuir as possibilidades de erros de informações, melhorando o atendimento aos acionistas.

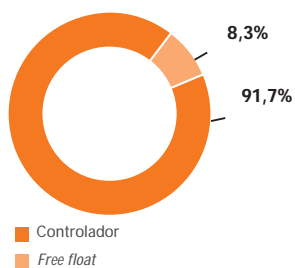
Composição do capital social

ESPECIE DE AÇÕES	QUANTIDADE
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais A	28.123.352
Preferenciais B	1.664.010
Total	77.855.299

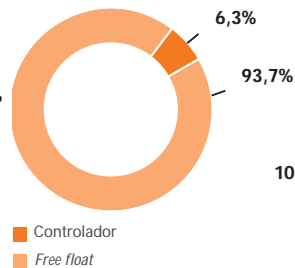
Composição acionária



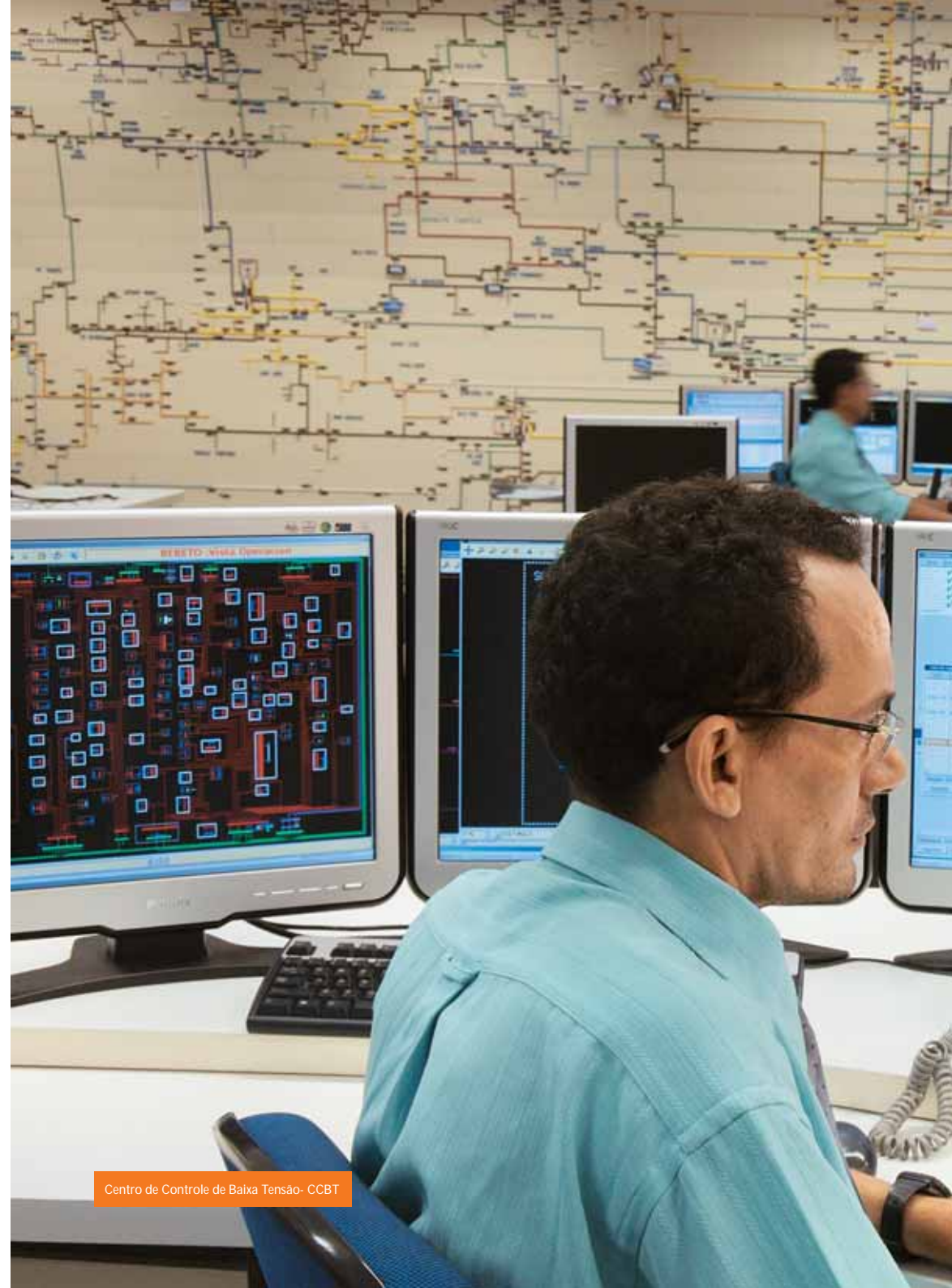
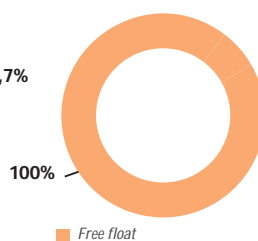
Ordinárias



Preferenciais A



Preferenciais B



Centro de Controle de Baixa Tensão- CCBT



Direito das ações

Ações Ordinárias

- *Tag along* de 80% do valor pago por ação do acionista controlador;
- Elegem nove membros do Conselho de Administração e dois membros do Conselho Fiscal;
- Cada ação ordinária tem direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais.

Ações Preferenciais Classe A

- Elegem um membro do Conselho de Administração e um membro do Conselho Fiscal;
- Prioridade no reembolso do capital pelo valor patrimonial, no caso de liquidação da companhia;
- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo;
- Dividendo mínimo de 6% do valor proporcional do capital social atribuído a esta classe de ação.

Ações Preferenciais Classe B

Gozam dos mesmos direitos descritos na Classe A, porém com dividendo mínimo de 10% do valor proporcional do capital social atribuído a esta classe de ação.

Os empregados possuidores de qualquer tipo de ação têm direito de eleger um membro do Conselho de Administração.

GRI

Criação de valor para as partes interessadas

EC1

O valor adicionado de 2007 somou R\$ 1.283 milhões, distribuído entre governo e sociedade (60,9%), colaboradores (6,3%), acionistas (19,1%), financiadores (8,5%) e lucros retidos (5,4%). O plano estratégico da companhia está estruturado de forma a proporcionar um retorno adequado aos acionistas e para as demais partes interessadas: colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, financiadores de capital e governo. Indiretamente, a criação de valor pela Coelce também beneficia clientes e sociedade.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2007 (R\$ MIL) RECLASSIFICADO	2006 (R\$ MIL)
Receltas	2.385.025	2.330.547
Total de insumos adquiridos de terceiros	(1.086.259)	940.517
(=) Valor Adicionado Bruto	1.298.766	1.390.030
(-) Quotas de reintegração	(111.079)	(109.563)
(=) Valor Adicionado Líquido	1.187.687	1.280.467
(+) Valor Adicionado recebido em transferência	96.127	96.440
(=) Valor Adicionado a Distribuir	1.283.814	1.376.907

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2007 (R\$ MIL) RECLASSIFICADO	2006 (R\$ MIL)	%
Pessoal	81.162	75.582	6,3%
Governo	779.155	858.930	60,9%
Financiadores	108.761	112.505	8,5%
Acionistas	244.751	283.345	19,1%
Retido	69.985	46.545	5,4%
Total do valor adicionado distribuído	1.283.814	1.376.907	100%

Criação de valor e rentabilidade para acionistas

A Coelce continua se destacando entre as companhias de capital aberto que mais distribuem dividendos aos acionistas - R\$ 283,3 milhões em 2007. Esse valor corresponde a um crescimento de 24% na equivalência em reais por ação, na comparação com 2006, remunerando R\$ 3,64 por ação preferencial ou ordinária. No ano, foram distribuídos 95% do lucro líquido e destinados 5% à reserva legal.

Para a Assembléia Geral Ordinária de 2008, a Administração da Coelce propõe a distribuição de 100% do lucro líquido do exercício de 2007, uma vez que a soma da reserva legal com a reserva de capital da companhia já excedeu 30% do capital social, conforme exigência da Lei das Sociedades Anônimas. O montante proposto é de R\$ 244,8 milhões a título de dividendos, a serem pagos em 2008, equivalentes a R\$ 3,14 por ação preferencial ou ordinária.

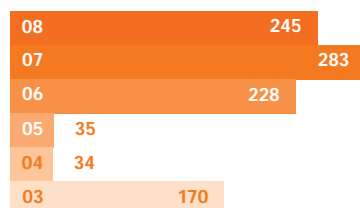


Equipe em manutenção em linha de transmissão

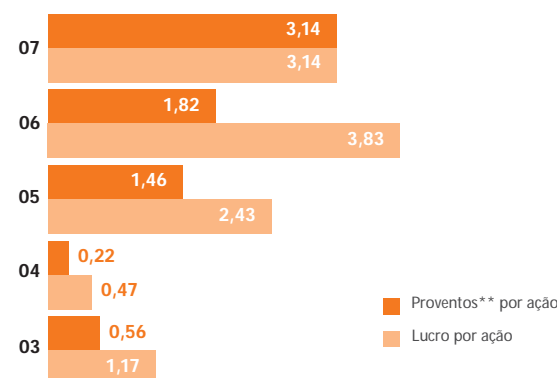
DIVIDEND YELD*	2003	2004	2005	2006	2007	MÉDIA
Ordinárias	15%	6%	21%	14%	10%	13%
Preferenciais classe A – PNA	13%	5%	21%	16%	15%	14%
Preferenciais classe B – PNB	22%	4%	24%	18%	14%	17%

*Para cálculo desse parâmetro foram considerados os proventos apurados no exercício e a cotação de fechamento do respectivo ano.

Pagamento de Proventos por ano (R\$ milhões)



Lucro por ação X proventos ** por ação (R\$/ação***)



** Proventos apurados no respectivo exercício. Englobam dividendos, juros sobre o capital próprio e desdobramento e resgate de ações.

***Os anos de 2003 e 2006 foram ajustados para fins de comparação devido ao grupamento de ações ocorrido em 2007 na proporção de 2.000 para 1 ação.

Criação de valor para empregados

Do total da riqueza gerada em 2007, 6% foram destinados para os empregados da Coelce, por meio de remunerações, encargos sociais, previdência privada, participação nos resultados, dentre outros. Toda a gestão da Coelce em valorizar o seu público interno está detalhada no capítulo de Colaboradores, com início na página 70.

EM R\$ MIL	2007	2006	2005
Riqueza total gerada	1.283.814	1.376.907	1.173.207
Valor destinado aos empregados	81.112	75.582	78.359
Valor adicionado (médio) por empregado	990	1.049	889

Criação de valor para fornecedores de materiais e serviços

O novo planejamento estratégico "Ser Coelce: Gente no caminho certo" (2008-2011) contempla várias ações de estreitamento das relações entre os empregados próprios e os colaboradores parceiros. Os contratos com os fornecedores também exigem o cumprimento da legislação trabalhista e de critérios de responsabilidade socioambiental. Dessa forma, a companhia deixa transparecer a importância de trabalhar com empresas que respeitem e cumprem os seus Valores corporativos e os códigos de Conduta e Ética Empresarial.

A Coelce encerrou o ano de 2007 com 362 fornecedores, sendo 167 de serviços, 162 de materiais e 33 supridores de energia. A quantidade de insumos de terceiros totalizou R\$ 1.086 mil, referente à aquisição de energia elétrica e de materiais e serviços, além de encargos sobre o uso da rede elétrica, perda na realização de ativos e outras despesas operacionais. Com relação a materiais e serviços de colaboradores terceirizados, a Coelce investiu R\$ 192.914 mil em 2007. Nesse mesmo período, foram adquiridos R\$ 287.786 mil em bens imobilizados, tais como máquinas e equipamentos utilizados na rede elétrica.

GRI

EC6

Perfil dos terceirizados

GRI EC7 A Coelce possui 82% de sua força de trabalho terceirizada, com 6.837 colaboradores. A companhia dá prioridade à contratação de fornecedores de serviço e de materiais locais, apesar de não ter formalmente uma cláusula específica em sua política de contratação.

Todos os fornecedores de serviços são do Estado do Ceará, sendo que os de materiais estão classificados por localidade na tabela abaixo:

Fornecedores de materiais por localidade - 2007

LOCALIDADE	QUANTIDADE	%
Ceará	41	25,31
Outros estados	113	69,74
Outros países	8	4,95
Total	162	100

Classificação de fornecedores de serviços

ÁREA	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
Técnica	Construção de novas linhas de transmissão, reformas na rede elétrica, construção e reforma de subestações e operação do sistema elétrico.
Comercial	Venda de produtos, atendimento aos clientes, atividades de disciplina do mercado e processos de faturamento e arrecadação.
Administrativa	Consultoria, obras civis, manutenção predial, zeladoria e limpeza, dentre outros.
Tecnológica	Serviços de informática, reprografia e telefonia.

A Coelce possui 167 parcerias para o fornecimento de serviços, num total de 272 contratos. Das 62 contratações registradas em 2007, 31 (50%) eram com empresas parceiras.

Fornecedores de serviços por porte de contrato - 2007*

CATEGORIA	CONTRATOS	QUANTIDADE
Pequeno porte	Até R\$ 100 mil	40
Médio porte	Entre R\$ 100 mil e R\$ 500 mil	43
Grande porte	Acima de R\$ 500 mil	84
Total		167

* A Coelce não classifica por categoria os fornecedores de materiais.

Sistema de avaliação de empresas parceiras

Buscando o comprometimento e a motivação das empresas parceiras, a fim de obter maior qualidade dos serviços prestados aos clientes, a Coelce criou o Índice Global de Avaliação das Empresas Parceiras (Igaep). A iniciativa orienta e avalia as empresas, trimestralmente, na implantação de ações, com enfoque na qualidade na prestação dos serviços, segurança no trabalho, satisfação dos clientes, satisfação e compromisso dos colaboradores, estabilidade financeira e a responsabilidade socioambiental.

Para calcular o Igaep, a Coelce realiza uma sondagem de clima laboral em todas as empresas parceiras, pesquisa de satisfação dos clientes residenciais, avaliação dos gestores de contrato dos serviços entregues, quantidades de horas de treinamento, além de acompanhar as taxas de gravidade e frequência de acidentes, entre outros indicadores. Desde 2004, quando foi criado, até 2007, o Igaep registrou avanço de 21,2%, na pontuação geral obtida pelas empresas avaliadas.

	2004	2005	2006	META 2007	META 2008	META 2011
Pontuação do Igaep	68,11%	75,59%	80,49%	82,57%	85,0%	90,0%

A Coelce procura cada vez mais integrar os parceiros em todas as ações desenvolvidas na companhia. Incentiva a participação dos proprietários das empresas parceiras na elaboração do seu plano estratégico e a presença dos parceiros nos eventos comemorativos, celebrando juntamente com o seu público interno a comemoração de conquistas, Dia do Eletricista, festa natalina, dentre outros.

A Gestão do Relacionamento com as Empresas Parceiras é um trabalho pioneiro no Brasil, que está servindo de *benchmarking* para outras distribuidoras de energia elétrica.

O reconhecimento dos trabalhos realizados pelos parceiros também é feito por meio de premiações trimestrais, valorizando as atividades de atendimento, leitura e entrega de contas, teleatendimento, corte e religação e nas práticas de normalização.

Criação de valor para a sociedade

Os 184 municípios da área de concessão são beneficiados indiretamente com os impostos, taxas e contribuições destinados aos governos federal, estadual e municipal. Esse montante somou R\$ 779 milhões em 2007, o equivalente a 61% de toda a riqueza gerada pela companhia em 2007.

EM R\$ MIL	2007	2006	2005
	RECLASSIFICADO		
Riqueza total gerada	1.283.814	1.376.907	1.173.207
Riqueza distribuída para o governo	779.155	858.930	785.288

Além do benefício indireto, a Coelce investe em programas socioambientais nas áreas de educação, geração de renda, inclusão social e cultura, que estão apresentados nos capítulos de Meio Ambiente (página 90) e Sociedade (página 114).

Metas econômicas

Metas de 2007

EBTIDA de R\$ 264,39 milhões	Meta superada em 6,5%
Lucro Líquido de R\$ 234,37 milhões	Meta superada em 4,4%
Taxa anual média de perdas de 12,9%	Resultado: 12,35. Meta superada.

Metas para 2008

- Distribuir aos acionistas 100% do lucro líquido do exercício de 2007, R\$ 244,7 milhões, a título de dividendos.
- Manutenção do mesmo patamar de perdas registrado em 2007.
- Crescimento de mercado em torno de 5%.
- Alcançar 85% do Índice Global de Avaliação das Empresas Parceiras (Igaep).



Apresentação de resultados para profissionais de investimento e mercado de capitais

Clientes: Compromisso com a satisfação



A padronização de processos nas áreas comercial e técnica, visando à máxima qualidade da prestação dos serviços e do atendimento aos clientes, resultou na recertificação ISO 9001:2000 para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). A certificação dos processos aconteceu em 2006 e, em 2007, seu escopo foi ampliado para as áreas técnicas dos centros de Controle de Sobral e Juazeiro e Departamento de Manutenção de Proteção da Automação. Na área comercial também foram certificados os processos de Faturamento do Consumo de Energia Elétrica e de Ligações Novas do Grupo B.

A meta para 2008 é ampliar a certificação para mais 26 lojas de atendimento, além das atuais 41, totalizando 67 unidades. Para a Coelce, a conquista de certificações de qualidade demonstra o empenho em expandir sua área de atuação de forma estruturada e controlada, proporcionando um grau elevado de satisfação aos consumidores.

Indicadores de qualidade técnica

A grande conquista da Coelce em 2007 foi alcançar indicadores de qualidade do fornecimento em patamares nunca antes obtidos. Para o consumidor, isso significa que raramente falta energia elétrica em sua residência e, caso ocorra algum imprevisto que suspenda o abastecimento, tudo é resolvido com mais agilidade.

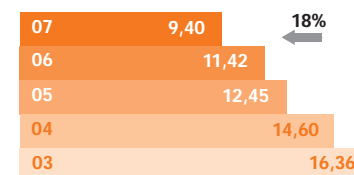
Para atingir níveis mais elevados de qualidade e ampliar a eficiência operacional, a companhia adotou uma série de iniciativas em 2007, dentre elas:

- Construção de uma nova subestação, 100,6 quilômetros de rede de alta-tensão e 10,2 mil quilômetros de redes de distribuição (média e baixa-tensão);

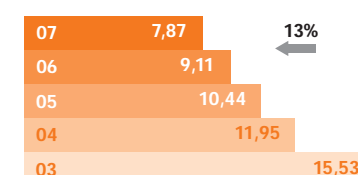
- Inspeção minuciosa em 2,3 mil quilômetros de linhas de alta-tensão e em 62,6 mil quilômetros de linhas de média-tensão;
- Inspeção expedita em 22,8 mil quilômetros de linhas de alta-tensão e em 97,6 mil quilômetros de linhas de média-tensão;
- Retirada de 8.078 anomalias em linhas de alta-tensão e de 9.432 em linhas de média-tensão;
- Execução de 7.180 medições em transformadores;
- Lavagem, por meio de robôs telecomandados, em 9.578 estruturas de alta-tensão e em 12.009 de média-tensão;
- Redistribuição de cargas em 765 transformadores;
- Substituição de 1.045 transformadores avariados (171 urbanos e 874 rurais); e
- Inspeção termográfica em 4,3 mil quilômetros de rede de alta-tensão e 181 inspeções em subestações.

Todos esses esforços garantiram a continuidade na melhoria dos principais indicadores de qualidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, conforme gráficos a seguir:

DEC (horas)



FEC (quantidade)



O indicador de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC) atingiu 9,4 horas, em 2007, equivalente a uma melhora no desempenho de 2,02 hora (18%) em relação ao ano anterior. O resultado superou, inclusive, a meta inicial prevista para o ano, de 10,54, e é o melhor da Região Nordeste em 2007.

Já o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC), que mensura o número de vezes em que o cliente teve o fornecimento interrompido, totalizou 7,87 vezes, com retração de 13% - o segundo melhor resultado do Nordeste.

Outro avanço obtido em 2007 foi a redução do Tempo Médio de Atendimento Emergencial (TMA), que mede o intervalo médio de tempo de atendimento, expresso em minutos, compreendido desde o ingresso da reclamação até o seu atendimento.

	2003	2004	2005	2006	2007
Tempo Médio por ano (em minutos)	160	153	103	133	109

Para 2008, a Coelce pretende acirrar a manutenção das áreas afetadas com intensa maresia, problema típico da sua região de atendimento. As iniciativas são diversas, desde intensificação da periodicidade e ampliação de perímetros de lavagens, até a substituição de isoladores de vidro e porcelana por outros produzidos com material que apresenta maior resistência à salinidade. Assim, aliada a outras ações, a companhia espera atingir índices de DEC e FEC de 8,8 horas e 7,5 vezes, respectivamente.

Principais programas

A melhoria da qualidade de vida das comunidades de sua área de atuação é um dos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável seguido pela Coelce e por todas as empresas da Endesa. O simples fato de levar energia elétrica para a população impulsiona o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões, com a maior possibilidade de geração de renda.

Em 2007, o programa de assistência social do governo (Universalização do Acesso e Luz para Todos) já atingiu 97,4% dos consumidores potenciais da área de concessão da Coelce no Estado do Ceará. O programa é fiscalizado por Eletrobrás e Aneel, órgãos ligados ao Ministério das Minas e Energia. Com a iniciativa, o governo espera ampliar sua atuação assistencial a todos os municípios cearenses e promover o avanço de outros projetos sociais, proporcionando melhor qualidade de vida para a população.

Universalização do acesso

A Coelce ultrapassou, um ano antes do prazo, a meta estabelecida pela Aneel, para 2008, de levar energia elétrica para 455 mil novos consumidores, com ou sem extensão da rede, como parte do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica. A iniciativa prevê a ligação de novas unidades consumidoras, ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Até o encerramento de 2007, tinham sido beneficiados 514.647 consumidores, dos quais 84.374 contaram com o incentivo do Programa Luz para Todos. Desse total, 17.797 foram custeados pelo governo do Estado do Ceará e 66.577 pela Coelce e pelo governo federal. Em 2008, serão universalizados 95 municípios.

GRI
EC4

Luz para Todos

Lançado em 2004, o Programa Nacional de Eletrificação Rural, Luz para Todos, tem como objetivo levar energia elétrica para as comunidades rurais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico dessas áreas, com aumento da renda familiar e conseqüente redução da pobreza. O acesso à energia elétrica também facilita a integração de outros programas sociais, como os de serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

GRI
SO1 O programa atende clientes com baixo poder aquisitivo, que são classificados como consumidores de baixa renda. Eles têm redução de até 65% no valor de sua tarifa, sendo o repasse do benefício transferido para as outras classes de consumo, que financiam, em média, 75% do programa. Os governos estaduais contribuem com 10% e as empresas distribuidoras de energia elétrica com 15%.

No Estado do Ceará, o Luz para Todos beneficiará 112 mil unidades consumidoras até 2008. Desde sua criação, foram atendidas 84.374 unidades consumidoras – 21.400 somente em 2007, com investimento no ano de R\$ 149 milhões, dos quais R\$ 39 milhões subvencionados pelo governo federal e R\$ 6 milhões financiados pelo governo estadual.

Tarifa social

Mais do que levar eletricidade a comunidades de baixo poder aquisitivo, é preciso criar condições mais acessíveis para o pagamento da conta de energia. Por isso, a Coelce mantém tarifas diferenciadas para clientes residenciais classificados como de baixa renda e rurais, que podem alcançar redução de 65% do valor da tarifa residencial tradicional.

Os clientes rurais de nível de alta-tensão possuem tarifa social 10% menor do que a das demais classes (indústria e comércio) com a mesma tensão. Já os clientes rurais de baixa-tensão têm redução de 60% comparativamente aos consumidores das demais classes com o mesmo nível de tensão.

TARIFA BAIXA RENDA	2003	2004	2005	2006	2007
Domicílios atendidos como baixa renda	1.152.033	1.339.871	1.415.968	1.476.719	1.385.387
% do total de domicílios atendidos (consumidores residenciais)	68,3%	71,6%	73,1%	73,1%	68%

Em 2007, o benefício foi concedido a 1.385.387 clientes residenciais. Desse total, 1.030.586 são vinculados à Resolução Aneel nº 246/02, que estabelece a tarifa de baixa renda aos clientes com média de consumo mensal dos últimos 12 meses inferior a 80 KWh. Essa categoria já recebe o benefício automaticamente. Os outros 354.801 clientes são vinculados à Resolução Aneel nº 485/02, com média de consumo entre 80 KWh e 220 KWh e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (Cartão Cidadão, Vale-gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Bolsa Família). Nesse caso, necessitam solicitar o benefício nas lojas de atendimento da Coelce, mediante apresentação da carteira de identidade, CPF e Número de Inscrição Social (NIS).

Programa de Investimentos Especiais

Conforme regulamentado no contrato de concessão, a Coelce é responsável pela execução de obras e serviços contemplados pelo Programa Anual de Investimentos Especiais do Estado. O objetivo é propiciar infra-estrutura aos projetos industriais, turístico, de irrigação, abastecimento de água, iluminação pública e eletrificação rural e urbana previstos pelo governo do Ceará.

A partir de 2007, o percentual a ser investido pela Coelce foi reduzido de 1,5% para 1% do faturamento líquido de venda de energia, válido até o término do contrato de concessão, segundo determinação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce).

GRI No Programa de Investimentos Especiais, em 2007, foram atendidos
EC8 23 municípios, com obras de construção de linhas de transmissão e subestações, infra-estrutura para a iluminação pública, extensão de rede de energia elétrica, aumento de carga, entre outros.

Programa de investimentos especiais

Coelce 2005 - 2007 (R\$ mil)

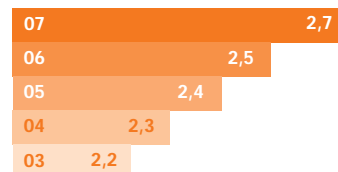


A queda significativa de investimento deve-se ao período de transição de poder do governo estadual e de sua equipe de secretariado, os quais não consolidaram um plano de obras para 2007.

Categorias de clientes

A Coelce alcançou, em 2007, a marca de 2,7 milhões de clientes, crescimento de 5,7% em relação ao ano anterior. Desse total, 2 milhões de unidades consumidoras referem-se ao segmento residencial (cerca de 1,4 milhão classificado como baixa renda) e 267,7 mil são clientes rurais, categoria que registrou expansão de 22,7% no ano.

Total de consumidores ativos (R\$ milhões)



EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES	2003	2004	2005	2006	2007	VAR. (%) 06/07
Residencial	1.686.963	1.871.241	1.943.684	2.020.253	2.027.264	0,3%
-Normal	534.930	531.370	527.716	533.662	651.596	22,1%
-Baixa renda	1.152.033	1.339.871	1.415.968	1.486.591	1.385.387	-6,8%
Industrial	7.110	6.831	6.572	6.455	6.015	-6,8%
Comercial	137.969	136.141	138.696	141.469	146.680	3,7%
Rural	251.384	189.591	208.797	218.162	267.709	22,7%
Poderes públicos	23.117	23.906	24.784	25.945	27.084	4,4%
Iluminação pública	590	1.068	1.536	2.164	3.977	83,8%
Serviços públicos	1.219	1.274	1.401	1.508	1.547	2,6%
Subtotal	2.108.352	2.230.052	2.325.470	2.415.956	2.489.995	3,1%
Revenda	3	2	2	3	2	-33,3%
Consumo próprio	227	216	216	220	241	9,5%
Consumidores ativos sem fornecimento	146.397	103.320	112.402	127.078	198.508	56,2%
Total de consumidores ativos	2.254.979	2.333.590	2.438.090	2.543.257	2.688.746	5,7%

Os expressivos aumentos verificados nas categorias poderes públicos (4,4%), iluminação pública (83,8%) e serviços públicos (2,6%) devem-se, principalmente, às alterações no sistema de medição dos clientes, que passaram a ser segmentados por unidade consumidora.

Serviços Coelce

Na sua busca por ser mais do que uma distribuidora de energia elétrica, a Coelce vem incrementando a cada ano o seu portfólio de produtos e serviços para os clientes residenciais, institucionais e grandes clientes, conforme detalhados na sequência:

Clientes residenciais

Para esse segmento de clientes, a Coelce oferece várias opções em seguros, serviços e parcerias.

Seguros Coelce

São oferecidos quatro tipos de seguros e um título de capitalização, sendo a cobrança realizada mensalmente na fatura de energia elétrica.

Família Residencial 3+1: mais do que assegurar proteção patrimonial, o produto garante a indenização em casos de incêndio, raio e explosão, proteção financeira em caso de desemprego involuntário e incapacidade física temporária, morte acidental e invalidez permanente total por acidente. Clientes em 2007: 220 mil.

Seguro Domiciliar com Assistência 24 Horas: além de indenização em caso de incêndio, raio e explosão, oferece serviços de assistência residencial, em três situações: serviços em caso de sinistro (hospedagem alternativa, entre outros); serviços emergenciais (chaveiro, eletricista e encanador); e outros, como conserto de eletrodomésticos e contratação de pedreiro. Mais uma facilidade é o *Check-Up* Residencial, que abrange revisão de instalação elétrica, verificação de vazamentos, entre outros. Clientes em 2007: 2.278.

Seguro de Vida com Assistência Funeral: oferece proteção financeira e assistência funeral. Clientes em 2007: 44 mil.

Estudo Garantido: seguro educacional que garante o pagamento de 24 mensalidades e material escolar aos clientes, filhos e dependentes, em casos de morte (qualquer causa), desemprego ou incapacidade física total ou temporária do titular. O produto, a ser lançado em 2008, atende clientes que são provedores financeiros da rede de ensino particular.

Boa Ação, Boa Sorte: o título de capitalização permite contribuir com um valor fixo mensal acessível, de R\$ 3,00, e concorrer a prêmios em dinheiro por meio de sorteios semanais, quinzenais e mensais. Do total arrecadado, 30% são destinados para a Associação Peter Pan, que cuida de crianças com câncer, 30% são revertidos em prêmios aos clientes e os 40% restantes seguem para as empresas gestoras do projeto. O seguro começou a ser comercializado no final de agosto e encerrou o ano de 2007 com 19.198 clientes.

Coelce Serviços

Kit Energia: introdução do novo padrão de entrada de uma ligação nova, acréscimo e decréscimo de carga, padrão rural irrigante, dupla tarifação e mudança de medidor de local. Clientes em 2007: 39.444.

Coelce Comercial: profissionais qualificados vistoriam o empreendimento do cliente, fazem orçamento e consertam possíveis problemas em instalações elétricas, reformas gerais e serviços em instalações hidrossanitárias e elétricas. Clientes em 2007: 14.763.

Serviço Especializado: busca solucionar as necessidades dos clientes de baixa-tensão. A vistoria é realizada em até 8 horas, com prazo de execução do serviço de até dois dias. Clientes em 2007: 1.641.

Coelce Cobrança Fácil

Por meio de pagamentos facilitados e incluídos na conta de energia elétrica, os clientes residenciais podem contratar os serviços listados abaixo:

Odonto System: acesso a um plano odontológico de qualidade, de forma facilitada e com preço menor. Clientes em 2007: 122.009.

Parceria Jornal O Povo: solicitação de qualquer modalidade de assinatura. Clientes em 2007: 4.345.

Empresas Parceiras: arrecadação de cobrança de determinado serviço prestado, por meio da conta de energia. Exemplo em 2007 foi o recolhimento da taxa de manutenção e operação de uso comum de perímetro irrigado dos cooperados por meio da Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe Apodi (Fapija).

Parceria com Marcas e Varejistas

Possibilitam aos clientes adimplentes da Coelce a aquisição de produtos ou serviços, com descontos, de marcas e varejistas parceiros. Em 2007, a Coelce realizou quatro parcerias, com destaque para a campanha com a Ultragaz que, além de brindes, incluiu sorteio de eletrodomésticos, computadores e vales-gás, beneficiando 62.417 clientes.

Grandes clientes

Coelce Plus

Destinado a grandes clientes ligados às redes de média e alta-tensão, esse conjunto de soluções abrange:

SERVIÇOS COELCE PLUS	DESCRIÇÃO	CLIENTES EM 2007
Eficiência energética	Diagnóstico e elaboração de projeto para tornar as instalações mais ecoeficientes, por meio da troca de equipamentos de climatização, iluminação e força motriz. Além disso, realiza treinamento dos colaboradores do cliente para o consumo eficiente da energia elétrica.	21 empresas, com treinamento de 120 pessoas.
Construção de linhas e subestações	Elaboração de projeto elétrico civil e execução da construção e montagem de subestações aéreas e abrigadas, além de redes de distribuição.	91
Manutenção de subestações	Manutenção preventiva anual para os clientes que possuem subestações aéreas (fixadas em postes) ou abrigadas (nas dependências da empresa). Inclui o serviço da equipe Coelce Plus Empresarial para atendimento emergencial.	45
Correção do fator potência	Instalação de bancos capacitores para o equilíbrio do consumo de energia elétrica. Após a contratação do serviço, o cliente economiza com a retirada imediata da multa por reativo excedente. Em geral, o custo da implantação do serviço é pago com a própria economia obtida na conta.	165
Instalações elétricas internas	Modernização das instalações elétricas internas e serviços especializados em construção civil em subestações abrigadas, construção de rede de loteamentos, rede rural, projetos de iluminação pública, estádios esportivos e atendimento a eventos especiais.	6
Venda de equipamentos	Oferta de equipamentos eficientes (máquinas, motores, transformadores, geradores, etc.), com pagamento facilitado e orientações técnicas.	30

Cientes institucionais

Um pacote de soluções Coelce Plus passou a ser oferecido, a partir de 2005, aos clientes institucionais da Coelce, que são entidades nos âmbitos municipal, estadual e federal.

COELCE PLUS INSTITUCIONAL	CLIENTES EM 2007
Banco de capacitores	37
Construção de Subestações	5
Iluminação de Prédios Públicos	209
Manutenção de Subestações	87
Outros	104
Total	442

GRI

Atendimento com qualidade e respeito

PR5

O crescimento sustentável dos negócios da Coelce depende da satisfação dos consumidores, que, além da energia elétrica, contratam produtos e serviços importantes para o retorno financeiro da companhia. A cada ano, são incrementados os investimentos na melhoria do atendimento aos clientes, buscando agregar novos processos tecnológicos e mudanças comportamentais dos colaboradores. Uma das iniciativas de sucesso, que começou em Fortaleza e passou a ser disseminada para a Região Metropolitana em 2007, é o Modelo de Atendimento Emergencial. Ele estabelece uma sistemática mais direta e transparente no teleatendimento, com autonomia para acionar diretamente as equipes de campo na resolução de problemas na rede elétrica.

Cientes residenciais

Carta de Serviço, Análise e Resposta

Canal especializado em controlar o recebimento de reclamações e sugestões dos consumidores, de forma escrita ou por intermédio das lojas de

atendimento, Central de Relacionamento, caixa postal e *website*. Também é responsável pelo recebimento de reclamações oriundas de órgãos de defesa do consumidor e promotorias, além das análises de recursos de Termo de Ocorrência (TO), que necessita de um prazo estipulado para resposta. Em 2007, foram prestados 504.617 atendimentos, incluindo a entrega de respostas de correspondências.

Para o desenvolvimento profissional dos colaboradores do setor de Análise e Resposta ao Cliente, a Coelce ofereceu um curso de português instrumental, para aperfeiçoar a escrita e atualizar conhecimentos. Em 2008, está previsto o curso de Cálculo de Termos de Ocorrência.

Central de Relacionamento (*call center*)

Serviço gratuito de teleatendimento, disponível 24 horas nos sete dias da semana, pelos telefones 0800-2850196 (ligações originadas de telefones fixos) e 9090-8811-6000 (originadas de telefones celulares). Em 2007, os 230 teleatendentes empregados na Central de Relacionamento receberam 275.471 mil ligações por mês, contabilizando 3,3 milhões de chamadas. A quantidade de ligações pode ser influenciada por alterações climáticas e outras ocorrências no meio ambiente, que acabam impactando o funcionamento do sistema elétrico.

ATENDIMENTOS	2005	2006	2007
<i>Call center</i>	2.865.651	3.073.962	3.305.654
Lojas de atendimento	2.087.404	2.555.823	2.832.637
Internet	ND	376.418	751.396
Total	4.953.055	6.006.203	6.889.687

TEMPO MÉDIO DE ESPERA E DE ATENDIMENTO (MINUTOS)	2005	2006	2007
Espera até o início de atendimento nas lojas	06:16	04:47	04:21
Espera até o início de atendimento no <i>call center</i>	0,08	0,13	0,13
Tempo de atendimento nas lojas	04:46	04:40	04:55
Tempo de atendimento no <i>call center</i>	03:50	04:03	04:20



Atendimento 'hora marcada'

O principal motivo das reclamações recebidas via central de relacionamento, lojas de atendimento e Internet é a interrupção de serviços, com 92,79% do total das solicitações.

PRINCIPAIS RECLAMAÇÕES RECEBIDAS	2005	2006	2007
Prazos na execução de serviços	9,74%	2,80%	0,69%
Fornecimento inadequado de energia	0,25%	0,35%	0,84%
Interrupções	74,88%	90,04%	92,79%
Conta não-entregue	5,13%	2,97%	3,05%
Valores cobrados na conta	0,12%	0,17%	0,23%
Outros	9,88%	3,67%	2,40%
Total	100%	100%	100%

Do total de reclamações consideradas procedentes pela Coelce, 98% foram solucionadas em 2007.

RECLAMAÇÕES PROCEDENTES E IMPROCEDENTES	2005	2006	2007
Reclamações julgadas procedentes em relação ao total de reclamações recebidas	94%	96%	95%
Reclamações julgadas improcedentes em relação ao total de reclamações recebidas	6%	4%	5%
Reclamações solucionadas em relação ao número de reclamações procedentes	97%	99%	98%

Solução imediata

O Projeto Contato, lançado em 2005, visa à excelência no atendimento, solucionando a ocorrência já no primeiro contato com o cliente. Mediante pesquisa de pós-atendimento, há um acompanhamento trimestral dos tipos de contatos reincidentes, com o objetivo de aperfeiçoar processos e canais de comunicação.

Em 2007, foram solucionados no primeiro contato 85,96% dos atendimentos realizados. Para 2008, com a mudança da metodologia de medição e acompanhamento, foi estipulada a meta de ter 60% dos problemas solucionados no primeiro contato e, para 2011, 90%.

Duas iniciativas serão adotadas, em 2008, para trazer mais qualidade e agilidade ao atendimento. Uma delas é um sistema de *back office*, com uma equipe de apoio devidamente treinada para centralizar as dúvidas dos atendentes e resolvê-las de forma rápida e precisa. Outra novidade é um projeto de monitoria de 31 lojas de atendimento, pelo qual será possível escutar o recebimento das chamadas e, por meio de envio de informações instantâneas pela *web*, auxiliar o atendente a dar o retorno correto ao consumidor, em tempo real.

A Coelce também espera intensificar a integração de trabalho entre as diversas áreas de operação. Um bom exemplo, que já foi colocado em prática em 2007, são os atendimentos emergenciais, que podem solicitar o apoio das equipes de corte e religação para a execução de serviços de emergência, caso estas estejam próximas aos locais das ocorrências.

Lojas de atendimento

A Coelce possui 198 lojas de atendimento fixas e duas unidades móveis, que oferecem os mesmos serviços a distantes bairros da capital e municípios próximos. Os 373 atendentes recebem solicitação de serviços e realizam a venda de seguros e demais produtos e soluções da companhia. Em 2007, houve 2.839.858 atendimentos.

Agência interativa

Em 2007, foram registrados 751.386 atendimentos instantâneos via *website* (*chat*), que oferecem os mesmos serviços obtidos por telefone e funcionam como canal de comunicação para receber reclamações ou sugestões.

Auto-atendimento em lojas

Os clientes podem imprimir a segunda via da conta de energia, consultar débitos ou solicitar outros serviços simples por meio de máquinas de auto-atendimento. Em 2007, eles somaram 683.133 mil.

Coelce nos Bairros

Unidades móveis vão até as comunidades carentes para oferecer os serviços prestados nas lojas de atendimento e prestar esclarecimentos sobre classificação de baixa renda, dúvidas sobre a conta de energia, dentre outros temas. Em 2007, o Coelce nos Bairros visitou 175 comunidades, sendo 44 em Fortaleza e Região Metropolitana e 131 no interior do Ceará. Foram realizadas palestras para 25,7 mil consumidores e atendimento para 5 mil clientes.

Pontos de arrecadação

Os clientes da Coelce podem pagar suas faturas de energia em 1.505 pontos de arrecadação distribuídos pelos 184 municípios cearenses, como instituições bancárias, farmácias, supermercados, etc. Nas 200 lojas de atendimento, há 131 caixas de arrecadação.

Escreva para o Presidente

Os clientes podem enviar mensagens diretamente para o presidente da Coelce, por meio de canal de comunicação disponível nas lojas de atendimento. Em 2007, 102 atendimentos, entre reclamações e sugestões, foram registrados, com resposta enviada ao cliente em 24 horas, por meio de carta.

Hora Marcada

Com agendamento pelo 0800 285 0196, é oferecida aos clientes a opção de reservar um horário de atendimento por um profissional da Coelce nas lojas de atendimento. Em 2007 foram realizados 4.613 agendamentos, com percentual de comparecimento de 62%.

Clientes com necessidades especiais

A fim de tornar mais acessível o atendimento aos clientes com necessidades especiais, a Coelce procura aumentar ações inclusivas, tais como treinamento dos profissionais na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e a construção de rampas de acesso nas lojas de atendimento. Até dezembro de 2007, das 200 lojas de atendimento, seis possuíam atendentes qualificados em Libras, sendo quatro na capital e duas no interior, com um total de 13 profissionais formados pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).

As pessoas com deficiências visuais podem solicitar a conta de energia em versão braile, por intermédio das lojas de atendimento e Central de Relacionamento (*call center*). Esse benefício contemplou 38 clientes em 2007. Em sua política de padronização das lojas de atendimento, todas que passam por reformas recebem rampas de acesso, sendo que 32 lojas já oferecem essa facilidade aos clientes com limitações físicas. Dessas, 19 localizam-se no interior do estado, sete em Fortaleza e seis na Região Metropolitana.

Comunidades de baixa renda

De forma alinhada ao programa de redução de perdas em comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico, a Coelce iniciou em 2007 o Programa Energia Social, que oferece atendimento personalizado e facilidade na negociação de dívidas, além de ações para promover a geração de renda e a responsabilidade socioambiental. Os detalhes dessa iniciativa podem ser conhecidos no capítulo Sociedade, na página 114.

Atendimento humanizado

Colocar-se no lugar do cliente que necessita de atendimento e tratá-lo como gostaria de ser tratado, sem ouvir gravações automáticas via central telefônica ou perder tempo sendo transferido de atendente a atendente até a solução completa do problema. Ouvir as reais necessidades do consumidor e a forma ideal de atendê-lo é justamente o principal objetivo do Projeto Humanização do Atendimento ao Cliente, iniciado em 19 de dezembro de 2007. Alinhado aos valores de ser uma empresa simples, transparente e confiável, o projeto busca um estreitamento significativo do relacionamento com os clientes.

O comitê responsável pela aplicação do projeto é composto por dez profissionais de diversas áreas: Técnica, Comercial, Marketing, Empresas Parceiras, Ouvidoria e Recursos Humanos. Após a etapa de entender a percepção dos clientes em relação ao atendimento prestado, a Coelce investirá na conscientização e mudança comportamental dos colaboradores das lojas de atendimento, central de relacionamento, eletricitas, profissionais de manutenção em campo, entre outros, para que passem a transmitir esse sentimento de servir com atenção e qualidade.

Em 2008, o comitê iniciará as ações em Fortaleza, como projeto-piloto do programa, com o objetivo de ampliar, posteriormente, para toda a área de concessão. O Projeto de Humanização será conduzido de forma gradativa e sustentável, reforçando o trabalho de equipe e a integração entre as áreas, no qual toda a gestão da companhia será impactada positivamente.

Reconhecimento dos melhores atendentes

A partir de 2007, a Coelce passou a elaborar um *ranking* trimestral dos melhores profissionais das lojas de atendimento, com base em quatro critérios: tempo médio de atendimento; avaliação dos conhecimentos de produtos e serviços da Coelce; venda de produtos; e satisfação do cliente. Esse último item recebe a maior ponderação para o *ranking*, 60%.

Os melhores atendentes são escolhidos entre as categorias: Fortaleza, Região Metropolitana, Norte, Sul e lojas com menos de três atendentes. Como reconhecimento, recebem uma foto de Atendente Destaque, disposta em seu local de trabalho, e a cada trimestre são convidados para um jantar com a presença do presidente da Coelce, diretores e coordenadores de áreas, quando são homenageados pela qualidade do serviço prestado.

Grandes clientes

O atendimento a esse segmento recebe prioridade desde o recebimento da solicitação pela Central de Relacionamento até a operação final do serviço. A Coelce destaca oito ações de melhoria em 2007, que permitiram manter a certificação ISO 9001 para Gerência de Grandes Clientes, obtida em 2006:

- Telemedição para monitorar a falta de energia, permitindo mais agilidade e atenção no atendimento;
- Priorização das equipes de Linha Viva (especialistas técnicos que realizam obras em rede energizada) para grandes clientes que necessitam de atendimento preferencial;
- Instalação de postos de atendimento exclusivos no *call center*;
- Intensificação das visitas personalizadas, que em 2007 totalizaram 2.619, com aumento de 50,43% em relação a 2006;
- Adoção de equipes exclusivas para elaboração de orçamentos;
- Revisão trimestral dos procedimentos comerciais, adequando-os às novas demandas do atendimento;

- Introdução de 1ª e 2ª visita ao cliente novo; e
- Expansão das visitas e vendas de serviços para o interior do Ceará.

Clientes institucionais

A Coelce dispõe de uma área exclusiva de relacionamento com os clientes institucionais, dividida em atendimento e vendas de serviços. Um grupo de seis executivos especializados e quatro colaboradores de apoio é responsável pela oferta de serviços de ligações novas ou provisórias, pedidos de execução de obras de extensão de rede, verificação de faturas mensais de energia, repasse de Contribuição de Iluminação Pública e outras demandas dos municípios e governos estadual e federal. Na área de vendas de serviços, os clientes institucionais contam com a orientação de 12 profissionais qualificados para facilitar a contratação dos serviços Coelce Plus Institucional.

Satisfação do cliente

Privacidade e ética

O Código de Ética Empresarial da Coelce prevê o adequado manuseio das informações, a fim de garantir a privacidade dos clientes. Em 2007, não houve registro de violação desse direito.

GRI
PR8

Na divulgação de campanhas e peças publicitárias, a Coelce respeita os padrões éticos de propaganda adotados no Brasil e não possui registro de violação de regulamentação de propaganda e *marketing*.

GRI
PR6
PR7

Embora não possua produtos que exijam procedimentos de rotulagem, a Coelce registra de forma clara, nos contratos, todas as informações necessárias para a venda de seus seguros e soluções, além de incluir os dados exigidos pela Aneel na conta de energia elétrica.

GRI
PR3
PR4

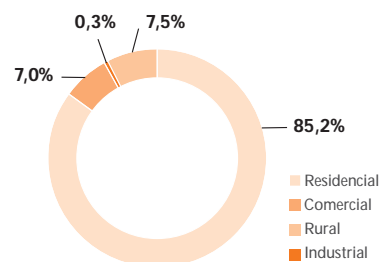
Negociação de dívidas

A Coelce permite a opção de parcelamento de dívidas dos clientes, oferecendo taxas e prazos mais favoráveis que os existentes no mercado financeiro. A negociação de dívida pode ser feita por meio de qualquer canal de atendimento da empresa. Em 2007, foram realizados 128.481 parcelamentos, quantidade 13,25% menor que em 2006. Do total, 85,16% foram solicitações de clientes residenciais.

Quantidade de negociações de dívida

07	128.481
06	148.108
05	145.475
04	160.647
03	174.867

Negociação de dívidas por categoria de cliente

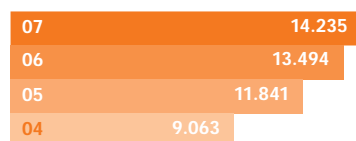


Central de Relacionamento

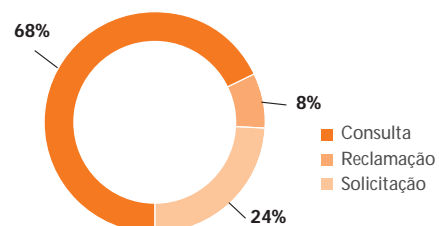
Ouvidoria

Os clientes contam com canais de comunicação diretos com a Coelce, como a central telefônica gratuita (0800 2804100), e-mails e correspondências. Em 2007, a Ouvidoria realizou 14.235 atendimentos, entre consultas, reclamações e solicitações, atuando de forma imparcial na mediação dos conflitos.

Quantidade de atendimentos pela ouvidoria

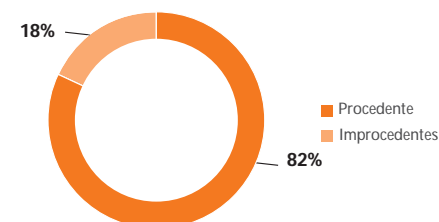


Atendimento por Tipo



Foram gerados na Ouvidoria 1.733 processos, dos quais 1.427 foram julgados procedentes. Do total de processos, apenas 10,3% recorreram à Arce.

Processos procedentes e improcedentes



Uma das medidas adotadas pela Ouvidoria em 2007 foi a intermediação de contato entre a Gerência de Perdas da Coelce e a Arce, com o objetivo de reduzir o escopo das cobranças de Termo de Ocorrência para 12 meses. A partir de 2007, a equipe de Ouvidoria passou a apresentar mensalmente à Diretoria os resultados dos atendimentos e a cobrar mais agilidade de resposta. Foi intensificado, ainda, o contato com o Departamento de Gestão Econômica, solicitando uma análise mais maleável dos pedidos de indenização.

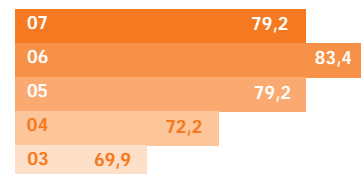
Desde 2006, a Ouvidoria, por meio do projeto Ouvidoria na Comunidade, vai até as comunidades mais carentes, com o objetivo de levar esclarecimentos sobre a Coelce e o papel da Ouvidoria, além de colher reclamações e/ou solicitações dos consumidores, para análise e uma posterior resposta. Em 2007 foram realizados 12 eventos com uma presença média de 120 pessoas.

Pesquisas de satisfação do cliente

• PESQUISA ABRADÉE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE RESIDENCIAL

A obtenção de 79,2% no Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) contribuiu para a Coelce ser eleita, pela Abradee, como a melhor distribuidora de energia elétrica do Nordeste e a sétima do Brasil. Realizada anualmente, a pesquisa avalia os seguintes critérios: qualidade de fornecimento de energia; informação e comunicação com o consumidor, atendimento ao cliente; conta de luz e imagem das distribuidoras de energia.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP)



Fonte: Abradee

O resultado da pesquisa serve como base das ações dos planos anuais de *marketing* e comunicação da companhia, detectando pontos a serem transformados em campanhas de mídia ou mudanças internas de processos. A Coelce contratou o Instituto Gerp para promover outras duas pesquisas de satisfação, utilizando os mesmos critérios do modelo Abradee, e assim avaliar a eficácia das iniciativas planejadas a partir do resultado da Pesquisa Abradee. Foram identificadas ações para melhorar a comunicação dos avisos de desligamento programado e a necessidade de divulgar melhor os direitos e os deveres dos clientes do sistema elétrico. A Gerência de Comunicação elaborou uma série de informes comerciais Você pergunta, a Coelce responde, exibidos durante todo o ano de 2007 na mídia televisiva. Entre os temas abordados, estavam esclarecimentos sobre o recadastramento dos consumidores de baixa renda, desligamento para efeito de manutenção preventiva, canais de atendimento e segurança da rede elétrica.

• IASC

A qualidade dos serviços prestados é monitorada por meio do Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC). O objetivo da sondagem é registrar a opinião dos consumidores sobre a qualidade percebida, confiança, fidelidade, valor percebido e satisfação. O resultado referente ao ano de 2007 deverá ser publicado no final do segundo trimestre de 2008.

• CLIENTE FANTASMA

Desde 2004, a Coelce monitora a qualidade dos serviços prestados aos clientes em suas lojas de atendimento por meio da Pesquisa Cliente Fantasma. Uma empresa externa contratada realiza uma avaliação, atribuindo notas de 0 a 10 a aspectos como abordagem ao cliente, prontidão no atendimento, competência técnica, entre outros quesitos. Em 2007, foi feita apenas uma pesquisa, na qual a Coelce obteve nota média de 8,5.

PESQUISA CLIENTE FANTASMA	2005 JUNHO	2005 SETEMBRO	2006 JUNHO	2006 NOVEMBRO	2007
Média	8,08	8,86	8,3	9,05	8,5

• OUTRAS PESQUISAS

A Coelce investiu na contratação de outros institutos de pesquisa para realizar sondagens de avaliação de satisfação dos consumidores em relação ao atendimento e oferta de produtos e serviços. A Vox Populi realizou duas pesquisas para avaliação da eficiência de campanhas publicitárias, uma para a avaliação de imagem e reputação da companhia e outra para avaliação de novos produtos e serviços antes de serem lançados ao mercado. O Instituto Data Sensus fez um levantamento para medir a satisfação do serviço dos clientes do segmento de alta-tensão.

Responsabilidade sobre o produto

Para garantir a segurança na distribuição de energia elétrica, a Coelce cumpre rigorosamente normas e padrões técnicos, investe no treinamento de colaboradores e na manutenção das instalações e equipamentos. Estrutura, ainda, uma forte política de comunicação para informar aos consumidores, continuamente e de forma proativa, sobre o uso seguro e racional de energia elétrica.

GRI PR1
Esse conteúdo é disseminado por meio de veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão), conta de energia, folhetos explicativos disponíveis nas lojas de atendimento, cartazes fixados em comércios, escolas e condomínios, dentre outros. As comunidades cearenses participam ainda de projetos de educação, como o Escola Coelce Caminhos Eficientes, e recebem orientações por meio do projeto Coelce nos Bairros.

Apesar de todas as campanhas de conscientização sobre os riscos da prática ilícita, ainda é registrado um grande número de furtos de cabos condutores de energia elétrica, que em alguns casos acabam resultando em mortes.

A Coelce monitora as taxas de gravidade e frequência de acidentes com a população, dois indicadores estatísticos medidos pelo número de acidentes fatais, graves e leves ocasionados por origem elétrica desde as redes de transmissão e distribuição até o quadro de medição do cliente.

Em conformidade com as decisões judiciais, a companhia indeniza os prejuízos à comunidade decorridos de acidentes, tais como invalidez, morte, degradação de instalações, incêndios e danos ambientais.

ACIDENTES COM A POPULAÇÃO (PADRÃO ABRADÉE)	2004	2005	2006	2007
Taxa de Frequência	2,84	2,72	3,46	3,83
Taxa de Gravidade	374	926	2.171	1.738

Em 2007, foram registrados 31 acidentes com a população, devido a choque elétrico, sendo 12 fatais.

Conformidade

Os esforços da Coelce para melhorar a qualidade de seus serviços e o atendimento aos clientes já começaram a trazer resultados em 2007. No *ranking* de reclamações registradas pelo Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Decon e Procon), passou do 1º (2006) para o 16º lugar (2007), com 724 reclamações (81% consideradas improcedentes), com 44% de redução na comparação com 2006.

RECLAMAÇÕES RECEBIDAS E PROCEDENTES	2004	2005	2006	META 2007	2007	META 2008
Reclamações registradas no Procon/Decon	1.560	2.327	1.283	1.155	724	688
Reclamações consideradas procedentes (Procon)	156	232	205	-	138	-
Reclamações de agências reguladoras (Aneel/ Arce)	1.155	1.356	1.610	-	1.009	-

• APARELHOS QUEIMADOS

Conforme resolução da Aneel, a Coelce ressarcir danos por ocorrências elétricas decorrentes de oscilações no sistema de energia. Em 2007, a Companhia registrou 4.656 pedidos de ressarcimento em sua área de concessão, quantidade pouco menor que a de 2006 (5.547). Do total de solicitações, 3.176 foram consideradas procedentes, determinando um custo total de ressarcimento de R\$ 1.010 mil. No Ceará, existem 82 lojas de assistência técnica credenciadas pela Coelce para realizar o atendimento de indenização de equipamentos danificados por ocorrências elétricas.

A Coelce cumpriu rigorosamente, em 2007, os prazos estipulados pela Aneel para o ressarcimento:

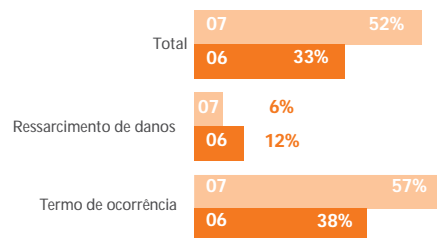
PRAZOS LEGAIS PARA RESSARCIMENTO - (RESOLUÇÃO 061/ANEEL)	
Registro da reclamação	Até 90 dias após a ocorrência
Vistoria	Até 20 dias úteis após o registro da reclamação
Envio de carta-resposta	Até 60 dias após o registro da reclamação
Ressarcimento de valores	Até 90 dias após o deferimento relativos a dano da reclamação

GRI
PR9

• ARCE

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce) é a responsável pela regulação e fiscalização dos serviços prestados pela Coelce. Quando o consumidor registra uma reclamação no Órgão Regulador, a Coelce é comunicada e solicitada a manifestar-se apresentando a solução para a situação reclamada. Persistindo a reclamação, a Arce convida as duas partes para negociar um acordo. Em 2007, das 364 audiências de mediação, 52% terminaram em acordo, sendo que as principais reclamações foram por Termo de Ocorrência (84%) – instrumento utilizado pelas concessionárias de energia elétrica para a constatação de irregularidades nos medidores de consumo e aplicação de penalidades.

Índice de acordo em audiências de mediação



AUDIÊNCIAS DE MEDIAÇÃO DA ARCE, EM 2007	COM ACORDO		SEM ACORDO		TOTAL	
	QUANT.	%	QUANT.	%	QUANT.	%
Reclamações por Termo de Ocorrência (TO)	176	57%	131	43%	307	84%
Ressarcimento de danos elétricos	1	6%	16	94%	17	5%
Consumo abusivo	2	17%	10	83%	12	3%
Cobrança indevida	3	43%	4	57%	7	2%
Débitos anteriores	4	80%	1	20%	5	1%
Parcelamento de dívida	1	25%	3	75%	4	1%
Qualidade no atendimento	0	0%	2	100%	2	1%
Extensão de rede	1	50%	1	50%	2	1%
Aferição de medidor	1	50%	1	50%	2	1%
Corte indevido	0	0%	1	100%	1	0%
Classificação unidade consumidora	0	0%	1	100%	1	0%
Ligação mova	1	100%	0	0%	1	0%
Mudança local do medidor	0	0%	1	100%	1	0%
Relocação de poste	0	0%	1	100%	1	0%
Outros	1	100%	0	0%	1	0%
Total	191	52%	173	48%	364	100%

• JUSTIÇA FEDERAL

Há diversas ações questionando o reajuste tarifário, mas em todos os casos as liminares concedidas foram cassadas. Em 2007, a Coelce participou da Semana Nacional de Conciliação, realizada pelo fórum Clóvis Bevilacqua. Durante o evento, vários clientes puderam solucionar pendências jurídicas com a distribuidora, de maneira rápida, simples e confiável.

• JUSTIÇA COMUM ESTADUAL

A entrada de processos de ações nos Juizados Especiais diminuiu 20,7% em 2007, na comparação com o ano anterior. Os principais motivos das ações questionam medição irregular, corte do fornecimento de energia elétrica, queima de aparelhos e reajuste tarifário.

CAUSAS CÍVEIS	2006	2007
Total de processos	5.399	5.878
Contingência (R\$ mil)	31.827	34.357
Ingresso de ações	1.989	1.683
Processos arquivados	576	1.145
Acordos realizados	44	59

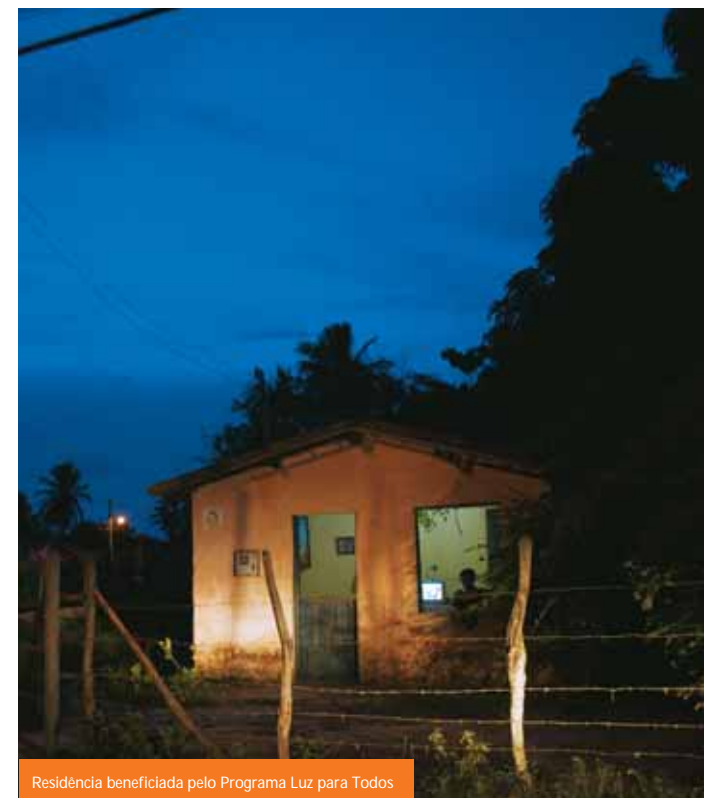
Metas

Metas de 2007

Obter Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) na pesquisa Abradee de 83,4%.	Resultado não alcançado: 79,2%
Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC) de 10,54 horas.	Meta superada em 11%
Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC) em 8,67 vezes.	Meta superada em 9%

Metas para 2008

- Média de 30 dias para atendimento de reclamações dos clientes.
- Atingir 28 reclamações para cada mil clientes.
- 60% dos atendimentos solucionados no primeiro contato com o cliente.
- Média aritmética de 99,5% de atendimentos comerciais dentro do prazo.
- Média ponderada de 79% de atendimentos da área técnica dentro do prazo (Emergencial, Projetos e Obras).



Residência beneficiada pelo Programa Luz para Todos

Colaboradores: Desenvolvimento profissional e pessoal



Para a Coelce, o primeiro passo para alcançar bons resultados econômico-financeiros é investir de forma significativa no desenvolvimento profissional de seus colaboradores e exigir o mesmo de suas empresas parceiras. Para garantir um nível elevado de satisfação nas relações de trabalho, desenvolve uma gestão participativa – representantes dos empregados integram diversos conselhos e contribuem para decisões estratégicas – e uma política de remuneração e benefícios que valoriza o talento do público interno.

GRI

Gestão por competências

LA11

A Coelce vem aprimorando o Sistema de Gestão por Competências, introduzido em 2006, que propicia o desenvolvimento profissional pela identificação de competências alinhadas à estratégia dos negócios. A companhia investe em cursos e treinamentos, mas o sucesso do modelo de gestão depende, principalmente, do esforço pessoal de cada colaborador.

O Sistema de Gestão por Competências funciona de forma integrada com os processos de Recrutamento e Seleção, Desenvolvimento e Remuneração, baseado nas competências registradas no Mapa de Carreira do empregado.

Com base nesse mapeamento, o colaborador visualiza o estágio de carreira em que se encontra e quais competências deve aprimorar. Também serve como apoio à equipe de Recursos Humanos e aos gestores para o recrutamento interno e as promoções, evitando, dessa forma, escolhas subjetivas.

Anualmente, cada colaborador tem a oportunidade de se auto-avaliar e de ser avaliado pelo gestor, de forma orientada, sobre o desempenho de suas competências, a fim de avançar em seu Plano de Desenvolvimento Profissional (PDP).

ANÁLISE DE DESEMPENHO	2005	2006	2007
Percentual de empregados avaliados	97%	97%	98%

GRI

LA12

Em atendimento às solicitações desse plano, foram realizadas 7.984 horas de oficinas em 2007, abordando temas relacionados às competências a serem desenvolvidas, com 1.225 participantes.

OFICINAS - TEMAS	PARTICIPANTES	H/A	HORAS DE TREINAMENTO
Colaboradores em foco	125	2	250
Feedback	282	4	1.128
Flexibilidade e Negociação	45	8	360
Momento Conhecimento	137	4	548
Comunicação	102	12	1.224
Desenvolvimento de Pessoas e Trabalho em Equipe	162	12	1.944
Orientação a resultados, planej. e organização	129	12	1.548
Postura e relacionamento no trabalho	243	4	972

Em 2006, foi realizada a avaliação de 100 colaboradores indicados como talentos em potencial pelos gestores. Desse grupo, seis ascenderam a cargos de liderança em 2007.

Investimento em educação

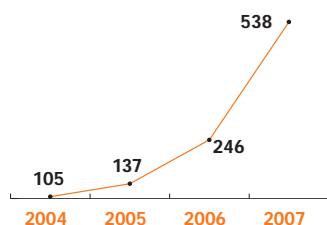
O desenvolvimento profissional dos colaboradores é permeado pelo investimento crescente em educação. Em 2007, gestores e empregados participaram de 282.994 horas de treinamento, em diversos temas, tais como Desenvolvimento de Lideranças e Pilares de Relacionamento, dentre outros.

GRI	TREINAMENTO POR CATEGORIA	MÉDIA DE HORAS POR EMPREGADO	
		2006	2007
LA10	Gestores	133,9	329,85
	Administrativo	116,05	205,27
	Produção	105,35	220,28

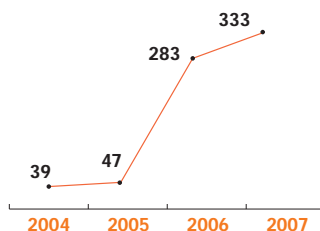
A Coelce mantém, ainda, parceria com universidades e escolas de ensino técnico para auxiliar na formação educacional de seus colaboradores, nos níveis médio, superior e pós-graduação, com oferta de bolsas de estudo.

BOLSAS DE ESTUDO	BENEFICIADOS 2007	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Idiomas	67	79,1
Nível técnico	148	158,5
Graduação	86	149,2
Pós-graduação	32	151,3
Total	333	538,1

Investimentos em educação -
Bolsas de estudo
COELCE 2004 - 2007 (R\$ Mil)



Bolsas de estudo
COELCE 2004 - 2007



Desenvolvimento e avaliação de gestores

Em 2007, foi dada continuidade ao Programa de *Coaching* para 23 executivos, entre diretores e gerentes. Foram realizadas sessões individuais quinzenais, com a elaboração de um plano de ação que será acompanhado de forma sistemática em 2008. Os líderes de departamento participaram de oficinas sobre Instrumentos para Ação Gerencial e *Feedback* (retorno), beneficiando 69 gestores. O investimento para o desenvolvimento de lideranças totalizou R\$ 790 mil.

Pelo segundo ano, os colaboradores participaram da Avaliação Invertida, no qual avaliam, de forma confidencial, os gestores, nos aspectos relacionados à atitude pessoal e de gestão. Cada gestor também realiza uma auto-avaliação, e o resultado é o combinado dessas duas frentes, servindo para a elaboração do Plano de Desenvolvimento de cada gestor. Em 2007, 1.202 empregados participaram desse processo, avaliando 110 gestores. Outra ferramenta desenvolvida é a Avaliação 360°, usada para avaliar 23 gestores, entre gerentes e diretores. Nesse caso, o gestor é avaliado por seus pares, seu superior e seus liderados.

Outras iniciativas são desenvolvidas pela Coelce para trazer mais qualidade de vida aos colaboradores e contribuir para o aprimoramento de suas competências no trabalho:

PROGRAMAS CORPORATIVOS	OBJETIVO	CARGA HORÁRIA	BENEFICIADOS 2007
Valores em Ação	Dissemina a Missão, a Visão e os Valores da Coelce, por meio de atividades teóricas e práticas.	12 horas, em sistema de imersão	Em 2007, 142 estagiários. Em 2005 e 2006, o programa contemplou todos os empregados.
Crescer Juntos	Promove a integração entre empregados de diferentes áreas.	16 horas	447 colaboradores
Conhecendo a Coelce	Apresenta as atividades desenvolvidas pela companhia, por meio dos principais indicadores e eixos estratégicos.	8 horas	452 colaboradores e 43 estagiários
A Arte da Competência	Explica quais são os conhecimentos, as habilidades e as atitudes essenciais ao desenvolvimento das competências comportamentais.	12 horas/turma	707 empregados e 91 estagiários
Prevenindo Sempre	Educa para análise preventiva de riscos de acidentes no sistema elétrico, associando temas comportamentais a conteúdos técnicos.	Quatro reuniões gerais de 3 horas/turma (em média)	Participação média de 2.500 pessoas
Desenvolvendo a Inteligência Emocional	Orienta os empregados dos Centros de Controle de Alta e de Baixa-Tensão na administração do estresse cotidiano.	Em 2007, foram formadas três turmas e realizados dois mód., com carga horária de 8 horas/turma	97 participações

Recrutamento e seleção

De forma sistemática, a companhia procura privilegiar os seus talentos internos nos processos de recrutamento e seleção. A divulgação da vaga é feita na Intranet, sendo os currículos dos candidatos analisados de acordo com o perfil do cargo e as competências técnicas e comportamentais de cada interessado. Após uma série de entrevistas, se nenhum colaborador atender aos requisitos exigidos, buscam-se candidatos do mercado de trabalho. Todo o processo respeita o Código de Ética da Coelce, proibindo qualquer tipo de discriminação em relação à etnia, gênero, orientação sexual, religião ou classe social. Em 2007, 65 empregados concorreram a 12 vagas em processos seletivos internos. Dessas, nove foram preenchidas por colaboradores.

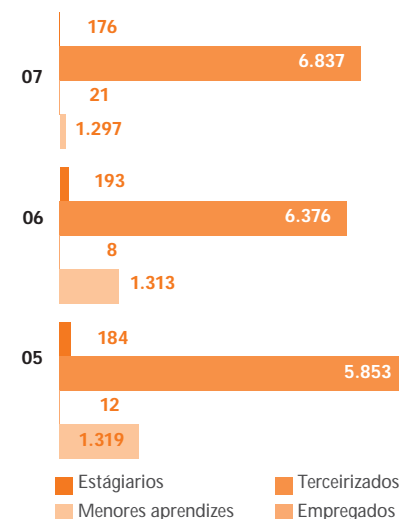
Perfil dos colaboradores

GRI

LA1

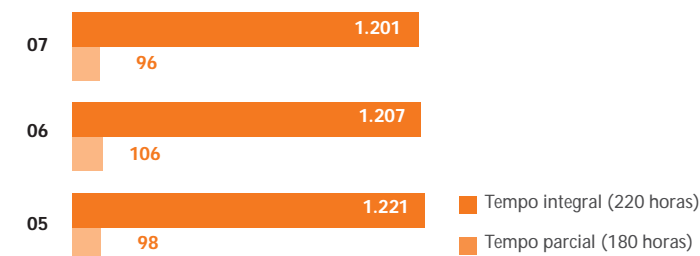
No encerramento de 2007, a Coelce mantinha 8.331 colaboradores, aumento de 5,6% na comparação com o ano anterior (7.890), sendo 1.297 empregados, 6.837 terceirizados, 176 estagiários e 21 menores-aprendizes. Em 2007, dos 1.297 empregados diretos, 1.201 eram contratados em regime integral (220 horas) de trabalho e 96 em regime parcial (180 horas). Os empregados estão classificados nas seguintes funções: sete diretores (incluindo o diretor-presidente), 99 gestores, 228 administrativos e 963 na produção.

Categoria de colaboradores

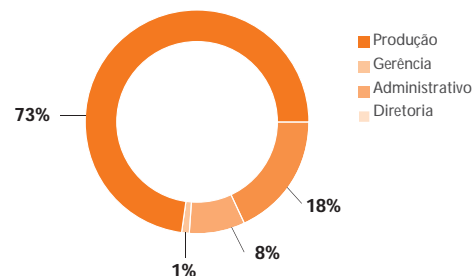


Em 2007, foi contratada a primeira diretora da Coelce, que lidera a área Comercial. Além disso, houve aumento de 4% no número de mulheres na produção, cargos geralmente ocupados por eletricitistas homens.

Tipo de emprego



Categoria de cargos



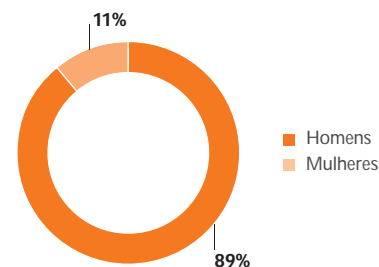
O quadro registrava, em dezembro de 2007, 951 empregados de raça branca e 368 de raça negra. Não havia registro de pessoas de raça amarela ou indígena.

GRI					
LA13	EMPREGADOS- PERFIL POR IDADE	2005	2006	2007	
	Até 25	29	29	31	
	26 a35	224	215	231	
	36 a 45	620	564	485	
	46 a 55	429	484	526	
	Acima de 55	17	21	24	
	Total	1.319	1.313	1.297	
GRI					
LA13	EMPREGADOS POR GÊNERO	2005	2006	2007	VAR. % 06/07
	TOTAL DE EMPREGADOS				
	Homens	1.045	1.036	1.020	-1,54%
	Mulheres	274	277	277	0,00%
	ADMINISTRATIVOS				
	Homens	115	114	102	-10,53%
	Mulheres	138	132	126	-4,55%
	PRODUÇÃO				
	Homens	843	832	834	0,24%
	Mulheres	117	124	129	4,03%
	DIRETORES				
	Homens	7	7	6	-14,29%
	Mulheres	-	-	1	-
	GESTORES				
	Homens	80	83	78	-6,02%
	Mulheres	19	21	21	0,00%

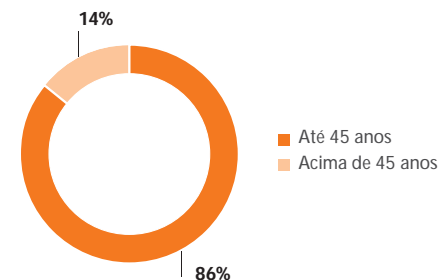
Definição das categorias: Diretoria: diretor-presidente e diretores vice-presidentes; Gestores: gerentes, chefes de departamento e de centros de serviços; Administrativos: secretárias, agentes administrativos, assistentes, técnicos em informática e contabilidade, auxiliar de serviços e desenhistas; Produção: profissionais com nível superior, eletricitistas e eletrotécnicos.

EMPREGADOS- PERFIL POR ESCOLARIDADE	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Analfabetos	-	-	-
Ensino fundamental I incompleto (1ª a 4ª Série)	-	-	-
Ensino fundamental I completo (1ª a 4ª Série)	1	-	1
Ensino fundamental II incompleto (5ª a 8ª Série)	32	1	33
Ensino fundamental II completo (5ª a 8ª Série)	70	3	73
Ensino médio incompleto	-	-	0
Ensino médio completo	498	89	587
Superior incompleto	51	24	75
Superior completo	279	125	404
Pós-graduação (especialização, MBA, mestrado ou doutorado)	89	35	124
Total	1.020	277	1.297

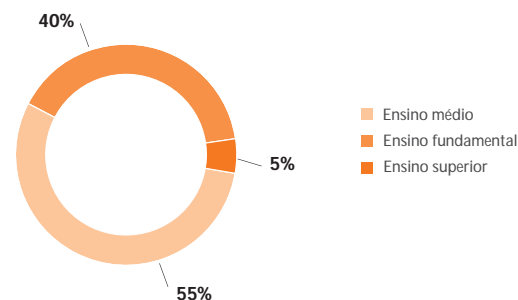
Perfil de terceirizados por gênero



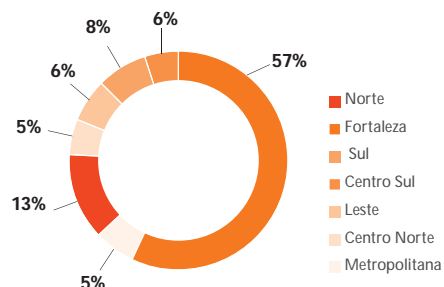
Perfil de terceirizados por idade



Perfil terceirizados por escolaridade



Empregos por localidade



GRI	DIVERSIDADE DE RAÇA *	2005	2006	2007	VAR. % 06/07
LA13	TOTAL DE EMPREGADOS				
	Branca	951	941	930	-1,2%
	Negra	368	372	367	-1,3%
	MULHERES				
	Branca	212	209	211	-1,0%
	Negra	62	68	66	- 2,9%
	HOMENS				
	Branca	739	732	719	-1,8%
	Negra	306	304	301	-1,0%
	DIRETORES				
	Branca	6	6	6	0,0%
	Negra	1	1	1	0,0%
	GESTORES				
	Branca	79	84	79	-6,0%
	Negra	20	20	20	0,0%
	ADMINISTRATIVOS				
	Branca	184	178	165	- 7,3%
	PRODUÇÃO				
	Branca	682	673	680	1,0%
	Negra	278	283	283	0,0%

* A Coelce compilou os dados referentes a seus empregados baseada na divisão feita pelo IBGE com relação aos negros, que são considerados pretos e pardos.

Pessoas com deficiências ou necessidades especiais

Do total de 1.297 empregados da Coelce, 50 possuem necessidades especiais, percentual de 7,2%. Nessa base de cálculo estão excluídos

os empregados que atuam em atividades de alta periculosidade (246 eletrotécnicos, 321 eletricitistas e 37 operadores de subestação). A Coelce não possui colaboradores com deficiências em cargos de diretoria, mas 2% estão em cargos de gestão (gerências e departamentos), cujo salário médio é de R\$ 5,4 mil. Para os demais empregados com deficiências, a média de salário mensal é de R\$ 1,9 mil.

EMPREGADOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	2004	2005	2006	2007
Em cargos de gestão	1,61%	2,02%	1,92%	2%
Salário médio mensal (R\$)	1.458,40	1.663,33	1.820,73	1.940,88
Salário médio mensal em cargos de gestão (R\$)	2.841,15	4.746,09	4.911,27	5.422,98

Criação de emprego e rotatividade

Em 2007, a média de rotatividade de pessoal (*turnover*) foi de 6%, com desligamento de 78 empregados e admissão de 62. A grande quantidade de desligamentos deve-se ao pedido de aposentadoria de 46 empregados.

ROTATIVIDADE	2005	2006	2007
Admitidos	61	37	62
Desligados*	79	43	78
Demitidos acima de 45 anos de idade em relação ao total de demitidos	15%	30%	60%
Turnover	6%	3,27%	6%

* Total de desligados inclui colaboradores demitidos por justa causa, sem justa causa, aposentados e outros..

Educação de jovens

Para garantir um futuro mais digno aos jovens cearenses, a Coelce investe em programas de estágio em diversas áreas da companhia. As ações são feitas em parceria com várias entidades, como Consórcio da Juventude, Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do projeto Promoção de Emprego Juvenil na América Latina, Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Serviço Nacional Aprendizagem Comercial (Senac)

e universidades públicas e privadas. Em 2007, eram mantidos 21 jovens aprendizes e 176 estagiários, e foram efetivados 17 estagiários.

A empresa também adota a política de erradicação do trabalho infantil, não utilizando mão-de-obra de menores de 14 anos, ou de maiores de 14 e menores de 16 anos que não estejam na condição de aprendiz. Todo contrato com fornecedores e empresas parceiras tem cláusulas proibitivas nesses aspectos, cuja transgressão resulta em quebra imediata do acordo, independentemente de aviso prévio ou notificação judicial.

Comportamento frente a demissões

O Sistema de Gestão por Competências, além de contribuir para o desenvolvimento profissional do colaborador, também auxilia nos processos demissionais, permitindo que as decisões tenham por base avaliações profissionais e não de caráter pessoal. Com a finalidade de melhorar continuamente a qualidade de prestação do serviço, muitas vezes a empresa necessita agregar novos profissionais ao seu quadro de colaboradores.

Os empregados da Coelce também estão cientes de que o desrespeito aos códigos de Conduta do Empregado e de Ética Empresarial pode resultar em demissão por justa causa.

A companhia busca oferecer serviços de recolocação no mercado, mediante convênios e manutenção de benefícios aos demitidos sem justa causa, financiando ainda a capacitação de trabalhadores.

GRI Relações com sindicatos

LA4 A Coelce defende a livre associação sindical de sua força de trabalho e procura estabelecer canais de comunicação para facilitar o diálogo com as representações sindicais. É permitido às entidades atuar no local de trabalho, buscando contato permanente com os empregados.

Dirigentes da Coelce também se reúnem, periodicamente, com o Sindicato dos Eletricitários do Ceará (Sindeleetro) para negociar reivindicações, informar sobre as condições de trabalho do seu público interno e fornecer informações que possam subsidiar as discussões.

O Acordo Coletivo de Trabalho do biênio 2006/2008 foi aprovado em 2006, por ampla maioria dos empregados, da capital e do restante do Estado, presentes à assembleia. Em 2007, não ocorreu nenhuma alteração dos itens firmados. O acordo firmado garante, entre outros itens:

- Liberação de seis empregados com cargos de diretoria na Administração Executiva do Sindeleetro, com pagamento integral de salário e benefícios como se estivessem no exercício de suas funções;
- Liberação por oito horas mensais de um empregado com cargo de delegado sindical para cada grupo de 100 empregados; e
- Liberação de 27 homens/dias úteis/ano para eventos sindicais.

O acordo cita cláusulas específicas de segurança e saúde ocupacional, detalhando critérios para assistência médica ao empregado, seus dependentes, agregados, pensionistas, aposentados e dependentes legais. Todas as despesas médico-hospitalares decorrentes de acidentes de trabalho são cobertas integralmente pela Coelce, sem prejuízo do empregado.

Não há forma ou periodicidade previamente estipuladas de notificações sobre mudanças operacionais significativas, que são tratadas de acordo com a necessidade.

Em 2007, a Coelce amparou 1.275 empregados por Acordos de Negociação Coletiva, representando 98% do total. O diálogo permanente, pautado no respeito e na transparência, é um dos motivos da ausência de movimentos grevistas na Coelce desde 1997.

GRI

LA9

GRI

LA5

ACORDO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade de empregados amparados por acordo	1.345	1.313	1.298	1.290	1.276
Total de empregados da Coelce	1.375	1.337	1.319	1.313	1.297
% de empregados amparados por acordo	98%	98%	98%	98%	98%

GRI Remuneração e benefícios

LA3

Em sua política de remuneração, a Coelce procura manter a satisfação de seu público interno com valores compatíveis aos de mercado, realizando, periodicamente, pesquisa para averiguar a média salarial de outras empresas do mesmo setor. Deseja, dessa forma, oferecer uma remuneração adequada, juntamente a uma série de benefícios, a fim de valorizar o desempenho e as competências de seus empregados. Em 2007, a remuneração variável representou mais de 20% da massa salarial, por conta da atividade operacional de risco, que requer adicional de periculosidade e sobreaviso.

GRI	RELAÇÕES SALARIAIS	2005	2006	2007	META 2008
EC5	Relação entre a maior e a menor remuneração (vezes)	19,36	19,36	19,36	19,36
	Divisão do menor salário pelo mínimo vigente	1,97	1,75	1,69	ND

GRI	PROPORÇÃO DE SALÁRIO ENTRE HOMENS E MULHERES	2005	2006	2007
LA14	CATEGORIA FUNCIONAL			
	Diretoria/Gerência	1,10	1,17	1,06
	Administrativos	1,17	1,17	1,14
	Produção	0,74	0,79	0,79

Os benefícios são oferecidos para os colaboradores independentemente de gênero, contrato de trabalho com tempo integral ou parcial e abrangem todos os níveis hierárquicos:

- Assistência médica, social, tratamento e transporte para acidentados no trabalho: apesar de o plano de assistência médica não oferecer cobertura para os casos de acidentes do trabalho, a Coelce possui outro contrato, custeando a assistência médica e todo o tratamento, com fornecimento de medicação prescrita e transporte da vítima para o local de tratamento.
- Auxílio-funeral: cobertura de despesas funerárias de colaboradores e dependentes legais. O valor custeado para o empregado é de R\$ 2.095,60 e R\$ 1.047,80, por dependente.
- Benefício para filhos de empregados com necessidades especiais: concedido para tratamento especializado em caso de deficiência mental, motora ou sensorial (especificamente visual ou auditiva e distúrbios graves da fala ou comportamento).
- Complementação salarial do auxílio acidentário: concedido para empregados afastados em decorrência de acidente do trabalho ou doenças profissionais por um período superior a 15 dias. Consiste na complementação salarial do benefício de auxílio-acidente pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e tem duração máxima de 24 meses contados a partir da data do afastamento do empregado.
- Creche ou creche-escola: de acordo com a legislação, as empresas são obrigadas a custear creches para filhos de empregadas, entre três meses e três anos de idade. A Coelce estende esse benefício a todos empregados, homens e mulheres, com filhos na faixa etária de dois meses a sete anos, mediante reembolso das mensalidades pagas às instituições.
- Licença-acompanhante: afastamento concedido ao empregado que necessite acompanhar dependente legal que esteja doente, mediante atestado do especialista que acompanha o paciente, condicionado ao parecer favorável do serviço social da Coelce.
- Planos de Assistência Médica e Odontológica (Plamec): benefício concedido a empregados e dependentes legais. A parte do empregado (de 10% a 50% da mensalidade do plano) é descontada em folha de pagamento.

- Programa de Participação nos Lucros: anualmente, beneficia 100% dos empregados, com o pagamento de parcela do resultado da empresa, relativo ao exercício anterior. É garantido, no mínimo, o equivalente a uma folha do salário-base, a ser distribuído entre os empregados.
- Seguro de vida em grupo: destinado aos empregados e cônjuges. A Coelce contribui com 50% do prêmio mensal para os empregados e 100% para estagiários e executivos. Os aposentados pagam 100% do prêmio, sendo beneficiados com a mesma taxa contratada para os empregados.
- Vale-alimentação: a legislação obriga as empresas a oferecer o benefício somente para os empregados que recebem até cinco salários mínimos e durante o período que estejam trabalhando. A Coelce estende o benefício para todos os empregados, independentemente da faixa salarial, para os afastados por motivo de doença, acidente ou licença gestante e também cobre o período de férias.
- Vale-transporte: os empregados utilizam esse benefício para pagar o transporte urbano/metropolitano de ida e volta ao trabalho.
- Convênios: a Coelce mantém convênios com 17 instituições que oferecem descontos aos empregados em cursos de línguas e informática, academias de ginástica e atendimento em psicologia e fonoaudiologia.
- Nossa Marca Coelce: espaço de venda de produtos Coelce, como camisetas e bonés, a preço de custo.

BENEFÍCIOS SOCIAIS	Nº DE BENEFICIADOS	INVESTIMENTO R\$ MIL
Assistência médica, social, tratamento e transporte para acidentados no trabalho	41	21
Auxílio-funeral	10	16
Benefício para filhos de empregados, portadores de necessidades especiais	19	105
Complementação salarial do auxílio-acidentário	3	35
Creches ou creche-escola	289	798
Licença-acompanhante	31	Sem ônus
Plano de Assistência Médica e Odontológica Coelce (Plamec)	4.561	5.630
Programa de Participação dos Lucros	1.297	6.409
Seguro de vida em grupo	1.438	384
Vale-alimentação	1.303	4.770
Vale-transporte	236	378
Total	9.228	18.546

Plano de previdência

A Fundação Coelce de Segurança Social (Faelce) passou a administrar, em 2007, dois planos de benefícios previdenciários constituídos por contribuições dos participantes e da empresa. Até 2006, a instituição oferecia apenas a modalidade de benefício definido, mas instituiu um novo plano na modalidade de contribuição definida, com opção para quem participa do primeiro plano.

GRI

EC3

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA – BENEFÍCIOS	IDADE	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (ANOS)	TEMPO DE PLANO (ANOS)
RENDA TEMPORÁRIA			
Aposentadoria normal - homem	55	10	5
Aposentadoria normal - mulher	53	10	5
Aposentadoria antecipada - homem	50	10	5
Aposentadoria antecipada - mulher	48	10	5
Aposentadoria por invalidez	-	-	-
Benefício de auxílio-doença	-	1	1
Benefício por morte	-	1	1
Benefício por invalidez	-	1	1
Pecúlio por morte	-	1	1
Pecúlio por invalidez	-	1	1
Benefício proporcional diferido	-	3	3

No Plano de Benefício Definido, os participantes contribuem, em média, com 6,9% da remuneração, com o desconto em folha, enquanto a Coelce desembolsa 13,36% da folha de pagamento. No Plano de Contribuição Definida, os participantes contribuem com o mesmo percentual do patrocinador que, em média, é de 5,65% do salário dos participantes. Em 2007, os dois planos beneficiaram 8.526 pessoas, sendo 1.329 participantes ativos; 1.543 aposentados e 506 pensionistas; 3.111 dependentes dos ativos; 1.835 dependentes dos assistidos e 202 dependentes dos pensionistas. O volume de recursos aportados pela Coelce para os dois planos de benefícios, em 2007, foi R\$ 8.862 mil.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – BENEFÍCIOS	IDADE	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (ANOS)	TEMPO DE PLANO (ANOS)
RENDA VITALÍCIA			
Aposentadoria normal - homem	55	35	15
Aposentadoria normal - mulher	55	30	15
Aposentadoria antecipada	50	(*)	15
Aposentadoria por invalidez	-	(*)	1
Pensão por morte	-	(*)	1
Pecúlio por invalidez	-	-	-
Pecúlio por morte	-	-	-
Benefício proporcional diferido	-	3	3

* Desde que aposentado pelo INSS.

A Faelce organiza ainda dois projetos direcionados à qualidade de vida de ex-empregados, aposentados e pensionistas:

- Pipoca com Guaraná – Desde 2005, o projeto é realizado mensalmente, com apresentação de filmes no auditório da Faelce, seguido de discussão sobre temas destinados ao autoconhecimento, relações interpessoais, desenvolvimento pessoal, entre outros. Em 2007, 460 aposentados, pensionistas e convidados foram beneficiados.
- Programa Faelce de Melhoria da Condição Físico-Funcional – Sob

a orientação de um profissional de educação física, a fundação promove, duas vezes por semana, exercícios físicos e orientações para o cuidado com a saúde de aposentados e dependentes. Ao todo, 60 pessoas participaram em 2007.

Apoio à aposentadoria

Os 48 empregados que optaram por se aposentar em 2007 contaram com um Plano de Apoio à Aposentadoria Espontânea (PAAE). Durante essa fase de transição, o grupo participou de palestras de consultores do INSS e de um ciclo de encontros "Você, a razão de tudo", que trabalhou os aspectos comportamentais inerentes à nova fase de vida. O programa foi encerrado com um café-da-manhã de confraternização, em março de 2007, no qual os participantes receberam placas de agradecimento, entregues pelos colegas de trabalho.

Em outra iniciativa visando ao bem-estar dos empregados que estão se aposentando, a Coelce criou o Programa Coelce de Desenvolvimento na Aposentadoria, em parceria com a Universidade sem Fronteiras (Unisf). Há quatro etapas no programa: ciclo de palestras; entrevista individual; cursos direcionados a partir do perfil do aposentado (inglês, informática, empreendedorismo) e, por último, cursos livres, a fim de estimular a atividade cerebral e o convívio social entre os participantes. Além da programação sugerida, os aposentados podem ingressar em outros cursos oferecidos pela Unisf.

Eventos sociais e culturais internos

Estimular a integração entre os colaboradores de diferentes áreas, a qualidade de vida e a valorização dos empregados em datas especiais são os principais objetivos dos eventos sociais e culturais internos, organizados anualmente.

GRI
LA11

Dentre eles, merece destaque as Olimpíadas Coelce, que em 2007 reuniram 300 atletas e 150 acompanhantes e coordenadores de delegações. Durante quatro dias, os participantes competiram em várias modalidades esportivas, como futebol, vôlei e, pela primeira vez, também basquete e xadrez. O evento busca promover a integração entre os empregados e ressaltar a importância da prática de esportes para levar uma vida mais saudável.

Outra novidade em 2007 foi a reestruturação do antigo Coral das Luzes, que passou a ser chamado de Oficina Musical da Coelce e adotou uma didática mais moderna, direcionada para o trabalho vocal e a expressão do corpo. Novos profissionais foram contratados para conduzir o grupo de 31 integrantes, que ensaiam semanalmente, na sede, em Fortaleza. Em 2007, o coral apresentou-se na confraternização natalina da companhia.

EVENTOS SOCIAIS E CULTURAIS	RESUMO DAS AÇÕES	BENEFICIADOS EM 2007
Festa Junina	Primeira edição em 2007, com o objetivo de promover a cultura nordestina propiciada pela festa junina.	1.225 empregados
Campanha da Páscoa	Distribuição de ovos de chocolate.	1.492 beneficiados, da capital e do interior
Dia Internacional da Mulher	Distribuição de brindes no dia 8 de março.	219 colaboradoras
Café-da-manhã com o Presidente	Três encontros em Fortaleza e sete no interior do Ceará, com a presença do presidente e diretores.	883 colaboradores
Comemoração de Aniversário	Felicitções do presidente da Coelce aos aniversariantes e entrega de um bolo personalizado, para que a comemoração seja realizada no departamento do aniversariante, possibilitando a integração entre os colegas de trabalho.	Todos os empregados
Dia da Secretária	Almoço e distribuição de brindes para secretárias da Coelce e de empresas parceiras.	31 secretárias
Dia do Eletricista	Confraternização e sorteio de brindes.	1.002 eletricitas
Confraternização natalina para colaboradores	Festa anual, com sorteio de brindes.	4.000 participantes
Confraternização natalina para filhos de colaboradores	Evento na capital e no interior do Ceará, reunindo filhos de colaboradores de até 12 anos das cidades de Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Iguatu, Itapipoca, Canindé e Limoeiro do Norte. Festa e entrega de presente.	848 crianças
Concurso anual de desenho	Concurso de desenho e apresentação de peças teatrais produzidas pelos filhos de empregados e terceirizados, de 6 a 12 anos, na capital e no interior do Estado.	315 crianças
Festa das Conquistas Coelce	Evento para comemorar as conquistas de 2007.	3.500 colaboradores

Cuidados com a segurança no trabalho

A busca pela excelência no desempenho operacional tem como base fundamental e prioritária a saúde e a segurança de todos os colaboradores. Esse cuidado está formalmente expresso na Política de Saúde e Segurança da companhia, que autoriza o prestador de serviços a negar-se a realizar uma tarefa, caso considere as medidas de segurança não satisfatórias. Como resultado desses esforços, a Coelce obteve, em 2007, a menor taxa de gravidade de acidentes da Endesa em toda a América Latina.

Política de Saúde e Segurança da Coelce

- Na distribuição e comercialização de energia elétrica, a Coelce considera o atendimento à legislação de segurança e saúde do trabalho como padrão mínimo nas atividades de seus colaboradores e prestadores de serviços;
- A companhia busca controlar os agentes ergonômicos e condições de segurança de suas atividades, melhorando continuamente;
- Nenhum trabalho poderá ser feito sem segurança. Nem urgência, importância ou qualquer outra razão, poderá ser invocada para justificar a falta de segurança do trabalho;
- É assegurado a qualquer empregado próprio ou prestador de serviços o direito de recusar-se a realizar tarefas se, para a sua execução, as medidas de segurança não forem devidamente satisfeitas e se for constatada a condição de perigo que ameace a sua segurança, a de outros trabalhadores ou a de terceiros.

Garantia de segurança

A Coelce ampliou o escopo de certificação de seu Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional pela norma OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), conquistada em 2006. Por meio de

treinamento dos colaboradores e adequação das instalações, tem a meta de ampliar, anualmente, a quantidade das instalações certificadas.

Após duas auditorias realizadas pelo órgão certificador *Bureau Veritas* (BV), em 2007, foram incluídas no escopo as unidades operacionais (técnica e comercial) da cidade de Canindé e Iguatú; o Departamento de Manutenção de Linhas e Subestações, em Messejana, além de dez subestações, em Várzea Alegre, Solonópole, Coreaú, Viçosa do Ceará, Amontada, Inhuporanga, Antonina do Norte, Brejo Santo, Varjota e Guaramiranga.

Órgãos e instrumentos de apoio

• COMITÊ CENTRAL DE SEGURANÇA

Com reuniões mensais, o comitê discute o planejamento estratégico para a elaboração do Plano Anual de Segurança do Trabalho e acompanha o cumprimento das ações previstas. É formado pelo presidente da Coelce, três diretores vice-presidentes e um chefe de departamento, além de contar com a participação dos presidentes dos comitês de segurança regionais e convidados para debater assuntos técnicos específicos.

• COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)

Em 2007, dez comissões atuaram na Coelce para disseminar ações e procedimentos direcionados ao trabalho seguro em todas as unidades, juntamente com os comitês regionais de segurança. Ao todo, participaram das Cipas 88 membros, sendo 50% representantes da administração da Coelce e 50% de empregados.

• PLANO ANUAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO

A Coelce realizou várias ações em 2007, a fim de colocar em prática a sua Política de Saúde e Segurança: revisão de 82 Procedimentos de Execução (PEX), 17 mutirões em empresas terceirizadas para verificação de requisitos

GRI

LA6

de segurança, reuniões com presidentes das Comissões Interna de Prevenção de Acidentes (Cipas) e técnicos de segurança, realização de dias "D" de segurança nas áreas operacionais e reuniões semanais com colaboradores e parceiros sobre um ambiente de trabalho totalmente livre de acidentes.

• SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (SIPAT)

Organizada pelas Cipas, a semana é dedicada a eventos que tratam dos riscos inerentes ao trabalho, saúde ocupacional, entre outros temas.

Em 2007, a Sipat aconteceu na capital e no interior do Ceará, com a participação de 3.966 colaboradores.

• INSPEÇÕES DE SEGURANÇA

GRI Realizadas de forma permanente nos serviços de campo, procuram observar
LA8 o comportamento dos empregados e parceiros e o uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

INSPEÇÕES DE SEGURANÇA	2004	2005	2006	2007*	META 2008
Quantidade	5.381	5.725	5.679	6.912	5.500

(*) Meta prevista em 5.000

• PREVENINDO SEMPRE

GRI Desde 2005, quando foi criado, o programa busca desenvolver uma cultura
LA8 comportamental de segurança, principalmente entre colaboradores expostos a riscos de acidentes no sistema elétrico. As ações focam a educação para a análise preventiva de riscos. Em 2007, foram realizadas quatro reuniões gerais, com 2.500 participações em média, e ainda dois encontros com educadores, que juntos somaram 168 participantes.

• Rodeio de Eletricistas

Iniciativa inédita, o Rodeio de Eletricistas foi introduzido em 2007 para reforçar o treinamento em segurança de eletricistas da Coelce e de empresas parceiras, que participaram de provas para testar a agilidade integrada com ações de prevenção ao risco de acidentes. Entre eletricistas e convidados, participaram 800 pessoas, com investimento de R\$ 138 mil.

TREINAMENTOS EM SAÚDE E SEGURANÇA - 2007

CATEGORIAS DE TREINAMENTOS	PARTICIPAÇÕES	HORAS /HOMENS TREINADAS	R\$ MIL
Curso de Auditoria Interna OHSAS	19	456	23,13
Cipa	165	2.868	45,55
Prevenindo Sempre	168	460	3,05
NR-10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade)	153	6.120	67,95
Outros	227	1.800	39,35
TOTAL	732	11.704	179,03

Do total, 11.704 horas/homem treinadas corresponderam ao tema específico de saúde e segurança. Em 2006, esse total havia sido de 45.280 horas/homem treinadas.

Indicadores de segurança

Destaca-se, em 2007, a redução em quase 100% da Taxa de Gravidade de Acidentes com os colaboradores em geral e nenhuma ocorrência de óbitos entre empregados e terceirizados.

O principal motivo do aumento de acidentes (com e sem afastamento) de empregados deve-se à imprudência de colaboradores parceiros no trânsito, principalmente os motociclistas. Para reduzir esse indicador, a Coelce irá incrementar, em 2008, campanhas em prol da segurança no trânsito e direção defensiva.

GRI

LA7

Os empregados e terceirizados informam as ocorrências por meio do formulário de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), em caso de acidente sem afastamento, ou, quando se trata de acidente com afastamento, mediante Procedimentos de Execução (PEXs). O índice

de absenteísmo – que diminuiu 59% em 2007 na comparação com o ano anterior, totalizando 2,9 – foi calculado com base na relação entre a quantidade de dias perdidos por enfermidades comuns pelo total de dias laborais do período, multiplicado pelo número de empregados.

INDICADORES DE SEGURANÇA	2004	2005	2006	META 2007	2007	META 2008	VAR. % 07/06
TOTAL DE ACIDENTES							
Empregados	41	36	15	4	19	15	27%
Terceirizados	90	81	55	52	54	53	-2%
ACIDENTES COM AFASTAMENTO							
Empregados	23	16	5	4	4	3	-20%
Terceirizados	90	81	55	52	54	53	-2%
ACIDENTES SEM AFASTAMENTO							
Empregados	18	20	10	0	15	12	50%
Terceirizados ⁽¹⁾	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
PERCENTUAL DOS ACIDENTES QUE RESULTARAM EM MUTILAÇÃO OU OUTROS DANOS À INTEGRIDADE FÍSICA, COM AFASTAMENTO PERMANENTE DO CARGO (INCLUINDO LER)							
Empregados	0,00%	2,78%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%
Terceirizados	0,00%	0,00%	1,82%	0,00%	0,00%	0,00%	-100%
PERCENTUAL DOS ACIDENTES QUE RESULTARAM EM MORTE							
Empregados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%
Terceirizados	0,00%	2,47%	3,64%	0,00%	0,00%	0,00%	-100%
OUTROS INDICADORES ⁽²⁾							
Dias perdidos	1.875	2.324	1.523	1.600	693	1.223	-54%
Dias debitados	0	15.750	18.000	3.000	0	2.000	-100%
Índice de absenteísmo	11	10,3	7	6,7	2,9	2,7	-59%
Lesões típicas	113	95	58	56	58	56	0%
Óbitos	0	2	2	0	0	0	-100%
TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES							
Empregados	7,35	6,40	1,99	1,89	1,64	1,23	-18%
Terceirizados	4,57	5,30	4,03	3,92	3,71	3,50	-8%
Global	5,06	5,45	3,72	3,60	3,41	3,30	-8%
TAXA DE GRAVIDADE DE ACIDENTES							
Empregados	199	1.622	165	112	13	74	-92%
Terceirizados	87	917	1.402	317	45	209	-97%
Global	107	1.016	1.209	285	41	190	-97%

(1) A Coelce ainda não dispõe do controle de acidentes sem afastamento com terceirizados, pela dificuldade de obtenção desses dados.

(2) Inclui empregados e terceirizados

Saúde ocupacional

A Coelce investiu R\$ 182 mil em saúde e segurança de seus colaboradores.

Entre as iniciativas destacam-se as campanhas e ações de medicina preventiva, com o objetivo de contribuir para a saúde ocupacional de seus colaboradores.

	CAMPANHAS DE SAÚDE	DESCRIÇÃO	BENEFICIADOS
GRI LA8	Programa Saúde em Linha	Desde 2006, o programa abrange um conjunto de atividades de caráter preventivo, com enfoque específico na reeducação alimentar. Após avaliação nutricional e prescrição de dietas, há acompanhamento bimensal por nutricionista e reuniões motivacionais, buscando mudança de hábitos alimentares e redução de peso.	252 empregados
	Circuito da Saúde	Em 2007, a Coelce promoveu um dia de avaliação completa de saúde dos colaboradores das quatro sedes da capital. Os participantes foram avaliados por profissionais de diversas áreas médicas e receberam orientações para manter uma saúde equilibrada. Com o levantamento dos dados, a Coelce pretende realizar, em 2008, ações específicas para os principais problemas detectados.	672 colaboradores
	Ginástica Laboral	Durante 15 minutos, duas vezes por semana, os colaboradores e terceirizados realizam exercícios de alongamento conduzidos por profissionais de educação, no próprio local do trabalho, a fim de prevenir doenças osteomusculares.	1.120 colaboradores
	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	Prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente agravos à saúde relacionados ao trabalho. As ações de saúde foram baseadas no relatório anual do PCMSO de 2006, com encaminhamentos e exames complementares.	1.514 colaboradores
	Programa de Controle do Colesterol Alto	Palestras sobre a importância do diagnóstico precoce do colesterol total, fatores de risco para doenças cardiovasculares, AVC e trombose.	514 empregados analisados, sendo que 242 registraram taxa de colesterol acima da média.
GRI LA8	Programa Saúde do Homem	Orientar sobre fatores de risco para a saúde do homem, tais como hipertensão, sedentarismo, diabetes, tabagismo, alcoolismo, cânceres de próstata e peniano.	70 colaboradores participaram em 2007. A meta para 2008 é beneficiar mais 937 empregados.
GRI LA8	Programa Saúde da Mulher	Palestras sobre câncer de mama e de colo uterino, mostra de vídeos educativos e distribuição de folhetos informativos. A Coelce também ofereceu o "Consulta-ação", que consiste no atendimento individual para tratar desses temas. As gestantes receberam orientações sobre amamentação, vacinação, cuidados com o recém-nascido, entre outros temas. Realização de 266 exames específicos para as mulheres, encaminhando para tratamento com especialistas, se necessário.	356 beneficiadas, em 2007, com meta de atingir 100% das colaboradoras até o final de 2008.

A companhia também promove ações pontuais complementares aos programas citados, reforçando as mensagens educativas e a manutenção da saúde.

GRI

LA8

AÇÕES DE SAÚDE	DESCRIÇÃO	BENEFICIADOS
Campanha do Carnaval ‘Folia com segurança, traz alegria’	Realizada nas vésperas do carnaval, visa a conscientizar os colaboradores sobre a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), com enfoque em Aids, além dos malefícios de drogas psicoativas e a importância da direção defensiva.	966
Campanha de Vacinação contra gripe	Realizada anualmente, com o objetivo de imunizar os colaboradores e reduzir o absenteísmo por conta de gripe, doença respiratória, pneumonia e internações hospitalares.	1.150
Campanhas das datas pontuais do Ministério da Saúde	Colaboradores receberam por e-mail orientações de 19 campanhas de saúde, como o Dia Mundial do Coração, entre outros.	1.700
Campanha de doação de sangue	Voluntários da Coelce realizaram a doação de sangue para o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado do Ceará (Hemoce).	40 voluntários contribuíram para o banco de sangue
Outras ações	Apresentações de palestras a empresas parceiras, estágios voluntários, visitas de alunos à Coelce, aulas de demonstração em primeiros socorros (acidentes com energia elétrica) e apresentação de trabalhos em universidades.	809
Consulta-ação	Abordagem individual especial ou em grupos específicos (hipertensos, diabetes, obesos, dislipidêmicos, portadores de necessidades especiais, mulheres) fazendo orientação/educação e encaminhamento.	1.021
Orientação de Imunização		400
Total de beneficiados		5.069*

* Não contabiliza número de pacientes que receberam sangue doado para o Hemoce.



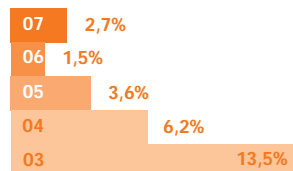
Colaboradores praticando ginástica laboral

ATENDIMENTOS DE MEDICINA/ENFERMAGEM DO TRABALHO		2006	2007
Exame Médico Ocupacional	Periódico	1.126	1.270
	Admissional	54	76
	Mudança de função	52	66
	Retorno ao trabalho	42	35
	De outra natureza	52	67
	Total	1.326	1.514
Outros Atendimentos	Médico Assistencial	94	152
	Ao acidentado do trabalho	15	18
	De retorno – segunda consulta	765	865
	Cred. de função dupla	58	19
	Total	932	1.054
Total de Atendimentos		2.258	2.568

Pesquisa em saúde ocupacional

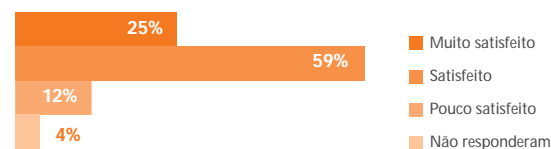
Desde 2003, a Coelce realiza pesquisas de acompanhamento sobre a redução do Índice de Morbidade de Infecções Respiratórias. Naquela data, o indicador registrava 13,5%, mas a partir de campanhas anuais de vacinação antigripal, o resultado foi apresentando queda e, em 2007, totalizou 2,7%, com apenas 34 casos de infecção respiratória entre os 1.270 empregados examinados. Houve um aumento, considerado não significativo, de 1,2 ponto percentual em relação a 2006.

Infecções respiratórias em empregados



A Coelce também realizou, em 2007, uma pesquisa para análise ergonômica e satisfação no trabalho de colaboradores com deficiências. Participaram do estudo 49 empregados (quase 100%, do total de 50 empregados), dos quais 59% consideraram-se satisfeitos com as condições de trabalho oferecidas pela Coelce.

Satisfação com atividade exercida



Pesquisas de clima organizacional

O grau de satisfação dos colaboradores, medido por meio de pesquisas de clima organizacional, é um importante instrumento para a Coelce avaliar a eficácia de sua Política de Gestão de Pessoas, que busca investir cada vez mais no desenvolvimento das competências do público interno e oferecer remuneração e benefícios adequados ao valor de mercado. Com base nos resultados dessas pesquisas, a companhia elabora seu planejamento estratégico, estabelecendo novas metas, caso seja necessário, a fim de proporcionar satisfação e motivação constantes no ambiente de trabalho.

• PESQUISA DE CLIMA LABORAL

Realizada a cada dois anos, busca identificar o grau de satisfação com o trabalho na companhia, atingindo índice 91% em 2007.

• TERMÔMETRO DE CLIMA LABORAL

Aplicado bienalmente, nos intervalos da Pesquisa de Clima Laboral. Dessa forma, não foi realizada em 2007.

• RANKING DAS MELHORES EMPRESAS PARA SE TRABALHAR

A Coelce também observa o índice de satisfação dos colaboradores participantes da sondagem da pesquisa 150 Melhores Empresas para se Trabalhar, realizada pelas revistas *Exame* e *Você S/A*. Em 2007, ao participar pelo quarto ano do levantamento – e integrando pelo segundo ano o *ranking* –, a Coelce atingiu um Índice de Felicidade no Trabalho de 75,5%, estando em 63º lugar no *ranking*. Em 2006, o índice havia sido de 70,4%.

ÍNDICES DE SATISFAÇÃO GERAL	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Pesquisa de Clima Laboral	64%	-	75%	-	92%*	91%
Termômetro de Clima Laboral	-	-	-	84%	-	-

* Apesar de não ter sido realizada pela Endesa, a Coelce, proativamente, aplicou o questionário para seus colaboradores, alcançando 92% de Índice de Satisfação.

Desenvolvimento de colaboradores parceiros

No planejamento estratégico da Coelce, os colaboradores parceiros são aliados importantes na realização de um atendimento qualificado ao cliente. São eles que vão efetivamente até a residência dos consumidores para entregar a fatura e notas de cobranças, fazer a manutenção das redes do sistema elétrico, além de receber e encaminhar as solicitações via central de relacionamento (*call center*), dentre outras inúmeras atividades. Melhorar a prestação dos serviços ao cliente, portanto, requer um comprometimento significativo da Coelce no desenvolvimento das empresas parceiras. A Coelce possui 82% de sua força de trabalho terceirizada, com 6.837 empregados. Todas as atividades e projetos feitos conjuntamente entre colaboradores

e terceirizados têm esse forte caráter de estabelecer parcerias duradouras e sustentáveis.

GRI	COLABORADORES DE EMPRESAS PARCEIRAS, POR REGIÃO	QUANTIDADE EM 2007
LA1	Fortaleza e Região Metropolitana	3.117
	Leste	584
	Norte	1.437
	Sul	899
	Centro-norte	407
	Centro-sul	393
	Total	6.837

A Coelce realiza, periodicamente, inspeções nas empresas parceiras para verificar o cumprimento de obrigações previdenciárias, trabalhistas e de saúde e segurança no trabalho. Dessa forma, busca garantir que os terceirizados tenham os direitos legais respeitados. Como forma de incentivá-los no desenvolvimento sustentável de seus negócios, a Coelce criou o Índice Global de Avaliação das Empresas Parceiras (Igaep), que avalia desde a estabilidade financeira da empresa até os seus compromissos com a comunidade e o meio ambiente. Os resultados do Igaep foram detalhados no item Criação de Valor para Fornecedores de Materiais e Serviços, na página 49.

Educação e treinamento

Apesar de as empresas parceiras serem responsáveis pela capacitação e treinamento dos empregados, a Coelce atua de forma ativa e conjunta para a definição de temas relevantes e no nível de qualidade dos cursos oferecidos. Em 2007, os colaboradores terceirizados participaram de cursos sobre qualidade no atendimento ao cliente, desenvolvimento profissional e aspectos de saúde, segurança e meio ambiente necessários para a realização das atividades.

TIPO DE TREINAMENTO	HOMEM/HORA TREINADA	%
Segurança	12.567,06	26%
Formação profissional	9.675	20%
Processos	4.561,1	10%
Saúde	1.772,6	4%
Responsabilidade social	1.299	3%
Motivação	1.298,5	3%
Meio ambiente	1.084,5	2%
Outros	15.411,41	32%
Total	47.669,17	100%

A Coelce também investe diretamente na capacitação dos colaboradores parceiros, integrando-os nos cursos oferecidos aos colaboradores próprios, que em 2007 totalizaram 1.273 atividades, com 47.540 participações. Também foram realizados cinco *workshops*, tendo como público-alvo atendentes, leituristas, eletricitas e presidentes das empresas, com a finalidade de detalhar as atividades e responsabilidades de cada uma das funções. Participaram dos *workshops* 360 pessoas, com uma média de quatro horas de atividade para cada colaborador.

Reconhecimentos

Como forma de reconhecer a qualidade de prestação de serviços dos parceiros, a Coelce patrocina duas iniciativas:

- Programa Reconhecimento da Qualidade em Serviços: Premia trimestralmente o desempenho dos parceiros em campo, nos serviços de ligação nova, inspeção, normalização, corte e religação. Em 2007, ocorreram oito encontros, com 1.484 participações. As premiações ocorrem para todas as regiões do Ceará e recebem reconhecimento a melhor equipe, 1º, 2º e 3º melhores eletricitas e os melhores desempenhos em cada processo.
- Campanha Leitura com Qualidade: Por meio de premiações quadrimestrais, essa iniciativa tem como objetivo motivar o parceiro a buscar a excelência

em todos os aspectos de seu trabalho. São promovidas palestras motivacionais e são avaliadas e acompanhadas a qualidade na coleta da leitura e a entrega de contas de energia, reconhecendo os empregados com o melhor desempenho. Em 2007 foram realizados nove encontros, com 981 participações de colaboradores próprios e de empresas parceiras em todo o Estado. Há premiações individuais e em equipe.

Metas

Metas de 2007

Certificação OHSAS 18001: 2 sites (Canindé e Iguatu), 10 Subestações e o Departamento de Linhas de Transmissão e Subestações	Meta atingida
5 mil inspeções de segurança	Superada em 38,24%
Nenhum óbito por acidentes de empregados ou terceirizados	Meta atingida
Taxa de Frequência de Acidentes com empregados de 1,89	Superada em 13,23%
Taxa de Frequência de Acidentes com terceirizados de 3,82	Superada em 5,36%
Taxa de Gravidade de Acidentes com empregados de 112	Superada em 88,39%
Taxa de Gravidade de Acidentes com terceirizados de 317	Superada em 85,80%
Dar continuidade ao Programa de <i>Coaching</i> Individual para Diretores e Gerentes	Meta atingida
Realizar a segunda Avaliação Invertida	Meta atingida

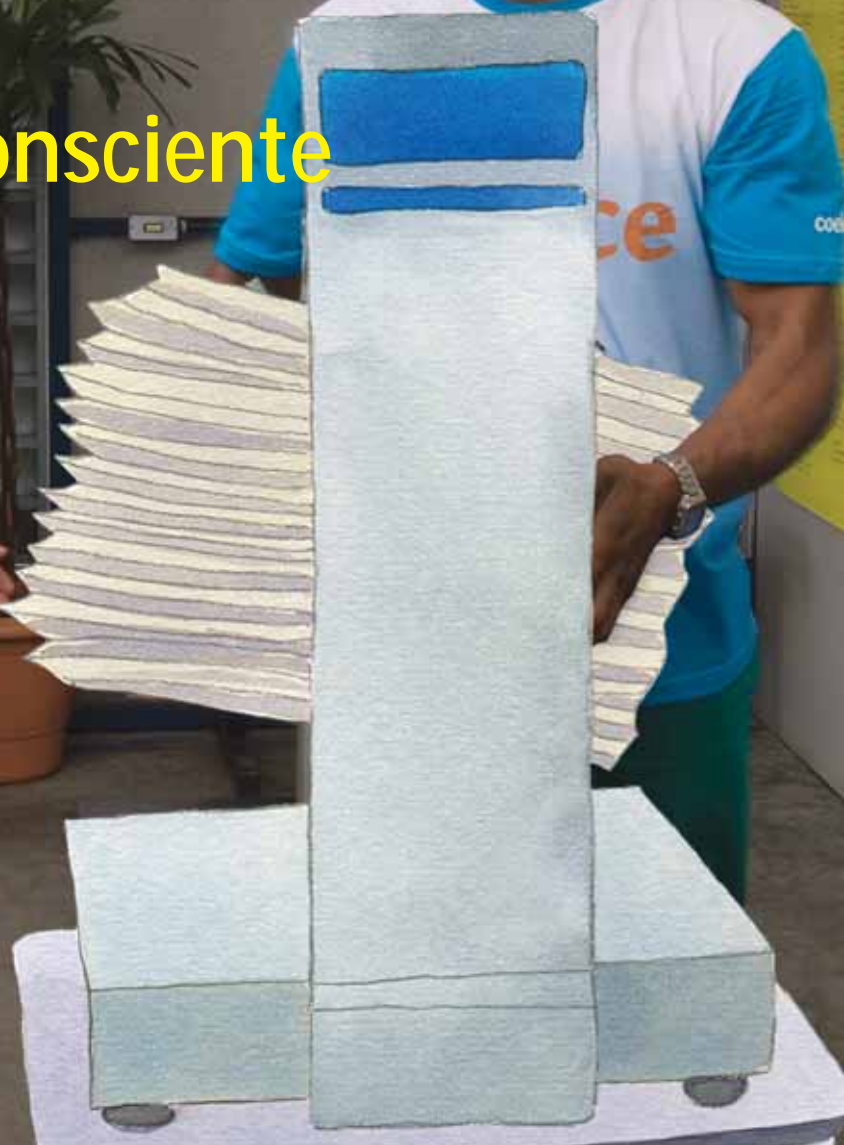
Metas para 2008

Certificação OHSAS 18001: site Dona Leopoldina
5,5 mil inspeções de segurança
Taxa de Frequência de Acidentes com empregados de 1,23
Taxa de Frequência de Acidentes com terceirizados de 3,50
Taxa de Gravidade de Acidentes com empregados de 74
Taxa de Gravidade de Acidentes com terceirizados de 209
Aplicar avaliação 360° para os gestores
Introduzir ferramenta corporativa de *e-learning*
Instituir Programa Gestor *Coach*



Eletricista realizando manutenção em linha de transmissão

Meio ambiente: Preservação e consumo consciente



Expandir a sua atuação e levar desenvolvimento socioeconômico ao Estado do Ceará causando o mínimo impacto ao meio ambiente. Esse é o compromisso que a Coelce reafirma no cotidiano de suas operações e no planejamento de novos produtos e serviços. O Programa Luz para Todos, especialmente, tem o desafio de distribuir energia elétrica para as mais distantes famílias na zona rural, respeitando áreas de preservação ambiental e optando por vias de passagem que representem a menor interferência na natureza.

Comprometida com o desenvolvimento sustentável de seu negócio, a Coelce cumpre rigorosamente a legislação e as normas ambientais, investe em pesquisa, idéias inovadoras, tecnologia e educação ambiental para o seu público interno, empresas parceiras, fornecedores e sociedade em geral. Para a Coelce, somente com a participação consciente de todos será possível garantir um futuro adequado às próximas gerações.

Gestão ambiental

O Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente é responsável por desenvolver ações que atendam e promovam a Política Ambiental da companhia, assegurando que seus colaboradores e parceiros estejam bem informados e capacitados para assumir uma postura adequada que possa evitar e agir em potenciais impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

A Política Ambiental da Coelce foi lançada em outubro de 2004, mas passou por uma revisão dois anos depois, a fim de deixá-la mais simplificada e fortalecida em seus pontos mais importantes. As diretrizes estão disponíveis na Intranet e no *website* da Coelce, sendo seu conteúdo

também disseminado constantemente por meio de campanhas de divulgação interna. Periodicamente, são enviados e-mails aos colaboradores contendo Dicas Ambientais, de acordo com calendário ecológico adotado pela empresa, divulgando temas como importância do uso consciente dos recursos naturais; e racionamento de água e energia, entre outros.

De forma proativa, a Coelce é a única empresa privada integrante da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Ceará (CIEA), vinculada ao Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. Essa comissão, da qual participam órgãos ambientais do governo estadual, é responsável por auxiliar nas políticas públicas direcionadas para a educação ambiental no Ceará.

GRI
SO5

Mudanças climáticas

As mudanças climáticas causadas, principalmente, pelo aquecimento global, podem representar riscos e oportunidades para a companhia.

Riscos – Uma prolongada escassez de chuvas poderá prejudicar as geradoras hidrelétricas, resultando em racionamento obrigatório do consumo de energia por parte da população, com impactos nos resultados financeiros da empresa. Pode obrigar ainda a Coelce a diversificar seu portfólio de aquisição de energia, com outras fontes energéticas, de custo mais elevado.

Oportunidades – Engajamento em novos programas de ecoeficiência, oferta de novos produtos e serviços – como seguros, instalações e equipamentos com maior eficiência energética –, além da incorporação de temas direcionados à sustentabilidade em toda a gestão do negócio. O aumento do número de horas de treinamento referente aos aspectos e impactos ambientais para colaboradores e empresas parceiras também é considerado um aspecto positivo.

GRI
EC2

GRI
EN26

A busca de melhoria contínua em suas práticas levou a Coelce a buscar certificação pela ISO 14001:2004, norma que exige das empresas um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) estruturado e em funcionamento. A certificação, emitida pela Bureau Veritas (BV), aconteceu em outubro de 2006 e seu escopo abrangia as áreas de construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio, nas seguintes unidades de negócio: Administração Central, Gerência de Distribuição de Fortaleza e Metropolitana, Departamento de Distribuição Norte e atividades comerciais da Loja de Atendimento de Sobral. Em novembro de 2007 o escopo foi ampliado para as sedes dos departamentos de Distribuição Centro - Norte em Canindé, Distribuição Centro-Sul em Iguatú, e Distribuição Sul em Juazeiro do Norte, além das atividades comerciais da Loja de Atendimento de Juazeiro do Norte. A meta para 2008 é certificar a nova sede administrativa, situada em Fortaleza.

Política Ambiental da Coelce

Ética Ambiental

Ser proativa com a comunidade interna e externa, mantendo canal de comunicação aberto para informações quanto as suas ações ambientais, bem como disponibilizando um amplo acervo técnico sobre a gestão ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Educação Ambiental

Promover em todos os níveis hierárquicos a educação ambiental enfocando o senso de responsabilidade individual e o sentido de prevenção com relação ao meio ambiente, por meio de capacitação e conscientização, incluindo terceiros que atuem em seu nome e fornecedores.

Compromisso com a Legalidade

Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela empresa,

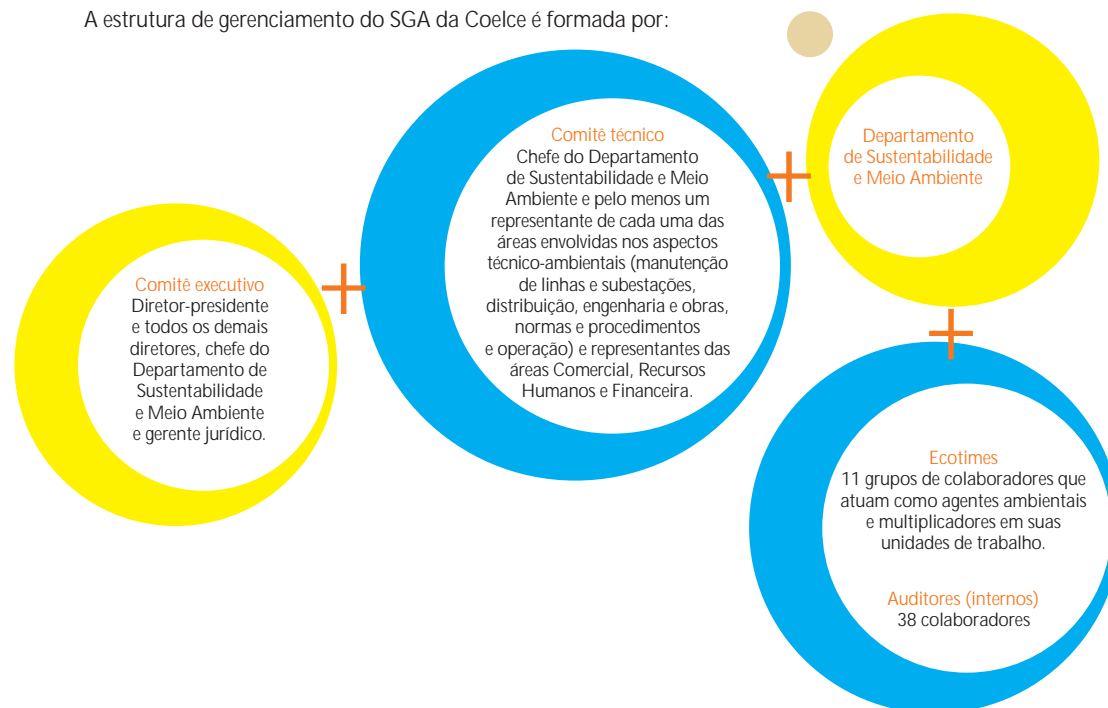
visando melhorar continuamente o desempenho ambiental do planeta e do entorno, por meio da prevenção da poluição, monitoramento e recuperação de eventuais impactos ambientais.

Gestão de Resíduos

Promover alternativas para prevenir a poluição por meio da redução, da reutilização e da reciclagem de resíduos gerados na atividade operacional.

Para obter e manter a ISO 14001, a companhia precisa garantir o cumprimento de vários requisitos, tais como o cumprimento de sua política ambiental, a avaliação de situações de emergência, compromisso com a legislação, gerenciamento de resíduos e de efluentes líquidos, e qualificação de prestadores de serviços, entre outros.

A estrutura de gerenciamento do SGA da Coelce é formada por:



As responsabilidades do SGA são compartilhadas entre todos os empregados, estagiários e colaboradores parceiros da Coelce, que recebem o Guia de Formação Ambiental, com explicações detalhadas sobre os benefícios e as ações contidas no SGA. Para o público externo, a Coelce distribui nas lojas de atendimento e portarias das sedes administrativas um folheto com a política ambiental da empresa e seus canais de comunicação. Os treinamentos de colaboradores referentes aos procedimentos e às normas técnicas em 2007 totalizaram 665 horas, com investimento de R\$ 48 mil e 3.446 participações.

GRI
EN30

Investimento e gastos em meio ambiente

Os investimentos em meio ambiente totalizaram R\$ 21,02 milhões em 2007, valor 23% superior ao de 2006.

Investimentos e gastos em meio ambiente (R\$ milhões)

07	21,02
06	17,03
05	7,95
04	4,69
03	5,31

INVESTIMENTOS E GASTOS EM MEIO AMBIENTE (R\$ MIL)	2007
Educação ambiental para colaboradores	49
Gerenciamento de resíduos	116
Reciclagem de óleo	78
Licenças ambientais	3
Auditorias ambientais	28
Pesquisa e Desenvolvimento	1.022
Manejo de vegetação	2.154
Rede compacta ou isolada	5.695
Outros gastos para melhoria contínua	129
Total de investimentos e gastos com a operação	9.274
Educação ambiental das comunidades	2.250
Programa de Eficiência Energética	9.498
Total de investimentos e gastos com programas externos	11.748
Total geral	21.022

Impactos da distribuição de energia elétrica

As atividades de distribuição de energia têm impacto no meio ambiente e na biodiversidade e decorrem, principalmente, do corte e da poda da vegetação na instalação e manutenção das linhas de transmissão e das redes de distribuição, ou da utilização e descarte de equipamentos com óleo mineral isolante, que oferecem riscos de vazamento. A emissão de ruídos por parte de uma subestação também pode prejudicar a comunidade do entorno.

GRI
EN12

Para efeito de simplificação, as redes da Coelce são descritas como linhas de transmissão, apesar de, tecnicamente, serem chamadas de linhas de subtransmissão, uma vez que a potência mais elevada que transmitem é 75,2 kV. Diferem, portanto, das linhas de transmissão propriamente ditas que, devido à alta-tensão transmitida – em torno de 155 a 765 kV –, precisam de grandes faixas de servidão (áreas de segurança sobre as quais passam as linhas de transmissão) e de um controle ambiental maior.

Infra-estrutura Coelce

EXTENSÃO DAS REDES, POR TIPO DE VOLTAGEM	KM
Alta-tensão (75,2 kV)	3.979
Média-tensão (13,8 kV)	62.597
Baixa-tensão (380 e 220 volts)	39.564
Total	106.140

Todos os impactos são monitorados pelas áreas de manutenção e geradoras dos resíduos. São emitidos relatórios ambientais periódicos e realizadas auditorias internas, apoiadas pelo Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente.

GRI
EN11

Para cumprir sua missão de distribuir energia elétrica nos 184 municípios da sua área de concessão, a Coelce precisa atuar em locais ricos em biodiversidade e protegidas por lei. Essas áreas abrangem 11 unidades de conservação administradas pelo governo federal, 20 pelo governo estadual, 11 por prefeituras e 14 pela iniciativa privada – dessas, nove são reconhecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e cinco pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará (Semace). Os terrenos de propriedade na Coelce nessas áreas somam 36 mil metros quadrados.

GRI
EN13

Em Áreas de Preservação Ambiental (APAs), quando não for possível evitar supressão de vegetação que possam afetar a fauna e flora, a Semace exige, como medida compensatória, a destinação de 0,5% do valor da obra para o próprio órgão ambiental, que será responsável pela aplicação do recurso no que considerar necessário.

Gestão controlada dos impactos

GRI
EN28

Antes de iniciar obras de construção de linhas de transmissão e de subestações, seja em áreas protegidas ou nas zonas urbanas e rurais, a Coelce cumpre todas as exigências para a obtenção das licenças Prévias (LPs), de Instalação (LI) e de Operação (LO), exigidas pela Semace e, no caso das instalações situadas na capital cearense, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (Seman). Na Coelce, 100% de suas

linhas e subestações estão devidamente licenciadas. Em 2007, não foi registrada nenhuma multa significativa por não-conformidade à legislação ambiental e também não é responsável por nenhum gerenciamento de passivo ambiental.

A preocupação permanente da Coelce em relação à preservação ambiental gerou práticas e processos eficientes para controlar e minimizar todos os impactos previamente descritos. As principais ações são listadas a seguir.

Poda de árvores e cuidados com a flora - Para garantir a segurança das redes e da sociedade, a Coelce precisa realizar um trabalho permanente de manutenção das linhas de transmissão e das redes de distribuição, pois a interferência dos galhos das árvores no sistema elétrico é um dos principais motivos de interrupção do fornecimento de energia. Os colaboradores parceiros que executam o serviço de poda são treinados para retirar apenas o necessário, sem comprometer o desenvolvimento das árvores. Antes da execução da atividade, o profissional precisa ter realizado quatro treinamentos específicos para poda nas diferentes voltagens da rede (alta, média e baixa-tensão). Em áreas de subestações, o controle de vegetação é feito manualmente, justamente para evitar o uso de agrotóxicos.

Também foi desenvolvido um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de um sistema de gestão e manejo da arborização urbana, por meio da construção de um cadastro georreferenciado das árvores ao longo das redes de distribuição, com o objetivo de minimizar as interferências no sistema elétrico. Com investimento total de R\$ 423 mil, o projeto foi concluído em 2007.

GRI
EN14
EN26

Adubo orgânico – Em 2007, galhos e folhas recolhidos em todo o estado foram enviados para aterros municipais e parte dos resíduos gerados em Fortaleza teve como destino a compostagem. Esse processo transforma resíduos orgânicos em adubo, que é utilizado como matéria-prima de um projeto de P&D desenvolvido pela Coelce. Na primeira etapa do projeto Adubo Orgânico, realizada no ciclo 2004-2005, foi testada a eficiência de um biocatalisador que reduziu o tempo natural de produção do adubo de três meses, em média, para apenas cinco dias. Em 2008, será estudada a criação de um biocatalisador proveniente de recursos naturais abundantes na natureza, como algas, com o objetivo de tornar o custo do produto mais econômico e, conseqüentemente, torná-lo viável do ponto de vista comercial. Os pesquisadores ainda fazem um estudo de mercado a fim de analisar as oportunidades futuras do lançamento do Adubo Orgânico, que contempla uma das metas estratégicas ambientais da Coelce para 2008.

Postes e cabos – Com o objetivo de minimizar a necessidade de podas em redes de média-tensão, a Coelce investe em cabos aéreos protegidos (chamados *spacer*), que requerem menor supressão vegetal. A Linha Verde, com 28,24 quilômetros de extensão, é utilizada no Campus do Pici (Universidade Federal do Ceará), *shoppings* Aldeota e Iguatemi, Aeroporto Internacional Pinto Martins e subestação Maguary.

Nas redes de baixa-tensão, a Coelce instaurou, a partir de 2002, um padrão de construção de redes com cabos pré-reunidos (trançados), cobertos, que oferecem segurança e menor poluição visual, além de reduzirem a supressão vegetal.

Com exceção de uma rede construída em 2005, que utilizou 120 postes de madeira na comunidade de Rosalina, todos os postes da Coelce são feitos de concreto. A empresa utiliza cruzetas de madeira apenas nas redes aéreas

antifurto (DAT). Até 2006, a companhia desconhecia a origem da madeira utilizada, mas a partir de 2007 adotou o padrão de apenas adquirir o recurso com certificação comprovada de origem florestal sustentável.

CRUZETAS DE MADEIRA	2005	2006	2007
Unidades utilizadas	2.532	2.033	1.998

Solução verde

O método é simples, mas funciona muito bem. Em vez de podar as longas folhas de palmeiras imperiais próximas à rede elétrica, surgiu a idéia de amarrá-las na parte inferior da copa, para que, ao ficarem secas, as palhas não caiam em cima da fiação, mantendo-as presas à árvore.

As folhas não ressecam tão rapidamente, garantindo mais vitalidade para as palmeiras.

A retirada das palhas também passou a ser programada, trazendo mais qualidade e segurança ao abastecimento de energia nas áreas do entorno.

O inspetor de poda Gleidson Lopes de Azevedo é o autor desse projeto, batizado de Embiríca, que gradualmente vem sendo adaptado para outros locais do Ceará identificados com situação semelhante. Até o final de 2007, as amarrações haviam sido feitas em 411 palmeiras em Fortaleza e Região Metropolitana. Os técnicos usam cordas verdes para causar menos impacto visual.

Gerenciamento de óleo e demais resíduos

Na manutenção do sistema elétrico, um transformador de distribuição ou de potência – que pode chegar a conter em média de 60 litros e 10 mil litros, respectivamente, de óleo isolante – pode necessitar de manutenção, reparos ou até mesmo ser substituído. No monitoramento de manutenção, os profissionais avaliam cuidadosamente o equipamento e, caso seja

necessário, enviam para o descarte, o que é feito de forma ambientalmente correta por empresas especializadas, recebendo posteriormente o comprovante da destinação dos resíduos. Todo o resíduo de óleo isolante fica armazenado em tanques localizados na sede da Coelce, em Maracanaú, para futuro processo de regeneração e posterior reutilização.

GRI
EN23
EN24
EN29

A empresa não registrou nenhum vazamento significativo de óleo, combustível, resíduos ou substâncias químicas, em 2007, inclusive no transporte de equipamentos contendo óleo mineral isolante, que é sempre realizado por empresas devidamente licenciadas. Colaboradores e parceiros foram treinados em procedimentos emergenciais, para casos de vazamento de óleo, com aulas teóricas e simulados práticos periódicos sobre riscos de incidentes. Adicionalmente, são mantidos *kits* de contenção ambiental. A Coelce não faz nenhum transporte internacional de materiais considerados perigosos.

A companhia também não possui nenhum passivo ambiental a ser gerenciado ou recuperado. Buscando sempre a eficiência máxima no controle ambiental, a Coelce quer ampliar cada vez mais o escopo de instalações certificadas pela ISO 14001:2004, sendo que das 96 subestações, 52 já possuem a certificação.

A Coelce é livre de ascarel (bifenila policlorada – PCB), óleo isolante usado nos transformadores de potência, que passou a ser proibido em 1981 quando foi comprovado que o material oferecia graves riscos à saúde humana. Apesar da proibição, a legislação determinou que, a partir daquela data, os equipamentos poderiam continuar em funcionamento até que se fizesse necessária a sua substituição por novos, sem PCB. A Coelce realizou essa troca gradativa até 2000, quando eliminou completamente o ascarel de suas instalações.

Conforme especificado em seu SGA, os resíduos perigosos contêm procedimentos específicos para o seu descarte, além de rigorosas formas de contenção em caso de vazamentos emergenciais.

Óleo ecológico

A Coelce investe em pesquisas para desenvolvimento e aplicação de um óleo isolante ecológico para transformadores de distribuição, feito a partir do líquido da castanha de caju (LCC) e do óleo de mamona, completamente biodegradável e sem riscos ao meio ambiente, em caso de vazamentos.

Em 2007, o produto começou a ser utilizado em caráter experimental em dois transformadores, apresentando bons resultados iniciais. A estimativa é que o período de teste termine em 2008 e o óleo ecológico vire uma realidade a ser disseminada não só para a Coelce, mas para todas as distribuidoras de energia elétrica. A companhia iniciou, em março de 2008, o processo de reconhecimento de patente no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). A Coelce é o órgão financiador e a proprietária intelectual do óleo, enquanto o Parque de Desenvolvimento Tecnológico (Padetec), entidade parceira nas pesquisas, configura-se como o inventor do processo.

Gerenciamento de resíduos

RESÍDUOS	VOLUME GERADO EM 2007	DESTINAÇÃO
Resíduos perigosos: estopas contaminadas com óleo; pó de madeira contaminado de óleo mineral, transformadores e óleo mineral isolante.	146.000 kg	Transportados por empresa licenciada e, posteriormente, incinerados. O óleo mineral fica em estoque, aguardando futura regeneração.
Lâmpadas fluorescentes	32.544 unid.	Armazenadas de forma correta até o transporte por uma empresa licenciada. Posteriormente recebem o tratamento de descontaminação por empresa especializada.

GRI
EN22

GRI
EN22

RESÍDUOS	VOLUME GERADO EM 2007	DESTINAÇÃO
Resíduos Orgânicos *	579.680,1 kg	Transportados por empresa licenciada e destinados a aterro sanitário. Os resíduos gerados no interior do Estado são transportados até os aterros pelas prefeituras municipais.
Resíduos de Postes e Cruzetas	66.570 kg 3.583.032 kg	Recolhidos por uma usina de reciclagem em Fortaleza, que fabrica tijolos ecológicos para utilização em construções de conjuntos residenciais populares.
Cartuchos, cilindros e toners para impressoras	Não disponível	Recolhidos pelo fornecedor, que providencia reutilização. Caso não seja possível o reuso, os resíduos são incinerados.
Baterias para celulares e pilhas	Não disponível	Armazenados e identificados em recipientes de acrílico, para posterior destinação final.
Papel	9.886,2 kg	Reciclagem
Papelão	1.821,8 kg	Reciclagem
Papel misto	1.048,7 kg	Reciclagem
Plástico (filme)	265,5 kg	Reciclagem
Plástico (gerais)	3.842,5 kg	Reciclagem
Plástico (garrafa)	22,9 kg	Reciclagem
Vidro	1.080,0 kg	Reciclagem
Resíduo metálico (aço)	9.395,7 kg	Reciclagem
Resíduo metálico (chumbo)	10,0 kg	Reciclagem
PVC	10,0 kg	Reciclagem

RESÍDUOS	VOLUME GERADO EM 2007	DESTINAÇÃO
Ferro	1.942,9 kg	Reciclagem
Jornal	90,0 kg	Reciclagem
Inox	17,0 kg	Reciclagem
Alumínio	40,0 kg	Reciclagem
Porcelana	1.849,0 kg	Aterro
Entulho de construção civil	400,0 kg	Reciclagem

(*) Somente Fortaleza e área metropolitana.

O óleo utilizado em transformadores de distribuição e potência é 100% reciclado, e totalizou 119.260 litros em 2007. A companhia também tem ampliado a impressão de contas de energia em papel reciclado, que no final do ano representavam 48% das faturas entregues aos clientes. O papel reciclado ainda é empregado em 100% dos contracheques recebidos pelos empregados.

Emissão de ruídos

Os equipamentos da distribuição de energia elétrica que podem ser considerados ambientalmente geradores de ruído são as linhas de transmissão e as subestações, as quais possuem transformadores de potência, disjuntores e aparelhos de sinalização com alarme sonoro. De forma preventiva, a Coelce realiza medições de ruídos em subestações, buscando garantir que estejam plenamente de acordo com os níveis exigidos pela legislação ambiental. Quando necessário, intensifica as ações para solucionar o problema, tais como a substituição de equipamentos, isolamento acústico mais eficiente, ações antivibração e anti-sonorização e manutenção e limpeza de isoladores.

Em linhas de transmissão essas medições são consideradas desnecessárias, de acordo com estudo realizado pelo Instituto de Tecnologia para o

GRI
EN2

GRI
EN12

Desenvolvimento (Latec) e aprovado pelo órgão ambiental, pois elas não apresentam riscos.

Campos eletromagnéticos

Apesar de o meio científico não ter comprovado riscos para a saúde humana em decorrência da exposição aos campos eletromagnéticos produzidos pela passagem de energia elétrica, a Coelce busca se manter informada sobre o assunto. Proativamente, em 2005, desenvolveu um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento para estudar os possíveis efeitos prejudiciais aos organismos biológicos localizados próximos às suas linhas de transmissão. Realizada em parceria com o Latec, a pesquisa concluiu que os campos eletromagnéticos não apresentam risco à saúde ou à segurança da população residente nas proximidades. Vale destacar que as instalações elétricas da companhia são construídas seguindo as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

GRI Cuidados com a avifauna

EN15

Por meio do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), uma exigência legal antes do início de construção das obras, são identificadas as espécies de aves e fauna existentes em cada região, acompanhadas por um técnico do órgão público (Semace). Em 2007, não foi constatada a existência de animais ameaçados de extinção, de acordo com a listagem da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Devido ao baixo impacto ambiental de suas atividades, a Coelce não realiza nenhum monitoramento relacionado à avifauna que entra em contato com a rede energizada.

Pesquisa e Desenvolvimento

Parte dos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento tem como foco a redução dos impactos das atividades da companhia no meio ambiente e integram o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Esses projetos são desenvolvidos em parceria com universidades e centros de pesquisa.

PROJETOS DE CARÁTER AMBIENTAL	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Desenvolvimento de Óleos Ecológicos para Transformadores	4
Teste de aplicabilidade de Óleos Ecológicos para Transformadores	4
Desenvolvimento de Processo Biotecnológico de Compostagem para a Reciclagem dos Resíduos de Poda das Árvores	163
Desenvolvimento de Metodologia para o Acompanhamento Contábil do Sistema de Gestão Ambiental da Coelce	238
Programa Coelce de Desenvolvimento Social pela Energia Consumida (Ecoelce)	259
Sistema de Gestão e Manejo da Arborização Urbana ao Longo das Redes de Distribuição	95
Desenvolvimento de Produtos à Base de Compósito Fibra de Coco em Matriz Polimérica para Aplicação em Sistemas de Baixa-tensão	216
Desenvolvimento de Técnicas e Sistema de Lavagem a Seco de Isoladores	43
Total do Investimento em 2007	1.022

Uso eficiente dos recursos naturais

Materiais

GRI

EN1

PRINCIPAIS MATERIAIS UTILIZADOS	2004	2005	2006	2007	META 2008
Cabos e Fios (metros)	7.689.136	11.328.188	12.791.092	14.964.176	17.387.886
Cabos e Fios (kg)	765.529	1.160.673	1.499.967	1.849.505	2.149.065
Concretos (unidades)	7.213	136.596	195.962	228.703	370.135
Conectores (unidades)	917.275	1.019.167	1.176.331	1.327.591	1.616.786
Disjuntores (unidades)	33.622	70.716	88.407	115.985	150.004
Isoladores (unidades)	338.083	509.428	678.139	722.859	1.071.922
Medidores (unidades)	134.809	169.019	213.837	215.495	255.473
Pára-raios (unidades)	8.777	13.621	19.265	24.745	36.460
Seccionadores (unidades)	55.441	121.011	176.816	219.127	465.352
Transformadores (unidades)	5.119	6.585	7.274	8.425	16.154

Energia

O consumo próprio de energia elétrica refere-se ao funcionamento necessário de suas sedes administrativas e pontos de apoio de subestações. O montante consumido, em 2007, foi de 10,8 GWh, 5,5% mais do que o registrado em 2006, de 10,2 GWh, superando em 7,4% a meta do ano. A companhia realiza,

GRI

EN3



Colaboradores e familiares em piquenique ecológico comemorativo do Dia Coelce do Meio Ambiente

constantemente, campanhas de comunicação interna para combater o desperdício do insumo. Apesar disso, houve aumento do consumo por conta de obras de construção de oito novas instalações: almoxarifados de Maracanaú, Sobral, Maguary, Iguatu e Canindé, depósito de óleo em Maracanaú e Juazeiro do Norte, além da sede do Departamento Norte Sobral.

Consumo próprio de energia (GWh)

META 08	10,3
07	10,8
06	10,2
05	11,0
04	18,0

GRI
EN7 A meta para 2008 é o consumo de 10,3 GWh (menos 4,6%) e para isso contará com o apoio e fortalecimento das campanhas internas contra o desperdício, por meio de palestras envolvendo a consciência ambiental dos colaboradores em relação à redução de consumo dos recursos naturais.

A Coelce distribui energia oriunda de fontes hidráulica, térmica e eólica, sendo a maioria proveniente de hidrelétricas, o que já em si contribui para o meio ambiente, pois é um tipo de energia limpa e renovável, que não emite resíduos tóxicos para a atmosfera, evitando o aquecimento global e as mudanças climáticas.

A energia térmica adquirida pela Coelce provém de gás natural, que, apesar de ser um combustível fóssil, é bem menos agressivo à natureza, na comparação com o petróleo e o carvão, principalmente porque produz uma queima limpa, sem emissão de partículas de fuligem ou resíduos prejudiciais à atmosfera.

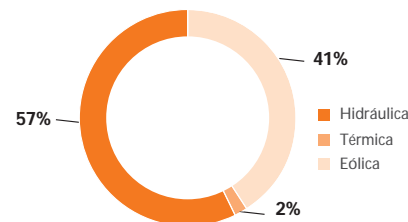
Energia contratada em 2007, por fonte

GRI
EN4

TIPO	FONTES DE ENERGIA (GIGAJOULES)				2007	META 2008
	2004	2005	2006	META 2007		
Hidráulica	1,44.10 ⁷	1,68.10 ⁷	1,53.10 ⁷	1,63.10 ⁷	1,63.10 ⁷	1,69.10 ⁷
Térmica	1,2.10 ⁷	1,11.10 ⁷	1,16.10 ⁷	1,16.10 ⁷	1,15.10 ⁷	1,22.10 ⁷
Eólica	1,79.10 ⁶	1,99.10 ⁶	2,64.10 ⁶	4,39.10 ⁶	4,50.10 ⁶	6,06.10 ⁶
Total	2,6.10⁷	2,81.10⁷	2,72.10⁷	2,83.10⁷	2,79.10⁷	2,97.10⁷

A energia eólica é considerada uma fonte de energia alternativa que merece cada vez mais investimentos por parte das empresas e do governo. No Ceará, por exemplo, o governo estadual, em busca da auto-suficiência energética por meio de fontes de energias renováveis, lançou o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica (Pró-eólica), com investimentos na área de infra-estrutura e política de incentivos fiscais. Apesar de ainda representar uma pequena parcela da energia adquirida pela Coelce, na comparação com a hidrelétrica e térmica, seu uso vem sendo intensificado, passando de 0,7% do total, em 2005, para 2% em 2007.

Fontes de Energia



Desde 1998, por meio do Departamento de Gestão da Inovação e Projetos de Pesquisa, a Coelce desenvolve seu programa de Eficiência Energética, conforme determinação da Aneel, reunindo diversas ações de melhorias de instalações e equipamentos em prédios públicos e em municípios. Esses projetos são apresentados no capítulo Eficácia, na página 106.

Água

O consumo de água para operar suas unidades administrativas (uso de sanitários, água para o consumo humano e limpeza das instalações), na capital e nas sedes do interior, totalizou 38.140 metros cúbicos, em 2007, provenientes da rede pública de abastecimento: Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) ou Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). O volume ficou 22% abaixo da meta de 49 mil metros cúbicos definida para o ano.

GRI	CONSUMO DE ÁGUA, POR TIPO DE FONTE		
		2006	2007
EN8	Abastecimento rede pública (m³/ano)	44.899*	38.057
	Poços artesanais	Não disponível **	83
	Total	44.899	38.140

* Com a introdução do SGA, houve melhorias no cálculo desse indicador, a fim de deixá-lo mais fidedigno, o que acabou divergindo com o dado apresentado no Relatório de Sustentabilidade 2006 (50.645 m³/ano).

** Pelo mesmo motivo, após a adoção do SGA, a partir de 2007 Coelce passou a incluir, neste indicador, a água oriunda de poços artesanais. A companhia tem três poços artesanais, localizados nas subestações das cidades Aquiraz, Coluna e Cascavel, sendo que apenas o de Aquiraz foi utilizado em 2007.

Consumo de água (m³)

Meta 2008	36.164
07	38.140
06	44.899
05	42.973
04	41.757

A meta para 2008 é reduzir em 5,2% o consumo de água (36.154 m³), contando também com o apoio e fortalecimento das campanhas internas e palestras envolvendo a consciência ambiental dos colaboradores.

A redução do consumo de água deve-se à intensificação de atividades de manutenção das instalações internas da empresa, em toda área de concessão,

a fim de verificar vazamentos, e a construção de novas sedes, com instalações mais modernas. O Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente também continuou a realizar campanhas sistemáticas para mudança comportamental dos colaboradores, com o objetivo de evitar o desperdício.

A Coelce desconhece se as fontes hídricas provenientes das empresas de abastecimento público foram significativamente afetadas pela retirada de água que posteriormente será consumida pela companhia. Também não reutiliza a água consumida em suas sedes.

Efluentes

A Coelce não gera efluentes em sua atividade de distribuição de energia elétrica, e sim apenas para o funcionamento das sedes administrativas e pontos de apoio às subestações. A rede de esgoto é interligada às companhias de saneamento ou recebe tratamento por meio de fossa séptica. A Coelce ainda não faz o registro da quantidade gerada desses efluentes.

As fossas sépticas são inspecionadas periodicamente, conforme previsto no procedimento interno da norma de Conservação das Instalações e Limpeza, para posterior limpeza quando necessário. Os padrões de qualidade de efluentes sanitários são monitorados periodicamente por uma empresa especializada.

Emissões

A atividade de distribuição de energia elétrica da Coelce não constitui fonte primária de emissões de gases de efeito estufa (GEE), e, devido a isso, não há emissões atmosféricas diretas significativas de CO₂ (dióxido de carbono). Para o fornecimento de energia elétrica, a Coelce não emite gases de NOx (óxido nitroso) e SOx (óxido de enxofre).

GRI
EN9
EN10

GRI
EN16
EN20

GRI EN19	Com as trocas de geladeiras e aparelhos de ar-condicionado realizadas como parte do Programa de Eficiência Energética, a companhia entende que deve tratar o CFC e HCFC contido nos aparelhos que foram recolhidos, causadores da depleção da camada de ozônio. A Coelce, agindo proativamente, firmou parceria com empresa cadastrada no Ibama, especializada em recolher esses gases por meio da máquina TX 200, efetuando operações específicas a fim de evitar a fuga desses gases para a atmosfera. Os gases são acondicionados em cilindros de 60 kg e encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente. Em 2007 foram recolhidos 110 kg de HCFC.
GRI EN16	Em 2007, a companhia realizou seu inventário de SF ₆ (hexafluoreto de enxofre) e verificou que possui 1.285 kg, sendo parte armazenado e outra parte em utilização nos equipamentos de proteção do sistema elétrico, presente em interruptores e disjuntores. A Coelce estima que, em 2007, as fugas foram de 130 kg.
GRI EN20	Em 2000 foi constatado que a Coelce possuía a presença de PCBs (bifenilas ploricloradas) apenas em células capacitivas e, no mesmo ano, tomou a iniciativa de substituí-las e incinerá-las, ficando, assim, livre da existência de PCBs em seu sistema elétrico. Assim, para garantir a imunidade do PCBs, quando do processo de regeneração de óleo mineral hoje existente, a Coelce antes de iniciar o processo, recolhe amostra do óleo, que é enviado a laboratório credenciado e de credibilidade, a fim de comprovar por meio de laudo laboratorial que o óleo não está contaminado por PCBs. Esse laudo é atestado pela empresa especializada contratada para executar o processo de regeneração. Na finalização do processo, é colhida nova amostra e emitido um novo laudo atestando que no processo de regeneração o óleo não adquiriu o orgânico persistente.

Para as emissões indiretas, estas derivam da frota de veículos, necessários para serviços de poda, medição mensal do consumo de energia dos clientes, construção e manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico, transporte de colaboradores, consumo próprio, entre outros. A Coelce realiza monitoramento da fumaça preta dos veículos movidos a diesel, da sua frota própria e de empresas parceiras, além de estabelecer formalmente em contratos que os veículos em operação tenham no máximo dois anos de uso, garantindo equipamentos mais modernos e eficientes, com catalisadores que reduzem a emissão de CO₂ (dióxido de carbono).

GRI
EN17
EN18

Iniciativas sustentáveis

Ecotimes em ação

Para incorporar plenamente as ações da Política Ambiental em toda a sua área de concessão, a Coelce criou os Ecotimes, formados por 11 grupos de colaboradores, que atuam para disseminar as campanhas organizadas pelo Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente e as práticas contidas no SGA. Os Ecotimes também ministram palestras nas comunidades para a disseminação de temas envolvendo a consciência ambiental.

Em 2007, 92 funcionários integraram os Ecotimes, participando das seguintes iniciativas destinadas ao público interno e às empresas parceiras:

- Comemoração do Dia Coelce do Meio Ambiente, em 4 de outubro;
- Realização de treinamentos de conscientização ambiental e de procedimentos, instruções e normas técnicas do Sistema de Gestão Ambiental; e
- Auditorias internas para averiguar o devido cumprimento de práticas previstas no SGA.

Reciclagem paga a conta de energia

O óleo usado de cozinha virou bônus de troca na conta de luz a partir de agosto de 2007, como parte do Programa Coelce de Desenvolvimento Social pela Energia Consumida (Ecoelce). Por meio da coleta seletiva (de óleo, papel, embalagens), os cearenses podem contribuir para a preservação da natureza e, ao mesmo tempo, ganhar descontos na conta da luz, inclusive chegando ao valor zero. O lixo reciclável levado até um posto de coleta é automaticamente transformado em pontos creditados em um cartão eletrônico, que é usado para calcular o desconto na conta de energia. O projeto garante resultados sociais, ambientais e econômicos.

Sociais – A população de baixa renda, principalmente, pode destinar esse valor para adquirir alimentos ou ajudar no pagamento da moradia, por exemplo.

Ambientais – Ao recolher mais de 1 mil toneladas de resíduos em 2007, o Ecoelce contribui de forma significativa para a preservação ambiental, gerando menos lixo para os aterros sanitários e economizando energia para extrair da natureza as matérias-primas (como minérios, petróleo e madeira) e transformá-las nos produtos (papel, alumínio, plástico).

Econômicos – Redução de custo dos municípios no tratamento desses resíduos. Somente na Grande Fortaleza, a quantidade de lixo gerado é de aproximadamente 4 mil toneladas por dia. O resultado também é positivo para a Coelce, pois consumidores inadimplentes conseguem quitar suas dívidas por meio da reciclagem.

ECOELCE - RESÍDUOS RECICLADOS	VOLUME 2007 (KG)	VALOR (R\$)
Papel (papel branco, misto, papelão, jornal)	419.688	39.532,20
Embalagens de vidro	114.434	13.329,46
Metais (lata de alumínio, ferro, chumbo, aço)	466.792	60.184,71
Plásticos	164.262	45.701,23
Óleo de cozinha	981 *	289,68
Total	1.166.158	159.037,28

* A arrecadação de óleo de cozinha começou em março de 2007; os números correspondem ao total de nove meses.

Ecoelce (ainda) não recicla: lâmpadas fluorescentes, pilhas, espelhos e vidros quebrados, cristais, papel carbono ou plastificado, embalagens aluminizadas, isopores, esponjas de aço, cerâmicas e porcelanas, madeira, papéis higiênicos e fraldas descartáveis, guardanapos e lenços de papel, espumas, lixos perigosos (produzido por indústrias e hospitais), restos de construção civil, restos de alimentos, óleo lubrificante, tintas, couros, pneus, cabos e fios, CDs, fitas K7 e de vídeo.

Um dos desafios para conquistar a ousada meta de alcançar 100 mil clientes, em 2008, se encontra no interior do Ceará, devido à escassez de postos de coleta e usinas de reciclagem para processar os materiais. Nesse sentido, o Ecoelce também oferece oportunidades de negócios à população. Um dos destaques, em 2007, foi a Ultralimpo, empresa parceira da Coelce na limpeza de suas sedes, que identificou a oportunidade de abrir um novo negócio especificamente para gerenciar o lixo reciclável recebido das comunidades. A companhia espera realizar novas parcerias, incentivando também as prefeituras de todo o estado a desenvolver projetos de coleta seletiva.

Destaques do Ecoelce em 2007

Mais de 18 mil clientes
23 pontos de coleta
R\$ 159 mil de bônus arrecadado
Meta 2008: 100 mil clientes

Em 2007, o programa contou com 23 pontos de coleta seletiva, sete fixos e 16 móveis, nos seguintes municípios: Fortaleza, Maracanaú, Sobral, Morada Nova e Juazeiro do Norte. O resultado do ano superou as expectativas iniciais de atingir 10 mil clientes, totalizando 18.690, com

arrecadação de R\$ 159 mil em bônus. Para 2008, a introdução do programa já está confirmada nos municípios de Iguatu, Itapipoca, Pacatuba, Pacajus, Massapê e Caucaia.

O Ecoelce é um bem-sucedido projeto de Pesquisa & Desenvolvimento, regulamentado pela Aneel, que iniciou como projeto-piloto em outubro de 2006 e recebeu investimento de R\$ 259 mil em 2007.

Educação Ambiental

A Coelce investe na educação de seus profissionais, colaboradores parceiros e sociedade cearense e busca contribuir para a sustentabilidade do planeta, com incentivo ao uso eficiente dos recursos naturais e ao consumo consciente por parte da população. Procura não só investir os recursos financeiros obrigatórios pelo órgão regulador, como também atuar de forma voluntária em ações que promovam maior consciência ambiental e alternativas para evitar a degradação do meio ambiente.

De forma alinhada com a introdução do SGA, foram realizadas, em 2007, as seguintes atividades:

ATIVIDADES EM 2007	BENEFICIADOS
Formação Ambiental (treinamento geral sobre benefícios e práticas do SGA)	658 colaboradores e estagiários e 2.667 empregados de empresas parceiras
Treinamento ambiental sobre procedimentos, formas de registros, normas técnicas, instruções de controle e manual do SGA	2.596 colaboradores próprios e de empresas parceiras
Formação de Auditores Ambientais	28 colaboradores próprios
Formação de Auditores Líderes em Sistemas de Gestão Ambiental, com o objetivo de capacitar os funcionários na coordenação das auditorias internas da empresa	8 colaboradores próprios
Curso de Gerenciamento de Resíduos	50 colaboradores próprios
Curso de Legislação Ambiental	37 colaboradores próprios
Palestras para escolas e órgãos ambientais	Participação de 500 alunos de escolas públicas e particulares e 31 funcionários públicos
Palestras sobre temas ambientais para colaboradores da Coelce	Participação de 76 empregados próprios e terceiros
Orientações ambientais ao público interno (referentes ao SGA) e externo (coleta seletiva)	1.994 funcionários, entre próprios e parceiros, além de abordagens que atingiram 3.000 pessoas da sociedade

Escola Coelce Caminhos Eficientes

Disseminar a educação ambiental de forma itinerante, percorrendo os municípios cearenses, é o objetivo do programa Escola Ecoelce Caminhos Eficientes. No interior da plataforma móvel adaptada pela companhia, as comunidades podem conhecer, por meio de maquetes, todo o processo de geração de energia elétrica – no caso, a oriunda de hidrelétricas – até a sua chegada nas residências.

Os visitantes também recebem treinamento sobre o uso racional e seguro da energia e de como se tornar um multiplicador dessa campanha. Ao participar das atividades pedagógicas, lideranças comunitárias, jovens,

donas de casa, crianças, entre outros, acabam formando os grupos de multiplicadores.

Em 2007, o projeto percorreu 96 comunidades, tanto na capital quanto no interior, recebendo 34 mil visitantes, com 1.653 turmas formadas e 19.753 multiplicadores capacitados. Com investimento de R\$ 2.239 mil, o programa também realizou a troca de 25 mil lâmpadas fluorescentes nas comunidades.

Grafitando com Arte

Os muros de subestações são transformados em espaço de divulgação de dicas e projetos ambientais da Coelce no projeto Grafitando com Arte, desenvolvido desde 2005. Após receberem treinamento em educação ambiental, os grafiteiros cearenses utilizam o talento para pintar desenhos e mensagens que remetem ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais. Em 2007, foram pintados 12 muros, com investimento de R\$ 11 mil.

Coelce – Uma Luz para o Verde

Com parcerias de prefeituras e de empresas prestadoras de serviços, o programa de arborização urbana beneficiou, em 2007, os municípios de Limoeiro do Norte, Crato e Juazeiro do Norte, com a plantação de 180 mudas originárias da Mata Atlântica. Pela primeira vez, desde o início do projeto, em 2005, as cercas protetoras ao redor das árvores começaram a ser produzidas com madeira proveniente de bobinas que costumam vir com os cabos elétricos, estimulando a prática da reciclagem. Não houve investimentos em 2007 e, no ano anterior, a Coelce investiu R\$ 9 mil na plantação de cem mudas.

Dia Coelce do Meio Ambiente

O dia 4 de outubro é o momento anual de integração dos que trabalham na Coelce e seus familiares em busca de um mundo mais sustentável. Em 2007, a companhia organizou uma série de atividades no Parque Adahil Barreto, em Fortaleza, que incluiu um piquenique com alimentação saudável, dinâmicas de grupo, teatro, realização de jogos, entrega de brindes, dentre outras atividades que tinham como objetivo disseminar as diretrizes da Política Ambiental da empresa. A Coelce também promoveu atividades para os colaboradores e parceiros do interior do estado, registrando um saldo total de 500 participantes nos eventos do Dia Coelce do Meio Ambiente.

Metas ambientais

Metas de 2007

Manter o consumo de água em até 49 mil m ³	Superada em 22%
Manter o consumo de energia em 10 GWh	Não atingida
Implementar o projeto caminhos eficientes, visitando 25 comunidades	Superada em 71 comunidades
10 mil clientes cadastrados no Ecoelce	Superada em 87%
Concluir pesquisa de viabilidade de adubo orgânico a partir da poda de árvores	Meta atendida

Metas para 2008

Manter o consumo de água em até 36 mil m ³
Manter o consumo de energia em 10 GWh
Conquistar 100 mil clientes no Ecoelce
Desenvolver biocatalizador para a viabilização de adubo orgânico

Eficácia:
Crescimento
com inovação
e criatividade



Inova Coelce

Para diversificar seu portfólio com produtos e serviços inovadores, capazes de agregar valor ao negócio e crescimento da rentabilidade, a companhia investe, desde 2006, no Programa Inova Coelce, estimulando e aproveitando ao máximo a capacidade criativa de seus colaboradores próprios e parceiros.

Há duas linhas de ação no programa: a inovação é gerada a partir de projetos que estão alinhados à estratégia empresarial e são desenvolvidos por pessoas com metas específicas de inovação ou, então, é originada a partir de boas idéias dos colaboradores.

Na introdução do programa, foram instituídos 60 multiplicadores de inovação; um pré-comitê para filtrar as melhores idéias e um Comitê de Inovação, composto pela diretoria da empresa e outros profissionais, com a função de selecionar em ordem de prioridade os projetos que serão postos em prática.

Os empregados e parceiros que participam do Inova Coelce recebem vários prêmios, conforme as idéias avançam nas etapas de desenvolvimento, tais como *pen drive* estilizado, computadores e *notebooks*.

GRI
EC9 Em 2007, foram recebidas 186 idéias, enviadas por 127 empregados. Desse total, 149 idéias foram analisadas, 59 passaram pela seleção do pré-comitê e 19 foram aprovadas pelo Comitê de Inovação. No final do processo, três projetos foram efetivamente adotados como produtos e estão sendo comercializado pela Coelce.

- **Título de capitalização social** – De autoria do colaborador Paulo Henrique Farias de Sousa, da área técnica de Aracati, o título de capitalização Boa Ação, Boa Sorte permite ao cliente contribuir com um valor fixo mensal acessível, de R\$ 3,00, e oferece sorteios de prêmios em dinheiro. Do total arrecadado, 30% são destinados para instituições de caridade, 30% são revertidos em prêmios aos clientes e os 40% restantes seguem para as empresas gestoras do projeto. O título de capitalização começou a ser comercializado em agosto de 2007 e, após completar um ano, destinará 10% do valor arrecadado ao Instituto Ronald McDonald, que no Ceará contribui para a Associação Peter Pan, que atende crianças com câncer.
- **Seguro de Automóveis** – Os clientes da Coelce que não desejam contratar um seguro tradicional de automóvel, geralmente com um custo elevado, podem optar por uma opção que oferece, a um preço mais acessível, a garantia de conserto em caso de pequenas panes nos veículos, tais como seguro contra problemas elétricos, reboque, troca de pneu, entre outros. A idéia foi de autoria do técnico de segurança Expedito Freitas, colaborador da cidade de Iguatu, e a partir de 2008 estará disponível para contratação nas lojas de atendimento e por meio da central de relacionamento.
- **Manutenção e Venda de Motores** – A idéia inicial, sugerida pelo colaborador Mac Milan, da área técnica de Jaguaribe, era prestar serviços de vendas e manutenção em motores. Na fase de desenvolvimento do produto, entretanto, verificou-se um escopo maior e mais rentável para o projeto. Ao final, a Coelce decidiu vender soluções focadas nas necessidades dos mais variados clientes. No setor de padarias, por exemplo, que precisam de fornos novos para o incremento dos negócios, os executivos de vendas trabalham na oferta de soluções específicas para esse público. Após a etapa de desenvolvimento, o projeto está em fase de aplicação no mercado, sob a gestão do Departamento Coelce Plus.

Investindo nos empreendedores

O incentivo à consolidação de uma cultura de inovação na Coelce foi fortalecido durante o primeiro Encontro de Desenvolvedores de Inovação, ocorrido em março de 2007, reunindo colaboradores da capital e do interior do Estado. Além da troca de experiências sobre o Inova Coelce, os participantes assistiram à palestra "A inovação como motor de crescimento", proferida por Sandra Mariano, professora-doutora da Escola de Negócios IBMEC.

A parceria da Coelce com o IBMEC foi concretizada em 2007, com a oferta de curso de qualificação em inovação de 144 horas/aula destinado a empregados com potencial empreendedor. A aplicação dos conhecimentos obtidos será acompanhada de forma sistemática pelo Departamento de Inovação e Projeto de Pesquisa, com metas e outros indicadores.

Pesquisa e Desenvolvimento

Pelo contrato de concessão, a Aneel estabelece que as distribuidoras invistam, anualmente, 1% da sua Receita Operacional Líquida (ROL) em melhorias para o setor energético. A Coelce, desde 1998, cumpre plenamente as exigências da Agência Reguladora, destinando 0,25% ao Programa de Eficiência Energética; 0,30% para projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D); 0,30% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) – administrado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia – e 0,15% para o Ministério de Minas e Energia.

A Coelce escolhe, de forma voluntária, quais projetos receberão os investimentos, procurando assegurar a qualidade dos temas pesquisados, além de acompanhar a busca por resultados que possam contribuir significativamente para superar os desafios do setor. O objetivo é, ao final

de cada P&D, agregar um produto ao portfólio de negócios ou permitir que as conclusões de estudos sejam incorporadas ao sistema de distribuição de energia, tornando-o mais eficiente e ambientalmente amigável.

Estima-se que, em breve, cerca de 50% da energia elétrica gerada será consumida por equipamentos eletrônicos, o que tem contribuído para o aumento da produtividade industrial e uso mais eficiente da energia elétrica, além de ter tornado mais rígidos os requisitos de qualidade para a energia elétrica. Nesse cenário, a Coelce busca criar P&Ds que possam contribuir para o fim de ocorrências do sistema elétrico, tais como energizações de linhas de transmissão e transformadores; curtos-circuitos; variações de tensão de curta duração – que podem ocasionar a parada de grandes unidades industriais –, entre outros.

Em 2007, a Coelce investiu R\$ 2 milhões em projetos de P&D para promover a qualidade e confiabilidade das áreas técnica, comercial e institucional. As pesquisas relativas ao meio ambiente foram abordadas na página 98.

PROJETOS DE P&D	R\$ MIL
Controle Eletrônico para Reguladores de Tensão Indutivo Operando em Fluxo Inverso	142
Corrosão e Degradação Atmosférica dos Materiais Elétricos	259
Desenvolvimento e Implantação de Sistema Indicador de Conformidade de Níveis de Tensão	127
Desenvolvimento e Aplicação de <i>Software</i> para Previsão de Atendimento Otimizado de Emergência ao Cliente da Coelce	100
Posto Avançado de Atendimento ao Consumidor por Videoconferência	43
Avaliação do Grau de Correlação entre as Chuvas no Estado do Ceará e a Energia Requerida pela Coelce	76

PROJETOS DE P&D	R\$ MIL
Desenvolvimento de Sistema de Treinamento a Distância e Presencial para Operação e Proteção de Sistemas Elétricos	77
Testador de Falhas em Sistemas Radiais de Média-tensão (13,8 kV)	90
Detector de Falhas em Conexões e Isoladores para Sistemas de Distribuição Energizados	143
Sistema de Monitoramento de Descargas Atmosféricas para o Estado do Ceará	161
Investigações para Redução de Riscos Associados à Ocorrência de Faltas de Alta Impedância	255
Sistema Computacional de Detecção e Gestão de Interrupções de Energia Integrado ao Atendimento Emergencial da Coelce	65
Otimização dos Aspectos de Segurança e Comunicação de Dados do Sistema de Fatura Imediata da Coelce	41
Sistema para Medição e Verificação de Performance do Programa de Eficiência Energética da Aneel	39
Avaliação do Uso de Cabo Liga de Alumínio Engraxado em Área de Alta Agressividade Salina	58
Sistema de Religamento e Corte de Unidades Consumidoras com Tecnologia <i>Bluetooth</i>	281
Sistema de Caracterização de Perdas Comerciais baseado no Perfil de Consumidores para Otimização de Inspeções	39
Estudo e Validação do Inibidor de Furto em Redes de Baixa-tensão	4
Total de investimentos em 2007*	2.000

* Cálculo exclui P&Ds ambientais.

Um dos destaques é o Projeto de Avaliação do Grau de Correlação entre as Chuvas e a Energia Requerida pela Coelce, que visa melhorar o planejamento da área de Suprimentos, a partir da avaliação do histórico de chuvas no Ceará, e assim prever a quantidade de material a ser adquirida em cada período do ano. A forte incidência de chuvas acarreta mais transtornos na rede de distribuição elétrica – como a queda de postes e interrupção de cabos –, requerendo materiais de reparo adicionais.

Em seus projetos de P&D, a Coelce também mantém parcerias com universidades e entidades de pesquisas, e faz prospecção e análise dos cenários tecnológicos, estabelecendo diretrizes e ações de cunho tecnológico para a atuação empresarial.

Fatura imediata

A inovação tecnológica é a principal característica dessa iniciativa, que já vem sendo testada como projeto-piloto pela Coelce: em uma única visita ao cliente, realiza-se a leitura dos medidores, o faturamento, a impressão e a entrega da conta de energia. Entre as vantagens, está a economia de tempo e custos operacionais com uma visita única do leiturista. O cliente também fica satisfeito com a possibilidade de conhecer, de forma antecipada e com transparência do serviço, o valor da fatura, podendo planejar melhor o pagamento. A Coelce foi a primeira distribuidora de energia do Nordeste e da Endesa a adotar essa tecnologia de faturamento.

Em 2007 a fatura imediata foi introduzida como projeto-piloto para todas as unidades consumidoras localizadas no perímetro urbano do Ceará, beneficiando 842 mil clientes. Para 2008, a meta é chegar a 1,8 milhão de clientes em todo o estado. De modo a otimizar o processo sob os aspectos de segurança e comunicação de dados do sistema, a Coelce está investindo desde 2007 em um projeto de P&D, cujo investimento já atingiu R\$ 41,4 mil.

Eficiência energética

Combater o desperdício de energia elétrica é o principal objetivo desse programa que, entre outras iniciativas, moderniza os sistemas de iluminação e incentiva a troca de equipamentos elétricos antigos por outros modernos e mais eficientes do ponto de vista energético, com selo de qualidade Procel.

GRI Eficiência energética em prédios públicos

EN6 Técnicos e consultores da Coelce visitam prédios públicos para realizar levantamento das ações necessárias para tornar as instalações mais modernas. A troca de lâmpadas, condicionadores de ar e reforma da rede elétrica interna podem proporcionar economia mensal de até 15% de energia.

Dos projetos finalizados em 2006, e dos quais ainda foram repassados valores no ano seguinte, soma-se um investimento de R\$ 659 mil em 2007. Outros seis projetos estão em fase de execução e não possuem resultados mensurados até o momento. Eles receberam investimento de R\$ 735 mil em 2007 e seus resultados serão apresentados no Relatório Anual de Sustentabilidade 2008.

No total, os investimentos em eficiência energética somaram R\$ 9.092 mil, em 2007, com destaque para o Projeto Eficientização de Consumidores Baixa Renda, cujo valor investido foi R\$ 5.025 mil.

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	BENEFÍCIOS DIRETOS	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Hospital São Lucas (Juazeiro do Norte)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 387 pontos de iluminação • Troca de 20 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 21,88 kW • Economia de 99,83 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	55
Hospital Municipal de Maracanaú	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 593 pontos de iluminação • Troca de 41 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 44,03 kW • Economia de 203,31 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	94
Hospital Municipal de Caucaia	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 592 pontos de iluminação • Troca de 32 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 35,79 kW • Economia de 164,77 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	74
Hospital São Francisco (Crato)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 545 pontos de iluminação • Troca de 60 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 50,38 kW • Economia de 234,90 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	102
Hospital São Vicente (Barbalha)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 1.289 pontos de iluminação • Troca de 165 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 150,84 kW • Economia de 704,45 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	265
Hospital Gonzaga Mota (Fortaleza)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 296 pontos de iluminação • Troca de 30 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 26,42 kW • Economia de 122,86 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	59

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	BENEFÍCIOS DIRETOS	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Hospital Nossa Senhora da Conceição (Fortaleza)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 478 pontos de iluminação • Troca de 66 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 60,24 kW • Economia de 283,53 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	118
Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Maracanaú	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 572 pontos de iluminação • Troca de 67 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 63,66 kW • Economia de 163,51 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	131
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 747 pontos de iluminação • Troca de 133 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 137,04 kW • Economia de 355,70 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	228
Centro Federal de Tecnologia (Cefet, em Juazeiro do Norte)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 1.023 pontos de iluminação • Troca de 43 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 81,68 kW • Economia de 203,94 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	166
Secretaria Executiva Regional III de Fortaleza	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 334 pontos de iluminação • Troca de 72 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 63,61 kW • Economia de 216,63 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	107
Secretaria de Educação e Assistência Social de Fortaleza	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 241 pontos de iluminação • Troca de 48 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 49,57 kW • Economia de 128,76 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	93

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	BENEFÍCIOS DIRETOS	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Polícia Civil do Estado do Ceará (superintendência e delegacias)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 2.028 pontos de iluminação • Troca de 238 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 265,06 kW • Economia de 831,31 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	478
Instituto Médico Legal (IML) do Ceará	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 515 pontos de iluminação • Troca de 25 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 45,96 kW • Economia de 139,88 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	59
Polícia Militar do Ceará (batalhões)	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 2.852 pontos de iluminação • Troca de 312 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 308,57 kW • Economia de 1.054,96 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	458
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 720 pontos de iluminação • Troca de 103 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 97,71 kW • Economia de 336,24 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	186
Eficientização de Consumidores Baixa Renda ⁽¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> • Troca de 36.139 lâmpadas • Troca de 7.798 geladeiras • Redução na demanda, no horário de ponta, de 97,71 kW • Economia de 336,24 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	5.025
Universidade Estadual do Ceará - Uece	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 3.933 pontos de iluminação • Troca de 594 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 552 kW • Economia de 1.268 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	48

(1) Do total de lâmpadas e geladeiras, 22.755 e 3.050, respectivamente, foram doadas por meio do Projeto Escola Coelce Caminhos Eficientes.

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	BENEFÍCIOS DIRETOS	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Centro de Ciências Tecnológicas da UFC	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 1.522 pontos de iluminação Troca de 259 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 230 kW Economia de 527 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	14
Centro de Ciências Agrárias da UFC	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 2.689 pontos de iluminação Troca de 439 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 404 kW Economia de 930 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	16
Centro de Ciências da UFC	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 1.522 pontos de iluminação Troca de 259 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 224 kW Economia de 826 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	99
Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Secretariado – UFC ⁽²⁾	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 486 pontos de iluminação Troca de 81 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 98,34 kW Economia de 283,88 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	31
Instituto Centro de Ensino Tecnológico – Centec (Limoeiro do Norte) ⁽²⁾	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 1.189 pontos de iluminação Troca de 72 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 92,15 kW Economia de 207,26 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	55
Colégio Militar do Corpo de Bombeiros ⁽²⁾	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 299 pontos de iluminação Troca de 40 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 39,41 kW Economia de 90,31 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	13

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	BENEFÍCIOS DIRETOS	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Escolas Públicas ⁽²⁾	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 4.021 pontos de iluminação Troca de 123 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 203,54 kW Economia de 674,40 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	260
Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce)	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 832 pontos de iluminação Troca de 19 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 40 kW Economia de 88 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	4
Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 1.061 pontos de iluminação Troca de 91 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 77 kW Economia de 258 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	5
Hospitais Públicos (outros) ⁽²⁾	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 5.168 pontos de iluminação Troca de 333 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 357,81 kW Economia de 803,89 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	360
Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) ⁽²⁾	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 212 pontos de iluminação Troca de 40 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 33,24 kW Economia de 76,47 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	16
Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec)	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de 1.144 pontos de iluminação Troca de 11 condicionadores de ar Redução na demanda, no horário de ponta, de 552 kW Economia de 336 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	467

⁽²⁾ Indicadores conforme diagnóstico energético devido o projeto estar aguardando finalização de execução. Os demais estão de acordo com o relatório final de projetos executados.

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	BENEFÍCIOS DIRETOS	INVESTIMENTO (R\$ MIL)
Condomínio da Federação da Agricultura do Estado do Ceará	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 108 pontos de iluminação • Troca de 22 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 18,62 kW • Economia de 43 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	3
Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização de 390 pontos de iluminação • Troca de 19 condicionadores de ar • Redução na demanda, no horário de ponta, de 28 kW • Economia de 63 MWh/ano de energia no sistema de refrigeração e iluminação 	3
Total de Investimentos em 2007		9.092

GRI

EN6

Ecoeficiência no segmento baixa renda

Em 2007, a companhia fez algo inédito em seu Programa de Eficiência Energética: atuou em residências de consumidores de baixo poder aquisitivo. A iniciativa visa à instalação elétrica ou reforma da instalação já existente, além da troca de refrigeradores e lâmpadas com elevado consumo de energia por equipamentos ecoeficientes. Nesse programa, foram investidos R\$ 5.025 mil em 2007.

Em levantamento realizado em residências de famílias de baixa renda, foram encontradas muitas lâmpadas incandescentes e geladeiras em péssimo estado de conservação. No segundo semestre, foram entregues os novos equipamentos, dando-se descarte ambientalmente correto para os resíduos gerados nesse processo.

Benefícios diretos

- Instalação de padrão de entrada e/ou reforma da rede interna: 1.965;
- Substituição de lâmpadas incandescentes de 60W por fluorescentes compactas de 15W: 36.135;
- Troca de geladeira: 7.798 (5.775 em Fortaleza e Região Metropolitana e 2.023 em municípios do interior do Ceará).

Coelce Solidária com a Saúde Pública

Objetiva reduzir o desperdício de energia elétrica em hospitais públicos do Estado do Ceará por meio da troca de equipamentos antigos por novos que tenham consumo menor de energia, como também pela modernização dos pontos de iluminação desses prédios. Em 2007, a Coelce beneficiou 21 hospitais públicos, sendo nove em Fortaleza e 12 no interior do Estado, com investimento de R\$ 1,132 milhão. O trabalho de efficientização destinado à Saúde Pública conquistou, na categoria de Ações Ambientais, o Prêmio da Fundação Coge – entidade sem fins lucrativos que promove o aprimoramento da gestão empresarial.

Iluminação pública

Nos projetos de Eficiência da Iluminação Pública, 23 municípios foram beneficiados com a modernização do sistema em avenidas, ruas e parques. Foram investidos R\$ 406 mil em 2007. No ciclo 2006/2007, houve redução de 3.401,25 MWh/ano de demanda no horário de ponta e 776,45 KW de economia de energia anualmente.

Sociedade: Mais educação e igualdade social



Política de responsabilidade social

O compromisso da Coelce com a sociedade integra sua estratégia de desenvolvimento sustentável. As iniciativas são direcionadas pela Política de Responsabilidade Social e têm como objetivo promover o crescimento das comunidades.

Política de Responsabilidade Social Coelce

Transparência – de forma ética e em sentido amplo

Diversidade – respeito à sinergia das diferenças culturais

Desenvolvimento auto-sustentável – inclusão social de forma digna

Associação - parcerias com todos os atores sociais

Complementaridade - não avoca para si as obrigações do governo, mas torna-se parceira

Inclusão – redução da exclusão social no entorno da Entidade

Participação – ações sociais realizadas pelos colaboradores

Iniciativas sociais e culturais

O investimento em educação é premissa fundamental da Coelce, por acreditar que esse é o caminho sustentável de transformação social. A companhia procura alinhar suas ações de responsabilidade social corporativa em programas educacionais, principalmente envolvendo crianças e jovens. Em seu compromisso com a valorização e promoção da cultura cearense, realiza, há mais de uma década, investimentos significativos nessa área, sendo uma das empresas que mais investe em cultura no Estado.

No ano de 2007, a Coelce destinou R\$ 11,7 milhões para financiar projetos sociais e culturais, com recursos próprios e outros viabilizados por meio de incentivos fiscais oriundos do Sistema Estadual da Cultura, da Lei Federal

de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), do Fundo Municipal e Estadual para a Criança e o Adolescente e da Lei de Incentivo ao Esporte. O montante é 32% superior ao investido em 2006.

FONTES DE INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS (R\$ MIL)	2004	2005	2006	2007
Recursos próprios	142	638	1.301	2.431
Incentivos Fiscais	5.144	5.054	7.547	9.273
• Sistema Estadual de Cultura (Siec)	2.339	3.185	3.975	2.423
• Lei Rouanet	50	450	1.700	2.405
• Fundos para a Infância e Adolescência (municipais e estadual)	0	50	500	601
• Fundo Estadual para Cultura (FEC)	2.755	1.369	1.372	3.588
• Lei de Incentivo ao Esporte	não vigente	não vigente	não vigente	256
Total	5.286	5.692	8.848	11.704

Programa Energia Social

Em 2007, a companhia criou o Programa Energia Social, desenvolvido a partir da necessidade de contribuir com uma abordagem social para a redução de perdas em comunidades de baixo desenvolvimento socioeconômico. Os destaques da iniciativa são a negociação de dívidas em condições adequadas de pagamento para os clientes e ações de geração de renda, cidadania e responsabilidade socioambiental.

O programa consiste de três linhas de ação, que abrangem outras iniciativas já existentes para potencializar os resultados:

Ações Coelce – Essa linha envolve as atividades comerciais, como o atendimento personalizado, com destaque para o Coelce nos Bairros, que vai até as comunidades oferecer os serviços da empresa e esclarecer dúvidas sobre a conta de energia, tarifa baixa renda, etc. Também é integrada pelos projetos socioambientais Escola Coelce Caminhos Eficientes – que

GRI

EC9

dissemina o uso seguro e racional da energia elétrica – e Ecoelce, que incentiva a coleta seletiva ao oferecer bônus na conta de energia em troca dos resíduos recicláveis.

Educar para Crescer – Tem foco na capacitação, na geração de renda sustentável e no desenvolvimento de competências, como trabalho em equipe, criatividade e empreendedorismo. Inclui a formação de grupos de trabalho para promover o artesanato local, entre outras fontes de renda.

Conhecer - Direcionado para a autopercepção do público beneficiado em relação ao contexto social no qual está inserido. A partir de vivências individuais, são desenvolvidos temas como orçamento familiar, culinária para melhor aproveitamento dos alimentos, responsabilidade socioambiental e orientação para o mercado.

Energia social em 2007

- Investimento de R\$ 68 mil
- 238 famílias envolvidas
- 81 famílias com incremento real no orçamento
- Geração de R\$ 12 mil em comércio solidário
- 2.184 participantes do Ecoelce
- 64 famílias capacitadas em culinária alternativa e forno solar
- 90 jovens participantes de oficina de orientação para o mercado, com inserção de quatro no mercado de trabalho
- Meta 2008: implantar o projeto em 15 comunidades em Fortaleza e cidades do interior do Estado

GRI

Programa Coelce Solidária

EC8

O bem-estar e a qualidade de vida da sociedade norteiam as ações dessa iniciativa, que envolve desde doação de móveis usados até a arrecadação de fundos para entidades sem fins lucrativos.

EC9

Repasse de verbas – Em 2007, a companhia manteve a sua política de reverter, para instituições sem fins lucrativos, 2,5% do total de recursos arrecadados pelo Seguro Família Residencial 3+1 e Seguro de Vida com Assistência Funeral. Foram beneficiados o Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcionalidade (Iprede), com repasse de R\$ 51,6 mil, e o Hospital Batista Memorial, que recebeu R\$ 51,6 mil. Ambas as entidades têm sede em Fortaleza.

Doação de móveis e equipamentos – Anualmente é realizada a doação de móveis e equipamentos de informática para entidades sem fins lucrativos, a fim de auxiliar na manutenção de seus projetos. Em 2007, foram doados 335 móveis para oito instituições e 140 computadores para 13 entidades.

Crianças desaparecidas – Desde 2004, a Coelce dispõe de um espaço na conta de energia elétrica para a divulgação de imagens de crianças desaparecidas, que integram o cadastro da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará.

Arrecadação de fundos para entidades – Em 2007, 219 mil clientes da Coelce doaram valores simbólicos, mas que somaram R\$ 6,5 milhões e foram revertidos para entidades sem fins lucrativos. Esses recursos são autorizados pelos clientes para desconto na própria conta de energia. Em 2007, foram estabelecidas parcerias com 20 instituições, sendo que duas delas ainda estavam em processo de adequação do convênio no encerramento do ano.

GRI

EC8

DOAÇÕES PELA CONTA DE ENERGIA	
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA	2007 (R\$ MIL)
Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal (Abrame)	24
Centro Católico de Evangelização Shallon	374
Desafio Jovem do Ceará	55
Diocese de Tianguá - Santuário de Fátima de São Benedito	20
Entidade Filantrópica Raimundo Costa Sobrinho (Cidadão e Amor)	17
Escolinha de Futebol do Ceará Sporting Clube	71
Escolinha de Futebol do Ferroviário Atlético Clube	9
Escolinha de Futebol do Fortaleza Esporte Clube	165
Escolinha de Futebol do Icasa Esporte Clube	120
Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Ceará	817
Fraternidade de Aliança Toca de Assis	20
Fundação Especial Permanente Casa Esperança	12
Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)	302
Hospital e Maternidade José Pinto do Carmo (município de Baturité)	4
Instituto de Prevenção à Desnutrição e à Excepcionalidade (Iprede)	49
Instituto Moreira de Sousa*	0
Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza	3.567
Legião da Boa Vontade (LBV)	935
Pastoral da Criança*	0
Sociedade Hospitalar São Francisco de Canindé	1
Total Arrecadado **	6.562

* Entidades em processo de início de vigência do convênio, em dezembro de 2007.

** Valor arrecadado, descontados tributos e taxas administrativas.

Incentivo à leitura

Por meio do incentivo à leitura, o projeto Baú da Leitura investe, desde 2005, na disseminação do conhecimento em comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico. Cada comunidade atendida recebe um acervo com 300 livros infantis e infanto-juvenis. Durante a entrega, o mascote da Coelce, Lampinha, reforça a importância do hábito de ler.

Em parceria com o grupo Casa do Conto, as histórias são narradas de maneira lúdica a fim de estimular ainda mais o gosto pela leitura.

O projeto beneficiou 30 entidades, entre escolas públicas, ONGs e associações comunitárias, com investimento de R\$ 43 mil em 2007.

Oficinas de cidadania para filhos de colaboradores

Por meio de brincadeiras, criação de desenhos e exposições teóricas, os filhos de colaboradores da Coelce e de empresas parceiras participaram da Oficina de Cidadania e conheceram os direitos e deveres do cidadão, a importância da coleta seletiva e do uso eficiente da energia elétrica. As oficinas em 2007 aconteceram na sede da companhia em Sobral, Messejana, Dona Leopoldina e na Administração Central, em Fortaleza. Participaram 67 crianças.

Apoio aos direitos da criança e do adolescente

A Coelce destinou R\$ 601 mil (oriundos de 1% do Imposto de Renda devido), em 2007, para apoiar ações capazes de proporcionar um futuro melhor a crianças e jovens.

Dentre as iniciativas, destaca-se o Projeto MídiaCOM, desenvolvido em parceria com o Instituto Tecnológico e Vocacional (Iteva). Os alunos da rede pública de ensino do município de Aquiraz têm a oportunidade de participar de capacitação em comunicação digital e computação gráfica, além de organização produtiva para a geração de renda. Em dezembro de 2007, o MídiaCOM contava com 132 jovens participando do curso básico de comunicação digital e 40 em capacitação permanente de computação gráfica e comunicação digital avançada, com atividades remuneradas. Uma das metas alcançadas em 2007 foi a estruturação de uma cozinha para fornecer alimento com qualidade nutricional aos participantes. Em 2007 foram investidos R\$ 92 mil.

Além dos benefícios diretos citados, a participação da Coelce ajudou a ampliar a visibilidade e credibilidade do Projeto MídiaCOM, angariando novas instituições parceiras, tais como: Bolsa de Valores Social & Ambiental

(coordenada pela Bolsa de Valores de São Paulo); Organização Educacional Farias Brito; Unimed; e Microsol.

APOIO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
Centro Pediátrico do Câncer da Associação Peter Pan (APP)	Em 2007, os recursos foram destinados para a conclusão da segunda etapa de construção do Centro Pediátrico do Câncer, prédio com quatro pavimentos e 69 leitos. A associação desenvolve programas sociais com pacientes vítimas de câncer e suas famílias, contando com uma equipe de 14 empregados e mais de 200 voluntários.	32
Cursos do Instituto Programa Movimento de Integração Milenar (Promil)	Oferta de cursos de instalador-eletricista, instalador-bombeiro e secretariado, pelo Instituto Promil, de Fortaleza. Tem como público-alvo jovens de 14 a 18 anos oriundos de comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico, bem como egressos do sistema penitenciário. Com a parceria da Coelce, estima-se que a capacidade de atendimento passará de 200 para 400 jovens nos três cursos, no período de um ano.	125
Aprendendo com Arte, da Fundação Social Raimundo Fagner	Oficinas de música erudita (flauta, violão, percussão e canto coral), nas cidades de Fortaleza e Orós, para crianças e jovens em áreas de risco social. Ao final do curso, é realizada uma mostra com os resultados do trabalho desenvolvido nas oficinas. Em 2007, a instituição atendeu 15 crianças e adolescentes em Fortaleza e 200 em Orós.	22
Arte, Vida e Movimento, do Grupo Bailarinos de Cristo Amor e Doações (BCAD)	O Grupo oferece diversas atividades, como dança, teatro, computação, língua estrangeira (inglês) e natação, entre outras, além de alimentação aos participantes. São acompanhadas 380 crianças em quatro núcleos instalados em Fortaleza.	32
Plantando Sonhos, Colhendo Realidade, da Associação Comunitária da Caponga da Bernarda	O projeto, desenvolvido no município de Aquiraz, oferece a 30 crianças (7 a 14 anos), que se encontram em situação de trabalho penoso em canaviais, a oportunidade de participar de atividades socioeducativas e esportivas, em horários diferentes da escola. É realizado também o acompanhamento de suas famílias.	32
Ponto de Difusão Musical da Instituição Tapera das Artes	Promove cursos de violino, violão, pífano e teatro, beneficiando 475 crianças e adolescentes. Os jovens de Aquiraz também recebem capacitação para inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de <i>Web Design</i> (40 jovens) e 3D (20 jovens), aplicando tecnologias da comunicação e da informação no processo educativo.	32

APOIO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
Projeto Atos de Aprendiz do Conselho de Integração Social (Integrassol)	Desenvolvido em Fortaleza, possui como objetivo contribuir para o desenvolvimento socioprofissional e educacional de 100 estudantes de escolas públicas (16 e 17 anos) em situação de risco social, com orientação e qualificação profissional, visando à inserção dos mesmos no mercado do trabalho.	71
Escola de Comunicação da Serra (Ecos)	Coordenado pela Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga, o projeto Ecos objetiva contribuir para o desenvolvimento humano na região serrana do Maciço de Baturité, promovendo a inclusão digital, a cidadania cultural e a democratização dos meios de comunicação como ferramentas de acesso à cultura e ao conhecimento universais. Público beneficiado: 600 crianças, adolescentes e jovens.	100
Quiarte - Mostra de arte e Cultura de Quixeramobim do Núcleo de Produções Culturais (Nuproc)	Grande encontro de artistas, com apresentações de teatro, dança, circo e música e exposição de artes plásticas e fotografia. Também foram oferecidas 12 oficinas sobre a cultura tradicional popular, beneficiando diretamente 255 alunos, realizadas entre setembro e outubro de 2007.	32
Visagens do Desejo da Companhia de Dança do Ceará (Vidança)	O projeto beneficia 300 pessoas (crianças e adolescentes de 8 a 21 anos), de três bairros de Fortaleza, enfocando a dança como agente de transformação social. São realizadas aulas gratuitas de dança, percussão e capoeira, inspirados na cultura e nas tradições locais. Os alunos têm acesso também a oficinas de trabalhos manuais, de onde saem os figurinos e cenários usados em apresentações do grupo. As famílias se envolvem, participando de palestras e contribuindo na confecção do material usado nos espetáculos.	32
Total geral*		509

* Não incluídos R\$ 92 mil investidos no projeto MidiaCOM, apresentado com destaque no relatório, o que totalizaria R\$ 601 mil.

Apoio às atividades esportivas

Para a Coelce, o esporte é considerado uma ação social, contribuindo para a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e psíquico de seus praticantes. Em 2007, por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, apoiou o projeto Esporte para a Comunidade, que beneficia alunos de escolas públicas municipais e estaduais de Fortaleza, com idade entre 7 e 18 anos. Foram investidos R\$ 256 mil, possibilitando o apoio a atletas em início de carreira e a descoberta de novos talentos esportistas. Para 2008, será viabilizada a cobertura e a reforma geral de uma quadra poliesportiva para beneficiar os 300 alunos.

Projetos culturais

Em 2007, foram patrocinados 53 projetos que beneficiaram mais de 900 mil pessoas, totalizando investimento de R\$ 9,087 milhões, entre recursos próprios e oriundos do Sistema Estadual de Cultura (2% do ICMS a recolher) e da Lei Rouanet (até 4% do Imposto de Renda a recolher). Os projetos se enquadram nas categorias de artes cênicas, audiovisual, literatura, música e patrimônio imaterial.

Artes cênicas

PROJETO	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
Festival de Dança de Fortaleza	Evento anual que dissemina a dança e a cultura do Ceará por meio de espetáculos, cursos e palestras aos centros sociais, <i>shoppings</i> , praças, etc.	100
Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga	Reúne talentos de artes cênicas da Região Nordeste.	13
Memorial do Circo no Ceará	Resgate da história de 30 circos mambembes, que será transformado em livro a ser distribuído em bibliotecas e secretarias de cultura.	17
Teatro Celina Queiroz	Realização de evento em Fortaleza com a difusão da ciência, tecnologia e mostra de artes cênicas.	110
Total geral		240

Audiovisual

A Coelce promove o Projeto de Comunicação Educativa (PCE), que mantém centros de comunicação em três escolas da rede pública municipal de ensino nos municípios de Maranguape, Maracanaú e Fortaleza. A parceria com a ONG Encine permite a realização de atividades por meio de tecnologias de informação e comunicação, com noções de vídeo, programa de TV (Megafone) e de rádio, entre outros. O objetivo é contribuir significativamente para melhorar a qualidade do ensino, combatendo a evasão escolar, a defasagem idade-série e o analfabetismo.

O plano de intervenção escolar foi elaborado de forma ampla, a fim de elevar a motivação dos professores, o nível de aprendizagem e conhecimento dos alunos, a integração da escola com a comunidade e também funcionar como espaço vivencial de novas práticas escolares, baseada nos conceitos do educador Paulo Freire sobre a escola-cidadã.

Os resultados do PCE serão avaliados ao longo de dois anos, por meio de pesquisas do próprio projeto e do Prova Brasil. Em 2007, nas três escolas, foram beneficiados 30 professores e 90 alunos, diretamente, e uma média de 3 mil alunos indiretamente.

Outra iniciativa de destaque é o projeto Cine Coelce – Cinema na Praça, feito em parceria com a Universidade Federal do Ceará, por meio da Casa Amarela Eusélio Oliveira. Em 2007, foram promovidas 32 exibições de filmes em cidades cearenses e bairros da capital e região metropolitana. Também foram realizadas oficinas de animação com 200 crianças de dez bairros da periferia de Fortaleza, nas quais os jovens artistas tiveram a oportunidade de desenvolver pequenos filmes de animação sobre educação ambiental, reciclagem e uso seguro e eficiente da energia. O projeto tem como prioridade a disseminação de filmes produzidos no Ceará, patrocinados pela Coelce e premiados em edições do Cine Ceará – Festival Nacional de Cinema e Vídeo.



Evento de encerramento das oficinas de animação do projeto Cine Coelce

PROJETO	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
A Escola vai ao Cinema	Sessões de cinema para 16 mil alunos do ensino fundamental da escola pública, além de mostra de cinema para 4 mil pessoas no município de Sobral.	173
Cine Ceará - Festival Nacional de Cinema e Vídeo	Mostra anual de cinema nacional e ibero-americano, que busca projetar o Ceará como difusor e produtor de cinema e vídeo.	659
Cine Coelce Apresenta: Cinema na Praça	Sessões de cinema em locais públicos para comunidades de baixo desenvolvimento socioeconômico, com destaque para produções cearenses.	269
Festival Brasileiro do Audiovisual Universitário – Nóia	Festival anual, integrado por debates sobre temas ligados ao audiovisual; oficinas com profissionais locais e nacionais; exposição de fotografia universitária, mostras de vídeos e filmes <i>shows</i> ; e premiação.	25
Festival Latino-Americano de Curta Metragem de Canoa Quebrada	Festival com mostra competitiva de filmes e vídeos de curta-metragem, além de oficinas de capacitação profissional e mesas de debates com produtores do Brasil e do exterior.	50
Produção Cultural Audiovisual Cearense	Publicação de edição histórica comemorativa dos 80 anos do jornal O Povo e da edição do Anuário do Ceará, obra que apresenta um retrato do Estado.	200
Projeto Megafone	Centro de comunicação em três escolas da rede municipal de ensino, em Maranguape, Maracanaú e Fortaleza.	185
Redescobrimdo 80 anos do Povo Cearense	Programa de jornal e educação, desenvolvido pelo jornal O Povo em parceria com o Unicef, que enfatiza a formação pela informação, enfocando a leitura crítica dos meios de comunicação.	120
Restos de Deus Entre os Dentes	Em fase de produção, o longa-metragem retrata a temática de mulheres chefes de família, em cidade do interior nas décadas de 1950 e 1960.	80
Total geral		1.761

Literatura

A Coelce investiu R\$ 350 mil em 2007 na publicação de obras especiais que retratam a cultura, a culinária e os costumes do povo cearense, entre outros temas.

PROJETO	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
Casa do Conto	Núcleos de narradores de histórias que, utilizando histórias e jogos educativos, despertam em crianças e adolescentes o interesse pela leitura.	84
Cozinha Tropical Cearense	Livro que reúne receitas da culinária local.	18
Floresta Nacional do Araripe	Livro com fotografias e textos sobre as riquezas naturais e culturais desse ecossistema.	70
Intervalo – O Jornal do Estudante	Jornal dirigido ao público estudantil, dos 12 aos 18 anos, de escolas públicas, elaborado pelos próprios estudantes.	54
A História do Rádio	Livro que contempla a evolução do rádio no Ceará e no Brasil.	5
Artesanato em Cor	Livro sobre o artesanato cearense, com divulgação do material produzido pelos artistas locais.	62
Soldado da Borracha: Uma História do Ceará e do Acre	Obra que relata, com depoimentos, artigos, fotos e mapas, a história da saga dos Soldados da Borracha, que saíram de Fortaleza para a Amazônia, em 1943, alistados pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.	35
Padre Cícero e a Invenção de Juazeiro	Livro sobre a cidade de Juazeiro do Norte, com enfoque especial na vida do Padre Cícero Romão Batista.	22
Total geral		350

Música

PROJETO	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
Asas da Poesia	CD do cantor e compositor cearense Gildário de Assaré, com poemas do mestre da cultura popular Patativa do Assaré.	7
Jorge Cardoso - Bandolim do Brasil	O CD divulga o trabalho instrumental de vários músicos cearenses de projeção no cenário nacional.	22
Ceará Natal de Luz	Festejos natalinos realizados em Fortaleza, envolvendo decoração natalina e canto de coral em praças públicas, apresentações de bandas, solistas, orquestras e pastoris.	75
Dragão Musical	Show musical no período de romaria do município de Canindé.	110
Fábrica do Blues - Diálogos Musicais	Shows de blues para o público de Fortaleza, promovendo o intercâmbio entre artistas locais e nacionais.	28
Feira da Música de Fortaleza	Evento anual que reúne os diversos segmentos do mercado musical, abrangendo indústria, atacado, varejo e consumidor final, com o objetivo de atrair negócios e investimentos para a indústria fonográfica do Nordeste e fomentar o turismo da região baseado no entretenimento musical.	180

PROJETO (CONT.)	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga	Festival anual para difundir esses estilos musicais.	175
Festival de Violas, Versos e Repentes	Festival anual, realizado em Fortaleza, para homenagear os cantadores nordestinos, considerados patrimônio da arte da viola, bem como valorizar a cantoria como um dos mais ricos segmentos da cultura popular regional.	81
Festival Eleazar de Carvalho	Realizado na capital cearense, o evento dissemina a música clássica para a população cearense de forma gratuita, em concertos diários, além de apresentação de encerramento com a nona sinfonia de Beethoven.	166
Mostra Brasileira de Música Antiga	Mostra de música antiga, realizada em Araripe, que abrange concertos, oficinas, cursos de capacitação profissional em diversos instrumentos e intercâmbio de artistas nacionais.	50
Musicanto	Manutenção de uma escola de música instrumental (violão, teclado, saxofone e flauta doce), no município de Independência. Também reverte recursos para a Fundação Senhor Pires, que investe em educação e cultura.	8
Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho	Formação de platéia em música erudita, de acordo com o Plano Estadual de Música da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. O repertório da orquestra é basicamente erudito, porém há a inclusão de obras folclóricas e populares. A programação inclui concertos de caráter didático (ensaio aberto ao público e matinal erudita) e beneficente em prol de entidades sociais.	479
Quarta da Cultura no Centro	Apresentação de artistas cearenses e outros de renome nacional, realizada em Fortaleza, na última quarta-feira do mês, com o objetivo de valorizar e incentivar músicos cearenses.	35
Show 25 anos Iguatemi	Evento com atração musical nacional em comemoração aos 25 anos do Shopping Iguatemi, em Fortaleza.	20
Total geral		1.436

Patrimônio imaterial

GRI	PROJETO	DESCRIÇÃO	2007 (R\$ MIL)
EC8	Centro Histórico de Sobral	Instalação de redes de energia elétrica e de telefonia subterrâneas, a fim de valorizar o centro histórico do município de Sobral, tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.	200
	Construção do Ceará	Livro que aborda os 400 anos da história da criação do Estado do Ceará, em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos.	180
	Cultura e o Mundo Amanhã	Registro em DVD e livro do fórum A Cultura e o Mundo Amanhã, evento que promove o debate da cultura como fator estratégico para o desenvolvimento.	300
	Festival de Quadrilha Regional de Camocim	Encontro de diversos grupos folclóricos da região, com quadrilhas juninas, fomentando as raízes da cultura nordestina.	100
	Juá Forró - A Maior Festa Junina do Ceará	Evento realizado no município de Juazeiro do Norte, com apresentações de artistas locais e nacionais.	120
	São João de Maracanaú	Festival de quadrilhas juninas, realizado em Maracanaú, com duração de dez dias.	132
	Tamboril Fest	Mostra multicultural que reúne grupos de músicas, teatro, dança, circo e folclore no município de Tamboril.	80
	Total geral		1.112

Metas sociais

Metas de 2007

Atender 24 instituições com o programa Baú de Leitura.	Meta superada em 25%
Iteva: Capacitar 120 jovens no curso básico de comunicação digital e incorporar 40 deles para capacitação permanente em computação gráfica e comunicação digital avançada, com remuneração.	Meta superada em 10%.
Energia Social: Implantar o projeto em seis comunidades de Fortaleza.	Meta atingida

Metas para 2008

Atender 30 instituições com o Baú de Leitura.
Realizar o projeto Cine Coelce - Cinema na Praça em 30 comunidades cearenses.
Energia Social: Desenvolver o projeto em 15 comunidades de Fortaleza e municípios do interior do estado.
Realizar treinamento de 600 colaboradores na temática de sustentabilidade.
Instituir projeto de educação profissionalizante com o Corpo de Bombeiros Militar, para formação de 500 eletricitas e bombeiros-hidráulicos.

Premiações e reconhecimentos



Comemoração pela conquista do Prêmio Abradee (Nordeste) e reconhecimento pelo Guia Exame Você S/A como uma das 150 Melhores Empresas para se trabalhar no Brasil, ambos pelo segundo ano consecutivo.

GRI
2.10

- Prêmio Abradee 2007: eleita a melhor distribuidora de energia elétrica do Nordeste, pelo segundo ano consecutivo, e a sétima do Brasil. Também foi reconhecida como a terceira melhor distribuidora de energia elétrica do País, na categoria Responsabilidade Social.
- Guia Exame-Você S/A: pelo segundo ano consecutivo, integrou o *ranking* das 150 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil.
- Selo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas): reconhecimento pela qualidade das informações do balanço social em 2007, 2006 e 2005.
- Prêmio Fundação Coge 2007: 1º lugar com o projeto Coelce Solidária com a Saúde Pública, na categoria Ações Ambientais.
- Prêmio Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas): Relatório Anual – 9ª posição no *ranking* nacional e a terceira entre as empresas de energia.
- Prêmio Contribuintes do Ceará 2007: reconhecimento e valorização das empresas que contribuíram com o desenvolvimento estadual, por meio do recolhimento correto e regular do ICMS. Iniciativa do governo do Estado, em parceria com o Sistema Verdes Mares.
- Prêmio Delmiro Gouveia: premiada como a Maior Empresa do Estado do Ceará; Melhor Desempenho Econômico-Financeiro e Melhor Contabilista. A iniciativa é promovida pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) no Ceará e pelo jornal *O Povo*, com o objetivo de destacar o desempenho das empresas cearenses nos setores econômico e social.

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa: pelo segundo ano consecutivo, a Coelce faz parte do seleto grupo de empresas reconhecidas nacionalmente por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.
- Valor Econômico: por conta de seu desempenho econômico-financeiro, integrou o *ranking* das 1.000 maiores empresas do Brasil, do *Valor 1.000*, publicação especial do jornal *Valor Econômico*. A companhia ocupou o 135º lugar dentre as empresas brasileiras e a primeira posição no Estado do Ceará.
- Prêmio Fiec (Federação das Indústrias do Estado do Ceará) por Desempenho Ambiental 2007: 1ª colocada na categoria Integração com a Sociedade, com o programa Ecoelce.
- Prêmio Consumidor Moderno: iniciativa organizada pelo Grupo Padrão, que identifica e difunde as empresas que privilegiam a excelência no atendimento ao cliente. A Coelce foi a 2ª colocada na categoria Energia Elétrica, em 2007.
- Prêmio Top of Quality de Ambientação: entregue pela Ordem dos Parlamentares do Brasil (OPB) em reconhecimento pelo constante trabalho da companhia na proteção ao meio ambiente.

BALANÇO SOCIAL ANUAL (IBASE)

1 - BASE DE CÁLCULO

	2007 VALOR (MIL REAIS)			2006 VALOR (MIL REAIS) ⁽¹⁾		
Receita líquida (RL)			1.702.377			1.567.575
Resultado operacional (RO)			344.075			354.813
Folha de pagamento bruta (FPB)			121.551			113.058

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	4.770	3,92%	0,28%	4.310	3,81%	0,27%
Encargos sociais compulsórios	23.058	18,97%	1,35%	23.410	20,71%	1,49%
Previdência privada	8.862	7,29%	0,52%	9.167	8,11%	0,58%
Saúde	5.647	4,65%	0,33%	5.452	4,82%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	182	0,15%	0,01%	211	0,19%	0,01%
Educação	561	0,46%	0,03%	246	0,22%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.544	2,09%	0,15%	2.019	1,79%	0,13%
Creches ou auxílio-creche	799	0,66%	0,05%	678	0,60%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	6.409	5,27%	0,38%	7.653	6,77%	0,49%
Vale-transporte	378	0,31%	0,02%	475	0,42%	0,03%
Outros	2.718	2,24%	0,16%	1.324	1,17%	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	55.928	46,01%	3,29%	54.945	48,60%	3,51%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Educação	54	0,02%	0,00%	114	0,03%	0,01%
Cultura	9.087	2,64%	0,53%	7.670	2,16%	0,49%
Esporte	256	0,07%	0,02%	0	0,00%	0,00%
Outros	143.917	41,83%	8,45%	146.762	41,36%	9,36%
Total das contribuições para a sociedade	153.314	44,56%	9,01%	154.546	43,56%	9,86%
Tributos (excluídos encargos sociais)	620.340	180,29%	36,44%	627.165	176,76%	40,01%
Total - Indicadores sociais externos	773.654	224,85%	45,45%	781.711	220,32%	49,87%

4 - INDICADORES AMBIENTAIS

	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR (MIL)	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	9.274	2,70%	0,54%	10.744	3,03%	0,69%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	11.748	3,41%	0,69%	6.285	1,77%	0,40%
Total dos investimentos em meio ambiente ⁽²⁾	21.022	6,11%	1,23%	17.029	4,80%	1,09%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos,

não possui metas ○

não possui metas ○

o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na

cumpre de 0 a 50% ○

cumpre de 0 a 50% ○

utilização de recursos naturais, a empresa

cumpre de 51 a 75% ○

cumpre de 51 a 75% ○

cumpre de 76 a 100% ●

cumpre de 76 a 100% ●

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2007	2006
Nº de empregados (as) ao final do período	1.297	1.313
Nº de admissões durante o período	62	37
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	6.837	6.376
Nº de estagiários (as)	176	193
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	550	505
Nº de mulheres que trabalham na empresa	277	277
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	20,75%	25,00%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	367	372
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	19,81%	20,00%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais ⁽³⁾	50	48

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL

		2007	METAS 2008
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		19,36 vezes	19,36 vezes
Número total de acidentes de trabalho ⁽⁴⁾		19	3
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	2007: <input type="radio"/> direção	<input checked="" type="radio"/> direção e gerências	<input type="radio"/> todos(as) empregados(as)
	2008: <input type="radio"/> direção	<input checked="" type="radio"/> direção e gerências	<input type="radio"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	2007: <input type="radio"/> direção e gerências	<input type="radio"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="radio"/> todos(as) + Cipa
foram definidos por:	2008: <input type="radio"/> direção e gerências	<input type="radio"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="radio"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e	2007: <input type="radio"/> não se envolve	<input type="radio"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="radio"/> incentiva e segue a OIT
à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	2008: <input type="radio"/> não se envolve	<input type="radio"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="radio"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	2007: <input type="radio"/> direção	<input type="radio"/> direção e gerências	<input checked="" type="radio"/> todos(as) empregados(as)
	2008: <input type="radio"/> direção	<input type="radio"/> direção e gerências	<input checked="" type="radio"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	2007: <input type="radio"/> direção	<input type="radio"/> direção e gerências	<input checked="" type="radio"/> todos(as) empregados(as)
	2008: <input type="radio"/> direção	<input type="radio"/> direção e gerências	<input checked="" type="radio"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e	2007: <input type="radio"/> não são considerados	<input type="radio"/> são sugeridos	<input checked="" type="radio"/> são exigidos
de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	2008: <input type="radio"/> não são considerados	<input type="radio"/> são sugeridos	<input checked="" type="radio"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas	2007: <input type="radio"/> não se envolve	<input type="radio"/> apóia	<input checked="" type="radio"/> organiza e incentiva
de trabalho voluntário, a empresa:	2008: <input type="radio"/> não se envolve	<input type="radio"/> apóia	<input checked="" type="radio"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	2007: na empresa ⁽⁵⁾ 376.989	no Procon 724	na Justiça ⁽⁶⁾ 1.683
	2008: na empresa ⁽⁵⁾ 339.290	no Procon 586	na Justiça ⁽⁶⁾ 1.835
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	2007: na empresa ⁽⁵⁾ 98%	no Procon 95%	na Justiça ⁽⁶⁾ 72 %
	2008: na empresa ⁽⁵⁾ 98%	no Procon 98%	na Justiça ⁽⁶⁾ 50%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007: 1.283.814	Em 2006: 1.376.907	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	2007: 61 % governo 6 % pessoal 8 % terceiros 19 % acionista 5 % retido	2006: 62% governo 5% pessoal 8% terceiros 21% acionista 3% retido ⁽⁷⁾	

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- (1) A Receita Líquida de 2006 foi modificada em decorrência da incorporação de alterações introduzidas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, no qual passou a considerar como deduções de Receita Operacional os encargos Conta de Consumo de Combustível-CCC; Conta de Desenvolvimento Energético- CDE, Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento.
- (2) Foram incluídos novos indicadores no Balanço Social de 2007 com reflexos na demonstração de 2006, no valor total dos investimentos em meio ambiente.
- (3) Do total de 1.297 empregados da COELCE, 50 são portadores de necessidades especiais. Os empregados que trabalham em atividades com alto grau de risco (eletrotécnicos-246; eletricitistas- 321; e operadores de subestação- 37) não compõem a base de cálculo para o percentual de portadores da companhia, hoje 7,2%.
- (4) Embora o valor apresentado em 2007 seja o total de acidentes com e sem afastamento, a meta apresentada só revela o valor de acidentes com afastamento. Isso decorre da empresa não estabelecer metas para acidentes sem afastamento.
- (5) O valor envolve todos os registros de reclamações conforme Resolução ANEEL nº 382/98.
- (6) As quantidades e percentuais foram apresentados considerando as reclamações e críticas do período citado. Nos anos anteriores esses quantitativos referiam-se à discussão de mérito e seus respectivos recursos judiciais interpostos em que os números realizados e suas respectivas metas referiam-se ao acúmulo de reclamações e críticas até o referido período.
- (7) Alteração no percentual do valor retido de 2006 em decorrência de inclusão dos Incentivos Fiscais.

CNPJ: 07.047.251/0001-70 Setor Econômico: Energético- categoria Distribuição UF da sede da empresa: Ceará

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas:

Karla Jeanny Falcão Carioca, (85) 3216-1238, karla@coelce.com.br

"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual da criança ou adolescente e não está envolvida em corrupção."

"Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."

GRI

EC1

GRI

SUMÁRIO GRI E CORRELAÇÃO COM O PACTO GLOBAL

3.12	CORRESPONDÊNCIA COM PACTO GLOBAL	PRINCÍPIO PACTO GLOBAL	PÁG.
	Visão e estratégia		
1.1	Declaração do diretor-presidente		10, 11
1.2	Principais impactos, riscos e oportunidades		28, 30, 33, 164
	Perfil organizacional		
2.1	Nome da organização		3
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços		3
2.3	Estrutura operacional		3
2.4	Localização da sede		3
2.5	Número de países em que opera		3
2.6	Tipo e natureza jurídica		3
2.7	Mercados atendidos		3
2.8	Porte da organização		3, 7
2.9	Principais mudanças referentes a porte, estrutura ou participação acionária		3
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório		127
	Perfil do relatório		
3.1	Período coberto pelo relatório		5
3.2	Data do relatório anterior		5
3.3	Ciclo de emissão de relatórios		4
3.4	Dados para contato		6
	Escopo e limite do relatório		
3.5	Processo para definição do conteúdo		5
3.6	Limite do relatório		5
3.7	Limitações quanto ao escopo ou limite		4
3.8	Base para consideração de <i>joint ventures</i> e subsidiárias		5
3.9	Técnicas de medição de dados		5
3.10	Reformulações de informações publicadas anteriormente		4
3.11	Mudanças no escopo, limites ou método de medição		4
3.12	Sumário de conteúdo GRI		130
3.13	Verificação externa de dados		5

	CORRESPONDÊNCIA COM PACTO GLOBAL	PRINCÍPIO PACTO GLOBAL	PÁG.
	Governança, compromissos e engajamento		
4.1	Estrutura de governança		15
4.2	Presidência do Conselho de Administração		17
4.3	Membros independentes ou não-executivos no Conselho de Administração		15
4.4	Mecanismos para recomendações a órgãos de governança		17
4.5	Relação entre remuneração e desempenho da organização		17, 18
4.6	Processos para evitar conflitos de interesse		15
4.7	Processos para qualificações dos membros do Conselho de Administração		Não há processo estruturado
4.8	Missão, Visão, Princípios, Valores e Código de Conduta		contracapa, 19
4.9	Supervisão do desempenho econômico, social e ambiental		15
4.10	Auto-avaliação do desempenho do Conselho de Administração		17
	Compromissos com iniciativas externas		
4.11	Princípio da precaução	7	30
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas		21
4.13	Participação em associações		25
	Engajamento dos <i>stakeholders</i>		
4.14	Relação dos grupos engajados pela empresa		23 e 25
4.15	Base para identificação e seleção		23 e 25
4.16	Abordagens para o engajamento		23 e 25
4.17	Principais temas e preocupações		26 e 27

INDICADORES DE DESEMPENHO

DMA: sigla em inglês para *Disclosure on Management Approach*, que traz as referências específicas sobre as formas de gestão da companhia para cada categoria de indicadores GRI.

	CORRESPONDÊNCIA COM PACTO GLOBAL	PRINCÍPIO PACTO GLOBAL	COMENTÁRIO/ MATERIALIDADE	PÁG.
DESEMPENHO ECONÔMICO				
ES	DMA		05, 06, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 38 e 171	
ES	EC1 Valor econômico gerado e distribuído			48, 129
ES	EC2 Riscos e oportunidades relacionados a mudanças climáticas	7		91
ES	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão			78, 162, 163
	EC4 Ajuda financeira recebida do governo			43, 54
AD	Presença de mercado			
ES	EC5 Proporção entre salário mais baixo e salário mínimo	7		77
ES	EC6 Políticas e gastos com fornecedores locais			24, 27, 49
	EC7 Procedimentos para contratação local	6		50
ES	Impactos econômicos indiretos			
AD	EC8 Investimentos em infra-estrutura para benefício público			56, 116, 125, 152, 153
	EC9 Impactos econômicos indiretos significativos			107, 115
DESEMPENHO AMBIENTAL				
	DMA		05, 06, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 92, 96, 101 e 102	
ES	Materiais			
ES	EN1 Materiais usados	8		98
	EN2 Materiais provenientes de reciclagem	8 e 9		97
ES	Energia			
ES	EN3 Consumo de energia direta	9		98
AD	EN4 Consumo de energia indireta	9		100
AD	EN5 Energia economizada	8 e 9		-
AD	EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	9		110, 113
	EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta	8 e 9		100
ES	Água			
AD	EN8 Total de água por fonte	8		101
AD	EN9 Fontes hídricas afetadas	8		101
	EN10 Percentual de água reciclada e reutilizada	8 e 9		101
ES	Biodiversidade			
ES	EN11 Localização e tamanho de área possuída	8		94
AD	EN12 Impactos na biodiversidade	8		93, 97
AD	EN13 Habitats protegidos ou restaurados	8		94
AD	EN14 Gestão de impactos na biodiversidade	8		94
	EN15 Número de espécies ameaçadas	8		98

ES Essencial **AD** Adicional

Emissões, efluentes e resíduos

ES	EN16 Total de emissões de gases de efeito estufa	8	101, 102
ES	EN17 Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa	8	102
AD	EN18 Iniciativas para reduzir emissões de gases do efeito estufa	7, 8 e 9	102
ES	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio	8	102
ES	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas	8	101, 102
ES	EN21 Descarte total de água	8	A Coelce não gera efluentes na atividade de distribuição
ES	EN22 Peso, tipo e destinação de resíduos	8	96, 97
ES	EN23 Derramamentos significativos	8	96
AD	EN24 Resíduos transportados	8	96
AD	EN25 Identificação e status de proteção de fontes hídricas	8	Não é feito o monitoramento

Produtos e serviços

ES	EN26 Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços	7, 8 e 9	92, 94
ES	EN27 Produtos e embalagens recuperados	8 e 9	Não aplicável pela natureza da atividade da Coelce, que atua como distribuidora de energia elétrica e, portanto, não utiliza embalagens em seu produto final.

Conformidade

ES	EN28 Valor monetário de multas significativas	8 e 9	94
----	---	-------	----

Transporte

AD	EN29 Impactos do transporte	8 e 9	96
----	-----------------------------	-------	----

Geral

AD	EN30 Investimento em proteção ambiental	7, 8 e 9	93
----	---	----------	----

DESEMPENHO SOCIAL

PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE

DMA

05, 06, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 30, 50, 71, 88 e 89

Emprego

ES	LA1 Trabalhadores por tipo de emprego e região		73, 88
ES	LA2 Rotatividade	6	75
AD	LA3 Benefícios a empregados		77

Relações com a empresa

ES	LA4 Acordos de negociação coletiva	1, 3	76
ES	LA5 Prazo para notificação sobre mudanças na operação	3	76

Saúde e segurança

AD	LA6 Representação em comitês de saúde e segurança	1, 3	81
ES	LA7 Acidentes e doenças ocupacionais	1	83
ES	LA8 Educação e treinamento	1	82, 84, 85
AD	LA9 Saúde e segurança em acordos com sindicatos	1	76

Treinamento e educação

ES	LA10 Horas de treinamento	6	72
AD	LA11 Gestão de competências e aprendizagem contínua		71, 79
AD	LA12 Análise de desempenho		71,75

ES Essencial AD Adicional

Diversidade e igualdade de oportunidades

ES	LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança	1, 6	18, 74, 75
ES	LA14 Proporção de salários entre homens e mulheres	1, 6	77

DIREITOS HUMANOS

DMA

05, 06, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 28, 30, 50, 76 e 88

Investimentos e processos de compra

ES	HR1 Contratos de investimentos com cláusulas de Direitos Humanos	1, 2, 3, 4, 5 e 6	19
ES	HR2 Contratos de fornecedores com cláusulas de Direitos Humanos	1, 2, 3, 4, 5 e 6	19
AD	HR3 Treinamento em Direitos Humanos	1, 2, 3, 4, 5 e 6	19

Não-discriminação

ES	HR4 Casos de discriminação e medidas tomadas	1, 2 e 6	20
----	--	----------	----

Liberdade de associação e negociação coletiva

ES	HR5 Operações com risco à liberdade de associação e negociação coletiva	1, 2 e 3	76
----	---	----------	----

Trabalho infantil

ES	HR6 Operações com risco de trabalho infantil	1, 2 e 5	19, 75
----	--	----------	--------

Trabalho forçado ou escravo

ES	HR7 Operações com risco de trabalho forçado ou análogo	1, 2 e 4	19
----	--	----------	----

Práticas de segurança

AD	HR8 Treinamento da segurança em direitos humanos	1 e 2	19
----	--	-------	----

Direitos indígenas

AD	HR9 Direitos dos povos indígenas	1 e 2	Pouco relevante pela análise de materialidade. No Estado do Ceará existem sete áreas indígenas, que reúnem uma população de cerca de 5 mil pessoas, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Nessas áreas, não há instalações da Coelce
----	----------------------------------	-------	--

SOCIEDADE

DMA

05, 06, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 28, 30 e 31

Comunidade

ES	SO1 Gestão do impacto das operações nas comunidades		55
----	---	--	----

Corrupção

ES	SO2 Avaliação de risco relacionado à corrupção	10	22
ES	SO3 Treinamento em políticas anticorrupção	10	22
ES	SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10	20

Políticas públicas

ES	SO5 Participação na elaboração de políticas públicas e lobbies	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10	22, 91
AD	SO6 Contribuições a partidos políticos		19, 22

Concorrência desleal

AD	SO7 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio		Não foram registradas
----	--	--	-----------------------

Conformidade

ES	SO8 Multas e sanções não-monetárias por não-conformidade a leis e regulamentos		Não foram registradas
----	--	--	-----------------------



ES Essencial AD Adicional

RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO

DMA		05, 06, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 28, 29, 31, 38, 53, 63, 67 e 107		
Saúde e segurança do cliente				
PR1	Avaliação de melhoria ao longo do ciclo de vida dos produtos	1		67
PR2	Casos de não-conformidade em relação a códigos voluntários relacionados à saúde e segurança do consumidor	8	Não foram registradas	
Rotulagem de produtos e serviços				
PR3	Procedimentos de rotulagem de produtos e serviços	1		63
PR4	Não-conformidades em relação à rotulagem	8		63
PR5	Práticas e pesquisas relacionadas à satisfação do cliente			59, 65
Comunicação de marketing				
PR6	Adesão a leis, normas e códigos voluntários de comunicação e marketing			63
PR7	Não-conformidade com códigos voluntários de marketing			63
Privacidade do cliente				
PR8	Reclamações relacionadas à violação da privacidade de clientes	1		63
Conformidade				
PR9	Multas relacionadas ao fornecimento e uso dos produtos e serviços			67

ES Essencial AD Adicional

NÍVEL DE APLICAÇÃO GRI

	C	C+	B	B+	A	A+
Autodeclarado		aud itado externamente		aud itado externamente		aud itado externamente
Examinado por terceiros						
Examinado pela GRI						

Demonstrações financeiras e notas explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas explicativas	2007	2006 Reclassificado
CIRCULANTE			
Numerário disponível		12.354	24.414
Aplicações financeiras	4	10	40.238
Consumidores, concessionários e permissionários	5 e 6	565.714	548.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 e 6	(213.428)	(146.285)
Baixa renda	7	26.031	27.812
Serviços em curso		14.525	16.060
Estoques		511	834
Devedores diversos		5.770	4.091
Tributos a compensar	8	55.424	54.830
Depósitos vinculados	9	16.967	12.884
Tributos diferidos	10	95.687	26.760
Provisão Luz para todos		76.234	-
Despesas pagas antecipadamente	11	115.145	68.954
Outros créditos	12	23.023	20.131
Total do ativo circulante		793.967	698.829
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Consumidores, concessionários e permissionários	5 e 6	36.507	104.521
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5 e 6	-	(16.917)
Depósitos vinculados a litígios	19	21.668	25.269
Tributos a compensar	8	47.976	27.456
Depósitos vinculados	9	14.987	25.067
Tributos diferidos	10	20.791	87.771
Despesas pagas antecipadamente	11	90.681	167.835
Outros	12	280	282
Total do realizável a longo prazo		232.890	421.284
Investimentos		235	250
Imobilizado	13	1.542.026	1.387.975
Diferido		8.793	2.255
Total do não circulante		1.783.944	1.811.764
TOTAL DO ATIVO		2.577.911	2.510.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	Notas explicativas	2007	2006 Reclassificado
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	241.753	174.667
Folha de pagamento		6.460	5.321
Encargos de dívidas	16	4.291	5.035
Empréstimos e financiamentos	16	206.556	97.841
Tributos e contribuições sociais	15	54.972	54.715
Taxas regulamentares	17	10.294	18.337
Participações dos empregados		6.409	7.653
Dividendos a pagar	22	245.977	226.173
Juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte	22	-	49.995
Taxa de iluminação pública arrecadada		10.454	7.993
Obrigações estimadas 13o Salário e Férias		8.958	7.801
Provisão para contingências	19	769	574
Provisão devolução Baixa Renda	7	25.788	60.000
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	13.987	4.063
Transações com partes relacionadas	18	101.815	78.197
Tributos diferidos	10	69.402	62.100
Programa pesquisa & desenvolvimento - Eficiência energética	13	38.181	42.713
Outras obrigações	20	45.579	27.143
Total do passivo circulante		1.091.645	930.321
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	-	37.330
Tributos e contribuições sociais	15	8.442	8.664
Empréstimos e financiamentos	16	354.524	386.125
Provisão para contingências	19	74.457	79.792
Obrigações com benefícios pós-emprego	24	49.930	72.888
Transações com partes relacionadas	18	104.546	125.773
Tributos diferidos	10	39.971	78.667
Outras obrigações	20	3.947	10.569
Total do não circulante		635.817	799.808
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
Capital social		433.057	433.057
Reservas de capital		368.541	298.556
Reserva de lucros		48.845	48.845
		850.443	780.458
Recursos destinados a aumento de capital		6	6
Total do patrimônio líquido		850.449	780.464
TOTAL DO PASSIVO		2.577.911	2.510.593

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expressos em reais)

DRE	Notas explicativas	2007	2006 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica			
Consumidores, concessionários e permissionários	26	2.216.455	2.290.599
Baixa renda	26	173.359	99.675
Reposicionamento revisão tarifária	26	(22.464)	(35.749)
Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005	26	-	(35.692)
Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras	26	(1.867)	-
Recuperação perda de receita racionamento	26	(55.685)	(57.677)
Recuperação energia livre - Geradoras	26	(19.492)	(25.090)
Suprimento de energia elétrica	26	11.749	12.731
Receita de uso da rede elétrica	26	45.695	46.081
Outras receitas	26 e 27	83.597	42.082
Total de receita operacional		2.431.347	2.336.960
		1.372.634	
Deduções à receita operacional			
ICMS	26	(501.577)	(514.217)
COFINS	26	(96.012)	(90.818)
PIS	26	(21.421)	(21.291)
ISS	26	(1.331)	(839)
Quota para reserva global de reversão	26	(23.156)	(17.982)
Conta de consumo de Combustíveis fósseis	26	(58.160)	(93.272)
Conta de desenvolvimento energético	26	(13.254)	(12.505)
Prog. de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	26	(14.055)	(17.976)
Encargo de capacidade/Aquisição emergencial	26	(4)	(485)
Total de deduções à receita operacional	26	(728.970)	(769.385)
Total de receita operacional líquida	26	1.702.377	1.567.575
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	29	(815.939)	(714.966)
Energia elétrica comprada para revenda-Ativo Transmissoras29		(5.057)	-
Encargos de uso da rede de transmissão	29	(57.087)	(68.753)
Encargos de uso da rede de transmissão-Ativo Transmissoras29		6.924	-
Total do custo com energia elétrica		(871.159)	(783.719)
Custo de operação			
Pessoal	29	(66.730)	(62.050)
Entidade de previdência privada	29	(8.862)	(9.167)
Material	29	(9.202)	(6.388)
Serviços de terceiros	29	(117.196)	(95.058)
Depreciação e amortização	29	(93.470)	(92.568)
Outras	29	(5.146)	(5.475)
Total do custo da operação		(300.606)	(270.706)
Total do custo do serviço de energia elétrica		(1.171.765)	(1.054.425)

Custo do serviço prestado a terceiros	29	(11.356)	(5.184)
Lucro operacional bruto		519.256	507.966
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	29	(28.749)	(27.704)
Despesas gerais e administrativas	29	(50.289)	(34.213)
Amortização/Reversão do ágio oriundo da incorporação	29	(15.220)	(15.033)
Taxa de fiscalização ANEEL	29	(4.407)	(3.667)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	(59.378)	(7.180)
Provisão para contingências	29	(6.136)	5.113
Outras	29	(3.166)	(2.221)
Total despesas operacionais		(167.345)	(84.905)
Resultado do serviço público de energia elétrica	29	351.911	423.061
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Renda de aplicações financeiras		10.759	12.563
Acréscimo moratório em conta de energia		35.104	37.542
Atualização perda de receita racionamento		18.403	34.141
Encargos de dívidas		(44.859)	(73.252)
Variações monetárias		(16.378)	(4.944)
Juros sobre o capital próprio	22	-	(57.500)
Outras		(10.865)	(16.798)
Total das receitas(despesas) financeiras	29	(7.836)	(68.248)
Resultado operacional		344.075	354.813
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS			
	30	16.502	845
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
	30	(3.447)	-555
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda, participação e reversão dos juros sobre o capital próprio	23	357.130	355.103
Contribuição social	23	(36.135)	(35.452)
Imposto de renda	23	(100.684)	(91.270)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	30.398	17.872
Lucro líquido antes das partipações e da reversão dos juros sobre capital próprio		250.709	246.253
Participação nos lucros	23 e 31	(5.958)	(5.495)
Lucro líquido da reversão dos juros sobre capital próprio		244.751	240.758
Reversão dos juros sobre o capital próprio	22	-	57.500
Lucro líquido do exercício		244.751	298.258
Lucro líquido do exercício por ação - R\$		3,14	3,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expressos em reais)

	Capital social	Reserva de ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Doações e Subvenções para investimento	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Subtotal	Recursos destinados a aumento de capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	433.057	221.188	31.160	14.576	33.932	-	733.913	6	733.919
Doações e subvenções para investimento	-	-	-	31.632	-	-	31.632	-	31.632
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	298.258	298.258	-	298.258
Proposta de destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	14.913	(14.913)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,37 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(57.500)	(57.500)	-	(57.500)
Dividendos propostos (R\$ 1,45 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(225.845)	(225.845)	-	(225.845)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	433.057	221.188	31.160	46.208	48.845	-	780.458	6	780.464
Doações e subvenções para investimento	-	-	-	69.985	-	-	69.985	-	69.985
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	244.751	244.751	-	244.751
Proposta de destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos (R\$ 3,14 por ação)	-	-	-	-	-	(244.751)	(244.751)	-	(244.751)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	433.057	221.188	31.160	116.193	48.845	-	850.443	6	850.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS		
Das operações:		
Lucro líquido do exercício	244.751	298.258
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Recomposição tarifária de longo prazo	(14.276)	(30.650)
Baixa de depósitos vinculados a litígio	2.515	(153)
Provisão perda de receita - racionamento	-	348
Depreciação e amortização	109.526	94.530
Amortização do ágio oriundo da incorporação	15.220	15.033
Variação monetária e cambial de longo prazo	47	2.685
Custo líquido dos bens baixados do ativo imobilizado	1.591	2.389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.088)	(3.045)
Provisão para contingências	807	(5.155)
Despesas antecipadas	(14.486)	(132.104)
Baixa Deficit Atuarial	(16.289)	-
Outros	24.517	16.817
Total das operações que não afetam o capital circulante líquido	348.835	258.953
De terceiros:		
Financiamentos obtidos	97.627	92.180
Obrigações vinculadas à concessão	132.488	79.350
Depreciação de obrigações vinculadas à concessão	(13.668)	-
Transferências de ativos de longo prazo para circulante	339.073	219.900
Transferências de passivo de curto prazo para o longo prazo	214.171	219.144
Baixa de investimentos	-	20
Doações e subvenções para investimento	69.985	31.632
Total de operações de terceiros	839.676	642.226
Total das origens de recursos	1.188.511	901.179

	2007	2006
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
No realizável a longo prazo	136.170	113.079
No imobilizado	399.025	343.098
No diferido	6.970	2.246
Transferências de passivos de longo prazo para o curto prazo	463.952	382.694
Transferência de ativos de curto prazo para o longo prazo	3.829	1.369
Juros sobre o capital próprio e dividendos	244.751	283.345
Total das aplicações de recursos	1.254.697	1.125.831
Redução do capital circulante líquido	(66.186)	(224.652)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
No início do exercício	698.829	815.747
No fim do exercício	793.967	698.829
	95.138	(116.918)
Passivo circulante:		
No início do exercício	930.321	822.587
No fim do exercício	1.091.645	930.321
	161.324	107.734
Redução do capital circulante líquido	(66.186)	(224.652)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	2007	2006
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
Lucro líquido do exercício	244.751	298.258
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	59.378	7.180
Depreciação e amortização	109.526	94.530
Amortização do ágio oriundo da incorporação	15.220	15.033
Encargos financeiros	61.237	78.196
Baixas do imobilizado em serviço	1.591	2.389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(30.398)	(17.872)
Provisões para contingências	6.136	(5.113)
Recomposição tarifária	(14.276)	(30.650)
Despesas pagas antecipadamente	39.957	(56.330)
Baixa Deficit Atuarial	(16.289)	-
Outros	27.032	16.817
Total despesas(receitas) que não afetam o caixa	259.114	104.180
Variações no ativo circulante		
Consumidores e revendedores	(26.759)	(316)
Baixa renda	1.781	(3.072)
Serviços em curso	1.535	(12.283)
Estoque	323	127
Tributos a compensar	(594)	(14.755)
Despesas pagas antecipadamente	(100.634)	(81.858)
Provisão luz para todos	(76.234)	-
Depósitos vinculados	(4.083)	(11.826)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(68.774)	35.226
Outros créditos	(4.570)	(4.677)
	(278.009)	(93.434)
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	67.086	29.721
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	1.052	(883)
Tributos e contribuições sociais	257	(16.081)
Dividendos	19.804	85.263
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.459	(15.325)
Taxas regulamentares	(8.043)	6.216
Provisão para contingências	(5.134)	(118)
Provisão devolução baixa renda	(34.212)	60.000
Obrigações com benefício pós-emprego	-	(264)
Transações com partes relacionadas	23.618	16.866
Outras contas a pagar	16.366	19.392
Juros sobre o capital próprio	(49.995)	(25.723)
	63.258	159.064
Variações no realizável a longo prazo		
Consumidores e revendedores	68.014	125.027
Depósitos vinculados a litígios	1.086	(5.455)
Tributos a compensar	(20.520)	(14.428)

	2007	2006
Despesas pagas antecipadamente	91.640	81.253
Depósitos vinculados	9.439	(955)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	70.459	(40.776)
Outras	2	312
	220.120	144.978
Variações no exigível a longo prazo		
Fornecedores	(37.330)	(27.639)
Tributos e contribuições sociais	(222)	(5.350)
Provisão para contingências	(6.142)	(1.657)
Transações com partes relacionadas	(6.952)	62.434
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(37.087)	10.905
Outras obrigações	(30.236)	(11.556)
	(117.969)	27.137
Total das atividades operacionais	391.265	640.183
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimento	-	20
Aplicações no imobilizado	(399.025)	(343.098)
Aplicações no diferido	(6.970)	(2.246)
Obrigações vinculadas a concessão	132.488	79.350
Depreciação de obrigações vinculadas a concessão	(13.668)	-
Total das atividades de investimentos	(287.175)	(265.974)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	18.388	(127.231)
Debêntures	-	(83.246)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(244.751)	(283.345)
Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento - 2003/2004	-	-
Reserva de capital	69.985	31.632
Total das atividades de financiamento	(156.378)	(462.190)
Disponibilidades utilizadas no exercício	(52.288)	(87.981)

DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES

No início do exercício	64.652	152.633
No fim do exercício	12.364	64.652
Disponibilidades utilizadas no exercício	(52.288)	(87.981)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	2007	2006		
GERAÇÃO DE RIQUEZAS				
Receitas				
Venda de energia				
Residencial	630.204	636.636		
Residencial baixa renda	235.783	235.017		
Industrial	353.914	387.931		
Comercial	566.455	583.187		
Rural	123.282	122.562		
Iluminação pública	89.662	93.189		
Serviço público	68.026	72.021		
Poder público	151.200	155.581		
Total venda de energia	2.218.526	2.286.124		
Fornecimento não faturado	(2.071)	4.475		
Baixa renda	173.359	99.675		
Reposicionamento revisão tarifária	(22.464)	(35.749)		
Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005	-	(35.692)		
Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras	(1.867)	-		
Recuperação perdas de receita 2001	(55.685)	(57.677)		
Recuperação energia livre-geradoras	(19.492)	(25.090)		
Energia de curto prazo	11.749	12.731		
Receita encargos de uso da rede elétrica	45.695	46.081		
Venda de serviços	83.597	42.082		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(59.378)	(7.180)		
Resultado não operacional	13.056	767		
Total de receitas	2.385.025	2.330.547		
Insumos adquiridos de terceiros				
Compra de energia	(820.996)	(714.966)		
Encargos de uso da rede elétrica	(50.163)	(68.753)		
Material e serviços de terceiros	(191.914)	(143.800)		
Outras despesas operacionais	(23.186)	(12.535)		
Perda na realização de ativos	-	(463)		
Total de insumos adquiridos de terceiros	(1.086.259)	(940.517)		
(=) Valor adicionado bruto	1.298.766	1.390.030		
(-) Quotas de reintegração	(111.079)	(109.563)		
(=) Valor adicionado líquido	1.187.687	1.280.467		
Receita financeira	96.127	96.440		
(+) Valor adicionado recebido em transferência	96.127	96.440		
(=) Valor adicionado a distribuir	1.283.814	1.376.907	100%	100%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remunerações	69.423	62.942	5%	5%
Honorários da diretoria	2.459	2.657	0%	0%
Encargos sociais (exceto INSS)	5.086	5.655	0%	0%

Previdência privada	8.862	1%	9.167	1%
Auxílio-alimentação	4.770	0%	4.310	0%
Convênio assistencial e outros benefícios	12.828	1%	10.405	1%
Participação nos resultados	5.958	0%	5.495	0%
Custos imobilizados	(27.656)	-2%	(24.491)	-2%
Outros	(568)	0%	(558)	0%
Total distribuído ao pessoal	81.162	6%	75.582	5%
Governos				
Federal				
Imposto de renda	100.684	8%	91.270	7%
Imposto de renda diferido	(22.160)	-2%	(11.268)	-1%
CSSL	36.135	3%	35.452	3%
CSSL diferido	(8.238)	-1%	(6.604)	0%
INSS (sobre folha de pagamento)	17.972	1%	17.755	1%
PIS	21.421	2%	21.293	2%
COFINS	96.013	7%	90.830	7%
Reserva global de reversão- RGR	23.156	2%	17.982	1%
Conta consumo de combustível- CCC	58.160	5%	93.272	7%
Conta de desenvolvimento energético- CDE	13.254	1%	12.505	1%
Taxa de fiscalização ANEEL- TFSEE	4.407	0%	3.667	0%
Fundo para pesquisa e desenvolvimento- P&D	5.113	0%	8.478	1%
Outros	159	0%	720	0%
Sub- total-Federal	346.076	27%	375.352	27%
Estadual				
ICMS	501.577	39%	514.217	37%
Outros	18	0%	19	0%
Sub- total-Estadual	501.595	39%	514.236	37%
Municipal				
ISS	1.331	0%	839	0%
Outros	138	0%	135	0%
Sub- total-Municipal	1.469	0,1%	974	0,1%
(-) Incentivos fiscais	(69.985)	-5%	(31.632)	-2%
Total distribuído ao governo	779.155	61%	858.930	62%
Financiadores				
Juros e variações cambiais	61.237	5%	78.196	6%
Outras despesas financeiras	42.726	3%	28.992	2%
Aluguéis	4.798	0%	5.317	0%
Total distribuído aos financiadores	108.761	8%	112.505	8%
Acionistas				
Remuneração do capital próprio	-	0%	57.500	4%
Dividendos	244.751	19%	225.845	17%
Total distribuído aos acionistas	244.751	19%	283.345	21%
Retido	69.985	5%	46.545	3%
Total do valor adicionado distribuído	1.283.814	100%	1.376.907	100%
Valor adicionado (médio) por empregado	990		1.049	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006 (Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, e concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A Companhia tem como área de concessão todo o Estado do Ceará, atendendo a aproximadamente 2.490 mil consumidores (2.416 mil em 2006) e um quadro de 1.297 empregados em 31 de dezembro de 2007 (1.313 em 2006). A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para 12 de maio de 2028.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e as instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Essas demonstrações financeiras incorporam as alterações introduzidas pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, no qual passou a considerar como deduções de receita operacional os encargos conta de consumo de combustível - CCC; conta de desenvolvimento energético - CDE, programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento.

Foram efetuadas algumas reclassificações contábeis nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, para adequar sua apresentação à demonstração efetuada neste exercício, a saber:

	2006	
	Publicado	Reclassificado
ATIVO CIRCULANTE:		
ATIVO CIRCULANTE:		
Aplicações financeiras	53.122	40.238
Depósitos vinculados	-	12.884
	53.122	53.122
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Conta de consumo de combustíveis fósseis	-	(93.272)
Conta de desenvolvimento energético	-	(12.505)
Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	-	(17.976)
	-	(123.753)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Conta de consumo de combustíveis fósseis	(93.272)	-
Conta de desenvolvimento energético	(12.505)	-
Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	(17.976)	-
	(123.753)	-

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- (a) Aplicações financeiras - São registradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de mercado;
- (b) Consumidores, concessionários e permissionários - Referem-se a créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência. De acordo com o estabelecido pela Resolução nº 72 da ANEEL, de 7 de fevereiro de 2002, foi registrado nessa conta o valor referente à recomposição tarifária extraordinária definida pela Medida Provisória nº 14 (posteriormente transformada na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) e pela Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, ambas de 21 de dezembro de 2001, na Resolução nº 31 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2002, bem como os valores referentes ao ativo regulatório do reposicionamento tarifário, instituída pelas Resoluções nos 104 e 112, de 20 de abril de 2004;

(c) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - Calculada com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos;

(d) **Estoques** - Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no imobilizado, estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perda por obsolescência, quando aplicável;

(e) **Despesas pagas antecipadamente** - São compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a conta de compensação da variação de valores de itens da parcela A - CVA e respectivos encargos que serão apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente for faturada aos consumidores. Esta rubrica também contempla os custos e encargos financeiros referentes a estruturação da operação de captação de empréstimos (nota 11);

(f) **Imobilizado** - Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pelas Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999. Os juros e demais encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso foram registrados nesse subgrupo como custo.

O saldo do imobilizado inclui o valor do ágio oriundo da incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027 (nota 13);

(g) **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro** - São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%) e consideram a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%, para fins de determinação das exigibilidades. Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados preparadas pela Administração. A Companhia possui direito a redução do imposto de renda a pagar calculado com base no lucro da exploração (nota 23);

(h) **Obrigações com benefícios pós-emprego** - Referem-se ao passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar oferecido aos empregados da Companhia, registrado em regime de competência com base em avaliação efetuada por atuário externo;

(i) **Provisões para contingências** - São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço;

(j) **Obrigações vinculadas à concessão** - Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações foram apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado em serviço.

(k) **Atualizações monetárias de direitos e obrigações** - Os direitos e obrigações sujeitos às variações monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até a data do balanço. Os passivos pactuados em moeda norte-americana são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil (US\$1 = R\$ 1,7713 em 31 de dezembro de 2007 e US\$1 = R\$2,13800 em 31 de dezembro de 2006);

(l) **Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime contábil de competência;

(m) **Outros direitos e obrigações** - Demais ativos e passivos circulantes e não circulante estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos;

(n) **Estimativas** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da:

- Provisão para crédito de recebimento da recuperação da recomposição tarifária extraordinária no prazo estabelecido pela ANEEL;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Recebimentos no âmbito da CCEE;

- Ativo regulatório – Reposicionamento tarifário;
- Provisão para devolução de baixa renda;
- Provisão luz para todos

(o) Lucro por ação – Calculado com base no número de ações em circulação na data do encerramento do balanço.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a certificados de depósitos bancários vinculados ao CDI e fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária. Apesar de algumas aplicações estarem contratadas com vencimento superior a 12 meses, não há restrições para seu resgate imediato.

Banco	Tipo	Vencimento	Taxa	2007	2006
VOTORANTIM	CDB/DI	24.10.07	101,2% CDI	-	12
VOTORANTIM	CDB/DI	22.06.09	100,8% CDI	-	47
VOTORANTIM	CDB/DI	02.12.09	100,8% CDI	-	20.089
VOTORANTIM	Fundo de Investimento	-	Cotas diárias	2	-
VOTORANTIM	CDB/DI	11.10.10	100,8% CDI	8	-
Real/ABN AMRO	CDB/DI	21.07.08	100,2% CDI	-	96
Real/ABN AMRO	CDB/DI	16.10.08	100,8% CDI	-	46
Real/ABN AMRO	CDB/DI	29.10.08	100,8% CDI	-	7.751
BNB	CDB/DI	21.07.08	100,0% CDI	-	5.358
BNB	CDB/DI	27.08.08	100,0% CDI	-	4.788
BNB	CDB/DI	20.10.08	100,0% CDI	-	2.051
Total de aplicações financeiras			10		40.238

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, em 31 de dezembro, é como segue:

Descrição	2007	2006
Consumidores	571.463	626.288
Faturados	331.516	322.736
Não Faturados	239.947	303.552
Fornecimento	67.704	70.229
Ativos Regulatórios	172.243	233.323
Concessionários e permissionários	11.800	7.568
Comercialização no âmbito da CCEE	18.958	18.771
Total de consumidores, concessionários e permissionários	602.221	652.627
Circulante	565.714	548.106
Não Circulante	36.507	104.521

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Classe de consumidores	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Valor bruto		Provisão para créditos de liquidação duvidosa		Total	
				2007	2006	2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE									
Residencial	40.559	31.486	7.299	79.344	85.952	(13.938)	(13.961)	65.406	71.991
Industrial	3.358	3.293	3.603	10.254	16.539	(3.638)	(2.244)	6.616	14.295
Comercial	11.114	9.767	10.062	30.943	30.997	(9.224)	(8.093)	21.719	22.904
Rural	12.426	5.363	1.510	19.299	20.513	(1.144)	(1.205)	18.155	19.308
Poder público									
Federal	1.855	263	7	2.125	1.661	-	-	2.125	1.661
Estadual	2.389	825	415	3.629	3.723	(92)	-	3.537	3.723
Municipal	6.926	3.617	4.728	15.271	17.194	(3.975)	(4.921)	11.296	12.273
Iluminação pública	3.521	1.319	1.226	6.066	6.378	(613)	(621)	5.453	5.757
Serviço público	5.370	528	93	5.991	6.235	(42)	(29)	5.949	6.206
Subtotal	87.518	56.461	28.943	172.922	189.192	(32.666)	(31.074)	140.256	158.118
Comercialização na CCEE	5.383	-	-	5.383	5.196	-	-	5.383	5.196
Consumidores livres	11.800	-	-	11.800	7.605	-	-	11.800	7.605
Não faturado	67.704	-	-	67.704	70.229	-	-	67.704	70.229
Provisão refaturamento Prefeituras	(12.000)	-	-	(12.000)	(12.000)	-	-	(12.000)	(12.000)
Parcelamento de débitos	45.898	-	-	45.898	32.891	(12.776)	(11.654)	33.122	21.237
Outros créditos	12.421	5.529	657	18.607	20.227	(687)	(3.682)	17.920	16.545
Encargo emergencial	-	1.712	875	2.587	2.818	-	-	2.587	2.818
Créditos junto a clientes com ações judiciais	45.438	2.846	32.286	80.570	74.707	(64.737)	(59.275)	15.833	15.432
Ativos regulatórios (nota 6)	170.376	-	-	170.376	157.241	(102.562)	(40.600)	67.814	116.641
Ativos regulatórios-Transmissoras (nota 6)	1.867	-	-	1.867	-	-	-	1.867	-
	348.887	10.087	33.818	392.792	358.914	(180.762)	(115.211)	212.030	243.703
Total Circulante	436.405	66.548	62.761	565.714	548.106	(213.428)	(146.285)	352.286	401.821
NÃO CIRCULANTE									
Comercialização na CCEE (**)	-	-	13.575	13.575	13.575	-	-	13.575	13.575
Parcelamento de débito	22.932	-	-	22.932	14.864	-	-	22.932	14.864
Ativos regulatórios (nota 6)	-	-	-	-	76.082	-	(16.917)	-	59.165
Total não Circulante	22.932	-	13.575	36.507	104.521	-	(16.917)	36.507	87.604
Total consumidores, concessionários e permissionários	459.337	66.548	76.336	602.221	652.627	(213.428)	(163.202)	388.793	489.425

b) Comercialização no âmbito da CCEE

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	2007	2006
Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002		
Valor em litígio - Liminares (*)	13.575	13.575
Valores negociados	103	1.498
Valores com a exigibilidade suspensa (**)	2.560	2.560
Valores a receber - Energia curto prazo do período	2.720	1.138
Total comercialização no âmbito da CCEE	18.958	18.771
Circulante	5.383	5.196
Não circulante	13.575	13.575

(*) O montante de R\$ 13.575, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$ 2.560, referente a contas a receber de venda de energia efetuadas na CCEE com as empresas AES sul (R\$ 2.219) e DFESA (R\$ 341), encontra-se com a exigibilidade suspensa.

c) Encargo emergencial

Com o objetivo de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais e aquisição de energia das mesmas, foram instituídos o “encargo de capacidade emergencial” e o “encargo de aquisição emergencial”. Estes encargos deveriam ser repassados mensalmente a CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

O “encargo de aquisição emergencial” vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004.

O “encargo de capacidade emergencial” foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 80.570 (R\$ 74.707 em 2006) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 22.350 (R\$ 22.319 em 2006) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado. Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

6.

ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	2007	2006
ATIVOS		
a. Consumidores e revendedores (nota 5)		
a1. Acordo geral do setor elétrico		
Perda de receita - racionamento	120.552	118.325
Energia livre	49.824	25.785
Provisão para crédito liquidação duvidosa-RTE	(102.562)	(40.600)
a2. Reposicionamento revisão tarifária 2003	-	13.131
a3. Ativo regulatório transmissoras	1.867	-
	69.681	116.641
b. Despesas pagas antecipadamente - CVA (nota 11)		
Parcela A - Extraordinária	43.137	-
CVA - Conta consumo de combustível	15.041	6.080
CVA - Conta de desenvolvimento energético	137	15
CVA - Encargo de serviço do sistema	-	148
CVA - Compra de energia	53.303	81.094
CVA - PIS/COFINS	-	4.622
CVA - PROINFA	426	134
	112.044	87.323
	181.725	182.763
PASSIVOS:		
a. Fornecedores - Suprimento de energia (nota 14)		
Energia livre	64.030	36.156
	64.030	36.156
b. Outros Passivos (nota 20)		
b1. CVA		
CVA de uso da rede elétrica	5.259	1.278
CVA - Conta consumo de combustível	20.790	1.284
b2. Reposicionamento revisão tarifária	9.333	-
b3. Passivo regulatório-Transmissoras	1.867	-
	37.249	18.664
	101.279	54.820

a) Consumidores e revendedores

a1. Acordo geral do setor elétrico

Em dezembro de 2001, foi firmado o acordo geral do setor elétrico entre o Governo Federal e as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica (1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002).

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438 todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita não auferida decorrente de redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (Recomposição tarifária extraordinária - RTE) a ser reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária ocorre por meio da aplicação às tarifas vigentes à época do acordo do setor elétrico, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais, rurais e iluminação pública, exceto para aqueles classificados como residenciais baixa renda;
- 7,9% para os demais clientes.

Perda de receita - racionamento

A perda de receita registrada no contas a receber teve os seguintes efeitos reconhecidos contra resultados dos períodos correspondentes:

	2007
Valor Homologado	210.861
(+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2006	193.920
(+) Atualização monetária em 2007	18.403
Total de atualização até 31 de dezembro de 2007	212.323
(-) Recuperação das perdas até 31 de dezembro de 2006	(246.946)
(-) Recuperação das perdas de 2007	(55.686)
Total recuperado até 31 de dezembro de 2007	(302.632)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	120.552

O valor de R\$ 210.861, homologado pelas Resoluções ANEEL nº 480 e nº 481, de 29 de agosto de 2002, refere-se à diferença entre a receita estimada, sem os efeitos da redução de consumo decorrente do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, e a receita auferida pela concessionária para o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

O saldo apurado de perdas de receita do racionamento sofre correção monetária pela taxa SELIC (acrescida de 1% a.a. até o montante de financiamento liberado pelo BNDES).

A remuneração do saldo está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006.

A receita auferida a partir de janeiro de 2002, por meio dos reajustes de tarifa mencionados anteriormente (2,9% e 7,9%), vem sendo alocada integralmente como recuperação das perdas de receita do racionamento (ativo regulatório) e de energia livre registrado nas contas a receber.

Essa recomposição tarifária extraordinária vigorará pelo período de 76 meses, a partir de janeiro de 2002, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004. As projeções feitas pela Administração da Companhia estimam que o valor não será recuperado dentro do prazo estabelecido. Desta forma, foi constituído provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 102.562 (R\$ 57.517 em 2006).

Energia livre

O montante relacionado à energia livre refere-se a energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apurado entre os meses de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

Esse montante foi contabilizado com base na Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002, no montante de R\$ 63.187, ajustado conforme a Resolução Normativa ANEEL 001/2004 no montante de R\$ 8.643 e majorado pelos valores recuperáveis de PIS e COFINS, no montante de R\$ 2.667. O saldo de energia livre sofre correção monetária pela taxa SELIC acrescida de 1% para as geradoras que obtiveram financiamento junto ao BNDES. Para as demais geradoras incide apenas a remuneração pela taxa SELIC. Esta remuneração está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006. Através da Resolução ANEEL nº 45, de 03 de março de 2004, o percentual aplicado sobre a arrecadação da recomposição tarifária extraordinária a título de repasse de energia livre é de 25,9489%.

Os valores contabilizados como ativos e passivos de energia livre têm a seguinte composição:

	ativo 2007	passivo 2007
Valor Homologado	74.497	71.830
(+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2006	55.820	59.942
(+) Atualização monetária em 2007	6.959	9.201
Total de atualização até 31 de dezembro de 2007	62.779	69.143
(-) Recuperação/repasse até 31 de dezembro de 2006	(67.960)	(58.285)
(-) Recuperação/repasse de 2007	(19.492)	(18.658)
Total recuperado até 31 de dezembro de 2007	(87.452)	(76.943)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	49.824	64.030

Segue quadro analítico do passivo de Energia Livre a pagar, por Geradora.

Geradora	2007	
AES TIETÊ S.A	3.036	a3. Ativo regulatório transmissoras Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007, a Companhia registrou um ativo regulatório que se refere à valores recebidos a maior pelas transmissoras em seu processo de revisão tarifária. Tais valores foram considerados como custo na Parcela "A" das distribuidoras e deverão ser deduzidos financeiramente dos valores a serem pagos às transmissoras.
CDSA	1.110	
CEEE	3.480	
CELESC	1.043	
CELTINS	155	
CEMIG	12.137	
CESP	9.324	
CGTEE	153	
CHESF	13.695	
COPEL	985	
CPFL	182	
Duke Parapanema	2.533	
EEB	4	
EEVP	26	
Eletronorte	3.979	
EMAE	1.021	
ENERGIPE S. A.	7	
FURNAS	10.017	
RGE	254	b) Despesas pagas antecipadamente Parcela A – Extraordinária A Companhia registrou como despesas antecipadas os incrementos incorridos entre janeiro e outubro de 2001, relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional, tais como:
Tractabel	889	
Saldo	64.030	

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais;
- Quota de reserva global de reversão – RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão.

O montante de R\$ 43.137 (R\$ 38.558 em 2006), referente à composição dos valores representativos da Parcela – A, está de acordo com a Resolução ANEEL nº 482, de 29 de agosto de 2002, e será recuperado após o período de 76 meses, estabelecido para recompor a receita das Perdas do Racionamento e a Energia Livre das Geradoras, não existindo limitação de prazo para recuperar estes custos, conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 001/2004 de 12 de janeiro de 2004. Este valor é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

	Circulante
Montante homologado pela ANEEL	15.977
Atualização monetária - SELIC	27.160
Total da parcela A	43.137

Conta de variação de custos da parcela A-CVA

Esta conta destina-se ao registro da compensação de diferenças, calculadas comparando o valor considerado na tarifa e seu efetivo pagamento. Os itens, cujas variações seriam compensadas, foram:

- Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis – CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Encargos de serviços de sistema – ESS;
- Conta de desenvolvimento energético – CDE;
- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA;
- Compra de energia.

Os saldos apurados nas CVA's, em obediência à legislação, estão acrescidos de remuneração financeira baseada na taxa SELIC.

CVA – Compra de energia

A CVA sobre os custos de aquisição de energia elétrica, ou seja, de compra de energia foi instituída através da Portaria Interministerial nº 361, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 2004. A Resolução Normativa nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos para cálculo e repasse, às tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição.

Ativo regulatório - 3% excedente da compra de energia

A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. Conforme referida legislação, as distribuidoras têm o direito de recuperar, mediante tarifa, as sobras de energia de até 3% em relação ao total da energia necessária ao atendimento de seu mercado.

CVA PROINFA

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação no sistema elétrico interligado nacional, da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa.

Através da Resolução Normativa ANEEL nº 189, de 06 de dezembro de 2005, foi instituída a CVA PROINFA para apurar e contabilizar, os valores decorrentes de variações das quotas de custeio do referido encargo, ocorridas entre reajustes tarifários anuais, a partir de 30 de novembro de 2005.

Segue quadro demonstrativo com a movimentação das CVA's em 2007.

Descrição	2006	Principal	Remuneração	Amortização	Ajuste	2007
ATIVOS						
Parcela A	38.558	-	4.579	-	-	43.137
CVA - Conta consumo de combustível	14.111	8.831	626	(2.513)	66	21.121
CVA - Conta de desenvolvimento energético	401	241	17	(441)	(66)	152
CVA - Encargo de serviço do sistema	148	-	-	(148)	-	-
CVA - Compra de energia /Ativo reg 3% excedente	171.303	7.945	33	(44.884)	-	134.397
CVA - PIS/COFINS	4.622	-	-	(4.622)	-	-
CVA - PROINFA	792	1.469	134	(1.835)	-	560
	229.935	18.486	5.389	(54.443)	-	199.367
PASSIVOS						
CVA de Uso da rede elétrica	17.519	2.672	866	(14.520)	-	6.537
CVA - Conta consumo de combustível	10.325	20.695	959	(9.905)	-	22.074
	27.844	23.367	1.825	(24.425)	-	28.611

b2. Reposicionamento revisão tarifária

Na revisão tarifária provisória, ocorrida em 22 de abril de 2007, o valor estabelecido para quota de reintegração foi de R\$ 111.446. Em outubro de 2007 a ANEEL procedeu a fiscalização da base de remuneração tendo emitido o relatório de fiscalização - R.F 199/07 onde registrou o valor de R\$ 97.086 de quota de reintegração. Esta redução foi decorrente da retirada dos bens totalmente depreciados na composição do ativo imobilizado em serviço. Em virtude da diferença entre a revisão provisória e a final, a Companhia constituiu uma provisão de R\$ 9.333 referente a 8/12 avos.

b3. Passivo regulatório- transmissoras

Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007 a Companhia registrou um passivo regulatório que se refere ao ativo financeiro (a2) que foi contemplado na Parcela "A" da tarifa cobrada de consumidores e que deverá ser devolvida no próximo reajuste tarifário.

7.

CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Em decorrência da nova classificação, a Companhia procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado um total de R\$ 139.602 no ano de 2007. O crédito a receber de consumidores residenciais baixa renda é calculado pela Companhia e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004.

Provisão devolução baixa renda

De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, a Companhia constituiu provisão de R\$ 25.788 para cobrir diferenças de valores homologados em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio. Adicionalmente, constituiu provisão no valor de R\$ 15.982 referente aos valores complementares da diferença mensal de subvenção (valores faturados e homologados) no período de março a setembro de 2007.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	2007		2006	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a compensar	28.193	-	7.606	-
ICMS a compensar	21.973	47.976	42.855	27.456
Contribuição social a compensar	3.683	-	2.525	-
Pis/Cofins	701	-	962	-
Outros tributos	874	-	882	-
Total tributos a compensar	55.424	47.976	54.830	27.456

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei n° 9.430/96), saldo negativo de imposto de renda relativo ao ano calendário de 2006 e 2007.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo negativo de CSLL relativo ao ano calendário de 2006, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei n° 9.430/96. A partir de janeiro de 2001, a Companhia passou a contabilizar em tributos e contribuições sociais compensáveis os créditos de ICMS vinculados ao ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. Além disso, consta desta conta valores relativos à aquisição de ICMS por meio de transferência de créditos de empresas exportadoras bem como créditos de ICMS das compras de energia e importação.

10. TRIBUTOS DIFERIDOS Ativo diferido

A Companhia possui créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro, cuja composição e origem são demonstradas a seguir:

	PIS/COFINS		Imposto de Renda		Contribuição Social		TOTAL	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS								
Provisão para contingências	-	-	13.411	10.595	4.828	3.814	18.239	14.409
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	53.357	41.972	19.209	15.110	72.566	57.082
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	896	1.614	323	581	1.219	2.195
Benefício pós-emprego	-	-	-	4.072	-	1.466	-	5.538
Despesa diferida PIS/COFINS	-	-	4.243	4.212	1.527	1.516	5.770	5.728
Baixa renda	3.864	5.550	10.073	15.000	3.626	5.400	17.563	25.950
Outros	-	-	824	2.668	297	961	1.121	3.629
Total tributos diferidos	3.864	5.550	82.804	80.133	29.810	28.848		
Circulante							95.687	26.760
Não circulante							20.791	87.771

9. DEPÓSITOS VINCULADOS

Banco	2007		2006	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco	-	1.116	-	8.625
BEC	-	-	-	-
Votorantim	-	-	-	382
Unibanco	-	10.905	-	12.526
Itaú	-	696	-	623
Banco do Brasil	16.967	2.250	12.884	2.891
Outros bancos	-	20	-	20
Total depósitos vinculados	16.967	14.987	12.884	25.067

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Banco do Brasil referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços, anteriormente classificadas na rubrica de aplicações financeiras.

Atendendo às normas da Instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002, a Companhia, com base nas projeções de resultados futuros, demonstra as parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2007 para o período de quatro anos como segue:

Anos de realização	Montante a realizar
2008	95.711
2009	8.900
2010	8.900
2011	2.967
	<u>116.478</u>

Passivo diferido

A composição do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e COFINS diferidos passivos, em 31 de dezembro, por natureza, está demonstrada como segue:

	PIS/COFINS		Imposto de Renda		Contribuição Social		TOTAL	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	-	1.739	2.054	2.811	3.162	4.550	5.216
Perda de receita - Racionamento	-	-	30.138	39.442	10.850	14.199	40.988	53.641
Reposicionamento revisão tarifária	12.431	1.215	-	3.303	-	1.182	12.431	5.700
CVA Compra de energia	-	15.845	37.201	42.831	13.392	15.419	50.593	74.095
Provisão baixa renda	-	-	596	1.388	215	500	811	1.888
Lucro de órgãos públicos diferido	-	-	-	167	-	60	-	227
Total passivo diferido	12.431	17.060	69.674	89.185	27.268	34.522	109.373	140.767
Circulante							69.402	62.100
Não Circulante							39.971	78.667
							<u>109.373</u>	<u>140.767</u>

Em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98, a Companhia tem registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos calculados sobre o saldo a ser depreciado da correção monetária especial.

Conforme nota 6 a1, a Companhia reconheceu a correspondente receita referente à recomposição tarifária extraordinária de acordo com o regime de competência. Consubstanciada na opinião de seus assessores legais e resposta a consulta à Secretaria da Receita Federal, a Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferido no exercício de 2002, sendo este realizado à medida que o valor for efetivamente faturado pelo acréscimo tarifário para cobrir as perdas citadas anteriormente (2,9% e 7,9%).

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Banco	2007		2006	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativos regulatórios (nota 6b-ativos)	112.044	87.323	66.122	163.813
Encargos financeiros	1.615	1.933	1.640	2.656
Seguros e outros	1.486	1.425	1.192	1.366
Total de despesas pagas antecipadamente	115.145	90.681	68.954	167.835

Encargos financeiros

Os encargos financeiros se referem aos custos de estruturação da operação de captação de empréstimos junto ao BNDES, os quais são amortizados mensalmente pelo prazo contratado.

12. OUTROS CRÉDITOS

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	2007	2006
Empréstimos e financiamentos	7	316
Alienação de bens e direitos	1.494	2.623
Convênios de arrecadação	10.794	15.501
Desativações em curso	3.884	880
Correção energia livre	5.276	-
Outros	1.848	1.093
Total de outros créditos	23.303	20.413

Circulante	23.023	20.131
Não circulante	280	282

13. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação e amortização acumulada	2007 Valor Líquido	2006 Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Distribuição	4,00%				
Custo histórico		2.403.473	(817.666)	1.585.807	1.428.858
Correção monetária especial		124.335	(117.771)	6.564	7.761
		2.527.808	(935.437)	1.592.371	1.436.619
Comercialização	7,00%				
Custo histórico		26.594	(11.595)	14.999	40.088
Correção monetária especial		508	(508)	-	-
		27.102	(12.103)	14.999	40.088
Administração	12,00%				
Custo histórico		35.674	(25.125)	10.549	10.668
Correção monetária especial		5.285	(4.969)	316	380
		40.959	(30.094)	10.865	11.048
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica					
Custo histórico - outros ativos	20,00%	7.000	(7.000)	-	1.399
Custo histórico - Ágio	5,66%	491.359	(345.126)	146.233	161.454
		498.359	(352.126)	146.233	162.853
Total imobilizado em serviço		3.094.228	(1.329.760)	1.764.468	1.650.608
EM CURSO					
Distribuição		303.791	-	303.791	153.897
Comercialização		5.478	-	5.478	1.934
Administração		10.758	-	10.758	5.185
		320.027	-	320.027	161.016
Total imobilizado em curso		3.414.255	(1.329.760)	2.084.495	1.811.624
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica				(542.469)	(423.649)
Total do imobilizado				1.542.026	1.387.975

GRI
EC8

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº44 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores (Sistema de distribuição)	6,7%
Chave (Sistema de distribuição)	6,7%
Condutor (Sistema de distribuição)	5,0%
Disjuntor	3,0%
Estrutura (Sistema de distribuição)	5,0%
Luminária	7,7%
Regulador de tensão (Sistema de distribuição)	4,8%
Sistema de radiocomunicação	7,1%
Transformador de distribuição	5,0%
Transformador de força	2,5%
Comercialização	
Equipamento geral	10,0%
Medidor	4,0%
Administração central	
Equipamento geral	10,0%
Veículos	20,0%

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e das instalações referentes às áreas comercial e administrativa.

Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador, ANEEL.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. O montante total de bens associados à concessão é de R\$ 1.579.153. Extinta a concessão, os bens vinculados ao serviço serão revertidos a União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devido à concessionária pelo valor residual contábil.

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento será regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223 estabelecendo as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, visando ao

GRI
EC8

atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha até o ano de 2013 para atender todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Em dezembro de 2005, com a Resolução ANEEL nº 175, foi antecipado a universalização do serviço de energia para o ano de 2008, tanto da área rural como urbana.

A meta estabelecida para a Companhia prevê a ligação de 455.000 novos consumidores, com ou sem extensão de rede, no período de 2004 a 2008. Até 2007, já foram beneficiados 514.647 consumidores, dos quais 84.374 contaram com o incentivo do programa luz para todos, deste total, 17.797 foram custeados pelo Governo do Estado do Ceará e 66.577 pela Companhia e Governo Federal. No exercício de 2008 serão universalizados 95 municípios.

Programa luz para todos

No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que institui o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica denominado "Programa luz para todos".

O Programa tem por objetivo propiciar a antecipação das metas de universalização das unidades habitacionais localizadas na área rural, até o ano de 2008, com o atendimento com rede de energia elétrica à parcela da população que não possui acesso a esse serviço público. O valor de R\$ 76.234 refere-se a investimentos realizados pela Companhia, os quais ainda não foram repassados pelo governo

O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das concessionárias de energia. Para realização do programa, a Companhia conta com recursos do Governo Federal (75%), Governo Estadual (10%) e próprios (15%).

	2007	2006	2005	2004
		reclassificado	reclassificado	reclassificado
Participação das Fontes de Recursos				
Concessionária	102.849	25.163	14.036	6.697
Empréstimo Eletrobrás - RGR (*)	7.717	10.910	8.487	1.279
Subvenção do Governo Federal - CDE (*)	38.583	54.509	42.013	6.331
	149.149	90.582	64.536	14.307

(*) Recursos efetivamente recebidos no respectivo exercício. Em 2008, a Companhia prestará contas de parte dos investimentos realizados em 2007 para recebimento do empréstimo e subvenção.

Os recursos permitiram conectar 21.400 clientes em 2007, com expansão de 4.081,83 km da rede de média tensão e 1.823,41 km de baixa tensão. Os investimentos futuros previstos totalizam R\$ 237.611, com o atendimento de 33.700 unidades consumidoras.

Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento

Conforme Lei nº 9.991, de 24 julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. Durante o exercício de 2007 foi investido R\$ 14.768 (R\$ 9.511 em 2006) nos referidos programas.

De acordo com a resolução ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, a Companhia passou a contabilizar as despesas referentes aos programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

	2007	2006
Programa Eficiência Energética	22.033	22.841
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	9.775	9.275
Fundo Nacional de desenv. Científico e Tecnológico	4.498	4.859
Ministerio de Minas e Energia	1.875	5.738
	38.181	42.713

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica SA, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, está sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução nº 269, de 15 de setembro de 1999, da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2007	0,05769	2015	0,03051	2023	0,01501
2008	0,05673	2016	0,02792	2024	0,01374
2009	0,05192	2017	0,02555	2025	0,01257
2010	0,04752	2018	0,02338	2026	0,01151
2011	0,04349	2019	0,02140	2027	0,01053
2012	0,03980	2020	0,01958		
2013	0,03642	2021	0,01792		
2014	0,03333	2022	0,01640		

Tal amortização poderá ser revisada anualmente, a critério da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, em função dos resultados realizados comparativamente aos dados projetados. O saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 146.233.

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contra-partida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

Ágio - Ativo imobilizado em serviço	2007	2006
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(345.126)	(300.361)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	144.764	115.220
Saldo do ágio - Ativo imobilizado	146.233	161.454

Reserva de capital	2007	2006
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo reserva de capital	221.188	221.188

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

	2007	2006
		reclassificado
CONTRIBUIÇÕES DE CONSUMIDORES	(239.166)	237.673
Participação da União	(15.418)	(15.950)
Doações e Subvenções	(278.405)	(165.162)
Universalização	(8.826)	(4.200)
Outras	(654)	(664)
Total de obrigações especiais	(542.469)	(423.649)

As contribuições de consumidores se referem aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A participação da União se refere a verbas federais recebidas para execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica.

As doações e subvenções se referem a obras construídas por terceiros e doadas para a Companhia, com vistas à expansão do serviço público de energia elétrica.

De acordo com o Ofício Circular nº 296, de fevereiro de 2007, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica deverão proceder à anulação dos efeitos da reintegração no resultado contábil, a partir do exercício de 2007, decorrentes de bens constituídos ao longo dos anos com recursos das obrigações especiais registrados nas contas de programa de eficiência energética – PEE, pesquisa e desenvolvimento e universalização do serviço público de energia elétrica.

Após a revisão tarifária do 2º ciclo, todos os valores de reintegração dos bens constituídos com os recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação, deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil, de acordo com o estabelecido no Despacho nº 3.073/2006.

14. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	2007		2006	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
SUPRIMENTO DE ENERGIA				
Passivos regulatórios (nota 6a - passivos)	64.030	-	36.156	37.330
Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	11.266	-	10.603	-
Furnas Centrais Elétricas S/A	14.934	-	14.809	-
Outros fornecedores	26.155	-	21.128	-
Materiais e serviços	125.368	-	91.971	-
Total de fornecedores	241.753	-	174.667	37.330

15. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2007		2006	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS	36.161	-	26.966	-
Contribuições sociais	5.458	-	4.294	-
Imposto de renda	-	-	2.333	-
PIS	1.380	640	1.889	640
COFINS	9.697	7.758	17.274	7.758
Outros tributos e contribuições	2.276	44	1.959	266
Total de tributos e contribuições sociais	54.972	8.442	54.715	8.664

Os saldos de PIS e COFINS se devem, principalmente, ao fato de ter sido proferida decisão administrativa desfavorável à Companhia em relação ao pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, COFINS e IRPJ no ano de 1999. A partir desta decisão desfavorável, a Companhia optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2007			2006		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante
MOEDA ESTRANGEIRA						
União Federal – DMLP (agente financeiro Banco do Brasil)	115	669	7.311	142	731	9.707
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES FINEM - Subcrédito A (a)	19	4.089	-	49	5.896	4.914
Banco Europeu de Investimentos (b)	2.195	14.761	59.043	3.179	17.817	89.083
Banco do Brasil Resolução 2770 (c)	205	22.454	-	-	-	-
Unibanco USD x DI (d)	469	71.588	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	3.003	113.561	66.354	3.370	24.444	103.704
MOEDA NACIONAL						
Eletrobrás (e, f, g, h, i, j)	273	8.891	55.919	-	8.123	50.584
União Federal – Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (k,l)	327	6.632	34.821	320	6.052	37.318
Banco do Brasil (Nota de crédito comercial) (m)	26	-	15.847	704	10.125	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/RTE (n)	-	-	-	354	10.844	53.256
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES FINEM - Subcrédito B e C (a)	119	28.089	-	261	33.583	27.986
Banco do Nordeste – Proinfra (o, p)	121	14.039	156.809	26	-	101.765
Unibanco Pré x DI (q)	422	10.101	-	-	-	-
Total moeda nacional	1.288	67.752	263.396	1.665	68.727	270.909
Total sem efeito do Swap	4.291	181.313	329.750	5.035	93.171	374.613
Resultado das operações de Swap						
	-	25.243	24.774	-	4.670	11.512
	4.291	206.556	354.524	5.035	97.841	386.125

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

a) BNDES FINEM

Financiamento para o plano de investimento 2003/2004 da Companhia, contratado em abril de 2004 junto ao consórcio liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. Sobre 15% do valor contratado (subcrédito A) incidem juros proporcionais de 5,5% ao ano, mais UMBND (cesta de moedas), com vencimentos mensais a partir do início do período de amortização, 16 de maio de 2005. Para minimizar a exposição à variação cambial desta parcela, foi realizada operação de swap (parcial) da variação de US\$ mais 5,5% ao ano para 103,8% do CDI. Sobre 85% do financiamento (subcréditos B e C), providos com recursos ordinários do BNDES, incidem

juros proporcionais de 5,5% ao ano mais TJLP, também com vencimentos mensais a partir de 16 de maio de 2005. A amortização do empréstimo é realizada mensalmente, tendo iniciado em 16 de maio de 2005 e a última amortização prevista para 15 de outubro de 2008. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários e conta-reserva.

b) Banco Europeu de Investimentos – BEI

Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, realizado conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,5% ao ano. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. A operação possui swap para 98,80% do CDI. O pagamento

de juros e amortização anual, foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização prevista 15 de junho de 2012.

c) Banco do Brasil – Resolução nº 2770

O contrato foi celebrado em 20 de agosto de 2007 com o Banco do Brasil para captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 27.000, com variação cambial em ienes mais taxa de juros de 2,466% aa. A operação tem um swap para 103,70% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 15 de fevereiro de 2008.

d) Unibanco – Resolução nº 2770

O contrato foi celebrado em 04 de setembro de 2007 junto ao Unibanco no valor de R\$ 79.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% aa. A operação tem um swap para 109,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de agosto de 2008.

e) Eletrobrás

Financiamento de projetos: Empréstimo para financiamento de projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL, com taxas e vencimentos conforme tabela abaixo:

Nº Contrato	Indexador	Taxa juros	Taxa administração	Início contrato	Término contrato	Saldo
ECF-1420/96	Finel	6% a. a	2% a.a	06.nov.97	02.jan.08	46
ECF-1576/97	Finel	6,5% a .a	2% a.a	29.out.97	30.dez.08	57
ECF-1673/97	Finel	6,5% a .a	2% a.a	06.fev.98	30.jun.09	376
						<u>479</u>

f) Eletrobrás – Luz no campo

Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 1% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 26.327.

g) Eletrobrás – Luz para todos (1ª Tranche)

Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A Companhia recebeu em 25 de outubro de 2007 a 7ª liberação do contrato “Luz para Todos” no valor de R\$ 1.640, líquido de IOF e taxa de administração, sendo R\$ 273 provenientes da RGR

(empréstimo) e R\$ 1.367 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2007 um saldo de R\$ 9.636 em RGR e R\$ 53.863 de subvenção. A primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 9.685.

h) Eletrobrás – Luz para todos (2ª Tranche)

Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A Companhia recebeu em 18 de dezembro de 2006 a 3ª liberação do contrato no valor de R\$ 17.265, sendo R\$ 2.878 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 14.387 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2006 um saldo de R\$ 10.071 em RGR e R\$ 50.355 de subvenção. Durante o ano de 2007 não ocorreram liberações. A primeira amortização será em 30 de abril de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 10.121.

i) Eletrobrás – Luz para todos (3ª Tranche)

Empréstimo para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A Companhia recebeu em 14 de dezembro de 2007 a 2ª liberação do contrato no valor de R\$ 17.863, sendo R\$ 2.977 provenientes da RGR (empréstimo) e R\$ 14.886 com recursos da CDE, constituindo uma subvenção, acumulando em dezembro de 2007 um saldo de R\$ 7.443 em RGR e R\$ 37.216 de subvenção. A primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 7.465.

j) Eletrobrás – Linha de subtransmissão

Empréstimo para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR. Até 31 de dezembro de 2007, a Companhia recebeu R\$ 10.494 provenientes da RGR(empréstimo). A primeira amortização será em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo devedor era de R\$ 11.006.

k) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – Eletrobrás

Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30 de março de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2006 era de R\$ 40.395.

l) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – CEF

Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30 de setembro de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação da TR mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 1.385.

m) Banco do Brasil

Em 18 de fevereiro de 2007 a Coelce contratou nova operação de crédito comercial com objetivo de financiar investimentos no valor de R\$ 15.000, com taxa de TJLP mais 4,5% ao ano, com prazo de três anos para carência e quatro anos de amortizações mensais e sucessivas. A primeira amortização será em 18 de março de 2010 e o último pagamento está previsto para 18 de fevereiro de 2014. A operação está garantida por fiança bancária.

n) BNDES RTE

Empréstimo destinado a suprir parte das insuficiências de recursos da Companhia, decorrentes da redução de receita ocorrida durante a vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica. O contrato previa um mecanismo de garantia na forma de conta reserva, que acumulava repasses mensais de 3,85% sobre o faturamento líquido de ICMS da Companhia, pela maior disponibilidade de saldos na conta reserva em relação a amortização contratualmente prevista. A Companhia realizou sucessivas amortizações extras, antecipando a liquidação do saldo total do contrato em 15 de novembro de 2007 que estava inicialmente previsto para 15 de junho de 2009.

o) Banco do Nordeste - Proinfra I

A Companhia celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 70.194 com recursos próprios da Companhia. A operação tem um período de duração de oito anos com 36 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a. (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento

é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. Em 2005, foram liberados R\$ 38.281 e no dia 17 de julho de 2006 a Companhia recebeu a última parcela do financiamento no valor de R\$ 31.914. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 70.196.

p) Banco do Nordeste - Proinfra II

O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 86.695 com recursos próprios da Companhia. A operação tem duração de oito anos com 35 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a. (com redução com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. No ano de 2006 foram liberados R\$ 31.569 e em 2007 R\$ 69.083, restando um saldo de R\$ 29.348 para liberação em 2008. O saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 100.773.

q) Unibanco – Resolução nº 2770

O contrato foi celebrado em 24 de agosto de 2007 com o Unibanco para captação de recursos no exterior, para empréstimo de capital de giro da Companhia, no valor de R\$ 10.101. A operação foi contratada à taxa fixa de 12,7476%aa e swap de taxa de juros para 109% do CDI, com prazo de pagamento de um ano, sendo sua liquidação prevista para 01 de agosto de 2008.

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 147.273 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2004, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2007:

Obrigações Especiais Financeiras	Banco	Índice
Dívida (com swap e fornecedores) / Ativo total (máximo)	BEI	0,7
EBITDA / Encargos da dívida (em 12 meses - mínima)	BEI	3,0
EBITDA / Despesa financeira líquida desembolsada (em 12 meses - mínima)	BNDES / FINEM	4,5
Dívida bancária líquida / EBITDA (máximo)	BNDES / FINEM	1,7
Dívida bancária líquida / Patrimônio líquido (máximo)	BNDES / FINEM	0,6
Endividamento financeiro líquido / EBITDA (máximo)	BNDES / FINEM	2,5
Endividamento financeiro líquido / (Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido) (máximo)	BNDES / FINEM	0,6
DSRC (EBTIDA / Serviço de dívida ajustado (*)) (mínimo)	BNDES / FINEM	1,3

(*) Serviço de dívida ajustado: Amortização das dívidas bancárias, mais encargos da dívida bancária, menos receita financeira (receitas de aplicação mais ingresso por mora).

A Companhia reconheceu as obrigações junto à Fundação COELCE de Seguridade Social – FAELCE, as quais encontram-se classificadas como benefício pós-emprego (Nota 24).

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, exclusive os efeitos da operação de swap tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	Curva de amortização
2009	51.599
2010	70.483
2011	71.144
2012	66.975
Após 2013	69.549
	<u>329.750</u>

Composição original dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (exclusivo de efeitos das operações de swap contratados):

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	2007	%	2006	%
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólares norte-americano	156.151	85,37	120.659	91,74
Índices	22.659	12,39	-	-
Cesta de moedas	4.108	2,25	10.859	8,26
	<u>182.918</u>	<u>100,00</u>	<u>131.518</u>	<u>100,00</u>
MOEDA NACIONAL				
IGP-M	40.395	12,15	42.178	12,36
Finel	479	0,14	1.447	0,42
TJLP	44.081	13,26	61.830	18,12
CDI/SELIC	-	-	64.454	18,88
RGR	64.605	19,43	57.260	16,78
TR	1.384	0,42	12.341	3,62
R\$	181.492	54,59	101.791	29,82
	<u>332.436</u>	<u>100,00</u>	<u>341.301</u>	<u>100,00</u>
Total	515.354		472.819	

A Companhia mantém contratos de swap para os empréstimos em moeda estrangeira do BEI e parte da parcela da operação BNDES – FINEM indexada a UMBND, trocando a remuneração desses contratos para taxas pós-fixadas que variam de 98,80% a 109,5% do CDI. Quanto aos contratos DMPLP – dívida de médio e longo prazo - com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não estão vinculados a contratos de swap, mantendo-se porém dentro do limite de exposição cambial especificado na política de riscos financeiros da Companhia representando apenas 1,43% da dívida total na posição de dezembro de 2007.

Variação de moedas/indexadores nos exercícios de 2007 e 2006

Moeda / Indexador	2007	2006
Dólar norte-americano	-17,15%	-8,66%
Cesta de moedas	-16,79%	-8,51%
IGP-M	7,75%	3,85%
Finel	1,51%	0,76%
TJLP	6,37%	7,87%
CDI/SELIC	11,81%	15,03%
RGR	0,00%	0,00%
TR	1,45%	2,04%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
EM DEZEMBRO DE 2005	78.777	270.339	47.752	142.699
Ingressos	383	92.180	-	-
Encargos	52.291	827	2.898	-
Variação Monetária e Cambial	(17)	3.428	(1.795)	(12.260)
Transferências	190.753	(95.865)	18.272	(19.486)
Swap	-	-	(30.144)	9.273
Outros	16.850	-	-	-
Amortizações	(268.645)	-	(4.499)	(5.010)
EM DEZEMBRO DE 2006	70.392	270.909	32.484	115.216
Ingressos	37.100	97.627	106.000	-
Encargos	(2.794)	5.179	(3.505)	(9.072)
Variação Monetária e Cambial	-	3.527	-	(19.876)
Transferências	113.846	(113.846)	8.402	(8.402)
Swap	(17)	-	20.591	13.262
Outros	143	-	-	-
Amortizações	(149.630)	-	(22.165)	-
EM DEZEMBRO DE 2007	69.040	263.396	141.807	91.128
	<u>69.023</u>	<u>263.395</u>	<u>141.823</u>	<u>91.128</u>

17. TAXAS REGULAMENTARES

	2007	2006
Conta consumo de combustível	4.242	11.722
Reserva global de reversão	1.561	2.432
Conta de desenvolvimento energético	1.517	1.023
Taxa de fiscalização	378	333
Encargos emergenciais	2.596	2.827
Total taxas regulamentares	10.294	18.337

18.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2007	2006
PASSIVO CIRCULANTE		
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	96.958	75.081
Synapsis Brasil S.A.	2.088	1.595
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	2.769	1.521
	<u>101.815</u>	<u>78.197</u>
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	104.546	125.773

Na opinião de sua administração, a Companhia não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

A Companhia mantém contrato de compra de energia junto à Central Geradora Térmica de Fortaleza. O total dos gastos no exercício com este contrato montaram, até 31 de dezembro de 2007, R\$ 425.317 (R\$ 435.360 em 2006).

As operações com a Synapsis Brasil S.A referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da Companhia. O total de gastos incorridos em 2007 montaram R\$ 21.304 (R\$ 22.340 em 2006), sendo R\$ 17.543 (R\$ 18.323 em 2006) como despesa operacional no resultado da Companhia e R\$ 3.761 (R\$ 4.017 em 2006) capitalizados como investimento.

Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advém, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras com aplicação direta no investimento da Companhia. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos no ano de 2007 é de R\$ 15.607 (R\$ 21.290 em 2006), sendo R\$ 15.079 (R\$ 20.761 em 2006) como investimento e R\$ 528 como despesa operacional.

A Synapsis Brasil SA, a CAM Brasil Multiserviços Ltda., e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza-CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores.

19.

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para a Companhia.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em um montante de R\$ 90.428, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

Segue quadro demonstrativo das contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2007:

	2007			2006		
	Valor da provisão		Depósitos vinculados a litígios	Valor da provisão		Depósitos vinculados a litígios reclassificado
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
TRABALHISTAS						
Danos morais	(59)	-	-	4	59	
Diferenças salariais	53	904	13	(73)	851	252
Empresas terceirizadas	473	1.977	977	92	1.504	700
Horas extras	13	74	10	28	61	19
Periculosidade	97	1.919	11	22	1.822	21
Verbas rescisórias	24	92	38	(51)	68	53
Reintegração	(330)	33	17	(22)	363	20
Ex funcionários - verbas	(257)	5.718	1.385		5.975	2.393
Outros	(1.005)	1.212	18	(1.492)	2.217	73
	(991)	11.929	2.469	(1.492)	12.920	3.531
CÍVEIS						
Consumidores	6.805	32.783	1.198	(4.734)	25.978	1.717
	6.805	32.783	1.198	(4.734)	25.978	1.717
FISCAIS						
Funrural e INCRA	942	11.680	-	1.212	10.738	-
Impostos compensados com medida judicial	(9.000)	9.900	-	-	18.900	-
SEBRAE e FGTS	(2.896)	-	-	286	2.896	3.645
Outros	-	8.934	1.446	(2.244)	8.934	1.446
	(10.954)	30.514	1.446	(746)	41.468	5.091
DEPÓSITOS NÃO CONTINGENCIADOS						
	-	-	16.555	-	-	14.930
Total	(5.140)	75.226	21.668	(6.972)	80.366	25.269
Circulante		769	-		574	-
Não circulante		74.457	21.668		79.792	25.269
Total de provisão para contingências		75.226	21.668		80.366	25.269

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com a Companhia bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

A Companhia possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal. Sustentada na opinião dos consultores legais, a Companhia decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vincendos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a Companhia manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Em junho de 2007, apoiada em carta conforto de seus assessores legais, a Companhia procedeu à reversão de R\$ 9.000, referente à atualização monetária que vinha sendo reconhecida em relação a este processo. Os valores relativos ao FGTS e SEBRAE foram baixados em virtude do julgamento improcedente das causas sendo os valores depositados convertidos em renda da União.

A Companhia é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nºs

Em junho de 2007, foi realizado o grupamento das ações da Companhia na proporção de 2.000 para 1 ação. Com o grupamento, as ações que eram negociadas em lotes de mil passaram a ser negociadas unitariamente.

20. OUTRAS OBRIGACÕES

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está composto de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	2007 (Em unidades)	2006 (Em lote de 1000 ações)
Ações Ordinárias	48.067.937	96.135.875
Ações Preferenciais A	28.123.352	56.245.389
Ações Preferenciais B	1.664.010	3.329.336
	77.855.299	155.710.600

	Ações ordinárias (Em unidades)						Ações preferenciais (Em unidades)	Total (Em unidades)		
	TOTAL (I)		Classe A		Classe B		TOTAL (II)		(I) + (II)	
Investluz S.A	44.061.433	91,66%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	44.061.433	56,59%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,11%	1.531.141	92,02%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Endesa Brasil S.A	-	0,00%	1.770.000	6,29%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	1.770.000	2,27%
Fundos e Clubes de Investimentos	790.270	1,64%	9.921.003	35,28%	37.860	2,28%	9.958.863	33,43%	10.749.133	13,81%
Fundos de Pensão	919.403	1,91%	2.998.522	10,66%	-	0,00%	2.998.522	10,07%	3.917.925	5,03%
Outros	2.296.831	4,79%	9.466.071	33,66%	95.009	5,70%	9.561.080	32,10%	11.857.911	15,24%
Total de ações	48.067.937	100%	28.123.352	100%	1.664.010	100%	29.787.362	100%	77.855.299	100%

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital até o limite de 300.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000 de ações ordinárias e 193.352.996 mil de ações preferenciais Classe "A" e 6.647.004 mil de ações preferenciais Classe "B".

22. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – LEI Nº 9.249/95

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social para as ações preferenciais (Nota 21).

Em 2007, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu de 30% do capital social.

A remuneração dos acionistas é demonstrada como segue:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	244.751	298.258
(-) Reserva legal	-	(14.913)
Lucro líquido ajustado	244.751	283.345

Os dividendos mínimos são como segue:

	25% sobre o lucro líquido ajustado		Dividendos mínimos sobre capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Ações ordinárias	37.777	43.734	-	-	37.777	43.734
Ações preferenciais classe A	22.103	25.587	9.386	9.386	22.103	25.587
Ações preferenciais classe B	1.308	1.515	926	926	1.308	1.515
Total	61.188	70.836	10.312	10.312	61.188	70.836

A Administração da Companhia irá propor a seguinte distribuição dos resultados na próxima Assembleia Geral de Acionistas:

	2007	2006
Dividendos propostos do exercício	244.751	225.845
Juros sobre o capital próprio	-	57.500
Total de Dividendos e JSCP	244.751	283.345
(-) IR sobre juros sobre o capital próprio	-	(7.505)
Total de dividendos e JSCP, líquido de IR	244.751	275.840

A referida proposta de distribuição dos dividendos por ação é demonstrada como segue:

	2007	2006
Ações Ordinárias	151.110	170.304
Ações Preferenciais Classe A	88.410	99.638
Ações Preferenciais Classe B	5.231	5.898
Total de dividendos propostos	244.751	275.840

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a alíquota efetiva e a nominal de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido	357.130	355.103
(-) Participação dos lucros	(5.958)	(5.495)
	351.172	349.608
Alíquota nominal	34%	34%
	119.398	118.867
Reversão da provisão sobre o ágio da incorporação	(10.045)	(9.922)
Outros	(2.932)	(95)
Despesas com IR e CSLL	106.421	108.850

A Companhia obteve incentivo de redução do imposto de renda por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela ADENE em agosto de 2007 conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007.

O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado a partir da receita líquida.

A companhia obteve também a utilização do benefício do reinvestimento, conforme parecer interno nº. 0135/2007. Com este benefício a Companhia reduziu o imposto de renda em R\$ 9.888.

O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado em conta de reserva de capital, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída aos sócios.

Em virtude do acima exposto, a Companhia deixou de recolher, no ano de 2007, o montante de R\$ 60.097 (R\$ 31.632 em 2006).

GRI
EC3

24. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Companhia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

No 1º semestre de 2007 foi contabilizado uma reversão de R\$ 16.289 decorrente dos efeitos esperados na migração de aproximadamente 50% dos empregados da Companhia, participantes do Plano BD para o Plano CD.

O cálculo das reservas matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o regime financeiro de capitalização.

Para a Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade.

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

A obrigação atuarial com a FAELCE foi calculada por atuário independente e sua composição é como segue:

	2007			2006			GRI EC3
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Programa de incentivo à pré-aposentadoria	-	-	-	20	-	20	
Contribuições parceladas	13.987	49.930	63.917	4.043	56.599	60.642	
Obrigações por benefícios pós-emprego	-	-	-	-	16.289	16.289	
Total de obrigações atuarial	13.987	49.930	63.917	4.063	72.888	76.951	

As contribuições parceladas referem-se a débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e seus encargos financeiros. O total da dívida foi consolidado em um único contrato de parcelamento, assinado em 30 de junho de 1999, tendo seu terceiro aditivo assinado em 30 de junho de 2007, conforme Resolução CGPC Nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014.
- Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

	2007
Valor justo dos ativos do plano (2006)	463.051
Contribuições do empregador	16.373
Contribuições do empregado	2.901
Retorno dos investimentos	77.221
Benefícios pagos	(33.466)
Acordos líquidos	(26.839)
Valor justo dos ativos do plano(2007)	499.241
Valor do passivo atuarial (2006)	(491.647)
Custo dos serviços correntes	(5.361)
Custo dos Juros	(46.634)
Perda atuarial	(73.856)
Benefícios pagos	33.466
Acordos Líquidos	26.839
Perda atuarial não reconhecido	31.671
Valor do passivo atuarial	(525.522)
Passivo atuarial líquido	(26.281)
Superavit pendente de reconhecimento	(37.636)
Passivo líquido	(63.917)

A composição da obrigação atuarial, em 31 de dezembro de 2007, é como segue:

Movimentação do passivo atuarial líquido em 2007

Movimentação do passivo atuarial líquido em 2007:	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	44.552
Contribuições da Patrocinadora	(16.373)
Custo do exercício	1.303
Efeito dos acordos líquidos	(3.201)
Total do passivo atuarial líquido em 2007	26.281

Despesa prevista para 2008

Despesa prevista para 2008:	
Custo do Serviço Corrente	6.067
Custo dos Juros	50.028
Retorno dos Investimentos	(50.540)
Contribuição esperada dos empregados	(2.323)
Total de despesas previstas	3.232

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

Principais premissas atuariais	2007	2006
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	9,20%	10,24%
inflação anual+desconto 5%a.a		inflação anual+desconto 6%a.a
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	10,24%	10,24%
inflação anual+Juro real 6%a.a		inflação anual+Juro real 6%a.a
Taxa do crescimento salarial	5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados)	5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados)
Taxa de inflação esperada	4%	4%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4%	4%
Fator de capacidade do benefício/salário	98%	98%
Taxa de rotatividade	Nula	0,74% a.a (próximos 12 meses) 0,27% a.a (anos remanescentes)
Tábua geral de mortalidade (q_x)	AT-83	AT-83
Tábua de entrada em invalidez (i_x)	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de inválidos (q'_x)	q_x da AT-49	q_x da AT-49
Tábua de mortalidade de ativos	método de Hamza	método de Hamza

25.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O negócio da Companhia compreende a distribuição de energia para os consumidores de sua área de concessão (Estado do Ceará) e portanto, os instrumentos financeiros significativos estão relacionados às seguintes transações:

Os saldos de contas a receber e a pagar a longo prazo estão relacionados à recomposição tarifária extraordinária e, portanto, não estão sujeitos a ajuste a valor de mercado.

Aplicações em certificados de depósitos bancários de renda fixa, se aproximam do valor de mercado. Aplicações em fundos de investimento estão sujeitas à marcação de mercado, e expressam o valor de mercado na posição verificada.

O valor de mercado, dos empréstimos de longo prazo da Companhia, por se tratarem, em sua maioria, de fontes de financiamentos específicas, não foi calculado de forma a obter o valor de negociação a taxas vigentes no mercado para contratos em condições e prazos similares. A Companhia adota a prática de celebrar contratos de swap junto a instituições financeiras, a fim de reduzir os riscos de taxa de câmbio, conforme comentado a seguir.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

GRI	a) Risco de taxa de câmbio
1.2	Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia celebra contratos de swap junto a instituições financeiras. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado. A Companhia, neste período, apresenta provisões de ajustes a débitos não realizados com contratos de swap na data base de 31 de dezembro de 2007 que estão registradas na rubrica empréstimos e montam R\$ 50.017 (nota 16).

b) Risco de taxa de juros
Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Outro risco que a Companhia enfrenta é a não-correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifas de energia elétrica não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros locais que afetam as dívidas da Companhia.

c) Risco de crédito
O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Valor de mercado
Nas considerações efetuadas pela Companhia, foram adotados valores de mercado de acordo com condições verificadas no mercado em 31 de dezembro de 2006, para transações financeiras com condições similares. O valor de mercado dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2007 resultou em posição devedora de R\$ 50.676 (R\$ 16.942 em 2006). Tais valores, que estão relacionados aos contratos de empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16), foram calculados através da expectativa de taxas futuras do mercado financeiro.

2007	
Valor Contábil	Valor de Mercado
50.017	50.676

26. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	Não auditado		Não auditado		Reclassificado	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
FORNECIMENTO FATURADO						
Residencial Normal	651.596	533.662	1.253.449	1.148.945	630.204	636.636
Residencial Baixa Renda	1.385.387	1.486.591	1.158.663	1.105.733	235.783	235.017
Industrial	6.015	6.455	1.168.320	1.165.822	353.914	387.931
Comércio, serviços e outros	146.680	141.469	1.339.405	1.261.448	566.455	583.187
Rural	267.709	218.162	660.514	592.092	123.282	122.562
Poder público	27.084	25.945	371.717	354.935	151.200	155.581
Iluminação pública	3.977	2.164	345.548	329.098	89.662	93.189
Serviços públicos	1.547	1.508	244.700	237.498	68.026	72.021
	2.489.995	2.415.956	6.542.316	6.195.571	2.218.526	2.286.124
(-) Provisão refaturamento						
Prefeituras	-	-	-	-	-	-
Total do Faturamento	-	-	-	-	2.218.526	2.286.124
FORNECIMENTO NÃO FATURADO			-	-	(2.071)	4.475
Consumidores, concessionários e permissionários					2.216.455	2.290.599
Baixa renda	-	-	-	-	173.359	99.675
Reposicionamento						
Revisão Tarifária	-	-	-	-	(22.464)	(35.749)
Reposicionamento						
Tarifário-Transmissoras	-	-	-	-	(1.867)	-
Saldo a Cobrar Reajuste Tarifário 2005	-	-	-	-	-	(35.692)
Recuperação Perda de Receita 2001	-	-	-	-	(55.685)	(57.677)
Recuperação Energia Livre - Geradoras	-	-	-	-	(19.492)	(25.090)
Suprimento	3	3	-	-	11.749	12.731
Receita encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	45.695	46.081
Outras receitas	-	-	-	-	83.597	42.082
Receita Operacional Bruta					2.431.347	2.336.960
(-) Deduções da Receita						
ICMS	-	-	-	-	(501.577)	(514.217)
COFINS					(96.012)	(90.818)
PIS					(21.421)	(21.291)
CCC - Conta de Consumo de Combustível					(58.160)	(93.272)
RGR - Quota para Reserva Global de Reversão					(23.156)	(17.982)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(28.644)	(31.805)
Total de deduções de receita					(728.970)	(769.385)
Total receita operacional líquida	2.489.998	2.415.959	6.542.316	6.195.571	1.702.377	1.567.575

27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2007	2006
Inspeção de instalações e serviços vários	3.780	2.628
Renda na prestação de serviços	63.582	24.693
Arrendamento e aluguéis	9.989	9.310
Serviço taxado	5.218	4.933
Outros	1.028	518
Total de outras receitas operacionais	83.597	42.082

29. RESULTADO DO SERVIÇO

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	Custo do Serviço	Serviços prestados a terceiros	Despesa de Vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Outras	2007	2006 reclassificado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA						1.702.377	1.567.575
Pessoal	(75.592)	-	-	(17.584)	-	(93.176)	(87.841)
Material	(9.202)	(6.749)	-	(11.863)	-	(27.814)	(10.475)
Serviços de terceiros	(117.196)	(4.607)	(28.689)	(13.608)	-	(164.100)	(133.324)
Energia elétrica comprada para revenda	(815.939)	-	-	-	-	(815.939)	(714.966)
Energia elétrica comprada para revenda-Ativo transmissoras	(5.057)	-	-	-	-	(5.057)	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	(57.087)	-	-	-	-	(57.087)	(68.753)
Encargos do uso do sistema de transmissão-Ativo transmissoras	6.924	-	-	-	-	6.924	-
Depreciação e amortização	(93.470)	-	-	(2.374)	(16)	(95.860)	(94.530)
Amortização / reversão ágio da incorporação	-	-	-	-	(15.220)	(15.220)	(15.033)
Provisão saldo a cobrar reajuste tarifário 2005	-	-	-	-	-	-	13.029
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(14.333)	(14.333)	(19.025)
Provisão perda de receita - racionamento	-	-	-	-	(45.045)	(45.045)	(1.184)
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	-	-	(4.407)	(4.407)	(3.667)
Provisão para contingências	-	-	-	-	(6.136)	(6.136)	5.113
Outras despesas operacionais	(5.146)	-	(60)	(4.860)	(3.150)	(13.216)	(13.858)
	(1.171.765)	(11.356)	(28.749)	(50.289)	(88.307)	(1.350.466)	(1.144.514)
Resultado do serviço						351.911	423.061
Resultado financeiro						(7.836)	(68.248)
Resultado operacional						344.075	354.813

28. COMPRA E VENDA DE ENERGIA NA CCEE

Nos exercícios de 2007 e 2006 a Companhia efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Compensação de Energia Elétrica – CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2007		2006	
	MWh Não auditado	R\$ mil	MWh Não auditado	R\$ mil
Compra				
Compra de energia	24.245	(2.346)	-	-
Ajustes	-	-	-	-
	24.245	(2.346)	-	-
Venda				
Venda de energia	170.876	11.749	303.642	12.604
Ajustes			6.946	125
	170.876	11.749	310.588	12.729

Despesas de pessoal

	2007	2006
Remunerações	(71.882)	(65.599)
Encargos sociais	(23.058)	(23.410)
Benefícios	(26.460)	(23.882)
Outros	568	558
(-) Transferências para imobilizado em curso	27.656	24.492
Total de despesa de pessoal	(93.176)	(87.841)

Energia Elétrica comprada para revenda	Quantidade MWH Não auditado		R\$	
	2007	2006	2007	2006
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza – CGTF	2.690.000	2.690.000	(425.317)	(435.360)
Centrais Elétricas S.A - FURNAS	1.591.470	1.665.842	(116.454)	(113.626)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	1.136.151	1.138.512	(75.070)	(68.832)
Companhia Energética de São Paulo- CESP	562.172	591.026	(40.991)	(40.929)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE	323.922	305.842	(33.649)	(18.246)
Copel Geração S.A- COPEL	390.065	418.411	(27.146)	(25.248)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A	266.506	280.957	(20.336)	(20.545)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	24.245	-	(2.346)	-
Programa de Inc. as Fontes Alternativas-PROINFA	75.676	5.580	(14.538)	(6.735)
CVA Compra de Energia do Período	-	-	22.279	96.992
CVA - PROINFA	-	-	1.469	-
Amortização CVA	-	-	(44.885)	(50.171)
Energia Comprada - Transmissoras	-	-	(5.057)	-
Outros	470.071	464.285	(38.955)	(32.266)
Total energia comprada para revenda	7.530.278	7.560.455	(820.996)	(714.966)

Outras despesas operacionais	2007	2006
Aluguéis	(4.799)	(5.317)
Publicidade e propaganda	(2.114)	(1.707)
Indenizações a terceiros	(1.320)	(1.170)
Doações, contribuições e subvenções	(1.221)	(1.338)
Seguros	(836)	(774)
Tributos	(311)	(390)
Estagiários	(955)	(958)
Publicações legais e assinaturas	(465)	(500)
Custas judiciais	(254)	(300)
Despesas gerais	(941)	(1.404)
Total de despesas operacionais	(13.216)	(13.858)

30.

RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Receita não operacional	2007	2006
Ganho na alienação de bens	60	571
Sobra no inventário de estoque	141	136
Reversão deficit atuarial	16.289	-
Outras	12	138
Total de receita não operacional	16.502	845
Despesa não operacional	2007	2006
Perda na alienação de bens	-	(463)
Prejuízo na desativação de bens	(1.311)	(3.409)
Material de segurança	(1.967)	-
Outras	(169)	3.317
Total de despesa não operacional	(3.447)	(555)

31.

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2007 foi de R\$ 5.958 (R\$ 5.495 em 2006).

32.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2007, no montante global anual de até R\$ 5.600 (R\$ 5.400 em 2006). Desse total, R\$ 2.645 (R\$ 3.167 em 2006) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

33.

SEGUROS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, no montante global de R\$ 53.139 A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 113.180 ambos com validade de 30 de junho de 2007 a 30 de junho de 2008. Na tabela abaixo registra-se o prêmio total de R\$ 1.000, sendo R\$ 377 de riscos

operacionais e R\$ 623 de responsabilidade civil. A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Vigência	2007
Danos materiais	30.06.2007 a 30.06.2008	53.139
Responsabilidade Civil	30.06.2007 a 30.06.2008	113.180

34.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR ATIVIDADE (NÃO AUDITADA)

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2007, das unidades de negócio: distribuição, comercialização, atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e consolidado.

Demonstração do	Atividades			2007
resultado por atividade	Distribuição	Comercialização	não vinculadas	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica				
Consumidores, concessionários e permissionários	1.185.803	1.030.652	-	2.216.455
Baixa renda	92.747	80.612	-	173.359
Reposicionamento revisão tarifária	(12.018)	(10.446)	-	(22.464)
Saldo a cobrar reajuste tarifário 2005	-	-	-	-
Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras	(6.410)	4.543	-	(1.867)
Recuperação perda de receita racionamento	(29.792)	(25.893)	-	(55.685)
Recuperação energia livre - Geradoras	(10.428)	(9.064)	-	(19.492)
Suprimento de energia elétrica	-	11.749	-	11.749
Receita de uso da rede elétrica	45.695	-	-	45.695
Outras receitas	10.071	73.526	-	83.597
Total de fornecimento de energia elétrica, bruta	1.275.668	1.155.679	-	2.431.347
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
ICMS	(368.319)	(133.258)	-	(501.577)
COFINS	(57.607)	(38.405)	-	(96.012)
PIS	(12.853)	(8.568)	-	(21.421)
ISS	(1.199)	(132)	-	(1.331)
Quota para reserva global de reversão	(23.156)	-	-	(23.156)
Conta consumo combustível	(58.160)	-	-	(58.160)
Conta de desenvolvimento energético	(13.254)	-	-	(13.254)
Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	(14.055)	-	-	(14.055)
Encargo de capacidade/aquisição Emergencial	-	(4)	-	(4)
Total do fornecimento de energia elétrica líquida	(548.603)	(180.367)	-	(728.970)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	727.065	975.312	-	1.702.377
Custo do serviço de energia elétrica:				
Custo com energia elétrica:				
Energia elétrica comprada para revenda	-	(815.939)	-	(815.939)
Energia elétrica comprada para revenda-ativo transmissoras		(5.057)	-	(5.057)
Encargos de uso da rede de transmissão	-	(57.087)	-	(57.087)
Encargos de uso da rede de transmissão-ativo transmissoras		6.924	-	6.924
Total do custo com energia elétrica	-	(871.159)	-	(871.159)
Custo de operação:				
Pessoal	(41.049)	(25.681)	-	(66.730)
Entidade de previdência privada	(5.496)	(3.366)	-	(8.862)
Material	(8.706)	(496)	-	(9.202)
Serviços de terceiros	(62.063)	(55.133)	-	(117.196)
Depreciação e amortização	(90.778)	(1.292)	(1.400)	(93.470)
Outras	(1.923)	(3.223)	-	(5.146)
Total do custo de operação	(210.015)	(89.191)	(1.400)	(300.606)
	(210.015)	(960.350)	(1.400)	(1.171.765)
Custo do serviço prestado a terceiros:	-	(11.356)	-	(11.356)
Lucro bruto operacional	517.050	3.606	(1.400)	519.256

Demonstração do	Atividades			2007
resultado por atividade	Distribuição	Comercialização	não vinculadas	Consolidado
DESPESAS OPERACIONAIS				
Despesas com vendas	(20.604)	(8.145)	-	(28.749)
Despesas gerais e administrativas	(42.283)	(8.006)	-	(50.289)
Amortização/Reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	(15.220)	(15.220)
Taxa de fiscalização ANEEL	(4.407)	-	-	(4.407)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.099)	(35.279)	-	(59.378)
Provisão para contingências	(3.901)	(2.235)	-	(6.136)
Outras	(1.952)	(1.198)	(16)	(3.166)
Total das despesas operacionais	(97.246)	(54.863)	(15.236)	(167.345)
Resultado do serviço público de energia elétrica	419.804	(51.257)	(16.636)	351.911
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS				
Renda de aplicações financeiras	10.759	-	-	10.759
Acréscimo moratório em conta de energia	-	35.104	-	35.104
Atualização Perda de Receita Racionamento	-	18.403	-	18.403
Encargos de dívidas	(44.859)	-	-	(44.859)
Variações monetárias	(16.378)	-	-	(16.378)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Outras	(22.312)	11.447	-	(10.865)
Total receitas (despesas) financeiras:	(72.790)	64.954	-	(7.836)
Resultado Operacional	347.014	13.697	(16.636)	344.075
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	16.502	-		16.502
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	(3.400)	(47)	-	(3.447)
	13.102	(47)	-	13.055
Lucro antes da Contribuição Social, do imposto de renda, participações	360.116	13.650	(16.636)	357.130
Contribuição social	(36.444)	(1.439)	1.748	(36.135)
Imposto de renda	(101.544)	(4.008)	4.868	(100.684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.658	1.210	(1.470)	30.398
Lucro antes das participações	252.786	9.413	(11.490)	250.709
Participação nos lucros	(5.958)	-	-	(5.958)
Lucro Líquido do Exercício	246.828	9.413	(11.490)	244.751
Lucro líquido do exercício por ação - R\$				3,14

35. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A ANEEL publicou em 31 de outubro de 2006, a Resolução Normativa N° 234, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Em dezembro de 2007 a ANEEL colocou novamente em processo de audiência pública toda a metodologia da revisão tarifária constante da Resolução Normativa n° 234/2006 estando programada para o dia 05 de março de 2008 a realização dessa audiência.

Apresentamos a seguir as principais alterações introduzidas pelo ato normativo:

a) Outras receitas

As receitas de atividades extra-concessão consideradas na revisão tarifária foram somente aquelas resultantes do compartilhamento de infra-estrutura, no caso da Companhia refere-se ao aluguel de poste. Para tanto, 90% da receita auferida pela distribuidora foi utilizada como redutor tarifário. O valor de outras receitas considerado foi de R\$ 9.003, sendo utilizado 90% para modicidade tarifária no total de R\$ 8.100.

b) Perdas

O reconhecimento das perdas no processo de revisão tarifária considerará as perdas globais dos sistemas de distribuição, segregando as componentes de perdas técnicas e não técnicas. A cada novo ciclo tarifário, a ANEEL deverá propor novas metas, baseadas na realidade de cada distribuidora. Para os próximos reajustes tarifários a ANEEL definiu a meta pontual de 12,94% para perdas regulatórias. Esta meta foi estipulada com base na energia injetada que contempla mercado de fornecimento, suprimento(medidos), consumidores livres, as perdas técnicas e as perdas não-técnicas.

c) Ativo imobilizado

Foi utilizado o valor total do ativo imobilizado em serviço - AIS deduzido para fins de determinação da quota de reintegração será descontado do valor das obrigações especiais, que passarão a ter tratamento específico. O valor correspondente a depreciação dos ativos adquiridos com recursos oriundos das obrigações especiais não será computado na parcela B da receita requerida da concessionária, entretanto, a conta das obrigações especiais passará a ser amortizada nas mesmas taxas de depreciação do AIS, usando-se uma taxa média, a partir da revisão tarifária. Desta forma, o valor da conta de obrigações especiais será utilizado como redutor na determinação da base de remuneração regulatória.

d) Base de remuneração

O valor da base a ser considerada no 2º ciclo de revisão tarifária, a partir de abril de 2007, será resultado da base de remuneração homologada para a revisão de 2003, que corresponde à base blindada, mais as adições realizadas no período de abril de 2003 a dezembro de 2006, deduzidas as baixas e descontadas a depreciação. A base blindada foi atualizada monetariamente para março de 2007 pela variação do IGPM verificada no período março de 2003 a março de 2007. As adições foram atualizadas pelo banco de preço construído a partir do regime de compras da COELCE dos últimos dois anos. Esse banco de preços foi atualizado monetariamente para março de 2007 conforme índices econômicos indicados pela ANEEL. Também foram considerados os custos relativos ao JOA regulatório para linhas de transmissão (8 meses), subestações (12 meses) e redes de distribuição (3 meses).

e) Qualidade x nível de investimento

A relação entre os investimentos necessários na rede de distribuição e a conformidade dos níveis de tensão será avaliada por meio da análise do planejamento da distribuidora, considerando metodologia de planejamento agregado dos investimentos e outras ferramentas adequadas.

f) Estrutura de capital

A ANEEL, por meio da Nota Técnica n° 089, estabeleceu a nova estrutura de capital a ser adotada para a revisão tarifária do 2º ciclo, que foi de 42,84% para capital próprio e 57,16% de capital de terceiros. Para o 1º ciclo havia sido adotada a estrutura de 50% para próprio e terceiros.

g) Recálculo da taxa de remuneração

Mantida a mesma metodologia do 1º ciclo de revisão tarifária, tendo sido procedido recálculo dessa taxa de retorno em função da alteração e substituição de variáveis macroeconômicas específicas da metodologia do custo médio ponderado de capital (WACC). Dessa forma, o custo de capital a ser utilizado no cálculo da remuneração das concessionárias de distribuição de energia elétrica para o 2º ciclo de revisão tarifária será igual a 9,95% a.a. em termos reais e depois de impostos. No 1º ciclo esse valor foi de 11,26%.

h) Quota de depreciação

O percentual regulatório para determinação do custo de depreciação adotado pela ANEEL foi de 4,43%, conforme Nota Técnica n° 089, aplicado sobre o valor do ativo imobilizado em serviço – AIS sobre o valor do ativo imobilizado em serviços menos terrenos.

i) Inadimplência

A ANEEL adotou o percentual máximo regulatório de 0,5% a ser admitido como provisão de receitas irrecuperáveis para compor a receita operacional bruta.

36.

ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As modificações na legislação societária brasileira são aplicáveis para todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas, incluindo companhias de capital aberto, bem como estendem às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores.

Destacamos os seguintes assuntos que na avaliação da Companhia poderão modificar a forma de apresentação das demonstrações financeira e os critérios de apuração da posição patrimonial e financeira e do resultado e a partir do exercício a findar em 2008:

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores.
- Possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

- Obrigatoriedade do registro no ativo imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (exemplo: “leasing” financeiro).
- Modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado.
- Requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.
- Criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.

- Revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor.
- Requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado.
- Eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia Energética do Ceará - COELCE

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - COELCE, em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo. As informações suplementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, referentes ao balanço social e as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão sendo apresentadas para propiciar informação adicional sobre a Sociedade, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5 (a), em 31 de dezembro de 2007, a Companhia mantém transações de compra e venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pendentes de liquidação e de revisão por parte da CCEE. Com relação às transações pendentes de liquidação, a Sociedade possui registrado como contas a receber o montante de R\$ 13.575.000 em 31 de dezembro de 2007, sob efeito de liminares judiciais para suspensão dos pagamentos. Esses montantes podem estar sujeitos a alterações, dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretações das regras do mercado em vigor. Adicionalmente, outros agentes do mercado não honraram seus pagamentos com a COELCE, com efeito de liminares judiciais para suspensão da liquidação financeira desses valores nas datas estabelecidas pela CCEE, resultando em um montante vencido de R\$ 2.560.000, em 31 de dezembro de 2007. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem nenhuma provisão para perdas em relação a essas contas a receber em atraso.
6. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes que sobre elas emitiram parecer, datado de 2 de março de 2007, contendo um parágrafo de ênfase relativo ao assunto descrito no parágrafo 5, acima.

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2008

AGN CANARIM

Auditores Associados

CRC-RJ-003.003/O-5°S°CE

Érico L. Canarim

Sócio-Responsável

Contador-CRC-RJ-037.512/O-3°S°CE

(Firma-membro da AGN International Ltd.)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Energética do Ceará - Coelce, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da Companhia, e tendo em conta o parecer, sem ressalvas, datado de 29 de fevereiro de 2008, emitido pelos auditores externos, AGN Canarim Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seus representantes, este Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente aos referidos documentos que estão em condições de serem examinados e votados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Fortaleza, 25 de Março de 2008

Antônio Cléber Uchoa Cunha
Antônio Osvaldo Alves Teixeira
Sérgio Queiroz Lyra

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 18 de março de 2008, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - COELCE, para examinar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Examinadas as referidas Demonstrações Financeiras, decidiu o Conselho de Administração exarar o seguinte parecer:

PARECER

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará - COELCE, abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2007, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, além das Demonstrações do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Balanço Social, e, com base no parecer dos Auditores Independentes, AGN Canarim Auditores Independentes, recomendam, aos Acionistas, a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras, as quais obedecem aos dispositivos legais e regulamentares e estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária.

Fortaleza, 18 de março de 2008.

Marcelo Andrés Llévénos Rebolledo Vice Presidente do Conselho
Fernando Antônio de Moura Avelino Conselheiro
Luiz Gastão Bittencourt da Silva Conselheiro
Cristián Eduardo Fierro Montes Conselheiro
Jorge Parente Frota Júnior Conselheiro
Luiz Carlos Laurens O. de Bettencourt Conselheiro

Informações corporativas

Conselho de Administração

Mario Fernando de Melo Santos – Presidente
 Marcelo Andrés Llévénos Rebolledo – Vice-presidente
 Cristóbal Sanchez Romero
 Cristián Eduardo Fierro Montes
 Gonzalo Manuel Vial Vial
 José Alves de Mello Franco – Conselheiro
 Luiz Carlos Laurens Ortis Bettencourt - Conselheiro
 Jorge Parente Frota Júnior ⁽¹⁾
 Aguinaldo Nogueira Lima ⁽²⁾
 Luiz Gastão Bittencourt da Silva ⁽¹⁾
 Fernando Antônio de Moura Avelino ⁽³⁾

⁽¹⁾ Conselheiro independente
⁽²⁾ Conselheiro independente, eleito pelos acionistas minoritários
⁽³⁾ Conselheiro independente, eleito pelos empregados acionistas

Conselho Fiscal

Antônio Cleber Uchoa Cunha
 Antônio Osvaldo Alves Teixeira
 Sérgio Queiroz Lyra

Diretoria Executiva

Abel Alves Rochinha – Diretor-presidente
 Abel Pérez – Diretor vice-presidente de Planejamento e Controle de Gestão
 José Nunes de Almeida Neto – Diretor vice-presidente Institucional e de Comunicação
 José Renato Ferreira Barreto – Diretor vice-presidente de Organização e Recursos Humanos

José Távora Batista – Diretor vice-presidente Técnico
 Olga Jovanna Carranza Salazar – Diretor vice-presidente Comercial
 Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor vice-presidente Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Endereço

Companhia Energética do Ceará – Coelce
 Rua Padre Valdevino, 150
 Bairro Piedade
 CEP 60.135-040 – Fortaleza – Ceará – Brasil
 Fone: 55 85 3216 1100
 CNPJ/MF: 07.047.251/0001-70
 Registro na CVM: 01486-9
 Inscrição Estadual: 06.105.848-3
 Inscrição Municipal: 112.188-0
www.coelce.com.br

Relações com Investidores

David Augusto de Abreu
 Tel.: 55 21 2613 7094
 Fax.: 55 21 2613 7122
 Isabel Alcântara
 Tel.: 55 85 3216 1350
 Fax.: 55 85 3216 1247

E-mail: investor@coelce.com.br
www.coelce.com.br/ri.htm

Encontram-se disponíveis no site www.coelce.com.br/ri.htm informações detalhadas sobre o desempenho financeiro da companhia, atos societários, governança corporativa, indicadores de mercado, relatórios, balanços anuais e trimestrais, apresentações institucionais, dentre outras.

Instituição Depositária das Ações

Banco Itaú S/A

Av. Eng. Armando de Arruda, N° 707, 9º andar, Jabaquara

04.344-902 - São Paulo – SP – Brasil

e-mail: claudio.ribeiro@itau.com.br

Bolsas de Valores

Códigos de negociação na Bovespa:

Coelce ON – COCE3

Coelce PNA – COCE5

Coelce PNB – COCE6

Auditores Independentes

AGN Canarim Auditores Associados

Auditores Independentes

CRÉDITOS

Coordenação geral

Diretoria Institucional e de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto – Diretor vice-presidente Institucional de Comunicação

Sérgio Araújo de Sousa – Chefe do Departamento de Sustentabilidade e Meio-ambiente

Coordenação de conteúdo e editorial

Débora Pinho

Isabel Alcântara (informações econômico-financeiras)

Conteúdo e redação

Editora Contadino

Projeto gráfico

fmcom

Fotos

Local Foto

Hélio Olímpio

César Marti

Esclarecimentos adicionais sobre este Relatório podem ser obtidos com:

Departamento de Sustentabilidade e Meio Ambiente

E-mail: drpinho@endesabr.com.br

Fone: 55 85 3216 1322

